

**Anexo 4.2.8-1 - Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico**

**Avaliação de potencial de impacto ao patrimônio arqueológico das linhas de transmissão: LT 230 kV Piripiri - Teresina III - C1, LT 230 kV Ibiapina II - Piripiri - CD2, LT 230 kV Ibiapina II - Tianguá II - CD - C1C2, Paranaíba III - Tianguá II - CD1 e Seccionamento LT 500 kV - Sobral C2**

Municípios de Ibiapina, Ubajara, Tianguá e Viçosa do Ceará / CE e Teresina, Altos, Campo Maior, Nossa Senhora de Nazaré, Boqueirão do Piauí, Cocal de Telha, Capitão de Campos, Piripiri, Brasileira, São João da Fronteira, Cocal e Bom Princípio do Piauí/PI.

Pesquisadoras responsáveis:

**MA. LÚCIA DE J. C. OLIVEIRA JULIANI**

**MA. SUZANA ELIZA ROLL MUNSBERG**

ENQUADRAMENTO DO EMPREENDIMENTO:  
**NÍVEL IV**

Processo IPHAN nº **01450.002515/2018-46**

São Paulo / SP, julho de 2018.



---

EMPREENDIMENTO

**LT 230 kV Piripiri - Teresina III - C1, LT 230 kV Ibiapina II - Piripiri - CD2, LT 230 kV Ibiapina II - Tianguá II - CD - C1C2, Paranaíba III - Tianguá II - CD1 e Seccionamento LT 500 kV - Sobral C2**

EMPREENDEDOR

**SERRA DE IBIAPABA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

CNPJ: 29.554.549/0001-00

Endereço: Avenida Marechal Câmara, 160, sala 1433, Centro

Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20020-080

EXECUÇÃO DO PROGRAMA ARQUEOLÓGICO

**A LASCA CONSULTORIA E ASSESSORIA EM ARQUEOLOGIA LTDA.**

Representante Legal: Lúcia de J. Cardoso Oliveira Juliani

Escritório: Rua Alvarenga, 396, Butantã

São Paulo - SP - CEP 05509-000

Fone / Fax: (11) 3205-0864 / 3722-0864

E-mail: contato@alascaconsultoria.com.br

APOIO INSTITUCIONAL

**INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO CULTURAL DO CEARÁ - INSTITUTO TEMBETÁ**

Endereço: Rua Gervásio de Castro, 302, Benfica

Fortaleza - CE - CEP: 60015-185

**MUSEU DE ARQUEOLOGIA E PALEONTOLOGIA**

Universidade Federal do Piauí

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Ininga

Teresina - PI - CEP: 64049-550



**SUMÁRIO**

INTRODUÇÃO .....	2
1. LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO .....	3
2. OBJETIVOS .....	5
3. ÁREA ABRANGIDA PELO PROJETO .....	5
4. CONTEXTUALIZAÇÃO ARQUEOLÓGICA E ETNO-HISTÓRICA DA ÁREA.....	13
4.1. Contexto arqueológico .....	23
4.2. Contexto etno-histórico .....	29
5. APORTE METODOLÓGICO E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA .....	31
5.1. Levantamento do potencial arqueológico .....	31
5.2. Produção de conhecimento, divulgação científica e extroversão .....	33
6. ATIVIDADES DE ANÁLISE E CONSERVAÇÃO DOS BENS ARQUEOLÓGICOS .....	34
6.1. Atividades de curadoria .....	34
6.2. Referenciais teóricos e metodológicos de laboratório .....	35
6.3. Previsão orçamentária para as atividades de análise e conservação .....	38
7. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO .....	40
8. EQUIPE.....	40
9. INSTITUIÇÃO DE GUARDA E PESQUISA.....	40
10. ENDOSSO FINANCEIRO .....	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42
ANEXOS	
I. Mapa de localização	
II. Instituição de guarda e pesquisa	
III. Endosso financeiro	
IV. Currículos da equipe técnica	
V. Declarações de participação da equipe técnica	
VI. Documentos de identificação da equipe técnica	

## INTRODUÇÃO

O projeto de **Avaliação de potencial de impacto ao patrimônio arqueológico das linhas de transmissão: LT 230 kV Piripiri - Teresina III - C1, LT 230 kV Ibiapina II - Piripiri - CD2, LT 230 kV Ibiapina II - Tianguá II - CD - C1C2, Paranaíba III - Tianguá II - CD1 e Seccionamento LT 500 kV - Sobral C2** (Processo n.º 01450.002515/2018-46) tem por objetivo o atendimento ao Termo de Referência Específico (TER) nº 59/CNL/GAB PRESI, de 10/7/2018, emitido pela Coordenação Técnica Nacional de Licenciamento após a análise da Ficha de Caracterização de Atividade.

O empreendimento, de responsabilidade da Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A. (CNPJ n.º 29.554.549/0001-00), consiste na implantação de linhas de transmissão de energia elétrica numa área de 19,818 km<sup>2</sup>, com previsão de implantação de cerca de 920 torres, abrangendo os **municípios de Ibiapina, Ubajara, Tianguá e Viçosa do Ceará, no estado do Ceará, e Teresina, Altos, Campo Maior, Nossa Senhora de Nazaré, Boqueirão do Piauí, Cocal de Telha, Capitão de Campos, Piripiri, Brasileira, São João da Fronteira, Cocal e Bom Princípio do Piauí, no estado do Piauí.**

O entendimento expresso pelo IPHAN é de que o empreendimento se enquadra no **nível IV** “*de média e alta interferência sobre as condições vigentes no solo e cujo traçado e localização precisos somente serão passíveis de definição após a fase da Licença Prévia ou equivalente*” (Anexo I, IN IPHAN n.º 01/2015). Esse enquadramento enseja a submissão de um projeto de avaliação de potencial de impacto, conforme o disposto nos artigos 21, 22 e 23 da IN n.º 01/2015.

O projeto, que objetiva a identificação dos compartimentos ambientais existentes na ADA com maior potencial arqueológico, será desenvolvido por um período não superior a **quatro meses** e terá o apoio institucional do **Instituto Tembetá** e do **Museu de Arqueologia e Paleontologia da Universidade Federal do Piauí**, instituições que atendem ao disposto no art. 6º da Portaria IPHAN n.º 196, de 23/5/2016, e que garantirão o apoio necessário à pesquisa e à guarda do material eventualmente coletado em campo.

A equipe proposta, coordenada pelas arqueólogas **Ma. Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani** e **Ma. Suzana Eliza Roll Munsberg** detém capacidade técnico/científica documentada em conformidade com os diplomas legais que regem a matéria.

Destaca-se que o objeto do presente projeto é o componente arqueológico dos estudos necessários à manifestação conclusiva pelo IPHAN no que se refere às linhas de transmissão. Os demais aspectos levantados no Termo de Referência Específico, seja o patrimônio cultural de natureza imaterial, sejam os estudos arqueológicos necessários à manifestação conclusiva do IPHAN sobre a implantação de subestações, serão tratados em projeto e relatórios específicos.

## 1. LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

O Patrimônio Cultural Brasileiro é definido pela Constituição Federal Brasileira de 1988, da seguinte forma:

*Art. 216 – Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à maioria dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:*

*(...);*

*Parágrafo V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.*

Desse modo, a Constituição Brasileira assegura ao patrimônio arqueológico, entre outros, a categoria de patrimônio cultural a ser institucionalmente protegido. Tal condição é também reiterada pelo fato de o Brasil ser signatário de uma série de resoluções elaboradas em convenções internacionais direcionadas à atualização de conceitos, normas e práticas aplicáveis ao gerenciamento dos patrimônios culturais nacionais, tais como: a Carta de Atenas, de 1931; a Conferência UNESCO – Nova Déli, de 1956; a Carta de Veneza, de 1964; as Normas de Quito, de 1968; a 15ª Sessão da UNESCO em Paris, de 1968; a Carta de Nairóbi, de 1976; e a Carta de Burra, de 1980, entre outras.

Além das Cartas Patrimoniais, que demonstram o compromisso do Estado brasileiro de alinhar-se ao entendimento de diversas nações naquilo que se refere aos conceitos e práticas consolidadas à proteção do patrimônio cultural, diversos diplomas legais consolidam a proteção do patrimônio cultural brasileiro, dentre eles:

- Lei n.º 3.924, de 26/07/1961 (Lei da Arqueologia), que dispõe sobre o patrimônio arqueológico;
- Resolução CONAMA n.º 1, de 23/01/1986, que estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente;
- Portaria SPHAN n.º 7, de 1º/12/1988, que estabelece os procedimentos necessários às autorizações para pesquisas arqueológicas;
- Resolução CONAMA n.º 237, de 19/12/1997, que revisa os procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental, de forma a incorporar ao sistema de licenciamento os instrumentos de gestão ambiental e a integrar a atuação dos órgãos do SISNAMA na execução da Política Nacional do Meio Ambiente;
- Lei n.º 9.605, de 12/02/1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente;
- Portaria IPHAN n.º 241, de 19/11/1998, que institui a Ficha de Registro de Sítios Arqueológicos;

- Decreto n.º 6.514, de 22/07/2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações;
- Portaria Interministerial n.º 60, de 24/03/2015, que estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
- Instrução Normativa IPHAN n.º 1, de 25/03/2015, que estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe;
- Portaria IPHAN n.º 137, de 28/04/2016, que estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do IPHAN e das Casas do Patrimônio;
- Portaria IPHAN n.º 195, de 18/05/2016, que dispõe sobre procedimentos para solicitação de movimentação de bens arqueológicos em território nacional;
- Portaria IPHAN n.º 196, de 18/05/2016, que dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel;
- Portaria IPHAN n.º 197, de 18/05/2016, que dispõe sobre Procedimentos para Solicitação de Remessa de Material Arqueológico para Análise no Exterior;
- Portaria IPHAN n.º 199, de 18/05/2016, que cria a Coordenação Técnica Nacional de Licenciamento, no âmbito do Gabinete da Presidência do IPHAN;
- Lei n.º 13.653, de 18/4/2018, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo e dá outras providências.

Destaca-se, entretanto, que os instrumentos que motivaram e orientaram a elaboração do presente projeto, e que servirão de suporte à consolidação dos resultados, são:

Portaria SPHAN n.º 7/88:

*Art. 5º Os pedidos de permissão e autorização, assim como a comunicação prévia, devem ser dirigidos ao Secretário da SPHAN acompanhados das seguintes informações [...];*

*Art. 11 Os relatórios técnicos devem ser redigidos em língua portuguesa e entregues à SPHAN acompanhados das seguintes informações [...];*

*Art. 12 Terminada a pesquisa, o coordenador encaminhará à SPHAN, em língua portuguesa, o relatório final dos trabalhos, onde deverá constar [...].*

Instrução Normativa IPHAN n.º 1/2015:

*Art. 21. Para os empreendimentos classificados como Nível IV na tabela constante do Anexo I, será exigido o Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico [...]*

*Art. 22. O IPHAN analisará o projeto de que trata o art. 21 no prazo máximo de trinta dias [...];*

*Art. 23. O Relatório de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico deverá, necessariamente, apresentar [...].*

## **2. OBJETIVOS**

Os objetivos do projeto, de acordo com a Instrução Normativa IPHAN n.º 1/2015 e com a Portaria SPHAN n.º 7/88, são:

- Caracterizar e avaliar o grau de preservação do patrimônio arqueológico da Área de Influência Direta – AID;
- Propor a metodologia de pesquisa para a caracterização arqueológica da Área Diretamente Afetada (ADA);
- Identificar os compartimentos ambientais existentes na ADA com maior potencial arqueológico através do cruzamento de dados, do processo histórico de ocupação, com incidência de sítios cadastrados, com os indicadores geomorfológicos e outros modelos preditivos de avaliação; de forma a justificar os locais onde deverão ser realizadas atividades prospectivas.

## **3. ÁREA ABRANGIDA PELO PROJETO**

O empreendimento de que trata este projeto consiste na implantação de seis linhas de transmissão, com instalação de cerca de 920 torres, englobando uma área a ser diretamente afetada (ADA) de 19,818 km<sup>2</sup>, nos municípios de Ibiapina, Ubajara, Tianguá e Viçosa do Ceará, no estado do Ceará e Teresina, Altos, Campo Maior, Nossa Senhora de Nazaré, Boqueirão do Piauí, Cocal de Telha, Capitão de Campos, Piripiri, Brasileira, São João da Fronteira, Cocal e Bom Princípio do Piauí, no estado do Piauí, sendo as coordenadas UTM de suas extremidades (*Datum* SIRGAS 2000):

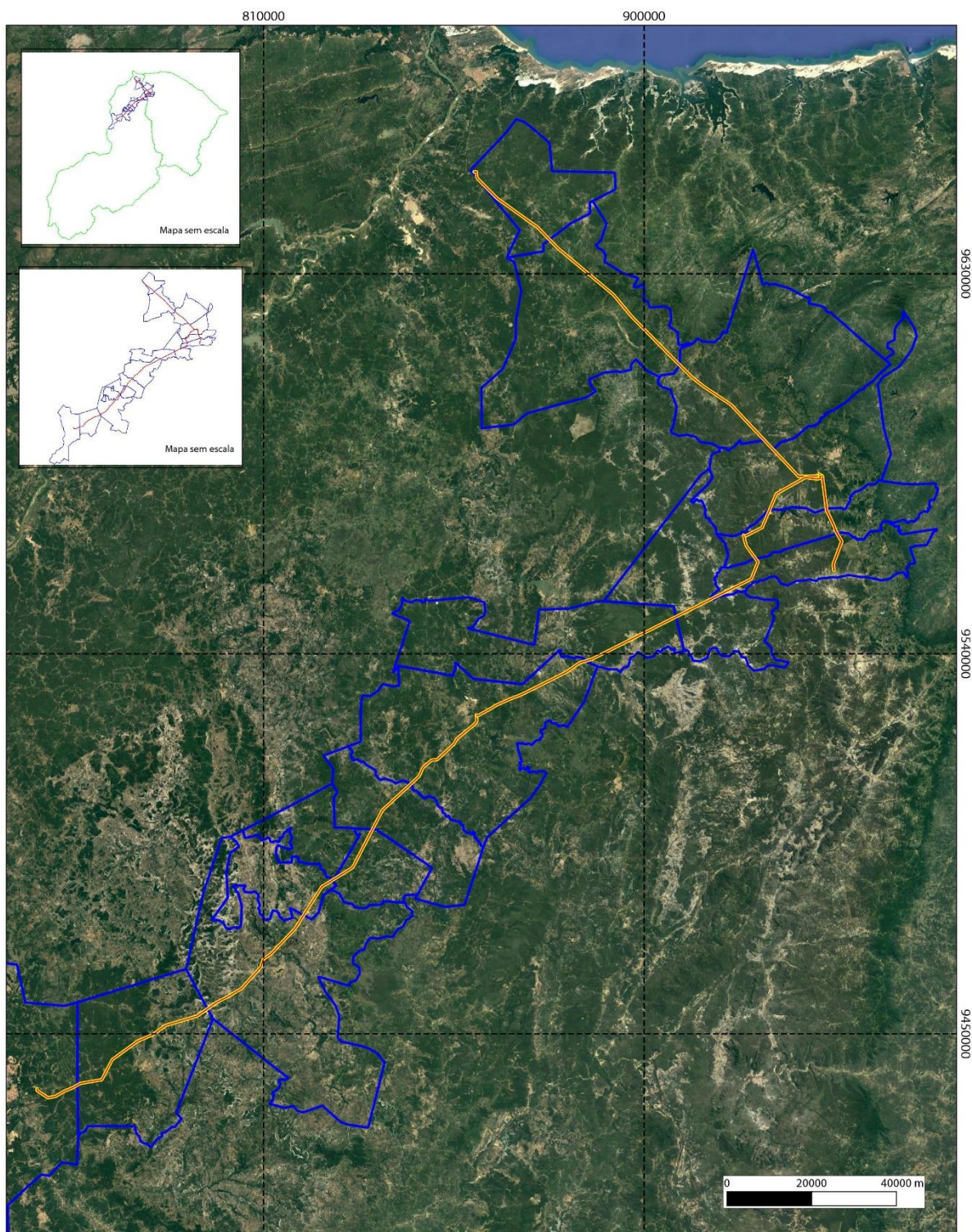
- 24 M 192.768 E / 9.654.198 S – Ponto inicial;
- 23 M 756.383 E / 9.436.979 S – Ponto final.

A área diretamente afetada é resultado do produto da extensão pela largura da faixa de servidão de cada linha de transmissão:

- LT 230 kV Piripiri - Teresina III – C1: 5,8 km<sup>2</sup> (145 km de extensão x 40 m de faixa de servidão);
- LT 230 kV Ibiapina II – Piripiri - CD2: 3,372 km<sup>2</sup> (84,3 km de extensão x 40 m de faixa de servidão);



- LT 230 kV Ibiapina II – Tianguá II – CD – C1C2: 1,028 km<sup>2</sup> (25,7 km de extensão x 40 m de faixa de servidão);
- LT 500 kV Paranaíba III – Tianguá II – CD1: 6,66 km<sup>2</sup> (111 km de extensão x 60 m de faixa de servidão);
- Seccionamento LT 500 kV Teresina II – Sobral III C2: 2,958 km<sup>2</sup> (Seccionamento A: 24,8 km de extensão x 60 m de faixa de servidão, e Seccionamento B com de 24,5 km de extensão x 60 m de faixa de servidão).



**Legenda**

- ADA
- Municípios
- AID
- Estados

Projeção Universal Transversa de Mercator  
 Datum SIRGAS 2000  
 Zona 23 S  
 Escala 1:1450000

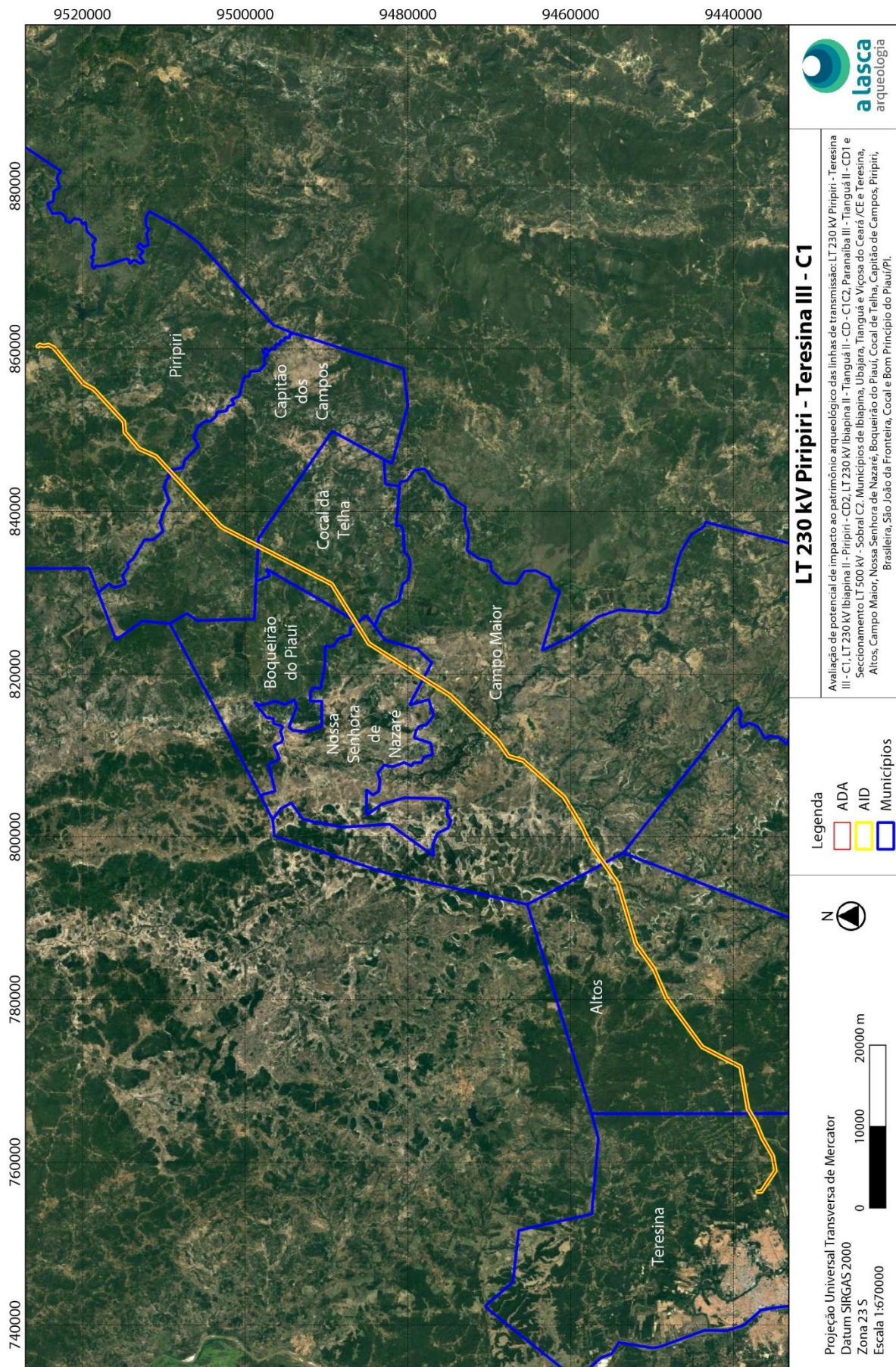
N

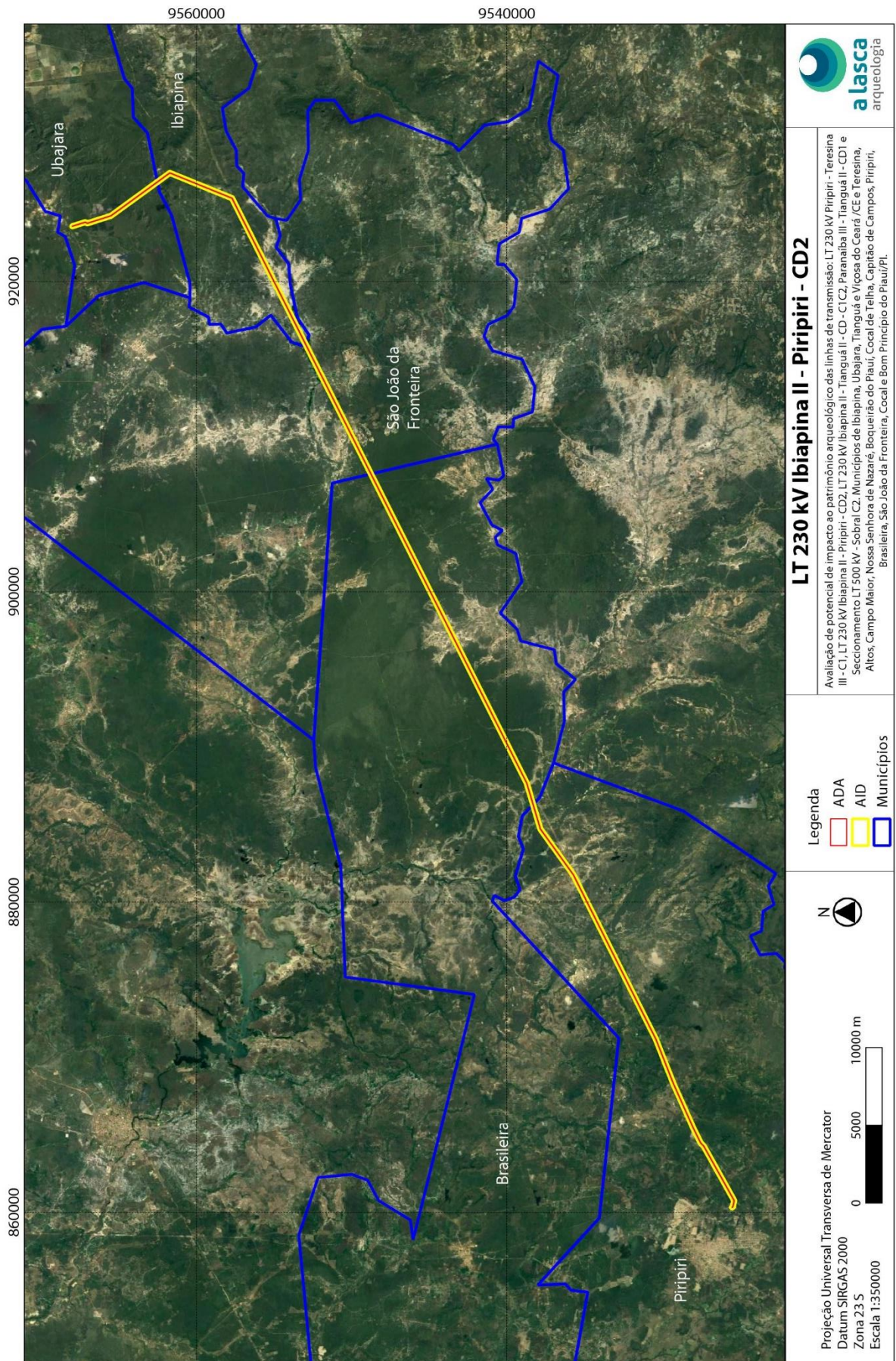
### IMPLANTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

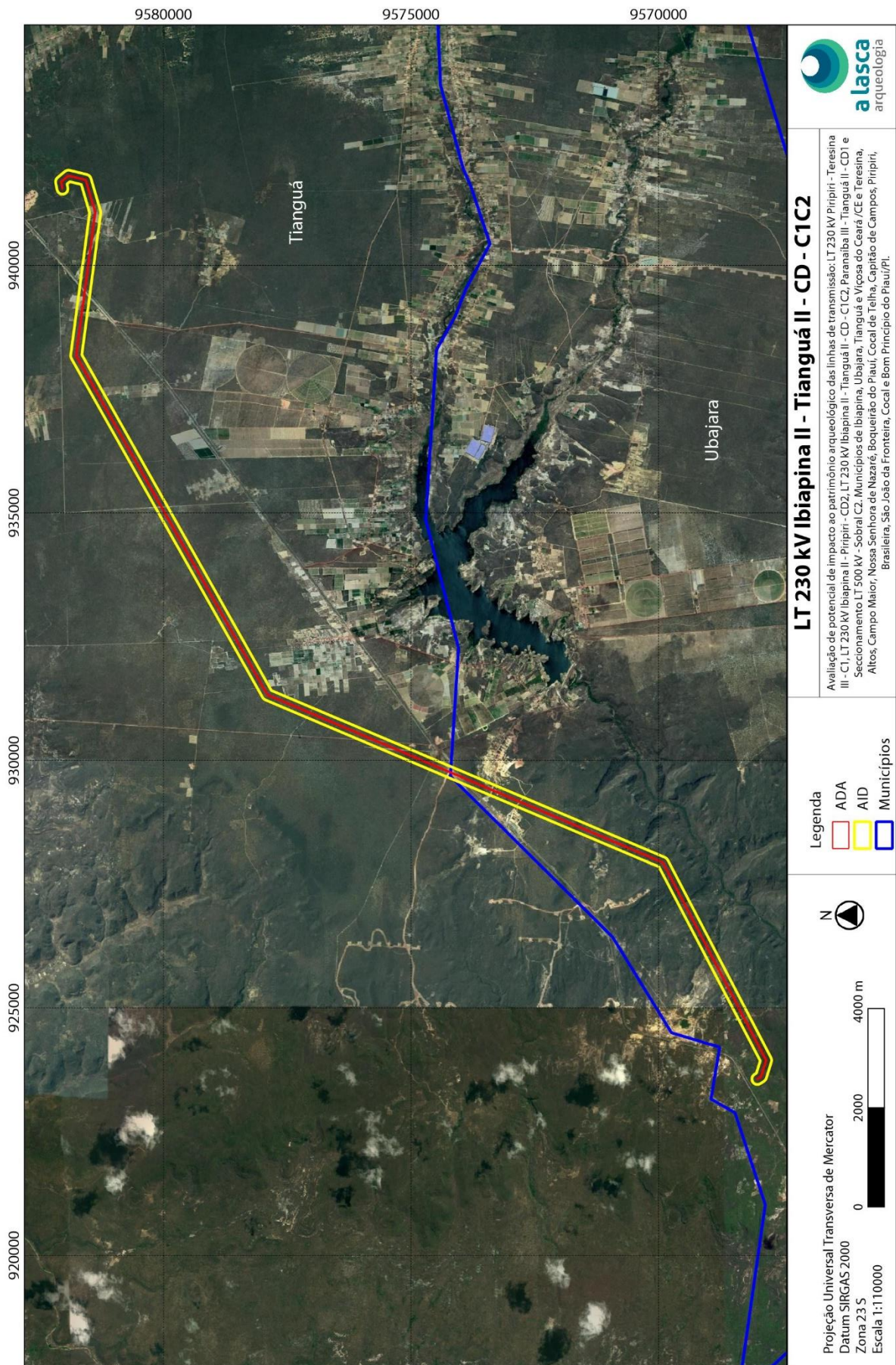
Avaliação de potencial de impacto ao patrimônio arqueológico das linhas de transmissão: LT 230 kV Piripiri - Teresina III - C1, LT 230 kV Ibiapina II - Piripiri - CD2, LT 230 kV Ibiapina II - Tianguá II - CD - C1C2, Paranaíba III - Tianguá II - CD1 e Seccionamento LT 500 kV - Sobral C2

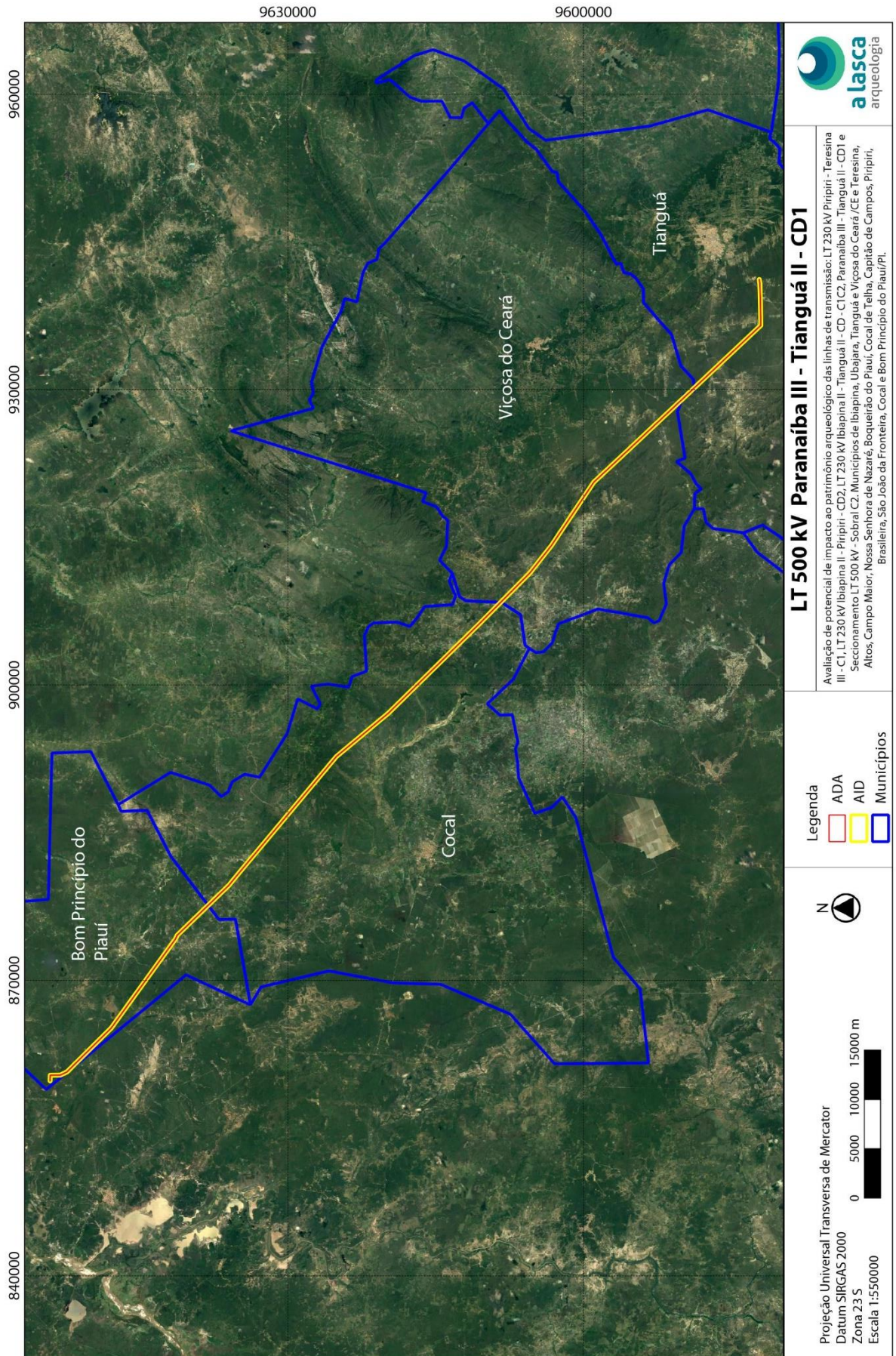
Municípios de Ibiapina, Ubajara, Tianguá e Viçosa do Ceará /CE e Teresina, Altos, Campo Maior, Nossa Senhora de Nazaré, Boqueirão do Piauí, Cocal de Telha, Capitão de Campos, Piripiri, Brasileira, São João da Fronteira, Cocal e Bom Princípio do Piauí/PI.

**a lasca**  
arqueologia











Legenda

- ADA SECC B LT 500 kV Teresina II-Sobral III C2 - SE Tianguá II
- ADA SECC A LT 500 kV Teresina II-Sobral III C2 - SE Tianguá II
- AID
- Municípios

Projeção Universal Transversa de Mercator  
 Datum SIRGAS 2000  
 Zona 23 S  
 Escala 1:92000



### Seccionamento LT 500 kV - Sobral C2

Avaliação de potencial de impacto ao patrimônio arqueológico das linhas de transmissão: LT 230 kV Piripiri - Teresina III - C1, LT 230 kV Ibiapina II - Piripiri - CD2, LT 230 kV Ibiapina II - Tianguá II - CD - C1 C2, Paranaíba III - Tianguá II - CD1 e Seccionamento LT 500 kV - Sobral C2. Municípios de Ibiapina, Ubajara, Tianguá e Viçosa do Ceará /CE e Teresina, Altos, Campo Maior, Nossa Senhora de Nazaré, Boqueirão do Piauí, Cocal de Telha, Capitão de Campos, Piripiri, Brasileira, São João da Fronteira, Cocal e Bom Princípio do Piauí/PI.



#### 4. CONTEXTUALIZAÇÃO ARQUEOLÓGICA E ETNO-HISTÓRICA DA ÁREA

Apesar de seu riquíssimo patrimônio, contendo inúmeros sítios arqueológicos que estabelecem uma ocupação humana com milhares de anos de duração, a região nordeste, segundo Gabriela Martin (2005), foi uma das últimas áreas brasileiras a ser explorada cientificamente. Ficando fora dos grandes levantamentos sistemáticos do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas - PRONAPA - durante as décadas de 1950 e 1960, a região só foi explorada com maior vigor nos anos 1970, com o surgimento de centros de estudo nas universidades federais da região e a realização de uma série de pesquisa que desembocariam na formação da Fundação do Museu do Homem Americano – FUNDHAM, no estado do Piauí. Recentemente, a região tem passado por uma série de novos estudos, estimulados pela abertura de novos centros de pesquisa, pós-graduação e graduações especializadas, e de estudos realizados para o licenciamento ambiental de empreendimentos.

No que tange à área específica do empreendimento, segundo a consulta realizada no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) disponível na página eletrônica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) , existem 63 sítios arqueológicos registrados em nove dos municípios que compõem a área abrangida pelo empreendimento. Destes, foi possível obter as coordenadas de 43 sítios.

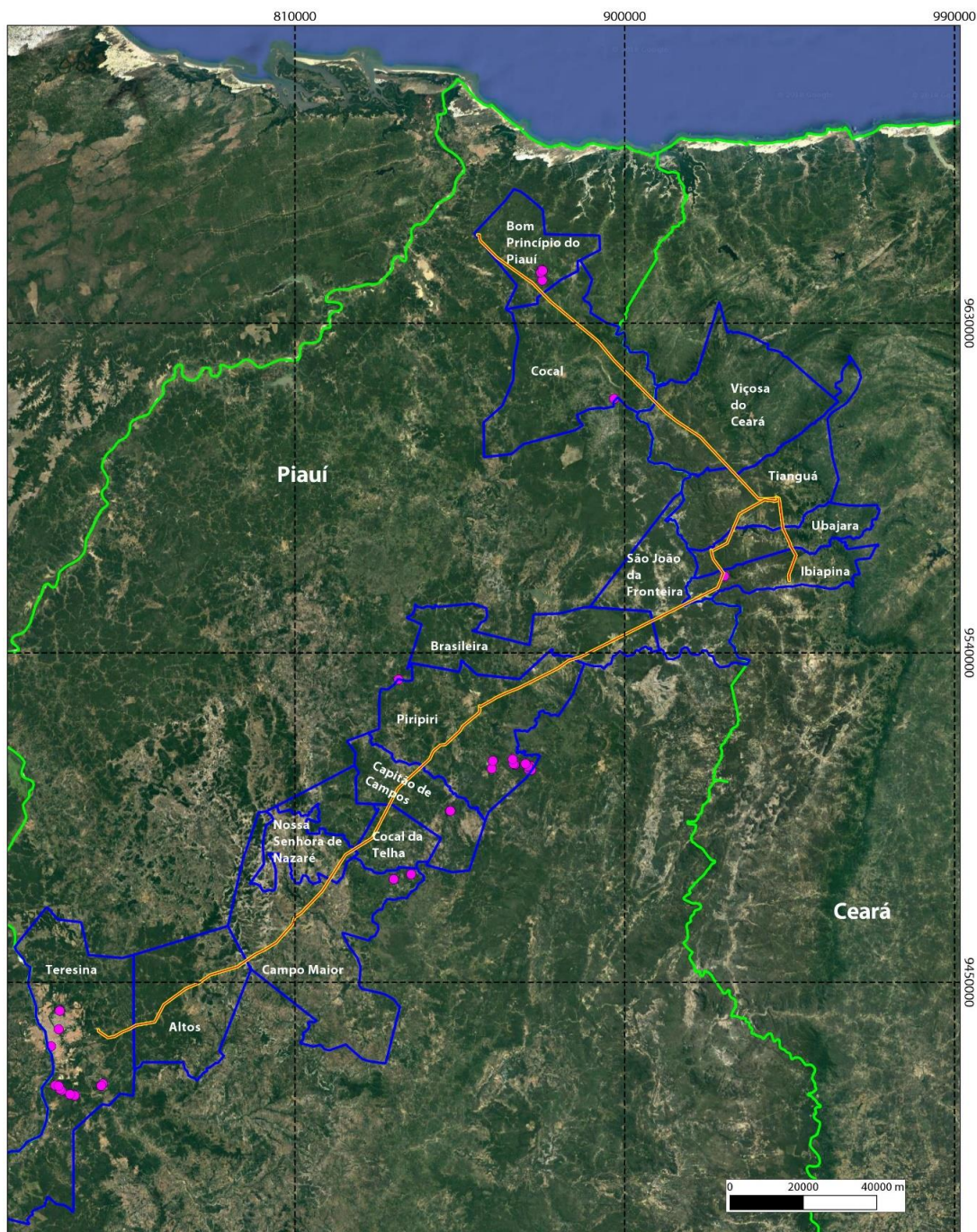
Quadro 1: Sítios arqueológicos registrados nos municípios abrangidos pelo empreendimento (CNSA/IPHAN)


MUNICÍPIO	CNSA	SÍTIO	TIPOLOGIA	
Ibiapina	CE00578	Piso 01	Sítio de arte rupestre pré-colonial	
Viçosa do Ceará	CE00073	Pedro dos Pilões	Sítio de arte rupestre pré-colonial	
	PI00907	Floresta Fóssil do Rio Poti	Sítio lítico pré-colonial	
	PI00908	Sítio Barragem	Sítio lítico pré-colonial	
	PI00909	Sítio do Masssará	Sítio lítico pré-colonial	
	PI00910	Sítio Zacarias	Sítio lítico pré-colonial	
	PI00911	Sítio do Boi	Sítio lítico pré-colonial	
	PI00912	Sítio do Rafael	Sítio lítico pré-colonial	
	PI00913	Sítio Leonílio	Sítio lítico pré-colonial	
	PI00914	Sítio Dona Sônia	Sítio lítico pré-colonial	
	Teresina	PI00915	Sítio José Aurélio	Sítio lítico pré-colonial
		PI00916	Sítio da Sapucaia	Sítio lítico pré-colonial
		PI00917	Sítio da Torre 205/3	Sítio lítico pré-colonial
		PI00918	Sítio da Torre II	Não identificado
		PI01884	___	Não identificado
PI01885		___	Não identificado	
PI01886		___	Não identificado	
	PI01889	Sítio Lítico I	Sítio lítico pré-colonial	
	PI01890	Sítio Lítico II	Sítio lítico pré-colonial	



MUNICÍPIO	CNSA	SÍTIO	TIPOLOGIA
	PI01891	Sítio Pedra e Barro	Sítio histórico composto por vestígios de estruturas e material associado ao séc. XIX.
Teresina	PI01913	Ininga	Sítio líto-cerâmico pré-colonial / Sítio histórico com materiais associados ao final do séc. XIX e começo do séc. XX.
Campo Maior	PI00023	Sítio das Emas	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00024	Futrica I	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00030	Futrica II	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00031	Sítio Boa Vista	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00036	Pedra do Letreiro	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00039	Letreiro das Tabocas	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00051	Pedra do Vaqueiro	Sítio de arte rupestre pré-colonial
Capitão de Campos	PI00627	Pedras dos Letreiros I	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00628	Pedras dos Letreiros II	Sítio de arte rupestre pré-colonial
Piripiri	PI00040	Pedra do Atlas	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00045	Pedra da Biblioteca	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00046	Pedra do Dicionário	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00648	Pé do Cosme	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00649	Pedra Ferrada	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00650	Pedra do Cantagalo I	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00651	Pedra do Cantagalo II	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00652	Cadoz Velho I	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00653	Cadoz Velho II	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00654	Cadoz Velho III	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00655	Cadoz Velho IV	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00656	Caminho da Caiçara I	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00657	Caminho da Caiçara II	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00658	Furna do Morcego	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00659	Buriti dos Cavalos IV	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00660	Buriti dos Cavalos V	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00661	Tuncas de Pedras	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00662	Furna das Tuncas	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00663	Pedra do Lagarto	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00664	Recanto	Sítio de arte rupestre pré-colonial
PI00665	Sítio dos Carimbos Gigantes	Sítio de arte rupestre pré-colonial	
Brasileira	PI00857	Fazenda Bom Gosto	Sítio histórico composto por estruturas arquitetônicas
Cocal	PI00008	Pedra do Letreiro	Sítio de arte rupestre pré-colonial
Bom Princípio do Piauí	PI00710	Furna do Letreiro	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00711	Guaritas I	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00712	Guaritas II	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00713	Guaritas III	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00714	Guaritas IV	Sítio de arte rupestre pré-colonial

MUNICÍPIO	CNSA	SÍTIO	TIPOLOGIA
Bom Princípio do Piauí	PI00715	Letreiro das Cruzes	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00716	Furna das Guaritas	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00717	Sítio Riacho da Cachoeira	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00718	Pedra Pintada I	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00719	Pedra Pintada II	Sítio de arte rupestre pré-colonial



<p><b>Legenda</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><span style="border: 1px solid red; display: inline-block; width: 15px; height: 10px; margin-right: 5px;"></span> ADA</li> <li><span style="border: 1px solid yellow; display: inline-block; width: 15px; height: 10px; margin-right: 5px;"></span> AID</li> <li><span style="border: 1px solid blue; display: inline-block; width: 15px; height: 10px; margin-right: 5px;"></span> Municípios</li> <li><span style="border: 1px solid green; display: inline-block; width: 15px; height: 10px; margin-right: 5px;"></span> Estados</li> <li><span style="color: magenta;">●</span> Sítios Arqueológicos</li> </ul> <p>Projeção Universal Transversa de Mercator Datum SIRGAS 2000 Zona 23 S Escala 1:1450000</p>	<p><b>IMPLANTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO</b></p> <p>Avaliação de potencial de impacto ao patrimônio arqueológico das linhas de transmissão: LT 230 kV Piripiri - Teresina III - C1, LT 230 kV Ibiapina II - Piripiri - CD2, LT 230 kV Ibiapina II - Tianguá II - CD - C1C2, Paranaíba III - Tianguá II - CD1 e Seccionamento LT 500 kV - Sobral C2</p> <p>Municípios de Ibiapina, Ubajara, Tianguá e Viçosa do Ceará /CE e Teresina, Altos, Campo Maior, Nossa Senhora de Nazaré, Boqueirão do Piauí, Cocal de Telha, Capitão de Campos, Piripiri, Brasileira, São João da Fronteira, Cocal e Bom Princípio do Piauí/PI.</p>	
--	---	---

É importante notar que além das ocorrências registradas, outro fator de interesse arqueológico, o Parque Nacional das Sete Cidades, localiza-se na AID do empreendimento. O parque é conhecido pelos painéis com formas geométricas que despertaram, junto com as diversas pinturas rupestres na área, o interesse de viajantes no século XIX. Segundo Magalhães (2011), o parque abriga no mínimo 25 sítios de pintura rupestre, estabelecendo um contexto de ocupação de alto interesse na região.

Complementarmente, um levantamento nos registros oficiais determinou a existência de 67 projetos de arqueologia abrangendo os diferentes municípios afetados pelo empreendimento entre 2001 até o presente, muitos abarcando múltiplas municipalidades.

Quadro 2: Estudos arqueológicos desenvolvidos nos dezesseis municípios abrangidos pela AID  
Fonte: banco de portarias do CNA (1991/2018).

PROCESSO	PROJETO	MUNICÍPIO
01494.000015/01-15	Prospecção Arqueológica ao longo da linha de alta tensão - Teresina I e Teresina II	Teresina
01494.000139/01-09	Prospecção Arqueológica ao longo da linha de alta tensão - Presidente Dutra e Teresina	Teresina
01494.000029/01-39	Projeto de Prospecção Arqueológica na Avenida Marginal Leste do Rio Poti	Teresina
01496.000048/2004-98	Levantamento Arqueológico na LT 500 kV Teresina II - Sobral III - Fortaleza II - Circuito 2	Teresina
01496.000048/2004-98	Levantamento Arqueológico na LT 500 kV Teresina II - Sobral III - Fortaleza II - Circuito 2	Teresina
01402.000007/2006-65	Prospecção Arqueológica na Área de Influência do Gasoduto Meio Norte (TMN)	Altos, Brasileira, Campo Maior, Capitão de Campos, Piripiri, São João da Fronteira, Teresina e Tinguá
01402.000007/2006-65	Prospecção Arqueológica na Área de Influência do Gasoduto Meio Norte (TMN)	Altos, Brasileira, Campo Maior, Capitão de Campos, São João da Fronteira, Teresina e Tinguá
01402.000251/2009-13	Levantamento do Potencial Arqueológico na Área de Abrangência do Projeto Florestal da Suzano no Estado do Piauí	Altos, Campo Maior e Teresina
01496.000425/2011-18	Diagnóstico Arqueológico na área da Usina Eólica Santa Tereza I.	Ibiapina
01496.000426/2011-62	Diagnóstico Arqueológico na área da Usina Eólica Santa Tereza II.	Ibiapina
01496.000427/2011-15	Diagnóstico Arqueológico na área da Usina Eólica Santa Tereza III.	Ibiapina
01496.000428/2011-51	Diagnóstico Arqueológico na área da Usina Eólica Santa Tereza IV.	Ibiapina
01496.000474/2011-51	Diagnóstico Arqueológico na Área da Usina Eólica VENTOS DO PARAZINHO, Ubajara/CE.	Ubajara
01496.000473/2011-14	Diagnóstico Arqueológico na Área de Intervenção da Usina VENTOS DE TIANGUÁ NORTE, Tianguá/CE.	Tianguá
01496.000467/2011-59	Diagnóstico Arqueológico na Área da Usina Eólica VENTO FORMOSO, Ubajara/CE.	Ubajara

PROCESSO	PROJETO	MUNICÍPIO
01496.000475/2011-03	Diagnóstico Arqueológico na Área de Intervenção da Usina Eólica VENTOS DE TIANGUÁ, Tianguá/CE.	Tianguá
01496.000476/2011-40	Diagnóstico Arqueológico da Área da Usina Eólica VENTOS DO MORRO DO CHAPÉU, Tianguá/CE.	Tianguá
01496.000402/2011-11	Programa de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica para a Central Geradora Eólica Agro-Serra V	Tianguá
01496.000406/2011-91	Programa de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica para a Central Geradora Eólica Veado Seco II	Tianguá
01496.000407/2011-36	Programa de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica para a Central Geradora Eólica Veado Seco III	Tianguá
01496.000404/2011-01	Programa de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica para a Central Geradora Eólica Veado Seco I	Tianguá
01496.000399/2011-28	Programa de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica para a Central Geradora Eólica Agro-Serra II	Tianguá
01496.000400/2011-14	Programa de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica para a Central Geradora Eólica Agro-Serra III	Tianguá
01496.000401/2011-69	Programa de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica para a Central Geradora Eólica Agro-Serra IV	Tianguá
01496.000403/2011-58	Programa de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica para a Central Geradora Eólica Agro-Serra VI	Tianguá
01496.000398/2011-83	Programa de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica para a Central Geradora Eólica Agro-Serra I	Tianguá
01496.001441/2012-17	Diagnóstico Arqueológico da Área de Instalação da Central Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 1	Ibiapina e Ubajara
01496.001440/2012-64	Diagnóstico Arqueológico da Área de Instalação da Linha de Transmissão 69 Kv CGE Bons Ventos da Serra 1	Ibiapina e Ubajara
01402.000189/2013-01	Diagnóstico Arqueológico Interventivo do Complexo Ferroviário de Teresina	Teresina
01496.000741/2013-51	Diagnóstico Arqueológico na Área da SE Ibiapina II 230/69 KV	Ubajara
01402.000434/2012-91	Diagnóstico Arqueológico Interventivo para a LT 230KV Teresina II – Teresina III e Subestação Teresina III 230/69KV	Teresina
01496.000740/2013-15	Diagnóstico Arqueológico na Área da LT 230 KV Piripiri – Sobral II – Ibiapina	Ibiapina e Ubajara
01402.000321/2013-77	Diagnóstico e Prospecção Arqueológica CTR Altos	Altos
01496.001161/2013-81	Prospecção Arqueológica da Área de Instalação da Linha de Transmissão 69 kV BVS 1 – SE Ibiapina	Ibiapina e Ubajara
01496.001162/2013-26	Prospecção Arqueológica da Área de Instalação da Central Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 1	Ibiapina
01450.013902/2013-01	Diagnóstico Arqueológico Interventivo e Prospecção Arqueológica da Linha de Transmissão 500 Kv – Presidente Dutra – Teresina II – Sobral III C3 e Subestações Associadas	Altos, Brasileira, Boqueirão do Piauí, Campo Maior, Capitão de Campos, Cocal de Telha, Ibiapina, Nossa Senhora de Nazaré, Piripiri, São João da Fronteira, Teresina e Ubajara
01450.013902/2013-01	Diagnóstico Arqueológico Interventivo e Prospecção Arqueológica da Linha de Transmissão 500 Kv – Presidente Dutra – Teresina II – Sobral III C3 e Subestações Associadas	Altos, Brasileira, Boqueirão do Piauí, Campo Maior, Capitão de Campos, Cocal de Telha, Ibiapina, Nossa Senhora de Nazaré, Piripiri,

PROCESSO	PROJETO	MUNICÍPIO
		São João da Fronteira, Teresina e Ubajara
01496.000492/2014-85	Prospecção Arqueológica Intensiva na Área da SE IBIAPINA II 230/69 KV	Ubajara
01496.000420/2014-38	Prospecção Arqueológica (Fases II e III) na área do Sistema de Esgotamento Sanitário	Viçosa do Ceará
01496.000910/2014-34	Diagnóstico e Prospecção Arqueológica Interventiva no Complexo Eólico Harmonia	Ibiapina, Tianguá e Ubajara
01496.001549/2014-63	Diagnóstico Arqueológico Interventivo e Educação Patrimonial na área de instalação da LT 230 kV SE Coletora Cacimbas/ SE Ibiapina II	Ibiapina e Ubajara
01402.000249/2015-40	Diagnóstico Arqueológico Interventivo e Educação Patrimonial do Loteamento Urbano Alphaville Teresina 2	Teresina
01496.001422/2014-44	Diagnóstico, Prospecção Arqueológica Intensiva e Educação Patrimonial na área de instalação do Complexo Eólico Bons Ventos da Serra II	Ibiapina e Ubajara
01496.000031/2015-93	Prospecção Arqueológica (Fase II) na área de implantação da Central Eólica Ventos do Parazinho, Ceará	Ubajara
01496.000033/2015-82	Prospecção Arqueológica Complexo Eólico Tianguá – EOL Ventos de Tianguá Norte	Tianguá
01496.000029/2015-14	Prospecção Arqueológica Central Geradora Eólica – EOL Ventos do Morro do Chapéu	Tianguá
01496.000030/2015-49	Prospecção Arqueológica Central Geradora Eólica – EOL Ventos do Parazinho	Tianguá
01496.000032/2015-38	Prospecção Arqueológica Central Geradora Eólica – EOL Vento Formoso	Tianguá
01402.001024.2015-19	Diagnóstico Arqueológico interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial Para a linha de transmissão 230KV Teresina II-Teresina III	Teresina
01496.001057/2015-59	Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial da LT 230 kV SE Coletora Cacimbas / SE Ibiapina II	Brasileira, Cocal, São João da Fronteira, Viçosa do Ceara e Tianguá
01402.000249/2015-40	Programa de Resgate, Monitoramento e Educação Patrimonial do Loteamento Urbano-Alphaville Teresina 2	Teresina
01402.001024/2015-19	Projeto de Salvamento e Monitoramento Arqueológico para a Linha de Transmissão 230 Kv Teresina II - Teresina III	Teresina
01450.003110/2016-63	Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação da LT 500 kV Bacabeira - Pecém II	Bom Princípio do Piauí, Ibiapina e Tiangua.
01450.003110/2016-63	Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação da LT 500 kV Bacabeira - Pecém II	Bom Princípio do Piauí, Ibiapina e Tiangua
01496.001440/2016-98	Ibouiapab Eguare - Mapeamento Arqueológico não Interventivo da Serra da Ibiapaba-História de Longa Duração das Populações Tupi	Brasileira, Cocal, Ibiapina, São João da Fronteira, Tianguá e Viçosa do Ceará
01496.001440/2016-98	Ibouiapab Eguare - Mapeamento Arqueológico não Interventivo da Serra da Ibiapaba-História de Longa Duração das Populações Tupi	Brasileira, Cocal, Ibiapina, São João da Fronteira, Tianguá e Viçosa do Ceará

PROCESSO	PROJETO	MUNICÍPIO
01450.003110/2016-63	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação da LT 500 kV Bacabeira - Pecém II	Bom Princípio do Piauí, Ibiapina e Tiangua.
01450.003110/2016-63	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação da LT 500 kV Bacabeira - Pecém II	Bom Princípio do Piauí, Ibiapina e Tiangua.
01402.900018/2017-08	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Empreendimento Cidade 2000 II	Teresina
01402.000019/2018-23	Acompanhamento Arqueológico das Obras de implantação do Novo Complexo Judiciário do Palácio da Justiça do Estado do Piauí	Teresina
01402.900187/2017-30	Proposta de Acompanhamento Arqueológico Referente ao Empreendimento Mateus Supermercados	Teresina
01402.900032/2017-01	Acompanhamento Arqueológico para o Condomínio Village do Bosque I	Teresina
01450.008967/2016-70	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Linha de Transmissão 500 kV Bacabeira - Pecém II	Bom Princípio do Piauí, Ibiapina, Tiangua, Ubajara e Viçosa do Ceará
01450.008967/2016-70	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Linha de Transmissão 500 kV Bacabeira - Pecém II	Bom Princípio do Piauí, Ibiapina, Tiangua, Ubajara e Viçosa do Ceará
01450.008967/2016-70	Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Linha De Transmissão 500 kV Bacabeira - Pecém II e Instalações Associadas	Bom Princípio do Piauí, Ibiapina, Tiangua, Ubajara e Viçosa do Ceará
01450.008967/2016-70	Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Linha De Transmissão 500 kV Bacabeira - Pecém II e Instalações Associadas	Bom Princípio do Piauí, Ibiapina, Tiangua, Ubajara e Viçosa do Ceará
01402.000318/2017-87	Plano de trabalho do Programa de Recadastramento e Atualização do CNSA de 319 sítios arqueológicos no Estado do Piauí	Bom Princípio do Piauí, Ibiapina, Tiangua, Ubajara e Viçosa do Ceará
01494.000015/01-15	Prospecção Arqueológica ao longo da linha de alta tensão - Teresina I e Teresina II	Teresina
01494.000139/01-09	Prospecção Arqueológica ao longo da linha de alta tensão - Presidente Dutra e Teresina	Teresina
01494.000029/01-39	Projeto de Prospecção Arqueológica na Avenida Marginal Leste do Rio Poti	Teresina
01496.000048/2004-98	Levantamento Arqueológico na LT 500 kV Teresina II - Sobral III - Fortaleza II - Circuito 2	Teresina
01496.000048/2004-98	Levantamento Arqueológico na LT 500 kV Teresina II - Sobral III - Fortaleza II - Circuito 2	Teresina
01402.000007/2006-65	Prospecção Arqueológica na Área de Influência do Gasoduto Meio Norte (TMN)	Altos, Brasileira, Campo Maior, Capitão de Campos, Piriipiri, São João da Fronteira, Teresina
01402.000007/2006-65	Prospecção Arqueológica na Área de Influência do Gasoduto Meio Norte (TMN)	Altos, Brasileira, Campo Maior, Capitão de Campos, São João da Fronteira, Teresina e Tinguá
01402.000251/2009-13	Levantamento do Potencial Arqueológico na Área de Abrangência do Projeto Florestal da Suzano no Estado do Piauí	Altos, Campo Maior e Teresina
01496.000425/2011-18	Diagnóstico Arqueológico na área da Usina Eólica Santa Tereza I.	Ibiapina

PROCESSO	PROJETO	MUNICÍPIO
01496.000426/2011-62	Diagnóstico Arqueológico na área da Usina Eólica Santa Tereza II.	Ibiapina
01496.000427/2011-15	Diagnóstico Arqueológico na área da Usina Eólica Santa Tereza III.	Ibiapina
01496.000428/2011-51	Diagnóstico Arqueológico na área da Usina Eólica Santa Tereza IV.	Ibiapina
01496.000474/2011-51	Diagnóstico Arqueológico na Área da Usina Eólica VENTOS DO PARAZINHO, Ubajara/CE.	Ubajara
01496.000473/2011-14	Diagnóstico Arqueológico na Área de Intervenção da Usina VENTOS DE TIANGUÁ NORTE, Tianguá/CE.	Tianguá
01496.000467/2011-59	Diagnóstico Arqueológico na Área da Usina Eólica VENTO FORMOSO, Ubajara/CE.	Ubajara
01496.000475/2011-03	Diagnóstico Arqueológico na Área de Intervenção da Usina Eólica VENTOS DE TIANGUÁ, Tianguá/CE.	Tianguá
01496.000476/2011-40	Diagnóstico Arqueológico da Área da Usina Eólica VENTOS DO MORRO DO CHAPÉU, Tianguá/CE.	Tianguá
01496.000402/2011-11	Programa de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica para a Central Geradora Eólica Agro-Serra V	Tianguá
01496.000406/2011-91	Programa de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica para a Central Geradora Eólica Veado Seco II	Tianguá
01496.000407/2011-36	Programa de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica para a Central Geradora Eólica Veado Seco III	Tianguá
01496.000404/2011-01	Programa de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica para a Central Geradora Eólica Veado Seco I	Tianguá
01496.000399/2011-28	Programa de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica para a Central Geradora Eólica Agro-Serra II	Tianguá
01496.000400/2011-14	Programa de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica para a Central Geradora Eólica Agro-Serra III	Tianguá
01496.000401/2011-69	Programa de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica para a Central Geradora Eólica Agro-Serra IV	Tianguá
01496.000403/2011-58	Programa de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica para a Central Geradora Eólica Agro-Serra VI	Tianguá
01496.000398/2011-83	Programa de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica para a Central Geradora Eólica Agro-Serra I	Tianguá
01496.001441/2012-17	Diagnóstico Arqueológico da Área de Instalação da Central Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 1	Ibiapina e Ubajara
01496.001440/2012-64	Diagnóstico Arqueológico da Área de Instalação da Linha de Transmissão 69 Kv CGE Bons Ventos da Serra 1	Ibiapina e Ubajara
01402.000189/2013-01	Diagnóstico Arqueológico Interventivo do Complexo Ferroviário de Teresina	Teresina
01496.000741/2013-51	Diagnóstico Arqueológico na Área da SE Ibiapina II 230/69 KV	Ubajara
01402.000434/2012-91	Diagnóstico Arqueológico Interventivo para a LT 230KV Teresina II – Teresina III e Subestação Teresina III 230/69KV	Teresina
01496.000740/2013-15	Diagnóstico Arqueológico na Área da LT 230 KV Piripiri – Sobral II – Ibiapina	Ibiapina e Ubajara
01402.000321/2013-77	Diagnóstico e Prospecção Arqueológica CTR Altos	Altos
01496.001161/2013-81	Prospecção Arqueológica da Área de Instalação da Linha de Transmissão 69 kV BVS 1 – SE Ibiapina	Ibiapina e Ubajara

PROCESSO	PROJETO	MUNICÍPIO
01496.001162/2013-26	Prospecção Arqueológica da Área de Instalação da Central Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 1	Ibiapina
01450.013902/2013-01	Diagnóstico Arqueológico Interventivo e Prospecção Arqueológica da Linha de Transmissão 500 Kv – Presidente Dutra – Teresina II – Sobral III C3 e Subestações Associadas	Altos, Brasileira, Boqueirão do Piauí, Campo Maior, Capitão de Campos, Cocal de Telha, Ibiapina, Nossa Senhora de Nazaré, Piripiri, São João da Fronteira, Teresina e Ubajara
01450.013902/2013-01	Diagnóstico Arqueológico Interventivo e Prospecção Arqueológica da Linha de Transmissão 500 Kv – Presidente Dutra – Teresina II – Sobral III C3 e Subestações Associadas	Altos, Brasileira, Boqueirão do Piauí, Campo Maior, Capitão de Campos, Cocal de Telha, Ibiapina, Nossa Senhora de Nazaré, Piripiri, São João da Fronteira, Teresina e Ubajara
01496.000492/2014-85	Prospecção Arqueológica Intensiva na Área da SE IBIAPINA II 230/69 KV	Ubajara
01496.000420/2014-38	Prospecção Arqueológica (Fases II e III) na área do Sistema de Esgotamento Sanitário	Viçosa do Ceará
01496.000910/2014-34	Diagnóstico e Prospecção Arqueológica Interventiva no Complexo Eólico Harmonia	Ibiapina, Tianguá e Ubajara
01496.001549/2014-63	Diagnóstico Arqueológico Interventivo e Educação Patrimonial na área de instalação da LT 230 kV SE Coletora Cacimbas/ SE Ibiapina II	Ibiapina e Ubajara
01402.000249/2015-40	Diagnóstico Arqueológico Interventivo e Educação Patrimonial do Loteamento Urbano Alphaville Teresina 2	Teresina
01496.001422/2014-44	Diagnóstico, Prospecção Arqueológica Intensiva e Educação Patrimonial na área de instalação do Complexo Eólico Bons Ventos da Serra II	Ibiapina e Ubajara
01496.000031/2015-93	Prospecção Arqueológico (Fase II) na área de implantação da Central Eólica Ventos do Parazinho, Ceará	Ubajara
01496.000033/2015-82	Prospecção Arqueológica Complexo Eólico Tianguá – EOL Ventos de Tianguá Norte	Tianguá
01496.000029/2015-14	Prospecção Arqueológica Central Geradora Eólica – EOL Ventos do Morro do Chapéu	Tianguá
01496.000030/2015-49	Prospecção Arqueológica Central Geradora Eólica – EOL Ventos do Parazinho	Tianguá
01496.000032/2015-38	Prospecção Arqueológica Central Geradora Eólica – EOL Vento Formoso	Tianguá
01402.001024.2015-19	Diagnóstico Arqueológico interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial Para a linha de transmissão 230KV Teresina II-Teresina III	Teresina
01496.001057/2015-59	Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial da LT 230 kV SE Coletora Cacimbas / SE Ibiapina II	Brasileira, Cocal, São João da Fronteira, Viçosa do Ceara e Tianguá
01402.000249/2015-40	Programa de Resgate, Monitoramento e Educação Patrimonial do Loteamento Urbano-Alphaville Teresina 2	Teresina
01402.001024/2015-19	Projeto de Salvamento e Monitoramento Arqueológico para a Linha de Transmissão 230 Kv Teresina II - Teresina III	Teresina



PROCESSO	PROJETO	MUNICÍPIO
01450.003110/2016-63	Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação da LT 500 kV Bacabeira - Pecém II	Bom Princípio do Piauí, Ibiapina e Tiangua.
01450.003110/2016-63	Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação da LT 500 kV Bacabeira - Pecém II	Bom Princípio do Piauí, Ibiapina e Tiangua
01496.001440/2016-98	Ibouiapab Eguare - Mapeamento Arqueológico não Interventivo da Serra da Ibiapaba-História de Longa Duração das Populações Tupi	Brasileira, Cocal, Ibiapina, São João da Fronteira, Tianguá e Viçosa do Ceará
01496.001440/2016-98	Ibouiapab Eguare - Mapeamento Arqueológico não Interventivo da Serra da Ibiapaba-História de Longa Duração das Populações Tupi	Brasileira, Cocal, Ibiapina, São João da Fronteira, Tianguá e Viçosa do Ceará
01450.003110/2016-63	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação da LT 500 kV Bacabeira - Pecém II	Bom Princípio do Piauí, Ibiapina e Tiangua.
01450.003110/2016-63	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação da LT 500 kV Bacabeira - Pecém II	Bom Princípio do Piauí, Ibiapina e Tiangua.
01402.900018/2017-08	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Empreendimento Cidade 2000 II	Teresina
01402.000019/2018-23	Acompanhamento Arqueológico das Obras de implantação do Novo Complexo Judiciário do Palácio da Justiça do Estado do Piauí	Teresina
01402.900187/2017-30	Proposta de Acompanhamento Arqueológico Referente ao Empreendimento Mateus Supermercados	Teresina
01402.900032/2017-01	Acompanhamento Arqueológico para o Condomínio Village do Bosque I	Teresina
01450.008967/2016-70	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Linha de Transmissão 500 kV Bacabeira - Pecém II	Bom Princípio do Piauí, Ibiapina, Tiangua, Ubajara e Viçosa do Ceará
01450.008967/2016-70	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Linha de Transmissão 500 kV Bacabeira - Pecém II	Bom Princípio do Piauí, Ibiapina, Tiangua, Ubajara e Viçosa do Ceará
01450.008967/2016-70	Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Linha De Transmissão 500 kV Bacabeira - Pecém II e Instalações Associadas	Bom Princípio do Piauí, Ibiapina, Tiangua, Ubajara e Viçosa do Ceará
01450.008967/2016-70	Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Linha De Transmissão 500 kV Bacabeira - Pecém II e Instalações Associadas	Bom Princípio do Piauí, Ibiapina, Tiangua, Ubajara e Viçosa do Ceará
01402.000318/2017-87	Plano de trabalho do Programa de Recadastramento e Atualização do CNSA de 319 sítios arqueológicos no Estado do Piauí	Bom Princípio do Piauí, Ibiapina, Tiangua, Ubajara e Viçosa do Ceará
01494.000015/01-15	Prospecção Arqueológica ao longo da linha de alta tensão - Teresina I e Teresina II	Teresina
01494.000139/01-09	Prospecção Arqueológica ao longo da linha de alta tensão - Presidente Dutra e Teresina	Teresina
01494.000029/01-39	Projeto de Prospecção Arqueológica na Avenida Marginal Leste do Rio Poti	Teresina
01496.000048/2004-98	Levantamento Arqueológico na LT 500 kV Teresina II - Sobral III - Fortaleza II - Circuito 2	Teresina
01496.000048/2004-98	Levantamento Arqueológico na LT 500 kV Teresina II - Sobral III - Fortaleza II - Circuito 2	Teresina

#### 4.1. Contexto arqueológico

Os dados obtidos por meio das fichas de cadastro de sítios arqueológicos na região são pouco extensos, com pouco detalhamento sobre o conteúdo e dimensão dos sítios existentes. A maior parte dos sítios registrados na região constam apenas como contendo registros de arte rupestre, fazendo parte dos resultados de um grande esforço de levantamento preliminar realizado pelo Núcleo de Antropologia Pré-Histórica da Universidade Federal do Piauí em 1997.

Toda a extensão abrangida pelo empreendimento se insere na Região Hidrográfica Parnaíba, uma das mais importantes da região Nordeste, com um papel vital no abastecimento de diversos pontos do semiárido com baixos níveis de precipitação anual e frequentes estiagens (ANA, 2015).

Segundo as delimitações do Serviço Geológico do Brasil, a região é caracterizada como parte da província estrutural do Parnaíba, atravessando especificamente os grupos Balsas, Canindé e Serra Grande. A composição deste é predominantemente de arenitos, siltitos, folhelhos e calcários de formação paleozoica (SGB, 2006).

Já as conformações geomorfológicas na região são predominantemente de superfícies aplainadas, dissecadas em interflúvios tabulares, com trechos isolados de colinas em parte do trecho central do estado do Piauí e a uma área montanhosa com serras na fronteira com o Ceará na forma da Serra da Ibiapaba. Essas conformações estabelecem diversos afloramentos ao longo de toda a região, com uma grande densidade de paredões e rochedos (MAGALHÃES, 2011).

Essas condições, de fácil acesso a recursos essenciais e a uma paisagem propícia, estimularam não só a ocupação pretérita da região, como também uma vivência específica na paisagem através de demarcações simbólicas dos espaços com arte rupestre.

Em relação aos estudos arqueológicos já realizados na região do centro-norte do Piauí e oeste do Ceará, Magalhães aponta uma divisão estabelecida em cima de culturas arqueológicas caracterizadas pela arte rupestre: a Tradição Nordeste, Tradição Geométrica e Tradição Caxingó.

Mais plenamente estabelecida e conhecida, a Tradição Nordeste

*(...) é a tradição de pinturas dominante. É também a que possui maior grau de particularização conceitual. Caracteriza-se pela predominância de grafismos reconhecidos (figuras humanas, animais, plantas e objetos) e de grafismos puros, sendo estes nitidamente minoritários (Guidon, 1985). Nota-se nesta tradição um equilíbrio entre a quantidade de representações antropomórficas e zoomorfas. A boa qualidade da técnica de realização das figuras é outro fator caracterizador das mesmas. Há uma grande quantidade de figuras de tamanho reduzido, entre 5 e 15 centímetros, em situação de movimento e tecnicamente bem elaboradas, consideradas miniaturas. Numerosos grafismos evocam atividades cotidianas facilmente reconhecidas como caça, atos sexuais, danças, lutas ou cerimônias, e conferem à tradição um caráter narrativo, sua principal característica (MAGALHÃES, 2011: 88).*

A cronologia delimitada para a Tradição Nordeste remonta a, no mínimo, 12.000 AP, evoluindo durante dez mil anos seguintes e se dispersando por outras regiões do Nordeste. Sua dispersão espacial é igualmente ampla, abarcando o território de diversos estados brasileiros e se subdividindo em variações regionais com o tempo, como a sub-tradição Várzea Grande no Piauí e Seridó no Rio Grande do Norte (MARTIN, 2005: 250-254).



Figura 1: Grafismos da Tradição Nordeste (MARTIN, 2005: 247).

A Tradição Geométrica é associada a grafismos puros e algumas raras representações antropomórficas, lagartos e mãos/pés extremamente geometrizados. Sua área de dispersão parece corresponder a testemunhos de rápidas e breves passagens (MAGALHÃES, 2011: 94).

Segundo Guidon (1998: 48 apud MAGALHÃES, 2011: 94):

*Esta tradição de pinturas, segundo informações ainda pouco abundantes, parece ser originária do nordeste do estado do Piauí. É na Serra da Ibiapina, limite com o Ceará, onde existe a maior concentração até agora conhecida. O Parque Nacional das Sete Cidades é portador de sítios com pinturas pertencentes a esta tradição de pinturas.” (GUIDON,).*

Gabriela Martin afirma que a definição da Tradição é incerta, já que o próprio conceito de “geométrico” é particularmente discutível dentro de arte rupestre, podendo esta cultura arqueológica ser apenas uma expressão particular de outras Tradições, como a Nordeste (MARTIN, 2005: 286).

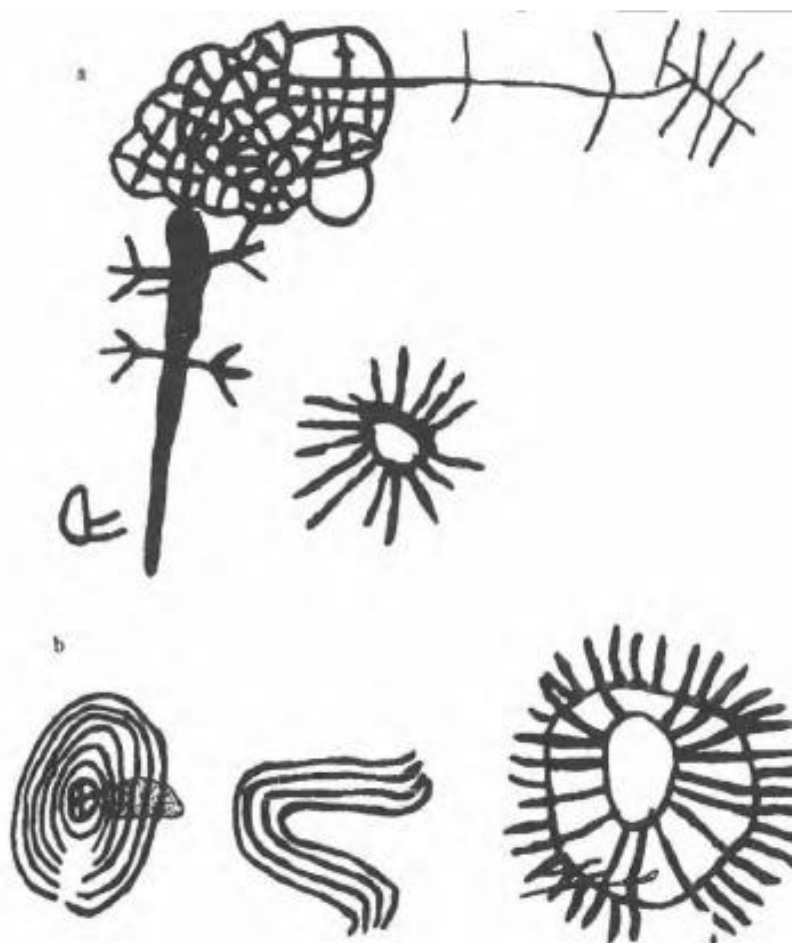


Figura 2: Grafismos da Tradição Geométrica (MARTIN, 2005: 287).

Formulada por Magalhães, a Tradição Caxingó se assemelha à Tradição Nordeste quanto à execução e esmero nos traços, mas apresenta motivos e manifestações gráficas muito distintas (MAGALHÃES, 2011).

*A temática desta tradição, a que denominamos Caxingó em razão de sua presença ser dominante na área arqueológica de mesmo nome, inclui elementos novos ou diferentes, ligados ao reino vegetal, como flores e folhas; objetos; membros separados do corpo – mãos, pés -, assim como formas em cruz ou X, ou os grafismos em forma de ampulheta,*

*que, a partir da análise, verificou-se serem o equivalente de figuras humanas, às vezes representados em série. Muitas outras formas, simples e complexas, exemplificadas nas ilustrações desse texto, fazem parte do seu amplo universo temático. Além dos grafismos isolados, alguns considerados emblemáticos, há composições, a que denominamos arranjos gráficos, sugerindo uma narração, fato que permite afirmar tratar-se de uma tradição narrativa, embora em moldes diferentes dos da tradição Nordeste, porque mais hermética, em virtude da temática centrar-se em grafismos de reconhecimento diferido” (MAGALHÃES, 2011: 330).*

Os traços executados nas pinturas apresentam contornos mais largos, com predominância da coloração vermelha, outra distinção da Tradição Nordeste. Outra diversidade gráfica é a valorização dos negativos através do uso dos espaços vazios nos painéis e a contraposição de formas simétricas. Já a apresentação dos grafismos se dá geralmente em conjuntos, distribuídos em faixas horizontais ao longo dos planos do suporte (MAGALHÃES, 2011).

Segundo a mesma autora, os sítios rupestres da região não possuem características que permitam defini-los como de habitação permanente, já que elas provavelmente ocorreriam em algum ponto da planície circundante.

O quadro cronológico proposto para região e da Tradição Caxingó através da análise dos grafismos sugere uma datação por volta de 20.000 a 12.000 AP, com uma dispersão a partir do Norte do Piauí em direção ao Oeste, Leste e Sul. Essa alocação temporal sugere, então, uma possível convivência com portadores da Tradição Nordeste, reforçando os laços já percebidos nas similaridades técnicas apresentadas pelos grafismos de ambas Tradições (MAGALHÃES, 2011: 332-334).



Figura 3: Painel de grafismos no Sítio Arco do Covão, Caxingó/ PI.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> FONTE: <http://goo.gl/6pT49o>

Para a área do empreendimento, especificamente, Cavalcante e Rodrigues (2009) estabeleceram uma análise do sítio Pedra do Atlas, no município de Piripiri. Os grafismos detectados pelos autores foram antropomórficos, geométricos, carimbos de mãos e onnitomorfo, com tonalidades de vermelho, vinho, amarelo e laranja. Segundo os autores, os grafismos encontrados, até então, não podem ser encaixados dentro de uma das tradições rupestres já estabelecidas.



Figura 4: Painéis de grafismos no sítio Pedra do Atlas, Piripiri/PI (CAVALCANTE; RODRIGUES, 2009: 168).

Além dos registros rupestres já mencionados, Cavalcante *et al* (2014) apontam a existência de artefatos líticos lascados e polidos, fragmentos cerâmicos, vestígios de ocre vermelho e um moedor com traços de pigmento amarelo e vermelho no sítio Cantagalo I, município de Piripiri/PI. É importante observar que a ocorrência não é citada na ficha de sítio existente no arquivo digital do CNSA/IPHAN, aonde consta apenas o registro de arte rupestre para o referido sítio, o que sugere que situações similares possam existir em outros locais.

Os autores não estabelecem uma análise mais aprofundada dos vestígios encontrados, não sendo determinado uma possível filiação com quaisquer culturas arqueológicas.



Figuras 5 e 6: Lítico no sítio Pedra do Cantagalo I (CAVALCANTE et al, 2016).



Figura 7: Ocre vermelho registrado no sítio Pedra do Cantagalo I (CAVALCANTE et al, 2016).



Figura 8: Fragmento cerâmico registrado no sítio Pedra do Cantagalo I (CAVALCANTE et al, 2016).



Figura 9: Lítico no sítio Pedra do Cantagalo I (CAVALCANTE et al, 2016).



Figura 10: Moedor de pigmentos no sítio Pedra do Cantagalo I (CAVALCANTE et al, 2016).

## 4.2. Contexto etno-histórico

Muito do esforço de reconstituição do povoamento indígena durante o momento do contato e os primeiros séculos do período colonial em geral reside na análise da documentação produzida por cronistas e documentos oficiais tratando das relações e conflitos dos colonizadores com os indígenas.

Esse procedimento é prejudicado no caso do Piauí devido a situação do território piauiense ter se mantido sobre jurisdição de outras áreas do então império colonial lusitano, os registros e relatos são imprecisos quanto aos povos indígenas que viviam no atual Piauí. Em geral, as fontes concordam que a área era habitada por grupos do tronco linguístico Gê no Piauí e Tupi no oeste cearense (MAGALHÃES, 2011: 105-106), com Nimuendaju apontando mais de 20 grupos distintos residindo na região entre o momento do contato e o século XIX (NIMUENDAJU, 1987).

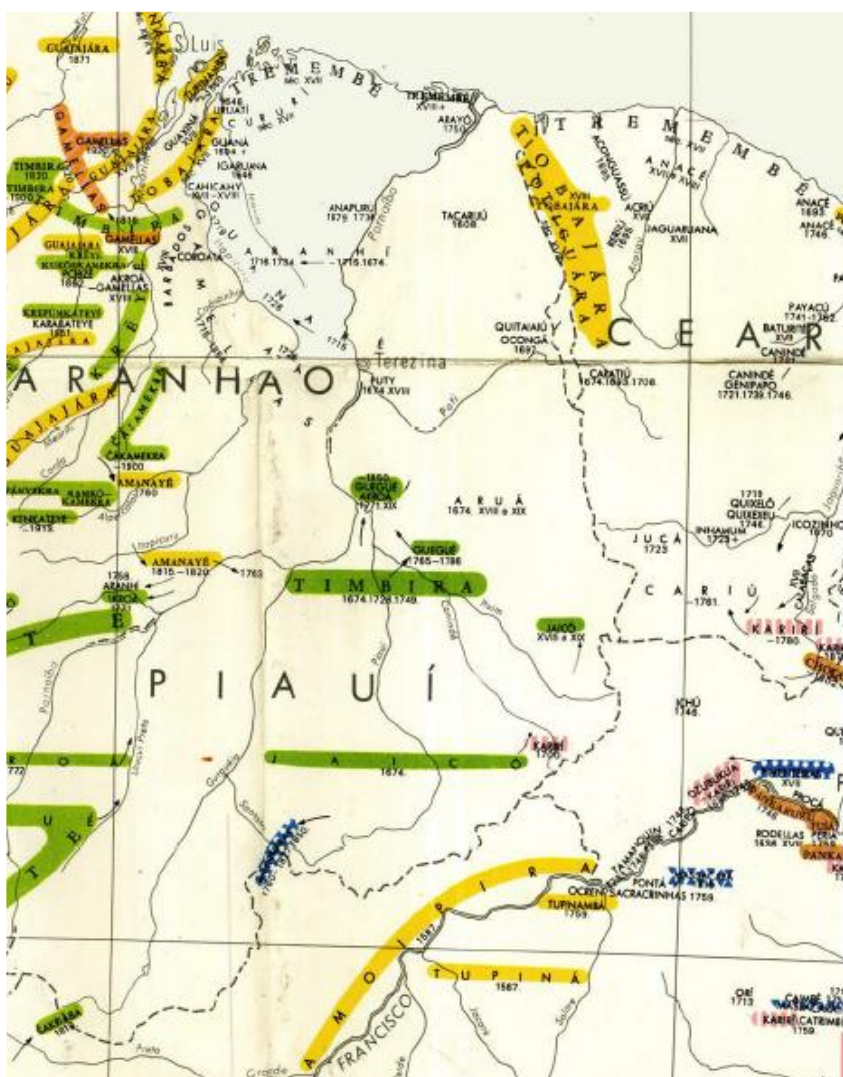


Figura 11: Detalhe do “Mapa Etno-histórico do Brasil e Regiões Adjacentes” de Curt Nimuendaju (1987)



Esses grupos transitavam entre o litoral atlântico e o sertão, mantendo uma rede de relações entre áreas e grupos distantes. Com o início da colonização de fato do Piauí a partir do século XVIII, com a entrada da criação de gado extensiva na região, quando produtores passaram a se aproveitar do rio Parnaíba para escoarem sua produção em direção aos mercados consumidores, intensificou-se um processo de expulsão dos grupos indígenas das terras agora rentáveis e cobiçadas (BANDEIRA, 2013: 106). Sua presença foi gradualmente diminuída com a entrada de colonos e a ocupação das terras, incitando um processo paulatino e progressivo de interiorização dos grupos indígenas ao longo do tempo (MAGALHÃES, 2011: 106).

O processo de ocupação colonial foi estruturado em função da proibição da criação de gado a até dez léguas do litoral pela Carta Régia de 1701, que criou um movimento do interior em direção à beira-mar. A florescente economia rural assim estruturada estimulou a formação das primeiras povoações litorâneas na região, articuladas para aproveitar o fluxo de mercadorias e pessoas. Esse ciclo econômico e estrutura de assentamento sobreviveu até o final do século XIX, quando o declínio da pecuária levou a busca de novos bens de exportação (BANDEIRA, 2013, 107).

Em contrapartida, a região do oeste cearense, abarcada pelo projeto, tem seu momento de contato muito mais documentado, principalmente em função dos recursos e localização da Serra da Ibiapaba. O acidente geográfico captura a umidade oceânica, garantindo um clima mais ameno e mata mais expressiva e densa, fornecendo uma concentração de recursos diferenciada dos disponíveis nos territórios próximos, um atrativo que garantiu um grande contingente indígena, principalmente de grupos Tupi conhecidos como Tabajara. A área também oferecia o atrativo de permitir uma passagem segura entre as áreas mais a nordeste e o Maranhão e o Tocantins, evitando-se a custosa viagem por mar, constantemente fustigada por ventos contrários (CORRÊA, 2016: 13-14).

Para conquistar as terras, foi montada uma expedição chefiada por Pero Coelho de Souza, que obteve sucesso em derrotar e desalojar os grupos assentados na serra. Os mesmos grupos foram rapidamente cooptados pelo empreendimento missionário da Companhia de Jesus no extremo norte do território português. Os aldeamentos resultantes foram de grandes proporções, ofuscados em tamanho apenas pelo empreendimento jesuíta às margens do Rio da Prata. As missões perduraram até a expulsão dos jesuítas dos territórios lusos na metade do século XVIII, quando as terras foram revertidas para a Coroa Portuguesa, que as redistribuiu entre os produtores de gado locais, empurrando os grupos indígenas aldeados para fora das terras e em direção ao interior (OLIVEIRA & ASSIS, 2009).

## 5. APORTE METODOLÓGICO E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

### 5.1. Levantamento do potencial arqueológico

Por levantamento arqueológico entende-se a investigação, descoberta e documentação de remanescentes culturais pré-históricos e históricos na superfície atual, por meio do emprego de um número variado de procedimentos (FERDIÈRE, 1998).

O ponto de vista adotado considera como vestígio arqueológico todo e qualquer elemento que caracterize e/ou possa indicar a presença de atividades humanas pretéritas na área de estudo, independentemente do período cronológico a que se relacionem e dos possíveis critérios subjetivos de valoração científica ou econômica.

Dessa maneira, não deverão ser tratados apenas os sítios arqueológicos mais antigos (ou seja, aqueles relacionados à ocupação indígena pré-colonial), mas também os vestígios materiais históricos, relacionados às diferentes fases da formação da sociedade nacional, mesmo que as mais recentes. Igualmente, não podem ser considerados vestígios de maior valor ou relevância aqueles que representem vultoso apelo visual (como grandes aldeias, estruturas de sepultamentos, construções edificadas, etc.), mas também aqueles que, mesmo contendo remanescentes materiais fugazes, fazem parte e contribuem para a ratificação dos modos de assentamento humano conhecidos para as áreas de influência do empreendimento.

Atuando dessa forma todo vestígio material deverá ser considerado potencialmente significativo para a reconstituição dos processos culturais, objetivo último da Arqueologia enquanto ciência antropológica e histórica.

Os procedimentos metodológicos estão substanciados em estudos amplamente discutidos e aplicados em prospecções regionais (SCHIFFER & GUMMERMAN, 1997; KINTIGH, 1988; KRAKKER, SHOTT & WELCH, 1993; entre outros), de forma que na definição de métodos para a elaboração da presente investigação, também deverão ser levadas em conta não somente as especificidades técnicas do empreendimento, mas também as características ambientais da área onde o mesmo está inserido.

O aporte teórico-metodológico adotado tem foco de investigação na paisagem cultural, compreendida como construção humana em que é possível mapear as relações que os grupos tinham com seu meio ambiente. Tal pressuposto é possível visto que as intervenções humanas são compreendidas como construtoras de paisagem, baseando-se na perspectiva de que os modos que os grupos interagem, simbolizam e compreendem seus ambientes são mediados pela cultura (LINKE, 2008).

Nesse sentido, o enfoque adotado para o estudo das interações entre o meio ambiente e o potencial arqueológico apresenta vínculos com pressupostos da Arqueologia Contextual (*Contextual Archaeology*) que, conforme Waters (1992) está relacionada a uma abordagem sistêmica na qual a recuperação de componentes contextuais do ecossistema humano (flora, fauna, clima, paisagem e cultura humana) é usada para a interpretação de aspectos de estabilidade e mudança cultural. Pois que, a suposição da grande influência do meio natural

para o assentamento e atividades de populações pré-históricas e históricas, tem suporte em dados empíricos etnográficos, arqueológicos e estudos teóricos (KIPNIS, 1997) e o clima, a geologia, a geomorfologia, o conjunto biótico em termos faunísticos e florísticos e também as características atuais e pretéritas de cobertura e uso do solo fornecem os elementos essenciais a tal avaliação.

Sob a perspectiva geoarqueológica (WATERS, 1992; WATERS & KUEHN, 1996), torna-se possível a determinação de variáveis ambientais com mais potencial para a ocorrência de sítios arqueológicos. Essas variáveis, em geral, estão baseadas na concepção da existência de determinados padrões recorrentes de ocupação/atividade humana, a partir de certas estratégias econômico-sociais ligadas à captação, produção, distribuição, consumo e manejo de recursos naturais em uma dada área.

Dessa maneira, a abordagem ambiental ou geoarqueológica, por meio da avaliação do entorno físico dos sítios arqueológicos, procura estabelecer parâmetros para a interpretação dos processos de formação, preservação ou destruição dos vestígios arqueológicos, considerando ainda, as possíveis transformações climáticas e paleogeográficas ocorridas no passado. Por outro lado, a caracterização da estrutura, da dinâmica e da evolução da paisagem permite prever controles geoarqueológicos, indicando áreas capazes de preservar ou condicionar aspectos de formação e preservação de sítios (BROCHIER, 2004).

A utilização dessa perspectiva visa produzir o maior volume possível de informação sobre as populações pretéritas que ocasionalmente possam ter deixado indícios e vestígios materiais de suas atividades nas áreas de influência onde se pretende implantar o empreendimento.

Assim, seguindo as tendências atuais da arqueologia, o programa arqueológico buscará localizar e registrar todo e qualquer bem arqueológico, antigo ou recente, desde que portador de referências à identidade e à memória local ou regional através do emprego de diversas técnicas.

Os dados e materiais obtidos em campo, juntamente com as análises posteriores de laboratório, deverão fornecer as condições necessárias para explicar o processo de formação do registro arqueológico, crucial para a compreensão daquelas transformações socioculturais que abrangeram as áreas analisadas. Face à natureza dos vestígios arqueológicos que vierem a ser identificados, atrelados às bases dos referenciais teórico-metodológicos acima expostos, poderão ser propostas as atividades específicas do resgate e/ou da preservação dos bens envolvidos.

Destaca-se que esse programa arqueológico deverá estar integrado com os demais planos e normas ambientais aplicadas às áreas de enfoque, de modo que se possam compatibilizar as atividades arqueológicas com o sistema de gestão ambiental do empreendimento.

### 5.1.1. Atividades práticas

O Termo de Referência Específico estabelece o escopo mínimo a ser tratado na elaboração dos estudos ambientais necessários ao licenciamento ambiental do empreendimento, no que é afeto ao Patrimônio Arqueológico, e visa ao atendimento da legislação vigente no que tange à proteção do patrimônio acautelado pelo IPHAN, conforme Art. 13 da IN n.º 1/2015. Nesse sentido, devido ao enquadramento do empreendimento como **Nível IV**, em campo, serão coordenadas atividades para avaliação de potencial de impacto sobre o Patrimônio Arqueológico: caminhamento e vistorias ao longo da ADA. Ou seja, em toda a extensão das Linhas de Transmissão, sempre que a vegetação permitir a visualização direta da superfície, buscar-se-á proceder ao exame do terreno, de modo que se possam cobrir os diferentes compartimentos topogeomorfológicos e ambientais que venham a ocorrer na área diretamente afetada pelo empreendimento.

No caso dos Seccionamentos A e B da LT 500 kV Teresina II-Sobral III C2-SE Tianguá II o caminhamento será feito entre as duas áreas, por se tratar de uma distância de cerca de 30 m entre, e por se tratar de uma região de mata fechada, onde não é possível caminhar em linha reta.

Dessa forma, a vistoria em campo deverá ser conduzida buscando cruzar os dados do processo histórico de ocupação com a incidência de sítios cadastrados, com os indicadores geomorfológicos e com demais modelos preditivos de avaliação, a fim identificar os locais em que deverão ser realizadas as prospecções interventivas na próxima fase de licenciamento ambiental do empreendimento, recomendando medidas mitigadoras, se for o caso, e colaborando com a elaboração do projeto executivo do empreendimento.

Assim, além das ações prévias de levantamento das fontes bibliográficas, cartográficas e bases de dados oficiais, e do caminhamento sobre o terreno propriamente dito, as atividades de campo também podem contar com conversas e entrevistas com transeuntes e moradores locais no sentido de conseguir informações positivas e possível sinalização da existência de bens arqueológicos nas áreas de influência do empreendimento.

Como resultado das atividades deverá ser produzido um relatório, o qual contemplará a descrição das ações empreendidas, acompanhado da documentação fotográfica e, conforme citado acima, com o reconhecimento dos compartimentos ambientais com maior potencial arqueológico da ADA, a indicação dos locais em que onde futuramente deverão ser realizadas prospecções arqueológicas e as recomendações para mitigação dos impactos identificados.

Todo o processo de georreferenciamento realizado durante as atividades prospectivas deverá ser executado com a utilização de um receptor GNSS (Global Navigation Satellite System), navegando em modo absoluto e configurado para o *Datum* SIRGAS 2000.

## 5.2. Produção de conhecimento, divulgação científica e extroversão

A produção de conhecimento no âmbito do presente projeto se limitará ao plano de trabalho proposto objetivando, além da caracterização arqueológica da área e a avaliação do

impacto do empreendimento no patrimônio, de forma análoga, buscar a anuência do IPHAN à licença ambiental pleiteada pelo empreendedor.

A divulgação científica e a extroversão se darão, por conseguinte, a partir dos resultados obtidos e, considerando a relevância dos bens identificados, por meio da publicação de artigos, datação de material arqueológico, divulgação em blogs e sites especializados, entre outros.

Os resultados também poderão ser incorporados ao material de divulgação usado em projetos de educação patrimonial, entre outros.

## **6. ATIVIDADES DE ANÁLISE E CONSERVAÇÃO DOS BENS ARQUEOLÓGICOS**

As atividades relacionadas a curadoria, análise e conservação dos bens arqueológicos serão aplicadas no caso de identificação e coleta de vestígios arqueológicos durante a avaliação de potencial de impacto ao patrimônio arqueológico.

### **6.1. Atividades de curadoria**

Os trabalhos de curadoria serão iniciados em campo, a partir do registro de proveniência e tipologia do material arqueológico coletado. A metodologia desenvolvida para essa etapa orientará a lavagem e numeração de peças em laboratório.

Para a limpeza, ou seja, retirada do solo da superfície das peças, serão utilizadas água e escovas de cerdas macias de forma meticulosa, evitando-se atritos que comprometam a integridade ou o poder informativo das peças, com exceção dos materiais arqueofaunísticos e metálicos, que serão limpos a seco.

As peças serão numeradas com tinta nanquim preta ou branca (dependendo da coloração da peça) aplicada com ponteira tipo bico de pena. Também serão utilizados base incolor, algodão e acetona. O controle do traço deverá ser realizado, de forma que a numeração seja legível, ocupando a menor porção possível da peça.

O local de inscrição da numeração deve ser definido para cada peça com base nas suas especificidades tecnológicas, visando preservar estigmas técnicos. Na impossibilidade de marcação diretamente sobre a peça, deverá ser utilizada uma etiqueta individual, acondicionada com o fragmento correspondente em saco plástico zipado.

Após numerados, os fragmentos provenientes da mesma intervenção serão reunidos e acondicionados em um saco plástico zipado de tamanho adequado, acompanhados de etiqueta com indicação de proveniência e numeração.

Todos os dados da curadoria serão registrados digitalmente em fichas, arquivados em pastas específicas do projeto e impressos.

Por fim, a coleção deverá ser acomodada em caixas plásticas tipo *marfinite* e encaminhadas à instituição de guarda, acompanhadas de inventário do material arqueológico nelas contido.

## 6.2. Referenciais teóricos e metodológicos de laboratório

As atividades relacionadas à triagem, coleta, análise e conservação dos bens provenientes da pesquisa arqueológica proposta observarão o disposto na Portaria IPHAN n.º 196/2016, de 23/05/2016, que determina os procedimentos a serem adotados desde a identificação até a guarda das peças por instituição cadastrada no IPHAN.

Em campo, serão observados os atributos tipológicos das peças coletadas visando a identificação e início dos procedimentos de curadoria e análise.

A análise consistirá na observação, descrição e registro dos atributos considerados diagnósticos para caracterização e interpretação contextual do registro arqueológico. Estes atributos variam de acordo com a categoria da peça que pode ser proveniente de contextos pré-coloniais, de contato ou históricos e produzida a partir de matérias primas diversas.

Os dados gerados na análise dos atributos específicos de cada tipo de material serão lançados em planilhas geradas no aplicativo *Google Forms* do *Google Docs*, armazenado no *Google Drive* (sistema de nuvem do Google).

O Documento Google foi desenvolvido tendo como base o conceito Web 2.0 (utilização democrática de recursos da internet, desde a livre edição até a publicação de conteúdos), sendo constituído por um pacote de aplicativos de produtividade (HEIDEMANN *et al.*, 2010).

Este pacote é composto por cinco aplicativos distintos:

- *Documentos Google*: edição colaborativa de textos;
- *Planilhas Google*: edição colaborativa de planilhas eletrônicas;
- *Formulários Google*: confecção de formulários online;
- *Apresentações Google*: edição colaborativa de apresentações de slides;
- *Google Sites*: desenvolvimentos de páginas *Web*.

O aplicativo Formulários Google, a ser utilizado nesta pesquisa, permitirá a confecção de questionários colaborativos com várias opções de resposta (Figura 1). Para tal, os formulários serão divididos por tipologia de material, sendo que as “perguntas” representarão os atributos e as “opções de resposta” aquelas que melhor qualificarem o artefato.

**Sítio Eusébio Matoso 1**  
SEM1/15

\* Required

**Pesquisador \***

- Camília Pedron
- Renata Furió
- Sónia Cunha

**Estado \***

- Integro
- Fragmento Isolado
- Conjunto Montado
- Conjunto Não Montado

**Fase \***

- Prospecção
- Diagnóstico
- Resgate
- Salvamento
- Monitoramento

**UTM (Datum WGS84) \***  
Preencher de forma exata a coordenada. Ex: 23K 455,240E/7,888,544S

**Intervenção \***  
Preencher sem espaços. Ex: "UE22" (não "UE 22") ou "QR10" (não QR 10)

**Nº de Peça \***

Análise Sítio Eusébio Matoso 1 (respostas)

Pesquisador	B	C	D	F	G	H
	Estado	Fase	Intervenção	Nº de Peça	NMP	
1	Sónia Cunha	Integro	Diagnóstico	PT012	21	19
20	Camília Pedron	Fragmento Isolado	Diagnóstico	DUE1	117	59
60	Sónia Cunha	Fragmento Isolado	Diagnóstico	DUE1	119	60
81	Camília Pedron	Integro	Salvamento	UE1	177	80
82	Camília Pedron	Integro	Salvamento	UE1	178	81
87	Sónia Cunha	Fragmento Isolado	Salvamento	UE1	197A	86
88	Sónia Cunha	Fragmento Isolado	Salvamento	UE1	198	87
89	Sónia Cunha	Conjunto Não Montado	Salvamento	UE1	199/200/201/202/203	88
90	Sónia Cunha	Fragmento Isolado	Salvamento	UE1	204	89
107	Camília Pedron	Fragmento Isolado	Salvamento	UE1	237	106
108	Camília Pedron	Fragmento Isolado	Salvamento	UE1	239	107
153	Camília Pedron	Integro	Salvamento	UE3	338	152
154	Sónia Cunha	Fragmento Isolado	Salvamento	UE3	339	153
155	Camília Pedron	Fragmento Isolado	Salvamento	UE3	341	154
156	Sónia Cunha	Fragmento Isolado	Salvamento	UE3	342	155
157	Sónia Cunha	Fragmento Isolado	Salvamento	UE3	343	156
196	Sónia Cunha	Fragmento Isolado	Salvamento	UE3	470	199
204	Sónia Cunha	Fragmento Isolado	Salvamento	UE4	501	207
205	Sónia Cunha	Conjunto Não Montado	Salvamento	UE4	502,503	208
206	Camília Pedron	Integro	Salvamento	UE4	505	209
225	Sónia Cunha	Fragmento Isolado	Salvamento	UE4	592	228
231	Sónia Cunha	Integro	Salvamento	UE6	643	234
237	Sónia Cunha	Fragmento Isolado	Salvamento	UE6	645	240
265	Sónia Cunha	Integro	Salvamento	UE6	709	268
266	Sónia Cunha	Conjunto Não Montado	Salvamento	UE6	710/711/712/715	269
267	Sónia Cunha	Integro	Salvamento	UE6	713	270
268	Sónia Cunha	Fragmento Isolado	Salvamento	UE6	719	271
269	Sónia Cunha	Integro	Salvamento	UE6	720	272
270	Sónia Cunha	Fragmento Isolado	Salvamento	UE6	472	273
271	Sónia Cunha	Conjunto Não Montado	Salvamento	UE6	475/476/477/478	274
278	Sónia Cunha	Integro	Salvamento	UE7	798	281
302	Sónia Cunha	Fragmento Isolado	Salvamento	UE8	920	305
303	Sónia Cunha	Integro	Salvamento	UE8	925	306

Figura 1: Exemplo de atributos e respostas qualificativas.

Figura 2: Exemplo de tabela preenchida.

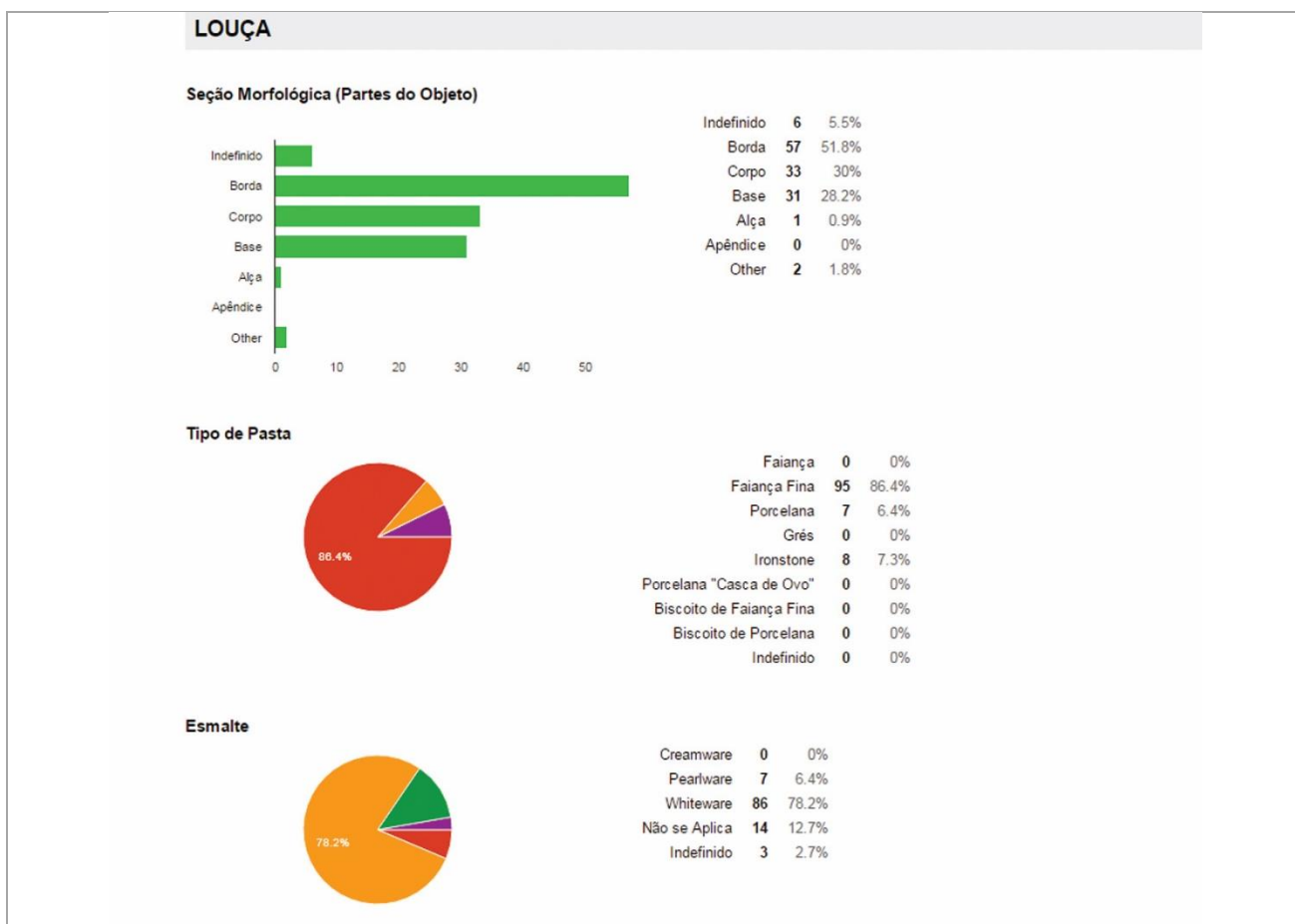


Figura 3: Exemplo de gráficos gerados de forma automática.

As respostas aparecerão organizadas em uma planilha, na qual cada coluna corresponderá a um atributo. A planilha poderá ser exportada para diferentes formatos, inclusive para o programa *Microsoft Excel* (Figura 2).

Esta metodologia será adotada por se considerar a possibilidade de diagnóstico estatístico prévio e em tempo real do acervo através de gráficos e quantificações geradas automaticamente, à medida que avança a análise, até o seu final (Figura 3).

As principais vantagens da utilização deste aplicativo é que não requer conhecimentos de programação, é gratuito e os dados gerados só podem ser acessados por outro usuário de internet através de convite do administrador, o que garante a sua segurança e integridade (HEIDEMANN *et al.*, 2010).

Considera-se o *Google Drive* como excelente ferramenta para a análise laboratorial de material arqueológico, por permitir o acesso de vários pesquisadores de forma simultânea, inclusive para inserção de dados (desde que utilize um computador conectado à internet), eliminando-se as fichas de análise em suporte de papel.

Para análise das diferentes tipologias de materiais arqueológicos serão utilizadas listas de atributos qualitativos e quantitativos, construídas com base na metodologia e pressupostos teóricos adotados em pesquisas desenvolvidas pelos seguintes autores:

- Lítico: Andrefsky (2002), Dias (1994), Prous (1992, 2004) e Souza (2013).
- Cerâmica: Chmyz (1976), Rye (1981), Arnold (1985), Lima (1985), Rice (1987), La Salvia e Brochado (1989), Orton *et al.* (1993), Shepard (1995 [1956]), Tamanaha (2012) e Amaral (2012).
- Louça: Pileggi (1958), Brancante (1981), Zanettini (1986), Lima *et al.* (1989), Lima (1993, 1997), Deetz (1996), Symanski (1998), Sousa (1998), Schavelzon (1991), Stelle (2001), Hume (2001), Tocchetto *et al.* (2001), Juliani (2003), Souza (2010) e Soares (2011).
- Vidro: Zanettini & Camargo (1999), Jones & Sullivan (1989), Symansky (1998), Lima (1995/1996, 2002), e Juliani (2003), além de informações disponibilizadas pela Society for Historical Archaeology, na página de internet Historic Glass Bottle Identification & Information Website.<sup>2</sup>
- Material Arqueofaunístico: Lyman (1994), Reitz & Wing (1999), Figuti (1999), Rosa (2008), Milheira e Deblasis (2011), Miziara (2006), Bissaro-Júnior (2008) e Kökler (2012).
- Metal: Lima (1993), Albuquerque e Lima (1994), Symansky (1998), Maximino (2003), Zequini (2006) e Troncoso (2013).
- Material Construtivo: Pileggi (1958), Chmyz (1976), Brancante (1981), Rice (1987), Rye (1981), Zanettini (1986), La Salvia e Brochado (1989), Lima *et al.*

<sup>2</sup> A produção de vidro no Brasil teve início no século XIX com a chegada da coroa portuguesa, mas se firmou apenas na passagem do século XIX para o XX (ZANETTINI & CAMARGO, 1999).



(1989), Orton et. al. (1997), D'Alambert (1993), Shepard (1995 [1956]), Lima (1985, 1993, 1997), Deetz (1996), Symanski (1998), Sousa (1998), Schavelzon (1991), Stelle (2001), Hume (2001), Tocchetto et all (2001), Juliani (2003), Souza (2010) e Soares (2011).

- Polímeros e Outros: Gardin (1967).

Resumidamente, deverão ser observados os seguintes atributos, por material:

- Procedência (item comum a todos os materiais arqueológicos analisados, apresentando, de forma resumida, localização, sítio, pesquisador, estado de conservação, etc.);
- Lítico (matéria prima, categoria, suporte, pátina, formas, etc.);
- Cerâmica (morfologia, marcas de manufatura, antiplástico, tratamento de superfície, marcas de uso, apêndices, etc.);
- Louça (morfologia, tecnologia, decoração, etc.);
- Vidro (tipologia, vedação, secção morfológica, etc.);
- Material Arqueofaunístico (idade, sexo, dentes, classificação dos ossos, sistema esquelético, etc.);
- Metal (tipo, materia prima, conservação, data, descrição, dimensões, categoria, etc.);
- Material Construtivo (tipo, materia prima, queima, antiplástico, conservação, etc.);
- Polímeros<sup>3</sup> e Outros (matéria prima, cor, categoria funcional, conteúdo original, etc.).

### 6.3. Previsão orçamentária para as atividades de análise e conservação

Conforme o disposto na Portaria IPHAN n.º 196/2016, de 18/05/2016, (Inciso I do Anexo I), apresenta-se especificada a previsão de gastos com os materiais necessários às atividades de análise e conservação, em campo e em laboratório, dos bens coletados no âmbito da pesquisa:

Quadro 1: Previsão orçamentária de material para análise e conservação

COD.	Item (unidades comerciais)	Etapa	Preço (R\$)
1	Acetona (100 ml)	numeração	2,10
2	Papel kraft	numeração	33,30

<sup>3</sup> Adotaram-se os seguintes atributos para análise desta categoria, observando-se tipo, categoria, morfologia, matéria-prima, cor e dimensões, de acordo com o que é tecnicamente possível para a caracterização básica de qualquer material

<b>COD.</b>	<b>Item (unidades comerciais)</b>	<b>Etapa</b>	<b>Preço (R\$)</b>
3	Algodão	numeração	2,19
4	Base incolor (caixa c/ 6 unidades de 10 ml)	numeração	13,25
5	Caneta hidrográfica (ultra fine)	numeração	12,90
6	Cotonetes (caixa c/ 75 unidades 12 caixas)	numeração	14,78
7	Caneta nanquim	numeração	16,60
8	Escova Bettanin (ref. 215)	higienização	2,90
9	Escova dental	higienização	2,10
10	Escova de mamadeira grande	higienização	2,99
11	Escova de mamadeira pequena	higienização	2,16
12	Espátula forjada (2050 06 cm)	higienização	12,00
13	Etiquetas ink jet laser	encaminhamento do material	54,70
14	Fita crepe branca 2314-C	numeração	6,10
15	Lupa mini	análise	21,00
16	Luvas de látex forradas (tamanho G – par)	higienização	34,20
17	Luvas pretas de látex sem talco	higienização	41,20
18	Manta de polietileno expandido 60 x 15 m (Ø 2mm)	encaminhamento do material	34,70
19	Máscara descartável dupla c/ elástico (pacote)	higienização	12,00
20	Nanquim branco (200ml)	numeração	10,63
21	Óculos de proteção para laboratório	higienização	7,00
22	Palito de churrasco	higienização	4,80
23	Pano multiuso	higienização	3,99
24	Paquímetro	análise	53,00
25	Pinça	higienização	19,90
26	Pinceis variados	higienização	40,00
27	Plástico bolha	encaminhamento do material	39,90
28	Ponteira para nanquim	numeração	9,00
29	Saco Zip 6 x 10,5 (pacote c/ 100)	encaminhamento do material	4,72
30	Saco Zip 8,5 x 12,5 (pacote c/ 100)	encaminhamento do material	6,00
31	Saco Zip 10 x 14 (pacote c/ 100)	encaminhamento do material	9,40
32	Saco Zip 14 x 20 (pacote c/ 100)	encaminhamento do material	18,90
33	Pena KOH - I - NOOR-3322 (suporte)	numeração	7,90
34	Espátulas de metal	higienização	12,00
35	Pazinhas	higienização	6,80
36	Máscara com filtro	higienização	23,60
37	Suporte bisturi	higienização	8,90
38	Lâmina de bisturi	higienização	24,00
39	Amarilho	encaminhamento do material	19,90
40	Kit de dentista	higienização	39,00
41	Caixa tipo marfinita (cód. 1014)	encaminhamento do material	33,00
42	Caixa tipo marfinita (cód. 1012)	encaminhamento do material	18,00
43	Caixa tipo marfinita (40 Litros)	encaminhamento do material	35,00
44	Caixa tipo marfinita (cód. 1004)	encaminhamento do material	14,00
45	Caixa tipo engradado	armazenamento	18,00
<b>PREÇO ESTIMADO DO MATERIAL DE LABORATÓRIO NA QUANTIDADE MÍNIMA (1 unidade comercial de cada item)</b>			<b>808,51</b>

## 7. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Os trabalhos referentes ao projeto de arqueologia deverão ser executados em até cinco meses, contados a partir da publicação da autorização no Diário Oficial da União, conforme cronograma abaixo:

ATIVIDADE	MÊS				
	1	2	3	4	5
<b>Mobilização operacional (até 45 dias)</b>					
<b>Campo (5 a 15 dias)*</b>	<i>Levantamento prospectivo no terreno</i>				
	<i>Esclarecimentos, divulgação científica e extroversão</i>				
<b>Laboratório</b>	<i>Curadoria e análise do acervo do coletado (até 45 dias - se houver)</i>				
<b>Gabinete</b>	<i>Elaboração do relatório técnico (até 10 dias)</i>				

**\*Obs.:** O intervalo assinalado em vermelho (15 dias) representa o tempo máximo que o arqueólogo coordenador de campo deverá se dedicar, efetivamente, às atividades do levantamento arqueológico. Após esse período, poderá se desvincular do projeto, dedicando-se a outro, pois as demais atividades de laboratório e de gabinete poderão ser desempenhadas pelos demais membros que compõem a equipe técnica.

## 8. EQUIPE

- Ma. Lúcia de J. C. Oliveira Juliani – Arqueóloga (coordenação geral);
- Ma. Suzana Eliza Roll Munsberg – Arqueóloga (coordenação de campo);
- Ma. Caroline Rutz – Arqueóloga assistente;
- Renata Lima Furió – Historiadora / técnica em arqueologia;
- Lígya Esteves Sant'anna de Souza – Historiadora / técnica em arqueologia;
- Angélica Aparecida Moreira da Silva – Historiadora / educadora patrimonial;

## 9. INSTITUIÇÃO DE GUARDA E PESQUISA

O apoio institucional ao projeto, elemento também indispensável à execução de estudos arqueológicos no Brasil, conforme o disposto no § 1º do artigo 5º da Portaria SPHAN n.º 7/88, e que constitui-se na garantia de guarda do acervo coletado durante a execução da pesquisa, foi fornecido pelo **Instituto Tembetá** e pelo **Museu de Arqueologia e Paleontologia da Universidade Federal do Piauí**.

Destaca-se que os museus encontram-se devidamente registrados no Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa – CNIGP, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 6º da Portaria IPHAN n.º 196/2016, de 23/05/2016.

## 10. ENDOSSO FINANCEIRO

O suporte financeiro à pesquisa, elemento indispensável à aprovação de estudos arqueológicos, conforme o disposto no artigo 9º da Lei n.º 3.924/61, bem como no § 1º do artigo 5º da Portaria SPHAN n.º 7/88, foi fornecido pela empresa **Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A. (CNPJ: 29.554.549/0001-00)**, conforme documentação anexa a este projeto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Referências bibliográficas para contextualização arqueológica

- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil: regiões hidrográficas brasileiras. Brasília. 2015.
- BANDEIRA, Arkley Marques. Relatório de Diagnóstico Arqueológico Interventivo da Linha de Transmissão de 550Kv Presidente Dutra – Teresina II – Sobral II C3 e subestações associadas. 2013.
- CAVALCANTE, Luis Carlos Duarte de; RODRIGUES, Pablo Roggers Amaral. Análise dos registros rupestres e levantamento dos problemas de conservação do sítio Pedra do Atlas, Piri-piri, Piauí. *Clio Arqueológica* 24/2: 154-173. 2009.
- CAVALCANTE, L. C. D.; RODRIGUES, A. A.; COSTA, E. N. L.; SILVA, H. K. S. B.; RODRIGUES, P. R. A.; OLIVEIRA, P. F.; ALVES, Y. R. V.; FABRIS, J. D. Pedra do Cantagalo I: uma síntese das pesquisas arqueológicas. *Arqueología Iberoamericana*, n.23, p. 45-60, 2014.
- CAVALCANTE, Luis Carlos Duarte de; SILVA, Heralda Souza Bezerra da; RODRIGUES, Andrews Araújo. Pedra do Cantagalo I: o desafio de preservar um patrimônio arqueológico. *Vox Musei arte e patrimônio*. n.2, p. 14-22, 2016.
- CÔRREA, Ângelo Alves. Ibouiapab Euguare – Mapeamento Arqueológico da Serra da Ibiapaba: história de longa duração das populações Tupi. Fortaleza. 2009
- MAGALHÃES, Sônia Maria Campelo. A arte rupestre do centro-norte do Piauí: indícios de narrativas icônicas. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011
- MARTIN, Gabriela. Pré-história do Nordeste. Editora Universitária da UFPE. Recife, 2005.
- NIMUENDAJU, Curt. Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju. Rio de Janeiro: IBGE, 1987
- SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. Mapa Geológico do Estado do Piauí. Brasília. 2006.
- OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros; ASSIS, Nívia Paula Dias de; Padres e Fazendeiros no Piauí Colonial – Século XVIII; Associação Nacional dos Professores Universitários de História - ANPUH; XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009; PDF

### Referências bibliográficas – aporte metodológico e procedimentos de pesquisa

- BROCHIER, L. *Diagnóstico e manejo de recursos arqueológicos em unidades de conservação: uma proposta para o litoral paranaense*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo. 2004
- FERDIÈRE, A. Les prospections au sol. In: DABAS *et al.* *La prospection*. Paris: Ed. Errance, 1998.
- KINTIGH, K. W. The effectiveness of subsurface testing: a simulation approach. *American Antiquity*, v.53, n.4.1988. p.686-707.
- KIPNIS, R. O uso de modelos preditivos para diagnosticar recursos arqueológicos em áreas a serem afetadas por empreendimentos de impacto ambiental. *Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural (1996)*. Goiânia, GO. 1997. p. 34-40.
- KRAKKER, J. J.; SHOTT, M. J.; WELCH, P. D. Design and evaluation of shovel-test sampling in regional archaeological survey. *Journal of field archaeology*, 1983

LINKE, V. *Paisagem dos sítios de arte rupestre da região de Diamantina*. Belo Horizonte: UFMG, Dissertação de Mestrado, 2008.

SCHIFFER, M. B.; GUMMERMAN, G.J. *Conservation archaeology: a guide for cultural resource management studies*. Michigan: Academic Press, 1977

WATERS, M. R. *Principles of geoarchaeology: a North American perspective*. Tucson: University of Arizona Press, 1992. 398 p.

WATERS, M. R.; KUEHN, D. *The geoarchaeology of place: the effect of geological processes on the preservation and interpretation of the archaeological record*. *American Antiquity*, v.61, n. 3. 1996. p. 483-497.

### Referências bibliográficas para Análise e conservação dos bens arqueológicos

ALBUQUERQUE, M. e LIMA, A. Preservação de objetos metálicos resgatados em sítios arqueológicos históricos. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, 8(2): 287-301 1994-95.

ALVES, C. C. *Análise zooarqueológica de um sambaqui fluvial: O caso do sítio Capelinha I*. 2008. Dissertação (Mestrado em arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

ANDREFSKY, W. *Lithics: macroscopic approaches to analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 257, 2002.

AMARAL, D. M. *Loiça de Barro do Agreste: um estudo etnoarqueológico de cerâmica histórica pernambucana*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

ARNOLD, D. E. *Ceramic theory and cultural process*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

BISSARO-JÚNIOR, M. C. *Tafonomia como ferramenta zooarqueológica de interpretação: viés de representatividade óssea em sítios arqueológicos, paleontológico e etnográfico*. 2008. Dissertação (Mestrado em ecologia de ecossistemas terrestres e marinhos). Universidade de São Paulo, São Paulo.

BRANCANTE, Eldino F. *O Brasil e a Cerâmica Antiga*. São Paulo: Cia Litográfica Ypiranga. 1981.

CHMYZ, I. (ed.) Terminologia Arqueológica Brasileira para Cerâmica. *Cadernos de Arqueologia (nº 1)*; Universidade Federal do Paraná; Paranaguá – PR; p. 121-147; 1976.

D'ALAMBERT, Clara. *Tijolo nas construções paulistanas do século XIX*. 1993. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo.

DIAS, A. S. *Repensando a Tradição Umbu através de um estudo de caso*. 1994. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

DEETZ, J. *In small thing forgotten: the archaeology of early American life*. Garden City, N.Y: Anchor Press/Doubleday, 1996.

FIGUTI, L. Economia/Alimentação na Pré-História do Litoral de São Paulo. In: TENÓRIO, M. C. (org.) *Pré-História na Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999, p.197-203.

GARDIN, J. C. (1967). Methods for the descriptive analysis of archaeological material. *American Antiquity*, 32(1), 13-30.

HEIDEMANN, Julia; KLIER, Mathias; and PROBST, Florian, "Identifying Key Users in Online Social Networks: A PageRank Based Approach" (2010). *ICIS 2010 Proceedings*. Paper 79. Disponível em: <[http://aisel.aisnet.org/icis2010\\_submissions/79](http://aisel.aisnet.org/icis2010_submissions/79)>.

- HUME, I. N. Material culture with the dirt on it: a Virginia perspective. In: QUIMBY, I. M. G. (org.) *Material culture and the study of American Life*. Winterthur. Nova York, 2001. p. 26-37.
- JONES, Olive R. & SULLIVAN, Catherine *et al.* *The Parks Canada Glass Glossary*. Revised edition. Canadian Parks Service, Ottawa, Canada, 1989.
- JULIANI, L. de J. C. O. *Gestão arqueológica em metrópoles: uma proposta para São Paulo*. 1996. Dissertação (Mestrado em arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- \_\_\_\_\_. Material de Louça. In: CALDARELLI, S. B. (Coord.) *Arqueologia do Vale do Paraíba Paulista. SP-170 – Rodovia Carvalho Pinto*. São Paulo: Dersa Desenvolvimento Rodoviário SA., p.115-171, 2003.
- KLÖKLER, D. Consumo ritual, consumo no ritual: festins funerários e sambaquis. *Habitus*, 2012. v.10, n.1, p.83-104.
- LA SALVIA, F; BROCHADO, José P. *Cerâmica Guarani*. Posenato Arte & Cultura. Porto Alegre, 175 p., 1989.
- LIMA, Tania A. Arqueologia Histórica: algumas considerações teóricas (resumo). In: *1º Seminário de Arqueologia Histórica*. Rio de Janeiro: SPHAN-FNPM, Comunicação, 1985.
- \_\_\_\_\_. Chá e simpatia: uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro oitocentista. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material (Nova Série)*, v. 5, pp. 93-129. São Paulo, 1993.
- \_\_\_\_\_. Humores e odores : ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, Séc. XIX. *Manguinhos*, Vol. II(3): 44-96, Nov. 1995-Fev 1996.
- \_\_\_\_\_. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material (Nova Série)*, v. 3, p. 129-191. São Paulo, 1997.
- \_\_\_\_\_. Os Marcos Teóricos da Arqueologia Histórica, suas possibilidades e limites. In: *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: Poços. 2002.
- LIMA, Tânia A. [et al.]. A Tralha Doméstica em meados do Século XIX: Reflexos da Emergência da Pequena Burguesia no Rio de Janeiro, *Dédalo*, Publicações Avulsas, São Paulo, v. 1, pp. 205-230, 1989.
- LYMAN, R. L. *Vertebrate Taphonomy*. Londres: Cambridge University Press, 1994.
- MAXIMINO, Eliete P. B. Material de Metal. In: CALDARELLI, S.B. (Coord.) *Arqueologia do Vale do Paraíba Paulista. SP-170 – Rodovia Carvalho Pinto*. São Paulo: Dersa Desenvolvimento Rodoviário SA., p.191-196, 2003.
- MILHEIRA, R.G; DEBLASIS, P. O território Guarani no litoral sulcatarinense: ocupação e abandono no limiar do período colonial. In: *Revista de Arqueologia Americana*, n. 29, 2011.
- MIZIARA, R. Por uma História do Lixo. *Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, INTERFACEHS, v3, nº1, jan./abril 2008.
- MORAIS, José L. *Tecnotipologia Lítica*. 1ª. ed. v. 1. Erechin: Habilis. 2007. 228 p.
- ORTON, C. et al. A. *Pottery in Archaeology*. Cambridge Manuals in Archaeology. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- PILEGGI, A. *A cerâmica no Brasil e no Mundo*. São Paulo: Martins Fontes, 1958.
- PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Distrito Federal: Ed. UnB, 1992.

- \_\_\_\_\_. *Apuntes para análisis de industrias líticas*. Ortigueira: Fundación Federico Maciñeira, 2004
- REITZ, E. J. & WING, E. S. *Zooarchaeology*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1999.
- RICE, P. M. *Pottery Analysis: a Sourcebook*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- ROSA, A. O. Panorama e perspectivas da zooarqueologia brasileira. In: ACOSTA, A. *et al. Temas de Arqueología: Estudios Tafonómicos y Zooarqueológicos (I)*. Buenos Aires: Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano, 2008.
- RYE, O. S. *Pottery Technology: principles and reconstruction*. Washington, D.C.: Taraxacum, 1981.
- SHEPARD, A. O. *Ceramics for the Archaeologist*. Carvige Institution of Washington Publication; 1995.
- SCHAVELZON, D. *Catálogo de cerámicas históricas del Río de la Plata*. CD edited by Centro de Arqueología Urbana, Buenos Aires, 1999.
- SCHIFFER, M. B. *Behavioral Archaeology: Principles and Practice*. London/Oakville: Equinox Handbooks in Anthropological Archaeology, 2010
- SKIBO, J. M. Ethnoarchaeology, experimental archaeology and inference building in ceramic research. *Archaeologia Polona*, Vol.30, 1992:27-38.
- SOUSA, A. C. *Fábrica de pólvora e Vila Inhomirim: aspectos de dominação e resistência na paisagem e em espaços domésticos (século XIX)*. 1998. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SOUZA, G. N. *Estudo das Lâminas de Pedra Polidas do Brasil: diversidades regionais e culturais*. 2013. Tese (Doutorado) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SOUZA, R. A. Louça branca para a Paulicéia: Arqueologia Histórica da Fábrica de Louças Santa Catarina / IRFM – São Paulo e a produção da faiança fina nacional (1913 - 1937). 2010. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- \_\_\_\_\_. Arqueologia na Metrópole Paulistana. *Habitus*, V.12, Nº 1, págs. 23-24, jan./jun. 2014, Goiânia.
- SOARES, Fernanda C. *Vida Material de Desterro no Século XIX: as louças do Palácio do Governo de Santa Catarina, Brasil*. 2011. Tese (Doutorado em Quaternário, materiais e cultura) – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.
- STELLE, L. *An Archaeological Guide to Historical Artifacts of the Upper Sangamon Basin, Central Illinois, USA*, by the Center For Social Research, Parkland College, 2001.
- SYMANSKI, L. C. P. *Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.
- TAMANAH, E. K. *Ocupação polícroma no baixo e médio Rio Solimões, Estado do Amazonas*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- TOCCHETTO, F. & *et al. A Faiança Fina em Porto Alegre: Vestígios Arqueológicos de uma cidade*. Porto Alegre: UE/ Secretaria Municipal de Cultura, 2001.
- TRONCOSO, Lucas de Paula Souza. *Um estudo arqueometalúrgico dos artefatos resgatados do arraial de São Francisco Xavier da Chapada*. 2013. 311 p. Dissertação (Mestrado em arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo.
- ZANETTINI, Paulo Eduardo. Pequeno roteiro para a classificação de louças obtidas em pesquisas arqueológicas de sítios históricos. *Arqueologia*, Curitiba, v.5, p. 117-130, 1986

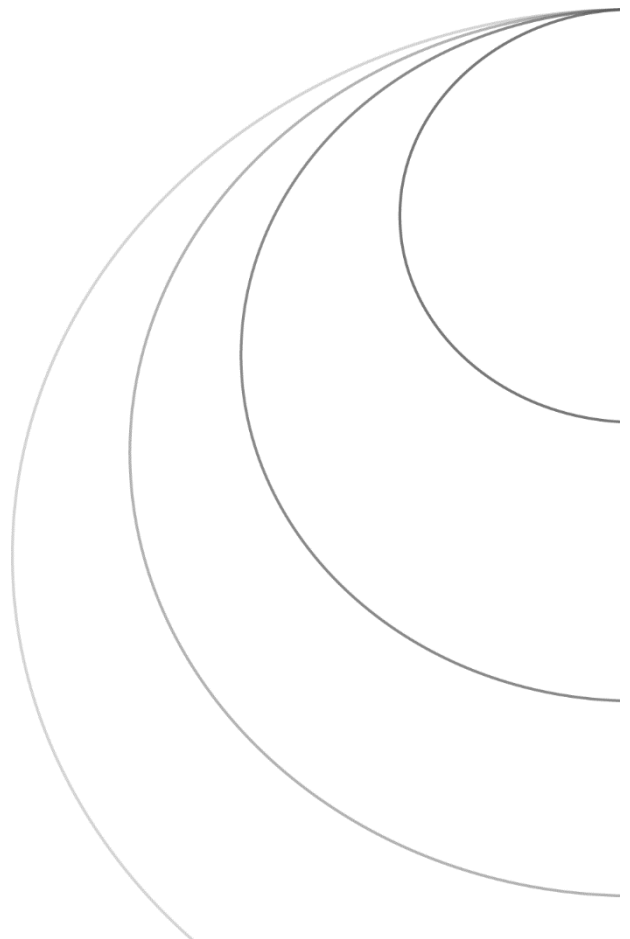


ZANETTINI, P. E.;CAMARGO, P. B. *Cacos e mais cacos de vidro: o que fazer com eles?* São Paulo: Zanettini Arqueologia,1999.

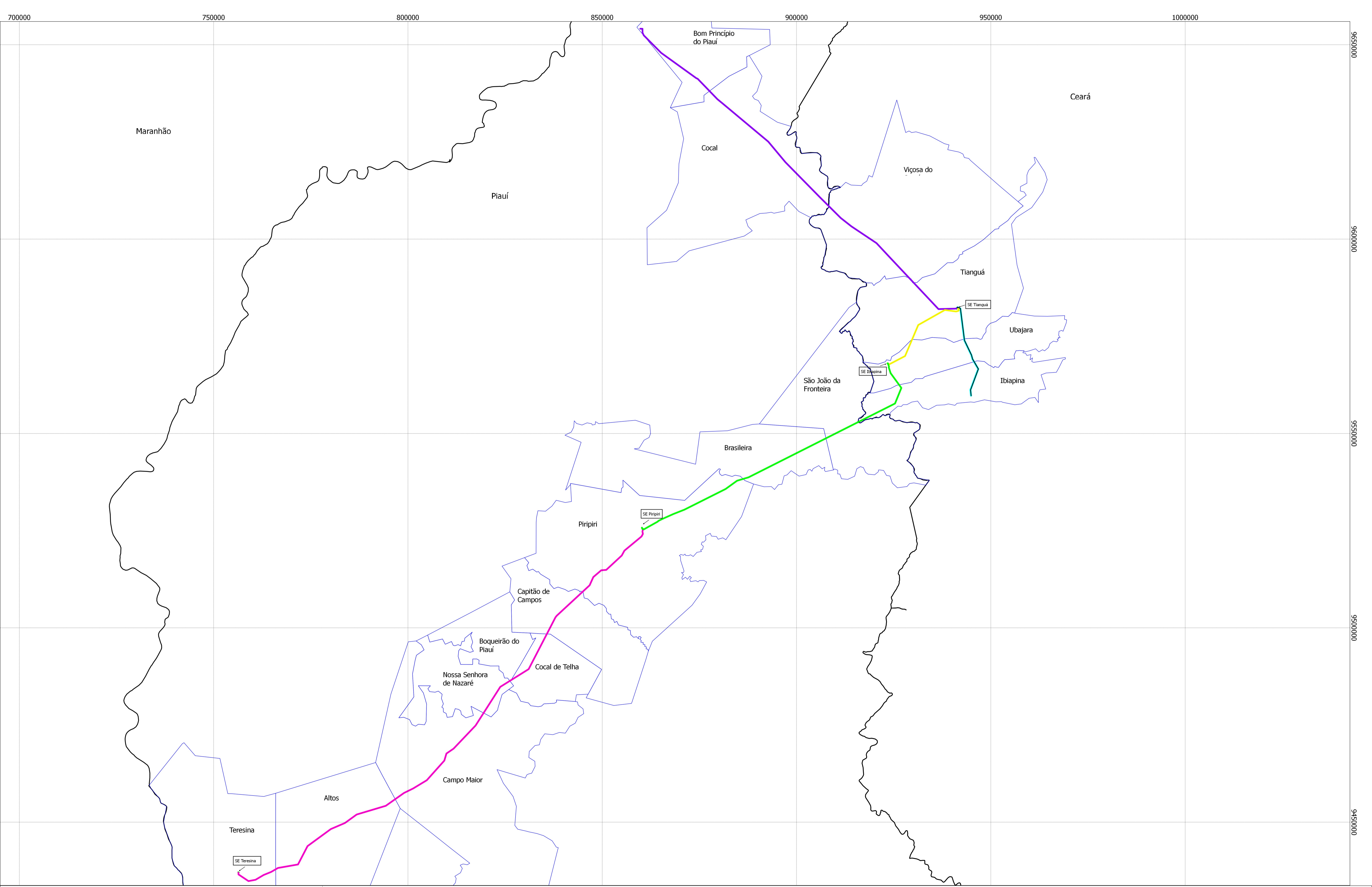
ZEQUINI, Anicleide. *Arqueologia de uma fábrica de ferro: morro de Araçoiaba séc. XVI-XVIII*. 2006 – Tese (Doutorado em arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

---

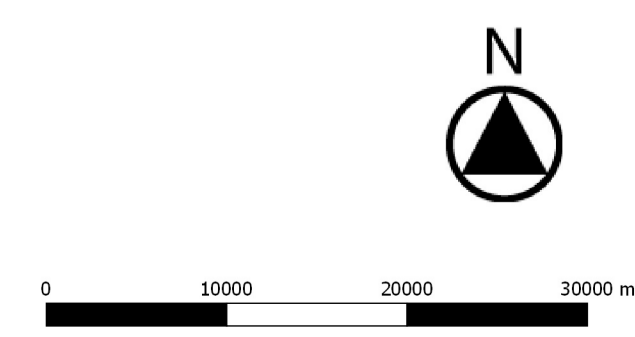
**ANEXOS**



**I. MAPA DE LOCALIZAÇÃO**



Projeção Universal Transversa de Mercator  
 Datum SIRGAS 2000  
 Zona 23 s  
 Escala 1:420000



- Legenda**
- LT 230 kV Ibiapina II-Piripiri C2
  - LT 230 kV Ibiapina II-Tianguá II CD-C1C2
  - LT 230 kV Piripiri-Teresina III C1
  - LT 500 kV Paranaíba III - Tianguá II C1
  - Seccionamento
  - Subestações
  - Municípios
  - Estados

### MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Avaliação de potencial de impacto ao patrimônio arqueológico das linhas de transmissão: LT 230 kV Piripiri - Teresina III - C1, LT 230 kV Ibiapina II - Piripiri - CD2, LT 230 kV Ibiapina II - Tianguá II - CD - C1C2, Paranaíba III - Tianguá II - CD1 e Seccionamento LT 500 kV - Sobral C2.  
 Municípios de Ibiapina, Ubajara, Tianguá e Viçosa do Ceará /CE e Teresina, Altos, Campo Maior, Nossa Senhora de Nazaré, Boqueirão do Piauí, Cocal de Telha, Capitão de Campos, Piripiri, Brasileira, São João da Fronteira, Cocal e Bom Princípio do Piauí/PI.



**II. INSTITUIÇÃO DE GUARDA E PESQUISA**

**III. ENDOSSO FINANCEIRO**

**IV. CURRÍCULOS DA EQUIPE TÉCNICA**

**LÚCIA DE JESUS CARDOSO OLIVEIRA JULIANI**

Sócia-Diretora – <b>A LASCA ARQUEOLOGIA</b>		
Rua Alvarenga, 396 - Butantã - 05520-000 - São Paulo, SP - Tel/Fax: (11) 3205-0864 - Cel: (11) 99538-5094		
lucia@alascaconsultoria.com.br	CREA: 129.069/D	Cadastro Ibama: 266.374

**Formação acadêmica**

- Desde 2010** Doutoranda em “Quaternário, Materiais e Cultura” pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal.
- 2001 a 2006** Doutoranda em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – MAE-USP (qualificada).
- 1996** Mestre em Arqueologia, pela Área Interdepartamental de Arqueologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH-USP.
- 1980** Bacharel em Geologia pelo Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP - Campus de Rio Claro - SP.

**Experiência profissional**

- Desde 2006** Arqueóloga responsável pela empresa A Lasca Arqueologia, atuando no desenvolvimento de pesquisas arqueológicas voltadas ao licenciamento ambiental.
- 1985 a 2003** Geóloga da Prefeitura do Município de São Paulo, atuando na área de gestão do patrimônio histórico e arqueologia urbana e histórica. Exerceu atividades junto ao Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura – DPH-SMC e à Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente – SMVMA, entre elas, a criação do Centro de Arqueologia de São Paulo.
- 2004** Instituto Florestan Fernandes – Museu da Cidade de São Paulo e Expedição São Paulo 450 Anos.
- 1991 a 2002** Arqueóloga colaboradora da Scientia Consultoria Científica, atuando no desenvolvimento de pesquisas arqueológicas voltadas ao licenciamento ambiental.

**Associações científicas e conselhos de classe**

- Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA
- Sociedade Brasileira de Arqueologia – SAB
- Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS
- Society for Historical Archaeology – SHA

**Responsabilidade técnica em Portarias IPHAN publicadas no D.O.U.**

Ano	Portaria	Publicação	Processo	Ano	Portaria	Publicação	Processo
1998	19	23/07/1998	01506.000057/98-21		77	24/03/2005	01516.000037/2005-11
2000	14	22/03/2000	01510.000004/00-00		208	31/08/2005	01450.010302/2005-73
2002	24	31/01/2002	01506.000281/2001-61		289	25/10/2005	01506.001029/2005-01
2003	6	10/01/2003	01506.000151/2002-18		322	17/11/2005	01506.000462/2005-11
	126	10/07/2003	01506.000094/2003-40		349	22/12/2005	01506.001393/2005-63
	127	10/07/2003	01506.000085/2003-59		354	22/12/2005	01506.001394/2005-16
	182	18/09/2003	01506.000133/2003-17		389	23/12/2005	01506.001511/2005-33
2004	9	23/01/2004	01506.000157/2003-68		391	23/12/2005	01506.001588/2005-11
	238	29/09/2004	01506.000708/2004-74		419	30/12/2005	01514.000346/2005-01
	247	08/10/2004	01506.000018/2004-15	2006	6	18/01/2006	01514.000006/2006-53
2005	76	24/03/2005	01516.000036/2005-69		89	17/04/2006	01506.000356/2006-19



Ano	Portaria	Publicação	Processo	Ano	Portaria	Publicação	Processo
	128	29/05/2006	01514.000346/2005-01		3	17/02/2010	01506.000054/2010-27
	215	07/08/2006	01506.000463/2006-47		4	01/03/2010	01506.001599/2009-17
	327	13/10/2006	01514.000348/2006-73		9	27/04/2010	01506.000454/2010-32
2007	122	12/04/2007	01506.000482/2007-54		9	27/04/2010	01506.000453/2010-98
	163	01/08/2007	01506.000590/2007-27		10	10/05/2010	01506.000636/2010-11
	198	10/08/2007	01506.000740/2007-01		11	17/05/2010	01506.000706/2010-23
	275	24/08/2007	01506.001083/2007-19		14	14/06/2010	01401.000168/2010-45
	290	06/09/2007	01510.000300/2007-86		14	14/06/2010	01425.000050/2010-49
	292	25/09/2007	01506.001212/2007-61		20	09/08/2010	01506.001310/2010-01
	292	25/09/2007	01500.000485/2007-48		20	09/08/2010	01506.001418/2010-96
	299	08/11/2007	01506.001507/2007-37		23	01/09/2010	01506.001604/2010-25
	300	21/11/2007	01510.000447/2007-76		27	04/10/2010	01506.001651/2010-79
	303	14/12/2007	01506.002022/2007-61		28	18/10/2010	01506.001788/2010-92
	303	14/12/2007	01506.002021/2007-16		28	18/10/2010	01506.001816/2010-11
	303	14/12/2007	01409.000263/2007-73		30	01/11/2010	01450.015778/2010-68
2008	5	08/02/2008	01490.000003/2008-05		32	23/11/2010	01508.000783/2010-63
	6	26/02/2008	01510.000059/2008-76		33	02/12/2010	01506.002252/2010-25
	14	29/04/2008	01506.000696/2008-10		34	09/12/2010	01506.002195/2010-84
	16	16/05/2008	01506.000712/2008-66		34	09/12/2010	01506.002794/2010-30
	16	16/05/2008	01506.000065/2008-92		35	24/12/2010	01508.000782/2010-19
	19	17/06/2008	01510.000361/2008-24	2011	1	17/01/2011	01506.002606/2010-31
	26	08/08/2008	01510.000446/2008-11		8	04/03/2011	01506.000068/2011-21
	28	22/08/2008	01506.001148/2008-07		8	04/03/2011	01510.000049/2011-36
	28	22/08/2008	01506.001275/2008-06		9	18/03/2011	01408.000227/2011-04
	33	10/10/2008	01506.001870/2008-33		10	28/03/2011	01514.000691/2011-85
	33	10/10/2008	01506.002037/2008-18		10	28/03/2011	01514.000694/2011-19
	41	17/12/2008	01492.000346/2008-41		10	28/03/2011	01514.000700/2011-38
	41	17/12/2008	01506.002614/2008-63		10	28/03/2011	01514.000688/2011-61
2009	5	19/02/2009	01500.003353/2008-59		10	28/03/2011	01514.000703/2011-71
	8	15/04/2009	01506.000116/2009-67		10	28/03/2011	01514.000697/2011-52
	8	15/04/2009	01506.000364/2009-16		10	28/03/2011	01551.000137/2011-51
	11	18/05/2009	01494.000106/2009-16		10	28/03/2011	01408.000240/2011-55
	12	29/05/2009	01506.000757/2009-11		10	28/03/2011	01408.000241/2011-08
	12	29/05/2009	01506.000758/2009-66		11	11/04/2011	01514.000698/2011-05
	14	03/07/2009	01506.000957/2009-74		11	11/04/2011	01514.000695/2011-63
	14	03/07/2009	01506.000562/2009-71		11	11/04/2011	01514.000686/2011-72
	6	15/09/2009	01490.000003/2008-05		11	11/04/2011	01514.000701/2011-82
	6	15/09/2009	01506.001063/2009-00		11	11/04/2011	01514.000692/2011-20
	11	25/11/2009	01506.001869/2009-90		11	11/04/2011	01514.000689/2011-14
	11	25/11/2009	01506.001574/2009-13		12	15/04/2011	01506.000262/2011-15
	11	25/11/2009	01506.001213/2009-77		12	15/04/2011	01506.000382/2011-12
	12	10/12/2009	01450.016508/2009-31		16	16/05/2011	01506.000565/2011-20
2010	1	27/01/2010	01401.000025/2009-81		16	16/05/2011	01506.000566/2011-74
	1	27/01/2010	01401.000247/2009-12		17	24/05/2011	01506.000588/2011-34
	2	29/01/2010	01410.000110/2009-59		17	24/05/2011	01514.000690/2011-31
	2	29/01/2010	01506.002208/2009-81		17	24/05/2011	01514.005071/2010-51

Ano	Portaria	Publicação	Processo	Ano	Portaria	Publicação	Processo
	17	24/05/2011	01514.000696/2011-16		22	30/07/2012	01500.000760/2012-91
	17	24/05/2011	01514.000699/2011-41		23	13/08/2012	01514.002000/2012-69
	17	24/05/2011	01514.000687/2011-17		23	13/08/2012	01514.001999/2012-29
	17	24/05/2011	01514.000702/2011-27		23	13/08/2012	01506.004742/2012-28
	17	24/05/2011	01514.000693/2011-74		29	15/10/2012	01514.000697/2011-52
	17	24/05/2011	01506.000585/2011-09		30	29/10/2012	01514.000702/2011-27
	19	13/06/2011	01506.000587/2011-90		30	29/10/2012	01514.000694/2011-19
	22	05/07/2011	01506.000923/2011-02		30	29/10/2012	01514.000687/2011-17
	25	05/08/2011	01506.001144/2011-16		30	29/10/2012	01514.006912/2012-18
	25	05/08/2011	01506.001145/2011-61		32	12/11/2012	01450.014417/2012-66
	26	12/08/2011	01506.001220/2011-93		38	10/12/2012	01409.000438/2012-18
	26	12/08/2011	01506.001161/2011-53	2013	2	21/01/2013	01506.005930/2012-73
	27	19/08/2011	01506.001222/2011-82		4	31/01/2013	01506.005982/2012-40
	27	19/08/2011	01506.001288/2011-72		4	31/01/2013	01506.005397/2012-40
	27	19/08/2011	01506.001308/2011-13		4	31/01/2013	01506.005398/2012-94
	27	19/08/2011	01450.011883/2011-17		4	31/01/2013	01506.006057/2012-36
	28	29/08/2011	01506.001309/2011-50		5	01/02/2013	01506.001789/2010-78
	29	08/09/2011	01506.001375/2011-20		7	13/02/2013	01514.000690/2011-31
	30	19/09/2011	01506.001456/2011-20		8	20/02/2013	01514.000701/2011-82
	34	03/11/2011	01506.001752/2011-21		8	20/02/2013	01506.002548/2013-99
	35	17/11/2011	01506.001741/2011-41		15	28/03/2013	01514.000699/2011-41
	35	17/11/2011	01506.001750/2011-31		15	28/03/2013	01514.000700/2011-38
	35	17/11/2011	01506.001751/2011-86		15	28/03/2013	01514.000691/2011-85
	38	20/12/2011	01506.001814/2011-02		15	28/03/2013	01514.000696/2011-16
	39	29/12/2011	01450.015116/2011-79		15	28/03/2013	01514.000688/2011-61
2012	2	27/01/2012	01506.002141/2011-08		15	28/03/2013	01514.000698/2011-05
	3	08/02/2012	01514.003971/2011-45		15	28/03/2013	01514.000686/2011-72
	6	13/03/2012	01421.000278/2012-31		15	28/03/2013	01514.000703/2011-71
	6	13/03/2012	01421.000279/2012-85		15	28/03/2013	01514.000689/2011-14
	7	20/03/2012	01506.003665/2012-99		18	22/04/2013	01506.002785/2013-50
	7	20/03/2012	01506.003556/2012-71		18	22/04/2013	01506.002830/2013-76
	7	20/03/2012	01512.003290/2010-16		18	22/04/2013	01506.002766/2013-23
	8	30/03/2012	01409.000111/2012-38		19	30/04/2013	01506.002917/2013-43
	8	30/03/2012	01514.001170/2012-26		19	30/04/2013	01506.002916/2013-07
	9	05/04/2012	01421.000200/2012-16		20	07/05/2013	01506.002949/2013-49
	9	05/04/2012	01421.000202/2012-13		21	09/05/2013	01506.003012/2013-91
	13	27/04/2012	01506.004072/2012-40		22	21/05/2013	01506.002938/2013-69
	13	27/04/2012	01506.004070/2012-51		23	28/05/2013	01506.003070/2013-14
	13	27/04/2012	01500.000791/2012-41		28	02/07/2013	01506.005523/2012-66
	14	11/05/2012	01516.001090/2012-51		29	08/07/2013	01506.003227/2013-10
	15	21/05/2012	01506.004223/2012-60		30	17/07/2013	01514.001999/2012-29
	17	01/06/2012	01506.003881/2012-34		32	26/07/2013	01490.000284/2013-55
	19	29/06/2012	01506.004343/2012-67		38	23/08/2013	01506.003708/2013-17
	19	29/06/2012	01506.004386/2012-42		38	23/08/2013	01506.003705/2013-83
	20	16/07/2012	01506.004361/2012-49		39	27/08/2013	01502.002082/2013-61
	20	16/07/2012	01506.004312/2012-14		41	04/09/2013	01450.007801/2013-93

Ano	Portaria	Publicação	Processo	Ano	Portaria	Publicação	Processo
	41	04/09/2013	01506.003735/2013-90		66	19/12/2014	01450.009512/2014-18
	41	04/09/2013	01506.003707/2013-72		66	19/12/2014	01450.003897/2014-00
	43	17/09/2013	01506.003706/2013-28		66	19/12/2014	01506.004622/2014-92
	48	15/10/2013	01506.003908/2013-70		68	31/12/2014	01408.014810/2014-37
	51	28/10/2013	01421.000202/2012-13		68	31/12/2014	01506.004711/2014-39
	59	25/11/2013	01514.000695/2011-63		68	31/12/2014	01506.004712/2014-83
	62	17/12/2013	01506.004521/2013-31	2015	2	13/01/2015	01506.004621/2014-48
	63	23/12/2013	01506.004259/2013-54		3	19/01/2015	01506.004886/2014-46
	63	23/12/2013	01506.004420/2013-60		3	19/01/2015	01421.002315/2014-15
2014	2	17/01/2014	01506.004747/2013-31		5	26/01/2015	01506.005549/2014-76
	2	17/01/2014	01506.004745/2013-42		5	26/01/2015	01506.005586/2014-84
	3	23/01/2014	01490.000866/2013-31		5	26/01/2015	01506.005423/2014-00
	4	03/02/2014	01506.004733/2013-18		5	26/01/2015	01506.005528/2014-51
	4	03/02/2014	01506.004289/2013-31		8	09/02/2015	01506.004620/2014-01
	4	03/02/2014	01506.003066/2014-37		9	18/02/2015	01506.004966/2014-00
	4	03/02/2014	01506.004180/2013-01		17	24/03/2015	01506.004836/2014-69
	4	03/02/2014	01506.003068/2014-26		21	10/04/2015	01506.003825/2015-42
	4	03/02/2014	01506.003065/2014-92		22	20/04/2015	01506.003887/2015-54
	6	14/02/2014	01506.003171/2014-76		27	25/05/2015	01506.003886/2015-18
	7	17/02/2014	01506.003104/2014-51		49	31/08/2015	01506.003684/2015-68
	7	17/02/2014	01421.000389/2013-28		51	14/09/2015	01500.0003413/2014-81
	8	24/02/2014	01419.000239/2013-63		51	14/09/2015	01512.010293/2014-30
	9	05/03/2014	01506.003271/2014-01		51	14/09/2015	01512.000843/2015-93
	9	05/03/2014	01506.003262/2014-10		53	28/09/2015	01512.002499/2014-96
	15	31/03/2014	01506.003387/2014-31		53	28/09/2015	01512.000845/2015-82
	16	01/04/2014	01500.003606/2013-51		55	13/10/2015	01506.004289/2014-11
	19	14/04/2014	01506.003519/2014-25		55	13/10/2015	01502.002153/2015-98
	19	14/04/2014	01506.003466/2014-42		60	29/10/2015	01506.004735/2015-79
	19	14/04/2014	01506.003313/2014-03		61	09/11/2015	01450.008023/2013-50
	19	14/04/2014	01506.003465/2014-06		62	16/11/2015	01500.003396/2014-82
	20	24/04/2014	01506.003580/2014-72	2016	5	10/02/2016	01506.005052/2015-39
	23	05/05/2014	01450.003885/2014-77		5	10/02/2016	01500.001656/2015-66
	24	12/05/2014	01506.003648/2014-13		7	22/02/2016	01506.004949/2015-45
	24	12/05/2014	01506.003626/2014-53		12	14/03/2016	01506.004040/2016-78
	24	12/05/2014	01500.000288/2014-58		16	04/04/2016	01506.004139/2016-70
	33	20/06/2014	01421.000588/2014-17		16	04/04/2016	01506.004859/2015-54
	37	21/07/2014	01506.003989/2014-99		19	18/04/2016	01506.005469/2015-00
	37	21/07/2014	01450.014417/2012-66		22	02/05/2016	01506.004079/2016-95
	53	06/10/2014	01506.004267/2014-51		24	16/05/2016	01514.000693/2011-74
	53	06/10/2014	01506.004555/2014-14		24	16/05/2016	01506.005041/2015-59
	53	06/10/2014	01506.004181/2014-29		28	06/06/2016	01506.004563/2016-14
	53	06/10/2014	01506.004416/2014-82		30	13/06/2016	01502.001211/2016-47
	54	10/10/2014	01506.004266/2014-15		32	20/06/2016	01506.004471/2016-34
	56	20/10/2014	01506.004339/2014-61		35	04/07/2016	01506.004138/2016-25
	56	20/10/2014	01506.003104/2014-51		52	26/09/2016	01506.004126/2016-09
	64	09/12/2014	01506.004728/2014-96		57	31/10/2016	01502.001211/2016-47

Ano	Portaria	Publicação	Processo
	61	14/11/2016	01422.000414/2016-14
	61	14/11/2016	01506.004984/2015-64
	67	26/12/2016	01506.004289/2014-11
	67	26/12/2016	01506.003735/2013-90
2017	1	09/01/2017	01506.004836/2014-69
	7	13/02/2017	01506.004563/2016-14
	7	13/02/2017	01506.005503/2016-19
	7	13/02/2017	01506.005979/2016-50
	9	01/03/2017	01514.002301/2016-61
	11	13/03/2017	01506.005235/2016-35
	11	13/03/2017	01506.004859/2015-54
	11	13/03/2017	01506.006090/2016-90
	14	03/04/2017	01506.006616/2016-31
	16	17/04/2017	01506.006326/2016-98
	16	17/04/2017	01506.005367/2016-67
	23	22/05/2017	01506.006054/2016-26
	23	22/05/2017	01506.005873/2016-56
	24	29/05/2017	01506.005754/2016-01
	24	29/05/2017	01506.007089/2016-82
	24	29/05/2017	01506.005711/2016-18
	27	05/06/2017	01506.006767/2016-90
	27	05/06/2017	01506.006766/2016-45
	27	05/06/2017	01506.005980/2016-84
	27	05/06/2017	01506.006624/2016-88
	27	05/06/2017	01506.005766/2016-28
	27	05/06/2017	01506.006195/2016-49
	27	05/06/2017	01506.005288/2016-56
	27	05/06/2017	01506.005043/2017-18
	27	05/06/2017	01506.005046/2017-43
	27	05/06/2017	01506.006760/2016-78
	27	05/06/2017	01506.005287/2016-10
	27	05/06/2017	01506.005983/2016-18
	27	05/06/2017	01506.006769/2016-89
	27	05/06/2017	01506.005878/2016-89
	27	05/06/2017	01506.006170/2016-45

Ano	Portaria	Publicação	Processo
	27	05/06/2017	01506.005044/2017-54
	27	05/06/2017	01506.005781/2016-76
	27	05/06/2017	01506.005877/2016-34
	28	12/06/2017	01506.005368/2015-21
	28	12/06/2017	01506.006774/2016-91
	28	12/06/2017	01506.006055/2016-71
	28	12/06/2017	01506.005338/2016-03
	28	12/06/2017	01506.006768/2016-34
	28	12/06/2017	01506.005028/2017-61
	29	19/06/2017	01506.004952/2016-40
	31	26/06/2017	01506.006999/2016-48
	31	26/06/2017	01506.006286/2016-84
	31	26/06/2017	01506.005334/2016-17
	35	17/07/2017	01514.003037/2010-42
	35	17/07/2017	01506.006834/2016-76
	35	17/07/2017	01506.005188/2016-20
	35	17/07/2017	01506.006182/2016-70
	35	17/07/2017	01506.00587/2016-90
	35	17/07/2017	01506.005254/2016-61
	35	17/07/2017	01506.006201/2016-68
	35	17/07/2017	01506.006847/2016-45
	35	17/07/2017	01506.006339/2016-25
	36	24/07/2017	01506.005762/2016-40
	36	24/07/2017	01506.004729/2016-01
	38	31/07/2017	01506.005982/2016-73
	38	31/07/2017	01506.006915/2016-76
	40	02/08/2017	01506.004723/2016-25
	44	14/08/2017	01494.000436/2016-22
	44	14/08/2017	01494.000435/2016-88
	46	21/08/2017	01506.005963/2016-47
	46	21/08/2017	01506.007495/2016-45
	48	25/08/2017	01506.006741/2016-41
	49	28/08/2017	01506.005314/2017-27
	51	04/09/2017	01506.005718/2017-11
	51	04/09/2017	01506.005651/2016-33
	51	04/09/2017	01506.005045/2017-07

**SUZANA ELIZA ROLL MUNSBURG**

Arqueóloga – **A LASCA ARQUEOLOGIA**

Rua Alvarenga, 396 - Butantã - 05520-000 - São Paulo, SP - Tel/Fax: (11) 3205-0864 -

**Formação acadêmica**

- 2018** Mestre em Antropologia com concentração em Arqueologia pela Faculdade de Filosofia e ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
- 2015** Bacharel em Antropologia com linha de formação em Arqueologia pelo Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas – UFPel.

**Experiência profissional**

- 2018** Arqueóloga na empresa A Lasca Arqueologia, atuando coordenadora de campo em pesquisas arqueológicas voltadas ao licenciamento ambiental.
- 2017** Arqueóloga na empresa Stratus Arqueologia, atuando na equipe técnica na Exumação de material bioarqueológico na Catedral da Sé de Mariana/MG.
- 2015 a 2017** Arqueóloga na empresa Instituto de Memória e Patrimônio, atuando no desenvolvimento de pesquisas arqueológicas voltadas ao licenciamento ambiental.
- 2012 a 2015** Técnica em arqueologia na empresa Instituto de Memória e Patrimônio, atuando no desenvolvimento de pesquisas arqueológicas voltadas ao licenciamento ambiental.
- 2011 a 2015** Estagiária de Iniciação Científica (FAPERGS) na Universidade Federal de Pelotas – UFPel realizando atividades no Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia – LEPAARQ/UFPel.

**Associações científicas e conselhos de classe**

Sociedade Brasileira de Arqueologia – SAB

**Participação como equipe técnica em Portarias IPHAN publicadas no D.O.U.**

Ano	Portaria	Publicação	Processo	Ano	Portaria	Publicação	Processo
2013	42	10/09/2013	01512.001207/2013-17		66	19/12/2014	01512.002327/2014-12
2014	53	06/10/2014	01512.003584/2012-18	2015	53	03/10/2014	01512.001513/2013-53
	54	09/10/2014	01512.002581/2014-11		39	13/07/2015	01512.001136/2015-14
66	19/12/2014	01512.002328/2014-67	2		13/01/2015	01512.002326/2014-78	
60	10/11/2014	01512.002577/2014-52	14		09/03/2015	01512.002574/2014-19	
66	19/12/2014	01512.002330/2014-36	16		16/03/2015	01512.002576/2014-16	
66	19/12/2014	01512.002324/2014-89	22		20/04/2015	01512.003435/2014-11	
41	04/08/2014	01512.002510/2014-18	156		17/08/2015	01502.002569/2014-25	
66	19/12/2014	01512.002345/2014-02	18		30/03/2015	01512.001715/2011-33	
24	12/05/2014	01512.002137/2012-33	Ofício 2036		10/12/2015	01512.000192/2005-60	
61	17/11/2014	01512.004020/2014-56	54		05/10/2015	01512.002578/2014-05	
57	28/10/2014	01512.001605/2013-33	55	13/10/2015	01514.001437/2008-07		
11	10/11/2014	01512.001841/2013-50	2017	14	03/04/2017	01512.003992/2014-23	
54	17/11/2014	01512.002579/2014-41					

## Publicações

MUNSBURG, Suzana. E. R. **Dos seiscentos aos oitocentos**: Estudo da variabilidade estilística da cerâmica durante os processos de construção e reconfiguração das identidades paulistanas. 2018. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH/UFMG.

PEIXOTO, Luciana da Silva; VIANA, Jorge L. de Oliveira; MUNSBURG, Suzana E. R.; MARTH, J. D.. Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG. **Sítio Histórico Casa de Pedra do Gambá**: Levantamento Arqueológico Prospectivo e Programa de Educação Patrimonial. Detzel Consultores Associados S/S EPP. Entre Rios de Minas/ Minas Gerais 2017 (Relatório).

PIRES, C. A. ; MUNSBURG, Suzana E. R.. ; RUBERT, R. A. . Memórias Espacializadas: uma proposta de mapeamento participativo em comunidades quilombolas. In: **XII JEAB - Jornada Estadual de Estudos Afro-brasileiros**, 2015, Porto Alegre. JEABs - Jornada de Estudos Afro-Brasileiros da FAPA - Artigos Completos. Porto Alegre: GT Negros/ ANPUH-RS; FAPA, 2015. v. 1. p. 1-11.

MILHEIRA, Rafael Guedes; ATTORRE, T. ; MUNSBURG, Suzana E. R.. ; MÜHLEN, Cristiano Von ; MOTA, P. ; MARIN, D. . Arqueologia dos cerritos no sul do Brasil: uma abordagem multi-escalar. In: II Congresso Internacional de Arqueología de la Cuenca del Plata, 2014, San Jose de Mayo. **Cd de Resumos do II Congresso Internacional de Arqueología de la Cuenca del Plata**. Montevideo: Editora de la Universidad de la republica, 2014. p. 230.

MUNSBURG, Suzana. E. R.; MILHEIRA, Rafael Guedes. POVOS CERRITEIROS DA LAGUNA DOS PATOS: PESQUISAS SOBRE A FORMA DE ASSENTAMENTO UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO NO PONTAL DA BARRA PELOTAS/RS. In: **IX Reunião da Sab Sul - Arqueologia, Patrimônio e Interdisciplinaridade: desafios contemporâneos.**, 2014, Joinville. Caderno de resumos, 2014. p. 18.

PEIXOTO, L. S. MUNSBURG, Suzana. E. R.. Arqueologia Urbana x Acompanhamento Arqueológico: o caso do Museu Histórico Farroupilha - Piratini/RS. 2013 In: XII CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 2013, Aracaju. **Cadernos de resumos do XII CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA**. Aracaju, 2013. v. 1. p. 14-15.

**CAROLINE RUTZ**

Arqueóloga – <b>A LASCA ARQUEOLOGIA</b>		
Rua Alvarenga, 396 - Butantã - 05520-000 - São Paulo, SP - Tel/Fax: (11) 3205-0864		
caroline.rutz@alascaconsultoria.com.br		

**Formação acadêmica**

- Desde 2016** Doutoranda em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – USP (cursando). Orientadora: Márcia Angelina Alves.
- 2016** Mestrado profissional em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Orientador: Rafael Guedes Milheira.
- 2008** Graduada em História pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

**Formação complementar**

- 2013** Extensão universitária em Arqueologia Amazônica. Centro Brasileiro de Arqueologia, CBA.

**Experiência profissional**

- Desde 2017** Arqueóloga na empresa A Lasca Arqueologia, atuando no desenvolvimento de pesquisas arqueológicas voltadas ao licenciamento ambiental.
- 2009 a 2016** Arqueóloga colaboradora na Antrópica Consultoria Científica, atuando no desenvolvimento de pesquisas arqueológicas voltadas ao licenciamento ambiental.
- 2009 a 2016** Pesquisadora associada – Arqueóloga Sênior na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, atuando na pesquisa e produção técnica ligada a projetos de consultoria arqueológica e projetos acadêmicos de pesquisa arqueológica.
- 2005 a 2008** Estagiária na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, realizando atividades no Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (UFSM).

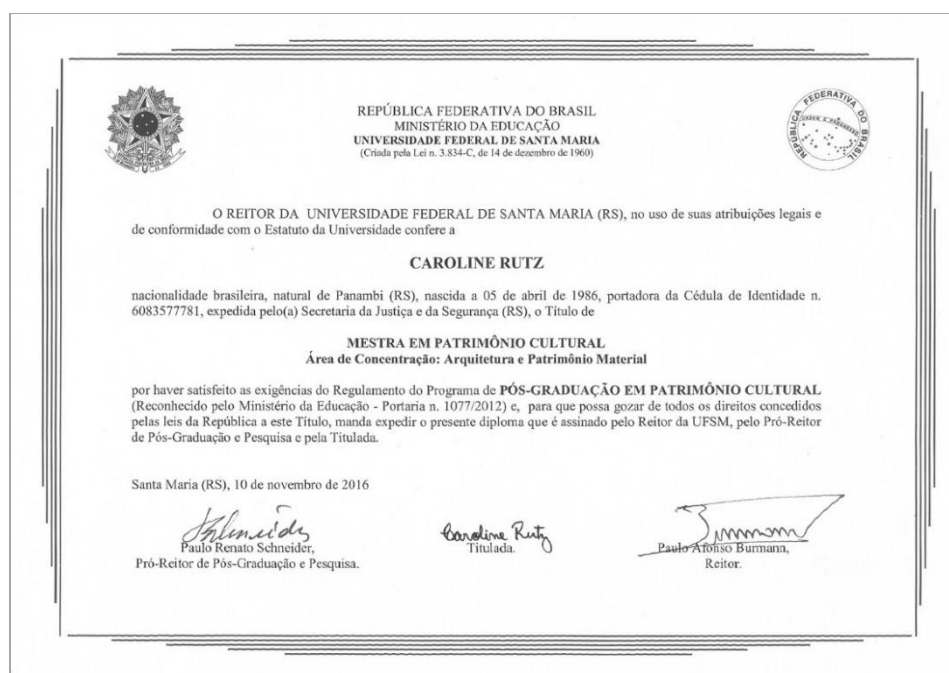
**Participação em equipe técnica – Portarias IPHAN publicadas no D.O.U.**

Ano	Portaria	Publicação	Processo	Ano	Portaria	Publicação	Processo
2004	75	17/03/2004	01512.000008/2004-09		5	19/02/2009	01450.001412/2009-78
2005	85	24/03/2005	01512.000049/2005-78		7	30/03/2009	01450.002125/2009-85
	237	03/10/2005	01516.000171/2005-12		11	18/05/2009	01492.000075/2009-13
	380	22/12/2005	01512.000129/1996-35		14	03/07/2009	01450.007287/2009-18
2006	9	18/01/2006	01516.000291/2005-10		7	29/09/2009	01512.000049/2005-78
	341	25/10/2006	01516.000215/2006-87	2010	6	23/03/2010	01450.003250/2010-46
2007	136	07/05/2007	01408.000029/2007-56		9	27/04/2010	01450.005360/2010-42
	171	01/08/2007	01512.000049/2005-78		14	14/06/2010	01450.007499/2010-21
	183	01/08/2007	01408.000029/2007-56		21	17/08/2010	01492.000307/2010-69
	207	10/08/2007	01516.000985/2007-19		24	13/09/2010	01450.011927/2010-10
	303	14/12/2007	01512.000359/2007-54	2011	4	01/02/2011	01512.000129/1996-35
2008	13	22/04/2008	01512.000129/1996-35		35	17/11/2011	01450.015021/2011-55
	22	17/07/2008	01450.009722/2008-50	2012	20	16/07/2012	01494.000270/2012-11
	22	17/07/2008	01450.009728/2008-27		35	26/11/2012	01450.013085/2012-01
2009	26	08/08/2008	01516.001491/2008-24	2013	54	07/11/2013	01494.000270/2012-11
	3	03/02/2009	01450.001394/2009-24		61	12/12/2013	01512.000129/1996-35
	5	19/02/2009	01450.001411/2009-23	2014	59	03/11/2014	01450.013085/2012-01

Ano	Portaria	Publicação	Processo	Ano	Portaria	Publicação	Processo
2015	1	05/01/2015	01512.000129/1996-35		36	24/07/2017	01506.005762/2016-40
	22	20/04/2015	01450.009475/2014-30		38	31/07/2017	01506.005982/2016-73
2016	16	04/04/2017	01506.004859/2015-54		46	21/08/2017	01506.005963/2016-47
2017	16	17/04/2017	01506.005367/2016-67		56	02/10/2017	01506.006255/2016-23
	23	22/05/2017	01506.006054/2016-26		56	02/10/2017	01506.006695/2016-81
	27	05/06/2017	01506.006767/2016-90		56	02/10/2017	01506.007370/2016-15
	27	05/06/2017	01506.006766/2016-45		56	02/10/2017	01506.006322/2016-18
	27	05/06/2017	01506.006624/2016-88		59	16/10/2017	01506.005417/2017-97
	27	05/06/2017	01506.005766/2016-28		59	16/10/2017	01506.005115/2017-19
	27	05/06/2017	01506.006195/2016-49		60	23/10/2017	01425.000319/2017-63
	27	05/06/2017	01506.005288/2016-56		62	06/11/2017	01506.006511/2016-82
	27	05/06/2017	01506.005983/2016-18		62	06/11/2017	01508.001076/2017-61
	27	05/06/2017	01506.005878/2016-89		64	20/11/2017	01422.000375/2017-28
	27	05/06/2017	01506.006170/2016-45		64	20/11/2017	01408.000240/2017-41
	28	12/06/2017	01506.005368/2015-21		64	20/11/2017	01508.001077/2017-13
	28	12/06/2017	01506.006055/2016-71		64	20/11/2017	01408.000239/2017-16
	28	12/06/2017	01506.005338/2016-03		64	20/11/2017	01506.006384/2017-01
	35	17/07/2017	01506.005188/2016-20		64	20/11/2017	01408.000238/2017-71
	35	17/07/2017	01506.005876/2016-90				

**Publicações**

- RUTZ, Caroline. Traduzindo o Litiqûês. In: **V Semana Internacional de Arqueologia dos Discentes do MAE**, 2017, São Paulo. Resumos da V SIA, 2017.
- RUTZ, Caroline; DAMASO, A. **Traduzindo o Litiqûês**. 2016. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Cartilha/Guia Básico).
- RUTZ, Caroline. Traduzindo o Litiqûês: por uma ponte entre o material lítico lascado e as instituições de guarda. In: **IX Reunião da SAB Sul**, 2014, Joinville-SC. Resumos da IX Reunião regional sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2014.





	<p>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (Criada pela Lei n. 3.834-C, de 14 de dezembro de 1960)</p>	
<p>O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (RS), no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de HISTÓRIA - Licenciatura Plena (Reconhecido nos termos do Parecer n. 2.056/75/CFE, por ter sido criado pela Lei n. 3.958/61 e Portaria n. 1.206/2011/MEC, de 20/05/2011, publicada no DOU, de 25/05/2011), em 15 de dezembro de 2008 e colação de grau em 20 de abril de 2012, confere o grau de LICENCIADA/BACHARELA EM HISTÓRIA a</p>		
<p><b>CAROLINE RUTZ</b></p>		
<p>nacionalidade brasileira, natural de Panambi (RS), nascida a 05 de abril de 1986, portadora da Cédula de Identidade n. 6083577781, expedida pelo(a) Secretária da Justiça e da Segurança (RS), e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.</p>		
<p>Santa Maria (RS), 02 de maio de 2012</p>		
<p><i>m. e. B. Per.</i> Maria Estela Bortoluzzi Pereira, Diretora /DERCA.</p>	<p><i>Caroline Rutz</i> Diplomado</p>	<p><i>Felipe Martins Müller</i> Reitor/UFMS.</p>

**RENATA LIMA FURIÓ**

Historiadora / Técnica em arqueologia – <b>A LASCA ARQUEOLOGIA</b>		
Rua Alvarenga, 396 - Butantã - 05520-000 - São Paulo, SP - Tel/Fax: (11) 3205-0864		
renata@alascaconsultoria.com.br		

**Formação acadêmica**

**2015** Bacharel em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP.

**Experiência profissional**

**Desde 2013** Técnica em arqueologia na empresa A Lasca Arqueologia, atuando no desenvolvimento de pesquisas arqueológicas voltadas ao licenciamento ambiental

**Participação em equipe técnica de projetos – Portarias IPHAN publicadas no D.O.U.**

Ano	Portaria	Publicação	Processo	Ano	Portaria	Publicação	Processo
2007	163	01/08/2007	01506.000590/2007-27		4	03/02/2014	01506.003066/2014-37
2009	11	25/11/2009	01506.001213/2009-77		4	03/02/2014	01506.004180/2013-01
2010	3	17/02/2010	01506.000040/2010-11		4	03/02/2014	01506.003068/2014-26
	28	18/10/2010	01506.001789/2010-78		4	03/02/2014	01506.003065/2014-92
	28	18/10/2010	01506.001791/2010-47		6	14/02/2014	01506.003171/2014-76
2011	10	28/03/2011	01514.000703/2011-71		7	17/02/2014	01506.003104/2014-51
	11	11/04/2011	01514.000695/2011-63		7	17/02/2014	01421.000389/2013-28
	12	15/04/2011	01506.000382/2011-12		8	24/02/2014	01419.000239/2013-63
	17	24/05/2011	01514.000696/2011-16		9	05/03/2014	01506.003271/2014-01
	22	05/07/2011	01506.000923/2011-02		15	31/03/2014	01506.003387/2014-31
	27	19/08/2011	01506.001308/2011-13		16	01/04/2014	01500.003606/2013-51
	35	17/11/2011	01506.001751/2011-86		19	14/04/2014	01506.003519/2014-25
	39	29/12/2011	01450.015116/2011-79		19	14/04/2014	01506.003313/2014-03
2012	9	05/04/2012	01421.000202/2012-13		19	14/04/2014	01506.003465/2014-06
	22	30/07/2012	01500.000760/2012-91		20	24/04/2014	01506.003580/2014-72
	23	13/08/2012	01506.004742/2012-28		23	05/05/2014	01450.003885/2014-77
	32	12/11/2012	01450.014417/2012-66		24	12/05/2014	01506.003648/2014-13
2013	4	31/01/2013	01506.005982/2012-40		24	12/05/2014	01506.003626/2014-53
	5	01/02/2013	01506.001789/2010-78		33	20/06/2014	01421.000588/2014-17
	19	30/04/2013	01506.002916/2013-07		37	21/07/2014	01506.003989/2014-99
	21	09/05/2013	01506.003012/2013-91		37	21/07/2014	01450.014417/2012-66
	23	28/05/2013	01506.003070/2013-14		42	12/08/2014	01506.004054/2014-20
	28	02/07/2013	01506.005523/2012-66		53	06/10/2014	01506.004014/2014-88
	38	23/08/2013	01506.003705/2013-83		53	06/10/2014	01506.004181/2014-29
	41	04/09/2013	01450.007801/2013-93		53	06/10/2014	01506.004267/2014-51
	41	04/09/2013	01506.003735/2013-90		53	06/10/2014	01506.004416/2014-82
	51	28/10/2013	01421.000202/2012-13		54	10/10/2014	01506.004266/2014-15
	63	23/12/2013	01506.004259/2013-54		56	20/10/2014	01506.004339/2014-61
2014	3	23/01/2014	01490.000866/2013-31		56	20/10/2014	01506.003104/2014-51
	4	03/02/2014	01506.004733/2013-18		64	09/12/2014	01506.004728/2014-96

Ano	Portaria	Publicação	Processo	Ano	Portaria	Publicação	Processo
	66	19/12/2014	01450.009512/2014-18	2017	4	23/01/2017	01506.004787/2015-45
	66	19/12/2014	01450.003897/2014-00		7	13/02/2017	01506.005979/2016-50
	66	19/12/2014	01506.004622/2014-92		9	01/03/2017	01514.002302/2016-61
	68	31/12/2014	01408.014810/2014-37		9	01/03/2017	01506.004785/2015-56
	68	31/12/2014	01506.004711/2014-39		11	13/03/2017	01506.004859/2015-54
	68	31/12/2014	01506.004712/2014-83		14	03/04/2017	01506.006616/2016-31
2015	2	13/01/2015	01506.004621/2014-48		16	17/04/2017	01506.006326/2016-98
	3	19/01/2015	01506.004886/2014-46		19	02/05/2017	01506.005276/2016-21
	3	19/01/2015	01421.002315/2014-15		21	15/05/2017	01506.004789/2015-34
	5	26/01/2015	01506.005549/2014-76		23	22/05/2017	01506.006054/2016-26
	5	26/01/2015	01506.005586/2014-84		24	29/05/2017	01506.005754/2016-01
	5	26/01/2015	01506.005423/2014-00		24	29/05/2017	01506.007089/2016-82
	5	26/01/2015	01506.005528/2014-51		27	05/06/2017	01506.006767/2016-90
	8	09/02/2015	01506.004620/2014-01		27	05/06/2017	01506.006766/2016-45
	08	13/01/2015	01506.004621/2014-48		27	05/06/2017	01506.006624/2016-88
	9	18/02/2015	01506.004966/2014-00		27	05/06/2017	01506.006195/2016-49
	17	24/03/2015	01506.004836/2014-69		27	05/06/2017	01506.005288/2016-56
	19	06/04/2015	01506.003798/2015-16		27	05/06/2017	01506.005043/2017-18
	22	20/04/2015	01506.003887/2015-54		27	05/06/2017	01506.005046/2017-43
	26	18/05/2015	01506.003975/2015-56		27	05/06/2017	01506.006760/2016-78
	27	25/05/2015	01506.003886/2015-18		27	05/06/2017	01506.005287/2016-10
	33	19/06/2015	01500.003878/2014-32		27	05/06/2017	01506.005983/2016-18
	49	31/08/2015	01506.003684/2015-68		27	05/06/2017	01506.006769/2016-89
	51	14/09/2015	01500.003413/2014-81		27	05/06/2017	01506.005878/2016-89
	51	14/09/2015	01512.000843/2015-93		27	05/06/2017	01506.006170/2016-45
	53	28/09/2015	01512.002499/2014-96		27	05/06/2017	01506.005044/2017-54
	53	28/09/2015	01512.000845/2015-82		27	05/06/2017	01506.005877/2016-34
	55	13/10/2015	01506.004289/2014-11		28	12/06/2017	01506.006055/2016-71
	55	13/10/2015	01502.002153/2015-98		28	12/06/2017	01506.005338/2016-03
	60	29/10/2015	01506.004735/2015-79		28	12/06/2017	01506.006768/2016-34
	61	09/11/2015	01450.008023/2013-50		28	12/06/2017	01506.005028/2017-61
	62	16/11/2015	01500.003396/2014-82		31	26/06/2017	01506.006999/2016-48
2016	5	10/02/2016	01500.001656/2015-66		31	26/06/2017	01506.006286/2016-84
	12	14/03/2016	01506.004040/2016-78		31	26/06/2017	01506.005334/2016-17
	16	01/04/2016	01506.004859/2015-54		35	17/07/2017	01506.006834/2016-76
	19	18/04/2016	01506.005469/2015-00		35	17/07/2017	01506.005188/2016-20
	22	02/05/2016	01506.004079/2016-95		35	17/07/2017	01506.006182/2016-70
	24	13/05/2016	01506.005041/2015-59		35	17/07/2017	01506.005876/2016-90
	30	10/06/2016	01502.001211/2016-47		35	17/07/2017	01506.005254/2016-61
	43	05/08/2016	01506.005041/2015-59		35	17/07/2017	01506.006939/2016-25
	44	19/02/2016	01450.006137/2016-16		36	24/07/2017	01506.004729/2016-01
	44	19/02/2016	01506.004949/2015-45		38	31/07/2017	01506.005982/2016-73
	52	23/09/2016	01506.004126/2016-09		38	31/07/2017	01506.006915/2016-76
	54	07/10/2016	01506.004859/2015-54		40	02/08/2017	01506.004723/2016-25
	57	31/10/2016	01502.001211/2016-47		44	14/08/2017	01494.000436/2016-22
	61	14/11/2016	01506.005447/2016-12		44	14/08/2017	01494.000435/2016-88
	67	26/12/2016	01506.004107/2016-74		49	28/08/2017	01506.005314/2017-27


Ano	Portaria	Publicação	Processo
51	04/09/2017	01506.005718/2017-11	
56	02/10/2017	01506.006695/2016-81	
56	02/10/2017	01506.007370/2016-15	
56	02/10/2017	01506.005755/2016-48	
58	09/10/2017	01506.006890/2016-19	
59	16/10/2017	01506.005417/2017-97	
59	16/10/2017	01506.005115/2017-19	
60	23/10/2017	01425.000319/2017-63	
61	31/10/2017	01506.005843/2016-40	
51	04/09/2017	01506.005718/2017-11	

Ano	Portaria	Publicação	Processo
61	31/10/2017	01506.007427/2016-86	
61	31/10/2017	01506.006176/2016-12	
61	31/10/2017	01408.000241/2017-95	
62	06/11/2017	01508.001076/2017-61	
62	06/11/2017	01506.006511/2016-82	
64	20/11/2017	01408.000240/2017-41	
64	20/11/2017	01508.001077/2017-13	
64	20/11/2017	01408.000239/2017-16	
64	20/11/2017	01506.006384/2017-01	
64	20/11/2017	01408.000238/2017-71	

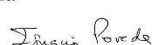
  
 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
 FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E  
 CIÊNCIAS HUMANAS  
 O REITOR DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO,  
 NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES,  
 CONFERE A  
**RENATA LIMA FURIO**  
 DE NACIONALIDADE BRASILEIRA,  
 PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE  
 RG Nº 35.108.846-5 SP,  
 NASCIDA EM 03 DE OUTUBRO DE 1992  
 E NATURAL DO ESTADO DE SÃO PAULO,  
 O GRAU DE  
**BACHARELA EM HISTÓRIA**  
 OBTIDO EM 01 DE MARÇO DE 2016,  
 NO CURSO DE HISTÓRIA,  
 E, PARA QUE POSSA GOZAR DE TODOS OS DIREITOS E  
 PRERROGATIVAS LEGAIS, OUTORGA-LHE O PRESENTE DIPLOMA.  
 SÃO PAULO, 04 DE MARÇO DE 2016.  
  
 REITOR  
 PROF. DR. MARCO ANTONIO ZAGO  
  
 DIRETOR DA FFLCH  
 PROF. DR. SERGIO FRANCA  
 ADORNO DE AZEVEDO  
  
  
 DIPLOMADA  
 RENATA LIMA FURIO

RECONHECIDO PELA PORTARIA CEE/GP Nº  
 185 DE 15/04/2015, D.O.E. DE 16/04/2015.


UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
 SECRETARIA GERAL  
 DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS  
 DIPLOMA REGISTRADO SOB Nº UGR027873  
 PROCESSO Nº 2016.1.04.8.1  
 NOS TERMOS DO ARTIGO 48 DA LEI 9394/96.  
 SÃO PAULO, 15 DE MARÇO DE 2016.

  
 RICARDO DE OLIVEIRA KLIFENS  
 ANALISTA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

DE ACORDO.

  
 PROF. DR. INACIO MARIA POVEDA VELANGO  
 SECRETARIO GERAL

SECRETARIA GERAL  
 DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS  
 O PRESENTE DOCUMENTO, EXPEDIDO PELA  
 UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO É AUTÊNTICO.  
 SÃO PAULO, 15 DE MARÇO DE 2016.

  
 ARIOSVALDO BEZERRA DE SOUSA

**LÍGYA ESTEVES SANT'ANNA DE SOUZA**

Historiadora / Técnica em arqueologia – **A LASCA ARQUEOLOGIA**

Rua Alvarenga, 396 - Butantã - 05520-000 - São Paulo, SP - Tel/Fax: (11) 3205-0864

ligya.esteves@alascaconsultoria.com.br

**Formação acadêmica**

**2015** Licenciada em História Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras da Universidade de São Paulo – FFLCH/USP.

**Experiência profissional**

**Desde 2016** Técnica em arqueologia na empresa A Lasca Arqueologia, atuando no desenvolvimento de pesquisas arqueológicas voltadas ao licenciamento ambiental.

**2015** Estagiária na Associação de Arquivistas de São Paulo – Projeto Maternidade São Paulo.

**2012 a 2014** Estagiária de Comissão de Pesquisa na Escola de Comunicação e Artes da USP.

**Formação Adicional**

**2016** Curso de atualização: Antropologia da cidade: ativismos, táticas, insurgências – Carga Horária: 30h – FFLCH-USP.

**2016** Curso Livre: História Social da Arte: Pintura, fotografia e cinema – Carga Horária: 30h – SESC Pompéia.

**2015** Curso Livre: Outras escalas, outros patrimônios – Carga Horária: 5h - Centro de Pesquisa e Formação do SESC São Paulo.

**2015** Curso Livre: Programa Diversidade Cultural: Refugiados – Carga Horária: 5h – Centro de Pesquisa e Formação do SESC São Paulo.

**2015** Curso livre: Arte na formação de jovens e adultos em processo de alfabetização: entre os museus e as salas de aula – Carga Horária: 30h – Museu de Arte Contemporânea MAC-USP.

**2014** Curso livre: Introdução à educação em museus: teorias e práticas – Carga Horária: 12h – Instituto Butantã.

**Participação em equipe técnica de projetos – Portarias IPHAN publicadas no D.O.U.**

Ano	Portaria	Publicação	Processo	Ano	Portaria	Publicação	Processo
2013	63	23/12/2013	01506.004259/2013-54		30	13/06/2016	01502.001211/2016-47
2015	61	09/11/2015	01450.008023/2013-50		35	04/07/2016	01506.004875/2015-47
2016	5	10/02/2016	01506.005052/2015-39		54	10/10/2016	01506.004859/2015-54
	14	21/03/2016	01506.005982/2012-40				



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E  
CIÊNCIAS HUMANAS

O REITOR DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO,  
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES,  
CONFERE A

**LÍGYA ESTEVES SANT'ANNA DE SOUZA**



DE NACIONALIDADE BRASILEIRA,  
PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE  
RG Nº 38.353.980-8 SP,  
NASCIDA EM 16 DE JANEIRO DE 1992  
E NATURAL DO ESTADO DE SÃO PAULO,  
O GRAU DE



**BACHARELA EM HISTÓRIA**

OBTIDO EM 12 DE AGOSTO DE 2015,  
NO CURSO DE HISTÓRIA.  
E, PARA QUE POSSA GOZAR DE TODOS OS DIREITOS E  
PRERROGATIVAS LEGAIS, OUTORGA-LHE O PRESENTE DIPLOMA.

SÃO PAULO, 20 DE AGOSTO DE 2015.

REITOR  
PROF. DR. MARCO ANTONIO ZAGÓ

DIRETOR DA FFLCH  
PROF. DR. SÉRGIO FRANCA  
ADORNO DE ABREU



*Lígya Esteves  
S. de Souza*  
DIPLOMADA  
LÍGYA ESTEVES SANT'ANNA DE  
SOUZA

**ANGÉLICA APARECIDA MOREIRA DA SILVA**

Historiadora / Educadora patrimonial – A LASCA ARQUEOLOGIA		
Rua Alvarenga, 396 - Butantã - 05509-000 - São Paulo, SP - Tel/Fax: (11) 3205-0864 – Cel:(11) 99887-0938		
angelica@alascaconsultoria.com.br		

**Formação acadêmica**

- Desde 2016** Pós-graduação Lato Sensu em Arqueologia, História e Sociedade na Universidade de Santo Amaro (em curso).
- 2006 a 2008** Mestranda em História da Saúde Pública em São Paulo pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (qualificada).
- 1998** Bacharel e Licenciada em História pela Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.

**Experiência profissional**

- Desde 2013** Historiadora e Educadora patrimonial, historiadora, prestadora de serviços para a A Lasca Arqueologia, desenvolvedora de ações em educação patrimonial e de pesquisa histórica voltadas aos programas de arqueologia no âmbito do licenciamento ambiental.
- 2014** Coordenação do Projeto Acervo Histórico do Instituto C&A (módulo de finalização de implantação do Centro de Memória e ajustes para a disponibilização do acervo no Portal da instituição) para a empresa Grifo Projetos Históricos e Editoriais.
- 2010 a 2013** Historiadora, documentalista, prestadora de serviços para a Grifo Projetos Históricos e Editoriais.
- 2008 a 2009** Pesquisadora na Fundap – Fundação do Desenvolvimento Administrativo no Projeto Memória Paulista/Centro de Memória e Documentação de São Paulo.
- 2007 a 2008** Pesquisadora bolsista na FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz no Projeto Inventário Nacional do Patrimônio Cultural da Saúde: Bens Edificados e Acervos.
- 2007** Documentalista, consultoria em acervos no Projeto Memória e História da Atenção Básica em Saúde desenvolvido pelo Instituto de Saúde/Centro de Memória da Saúde do Estado de São Paulo.
- 2005 a 2007** Educadora patrimonial, historiadora, prestadora de serviços para a A Lasca Arqueologia, desenvolvedora de ações em educação patrimonial e de pesquisa histórica voltadas aos programas de arqueologia no âmbito do licenciamento ambiental.
- 2000 a 2004** Assistente Técnica de Pesquisa, bolsista CNPQ no Projeto A Conquista da Água em São Paulo.
- 1996 a 1998** Estagiária em História no Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo – DPH, Setor de Levantamento e Pesquisa.
- 1994 a 1996** Professora de História, ensino fundamental e médio, E.E. Oswaldo Gagliardi, São Paulo.

**Participação em equipe técnica de projetos – Portarias IPHAN publicadas no D.O.U.**

Ano	Portaria	Publicação	Processo	Ano	Portaria	Publicação	Processo
2005	289	25/10/2005	01506.001029/2005-01		41	04/09/2013	01506.003707/2013-72
2006	6	18/01/2006	01514.000006/2006-53		63	23/12/2013	01506.004420/2013-60
2008	16	16/05/2008	01506.000712/2008-66	2014	9	05/03/2014	01506.003271/2014-01
2010	28	18/10/2010	01506.001789/2010-78		9	05/03/2014	01506.003262/2014-10
	35	24/12/2010	01506.001029/2005-01		15	31/03/2014	01506.003387/2014-31
2012	23	13/08/2012	01506.004742/2012-28		19	14/04/2014	01506.003519/2014-25
2013	5	01/02/2013	01506.001789/2010-78		24	12/05/2014	01506.003626/2014-53
	8	20/02/2013	01506.002548/2013-99		42	13/08/2014	01506.004054/2014-20
	19	30/04/2013	01506.002916/2013-07		53	06/10/2014	01506.004267/2014-51
	23	28/05/2013	01506.003070/2013-14		53	06/10/2014	01506.004416/2014-82

Ano	Portaria	Publicação	Processo	Ano	Portaria	Publicação	Processo
	54	10/10/2014	01506.004266/2014-15		27	05/06/2017	01506.005046/2017-43
	68	31/12/2014	01408.014810/2014-37		27	05/06/2017	01506.006760/2016-78
	68	31/12/2014	01506.004711/2014-39		27	05/06/2017	01506.005287/2016-10
	68	31/12/2014	01506.004712/2014-83		27	05/06/2017	01506.005983/2016-18
2015	5	26/01/2015	01506.005549/2014-76		27	05/06/2017	01506.006769/2016-89
	5	26/01/2015	01506.005423/2014-00		27	05/06/2017	01506.005878/2016-89
	5	26/01/2015	01506.005528/2014-51		27	05/06/2017	01506.006170/2016-45
	21	10/04/2015	01506.003825/2015-42		27	05/06/2017	01506.005044/2017-54
	22	20/04/2015	01506.003887/2015-54		27	05/06/2017	01506.005781/2016-76
	49	31/08/2015	01506.003684/2015-68		27	05/06/2017	01506.005877/2016-34
	51	14/09/2015	01500.0003413/2014-81		28	12/06/2017	01506.005368/2015-21
	55	13/10/2015	01506.004289/2014-11		28	12/06/2017	01506.006774/2016-91
	62	16/11/2015	01500.003396/2014-82		28	12/06/2017	01506.006055/2016-71
2016	52	26/09/2016	01506.004126/2016-09		28	12/06/2017	01506.006768/2016-34
	61	14/11/2016	01506.004943/2016-59		28	12/06/2017	01506.005028/2017-61
	61	14/11/2016	01506.004865/2016-92		29	19/06/2017	01506.004952/2016-40
	63	28/11/2016	01506.004866/2016-37		31	26/06/2017	01506.006999/2016-48
	67	26/12/2016	01506.004107/2016-74		31	26/06/2017	01506.006286/2016-84
2017	9	23/01/2017	01506.004787/2015-45		31	26/06/2017	01506.005334/2016-17
	11	01/03/2017	01506.004785/2015-56		35	17/07/2017	01506.006834/2016-76
	14	13/03/2017	01506.006090/2016-90		35	17/07/2017	01506.005188/2016-2
	16	03/04/2017	01506.006616/2016-31		35	17/07/2017	01506.006182/2016-70
	16	17/04/2017	01506.006326/2016-98		35	17/07/2017	01506.00587/2016-90
	19	17/04/2017	01506.005367/2016-67		35	17/07/2017	01506.005254/2016-61
	21	02/05/2017	01506.005276/2016-21		35	17/07/2017	01506.006201/2016-68
	23	15/05/2017	01506.004789/2015-34		35	17/07/2017	01506.006847/2016-45
	23	22/05/2017	01506.006054/2016-26		35	17/07/2017	01506.006339/2016-25
	24	22/05/2017	01506.005873/2016-56		36	24/07/2017	01506.005762/2016-40
	24	29/05/2017	01506.007089/2016-82		36	24/07/2017	01506.004729/2016-01
	27	29/05/2017	01506.005711/2016-18		38	31/07/2017	01506.005982/2016-73
	27	05/06/2017	01506.006767/2016-90		38	31/07/2017	01506.006915/2016-76
	27	05/06/2017	01506.006766/2016-45		40	02/08/2017	01506.004723/2016-25
	27	05/06/2017	01506.006624/2016-88		44	14/08/2017	01494.000436/2016-22
	27	05/06/2017	01506.006345/2016-14		44	14/08/2017	01494.000435/2016-88
	27	05/06/2017	01506.005766/2016-28		46	21/08/2017	01506.005963/2016-47
	27	05/06/2017	01506.005288/2016-56		46	21/08/2017	01506.007495/2016-45
	27	05/06/2017	01506.005043/2017-18		48	25/08/2017	01506.006741/2016-41

#### Publicações

**A conquista do sertão paulista** – texto para o Portal FUNDAP/Projeto Memória Paulista, 2009 (aguardando publicação on line).

Verbetes de instituições hospitalares da cidade de São Paulo – textos em DVD anexo ao livro **História da Saúde em São Paulo: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)** publicado pela Editora Manole.

**Os livros de matrícula de enfermos da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e o papel desta instituição na assistência à saúde da população (1895-1913)**. Trabalho apresentado e publicado nos Anais do XXIV Simpósio Nacional de História: História e Multidisciplinaridade, São Leopoldo/RS, 2007.



**As cartas náuticas dos séculos XV e XVI e as transformações da ciência.** Caderno de resumos do 7º Encontro de iniciação científica PUC/SP, 1998.



**V. DECLARAÇÕES DE PARTICIPAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA**

## DECLARAÇÃO DO ARQUEÓLOGO COORDENADOR

Eu, Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani, brasileira, portadora da Carteira de Identidade nº 8.646.260 SSP/SP e do CPF nº 020.818.558-52, DECLARO, para os devidos fins, que me comprometo a participar do *Avaliação de potencial de impacto ao patrimônio arqueológico das linhas de transmissão: LT 230 kV Piripiri - Teresina III - C1, LT 230 kV Ibiapina II - Piripiri - CD2, LT 230 kV Ibiapina II - Tianguá II - CD - C1C2, Paranaíba III - Tianguá II - CD1 e Seccionamento LT 500 kV - Sobral C2 (Processo nº 01450.002515/2018-46)*, estudo arqueológico preventivo a ser desenvolvido nos municípios de Ibiapina, Ubajara, Tianguá e Viçosa do Ceará, estado do Ceará e nos municípios de Teresina, Altos, Campo Maior, Nossa Senhora de Nazaré, Boqueirão do Piauí, Cocal de Telha, Capitão de Campos, Piripiri, Brasileira, São João da Fronteira, Cocal e Bom Princípio do Piauí, estado do Piauí, assumindo a função de arqueóloga coordenadora geral.

São Paulo, 25 de julho de 2018.

---

**Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani**

Arqueóloga coordenadora geral

## DECLARAÇÃO DO ARQUEÓLOGO COORDENADOR DE CAMPO

Eu, Suzana Elza Roll Munsberg, brasileira, portadora da Carteira de Identidade nº 2074022704/RS e do CPF nº 971.550.200/87, DECLARO, para os devidos fins, que me comprometo a participar do *Avaliação de potencial de impacto ao patrimônio arqueológico das linhas de transmissão: LT 230 kV Piripiri - Teresina III - C1, LT 230 kV Ibiapina II - Piripiri - CD2, LT 230 kV Ibiapina II - Tianguá II - CD - C1C2, Paranaíba III - Tianguá II - CD1 e Seccionamento LT 500 kV - Sobral C2 (Processo nº 01450.002515/2018-46)*, estudo arqueológico preventivo a ser desenvolvido nos municípios de Ibiapina, Ubajara, Tianguá e Viçosa do Ceará, estado do Ceará e nos municípios de Teresina, Altos, Campo Maior, Nossa Senhora de Nazaré, Boqueirão do Piauí, Cocal de Telha, Capitão de Campos, Piripiri, Brasileira, São João da Fronteira, Cocal e Bom Princípio do Piauí, estado do Piauí, assumindo a função de arqueóloga coordenadora de campo.

Em atenção ao disposto no Ofício n.º 58/CNA/DEPAM-IPHAN, de 5/3/2018, declaro, ainda, que estou ciente e inteiramente de acordo com o teor do projeto em referência. Segue, para fins de comprovação da capacidade técnico científica, (i) currículo, (ii) cópia de documento de identificação; (iii) cópia autenticada do diploma de curso de pós-graduação que tem por objeto de estudo a arqueologia; (iv) cópia de publicações científicas; e (v) cronograma de atividades que comprova a possibilidade de execução do projeto.

São Paulo, 25 de julho de 2018.

---

**Suzana Elza Roll Munsberg**

Arqueólogo coordenador de campo

## DECLARAÇÃO

Eu, Caroline Rutz, brasileira, portadora da Carteira de Identidade nº 6083577781 SJS/RS e do CPF nº 013.037.420-20, DECLARO, para os devidos fins, que me comprometo a participar do *Avaliação de potencial de impacto ao patrimônio arqueológico das linhas de transmissão: LT 230 kV Piripiri - Teresina III - C1, LT 230 kV Ibiapina II - Piripiri - CD2, LT 230 kV Ibiapina II - Tianguá II - CD - C1C2, Paranaíba III - Tianguá II - CD1 e Seccionamento LT 500 kV - Sobral C2 (Processo nº 01450.002515/2018-46)*, estudo arqueológico preventivo a ser desenvolvido nos municípios de Ibiapina, Ubajara, Tianguá e Viçosa do Ceará, estado do Ceará e nos municípios de Teresina, Altos, Campo Maior, Nossa Senhora de Nazaré, Boqueirão do Piauí, Cocal de Telha, Capitão de Campos, Piripiri, Brasileira, São João da Fronteira, Cocal e Bom Princípio do Piauí, estado do Piauí, assumindo a função de arqueóloga assistente.

São Paulo, 25 de julho de 2018.

---

**Caroline Rutz**

Arqueóloga assistente

## DECLARAÇÃO

Eu, Renata Lima Furió, brasileira, portadora da Carteira de Identidade nº 35.108.846-5 SSP/SP e do CPF nº 418.070.448-07, DECLARO, para os devidos fins, que me comprometo a participar do *Avaliação de potencial de impacto ao patrimônio arqueológico das linhas de transmissão: LT 230 kV Piripiri - Teresina III - C1, LT 230 kV Ibiapina II - Piripiri - CD2, LT 230 kV Ibiapina II - Tianguá II - CD - C1C2, Paranaíba III - Tianguá II - CD1 e Seccionamento LT 500 kV - Sobral C2 (Processo nº 01450.002515/2018-46)*, estudo arqueológico preventivo a ser desenvolvido nos municípios de Ibiapina, Ubajara, Tianguá e Viçosa do Ceará, estado do Ceará e nos municípios de Teresina, Altos, Campo Maior, Nossa Senhora de Nazaré, Boqueirão do Piauí, Cocal de Telha, Capitão de Campos, Piripiri, Brasileira, São João da Fronteira, Cocal e Bom Princípio do Piauí, estado do Piauí, assumindo a função de técnica em arqueologia.

São Paulo, 25 de julho de 2018.

---

**Renata Lima Furió**

Historiadora e técnica em arqueologia

## DECLARAÇÃO

Eu, Lígya Esteves Sant'Anna de Souza, brasileira, portadora da Carteira de Identidade nº 38.353.980-8 SSP/SP e do CPF nº 418.383.338-86, DECLARO, para os devidos fins, que me comprometo a participar do *Avaliação de potencial de impacto ao patrimônio arqueológico das linhas de transmissão: LT 230 kV Piripiri - Teresina III - C1, LT 230 kV Ibiapina II - Piripiri - CD2, LT 230 kV Ibiapina II - Tianguá II - CD - C1C2, Paranaíba III - Tianguá II - CD1 e Seccionamento LT 500 kV - Sobral C2 (Processo nº 01450.002515/2018-46)*, estudo arqueológico preventivo a ser desenvolvido nos municípios de Ibiapina, Ubajara, Tianguá e Viçosa do Ceará, estado do Ceará e nos municípios de Teresina, Altos, Campo Maior, Nossa Senhora de Nazaré, Boqueirão do Piauí, Cocal de Telha, Capitão de Campos, Piripiri, Brasileira, São João da Fronteira, Cocal e Bom Princípio do Piauí, estado do Piauí, assumindo a função de técnica em arqueologia.

São Paulo, 25 de julho de 2018.

---

**Lígya Esteves Sant'Anna de Souza**

Historiadora e técnica em arqueologia

## DECLARAÇÃO

Eu, Angélica Aparecida Moreira da Silva, brasileira, portadora da Carteira de Identidade nº 18.030.095-7 SSP/SP e do CPF nº 090.171.958-78, DECLARO, para os devidos fins, que me comprometo a participar do *Avaliação de potencial de impacto ao patrimônio arqueológico das linhas de transmissão: LT 230 kV Piripiri - Teresina III - C1, LT 230 kV Ibiapina II - Piripiri - CD2, LT 230 kV Ibiapina II - Tianguá II - CD - C1C2, Paranaíba III - Tianguá II - CD1 e Seccionamento LT 500 kV - Sobral C2 (Processo nº 01450.002515/2018-46)*, estudo arqueológico preventivo a ser desenvolvido nos municípios de Ibiapina, Ubajara, Tianguá e Viçosa do Ceará, estado do Ceará e nos municípios de Teresina, Altos, Campo Maior, Nossa Senhora de Nazaré, Boqueirão do Piauí, Cocal de Telha, Capitão de Campos, Piripiri, Brasileira, São João da Fronteira, Cocal e Bom Princípio do Piauí, estado do Piauí, assumindo a função de historiadora e educadora patrimonial.

São Paulo, 25 de julho de 2018.

---

**Angélica Aparecida Moreira da Silva**

Historiadora e educadora patrimonial



**VI. DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA**

<p>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</p> <p>ESTADO DE SÃO PAULO 0101-6</p> <p>SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA</p> <p>INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT</p> <p>PROIBIDO PLASTIFICAR</p>  <p>3496-09030</p> <p>Assinatura do Titular: <i>Lucia de Jesus Cardoso</i></p> <p>CARTEIRA DE IDENTIDADE</p>	<p>VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL</p> <p>REGISTRO GERAL 8.646.260-X DATA DE EXPEDIÇÃO 14/NOV/2008</p> <p>NOME LUCIA DE JESUS CARDOSO OLIVEIRA JULIANI</p> <p>FILIAÇÃO JOÃO OLYMPIO DE OLIVEIRA JUNIOR</p> <p>E TERESA DE JESUS CARDOSO OLIVEIRA</p> <p>NATURALIDADE ITAPETININGA -SP DATA DE NASCIMENTO 08/FEV/1957</p> <p>DOC. ORIGEM RIO CLARO-SP</p> <p>RIO CLARO</p> <p>CC:LV.B100/FLS.097V/N.019205</p> <p>CPF 020818558-52</p> <p>72 Delegado Divisório</p> <p>CARLOS ANTONIO DE OLIVEIRA DIRETOR DE POLICIA IIRGD.SSP.SP</p> <p>LEI Nº 7.116 DE 29/08/83</p>
<p>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</p> <p>ESTADO DE SÃO PAULO 8000-2</p> <p>SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA</p> <p>INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT</p> <p>PROIBIDO PLASTIFICAR</p>  <p>48597335</p> <p>Assinatura do Titular: <i>Renata Lima Furió</i></p> <p>CARTEIRA DE IDENTIDADE</p>	<p>VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL</p> <p>REGISTRO GERAL 35.108.846-5 2 via DATA DE EXPEDIÇÃO 04/05/2016</p> <p>NOME RENATA LIMA FURIÓ</p> <p>FILIAÇÃO MIGUEL FURIÓ JIMENEZ RITA BUTTERBY TOLEDO LIMA FURIÓ</p> <p>NATURALIDADE S.PAULO - SP DATA DE NASCIMENTO 03/10/1992</p> <p>DOC ORIGEM SÃO PAULO-SP PERDIZES CC:LV.B079/FLS.203 /Nº08081</p> <p>CPF 418070448/07</p> <p>Assinatura do Diretor: <i>Castano Paulo Filho</i></p> <p>Delegado de Polícia Divisório IIRGD.SSP.SP</p> <p>ASSINATURA DO DIRETOR</p> <p>LEI Nº 7.116 DE 29/08/83</p>
<p>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</p> <p>RIO GRANDE DO SUL</p> <p>SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA</p> <p>INSTITUTO GERAL DE PERICIAS</p> <p>DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO</p>  <p>Assinatura do Titular: <i>Caroline Rutz</i></p> <p>CARTEIRA DE IDENTIDADE</p>	<p>VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL</p> <p>REGISTRO GERAL 6083577781 DATA DE EXPEDIÇÃO 11/06/1999</p> <p>NOME CAROLINE RUTZ</p> <p>FILIAÇÃO GUNTER RUTZ MARLI RUTZ</p> <p>NATURALIDADE PANAMBI RS DATA DE NASCIMENTO 05/04/1986</p> <p>DOC ORIGEM C NASC 7627 PANAMBI RS</p> <p>LV A 36 FL 180</p> <p>CPF *****/** *****/**</p> <p>PORTO ALEGRE RS</p> <p>Assinatura do Diretor: <i>Castano Paulo Filho</i></p> <p>Delegado de Polícia Divisório IIRGD.SSP.SP</p> <p>LEI Nº 7.116 DE 29/08/83</p>
<p>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</p> <p>ESTADO DE SÃO PAULO 8000-2</p> <p>SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA</p> <p>INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT</p> <p>PROIBIDO PLASTIFICAR</p>  <p>6595-04502</p> <p>Assinatura do Titular: <i>Angelica Aparecida Moreira da Silva</i></p> <p>CARTEIRA DE IDENTIDADE</p>	<p>VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL</p> <p>REGISTRO GERAL 18.030.095-7 DATA DE EXPEDIÇÃO 18/MAR/2011</p> <p>NOME ANGELICA APARECIDA MOREIRA DA SILVA</p> <p>FILIAÇÃO XISTO MOREIRA DA SILVA</p> <p>E LEONILDE QUIRINO DA SILVA</p> <p>NATURALIDADE S. PAULO -SP DATA DE NASCIMENTO 18/JUL/1968</p> <p>DOC ORIGEM S. PAULO-SP</p> <p>SAUDE</p> <p>CC:LV.B79 /FLS.0057/N.023301</p> <p>CPF 090171958/78 PIS 12244135359</p> <p>176 Delegado Divisório</p> <p>Roberto Assunção Diretor de Polícia IIRGD.SSP.SP</p> <p>ASSINATURA DO DIRETOR</p> <p>LEI Nº 7.116 DE 29/08/83</p>

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DAS CIDADES  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

1402

NOME: **LIGYA ESTEVES SANT ANNA DE SOUZA**

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF: **38353980 SSP/SP**

CPF: **418.383.338-86** DATA NASCIMENTO: **16/01/1992**

FILIAÇÃO: **WALTER DE SOUZA FILHO**  
**HELENA CONCEICAO ESTEVES**

PERMISSÃO: ACC CAT. HAB: **B**

Nº REGISTRO: **05447391470** VALIDADE: **10/05/2016** 1ª HABILITAÇÃO: **20/03/2012**

PROIBIDO PLASTIFICAR 718726874

RESERVAÇÃO: **A**

ASSINATURA DO PORTADOR: *Ligya Santos de Souza*

LOCAL: **SÃO PAULO, SP** DATA EMISSÃO: **11/04/2013**

86681054460 89703067355  
 39885760869 82167863474

DETRAN - SP (SÃO PAULO)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DAS CIDADES  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

1402

NOME: **SUZANA ELIZA ROLL MUNSBERG**

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF: **2074022704 RJR/RS**

CPF: **971.550.200-87** DATA NASCIMENTO: **26/12/1980**

FILIAÇÃO: **ARI STEFFEN MUNSBERG**

**HELOISA MARLI ROLL MUNSBERG**

PERMISSÃO: ACC CAT. HAB: **B**

Nº REGISTRO: **04005849201** VALIDADE: **07/12/2021** 1ª HABILITAÇÃO: **22/12/2006**

PROIBIDO PLASTIFICAR 1372860098

RESERVAÇÃO:

ASSINATURA DO PORTADOR: *Suzana Roll Munsberg*

LOCAL: **PELOTAS, RS** DATA EMISSÃO: **08/12/2016**

39885760869 82167863474

DETRAN - RS (RIO GRANDE DO SUL)

**Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de  
implantação das subestações: SE 500/230 kV Tianguá II, SE 230 kV  
Ibiapina II, SE 230 kV Piripiri e SE 230 kV Teresina III**

Municípios de Ubajara e Tianguá/CE e Piripiri e Teresina/PI

Pesquisadores responsáveis:

**MA. LÚCIA DE J. C. OLIVEIRA JULIANI**

**MA. SUZANA ELIZA ROLL MUNSBURG**

ENQUADRAMENTO DO EMPREENDIMENTO:  
**NÍVEL III**

Processo IPHAN nº **01450.002515/2018-46**

São Paulo / SP, julho de 2018.



---

EMPREENDIMENTO

**SE 500/230 kV Tianguá II, SE 230 kV Ibiapina II, SE 230 kV Piripiri e SE 230 kV Teresina III**

EMPREENDEDOR

**SERRA DE IBIAPABA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

CNPJ: 29.554.549/0001-00

Endereço: Avenida Marechal Câmara, 160 – sala 1433

Rio de Janeiro- RJ - CEP: 20.020-080

EXECUÇÃO DO PROGRAMA ARQUEOLÓGICO

**A LASCA CONSULTORIA E ASSESSORIA EM ARQUEOLOGIA LTDA.**

Representante Legal: Lúcia de J. Cardoso Oliveira Juliani

Escritório: Rua Alvarenga, 396, Butantã

São Paulo - SP - CEP 05509-000

Fone / Fax: (11) 3205-0864 / 3722-0864

E-mail: contato@alascaconsultoria.com.br

APOIO INSTITUCIONAL

**INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO CULTURAL DO CEARÁ - INSTITUTO TEMBETÁ**

Endereço: Rua Gervásio de Castro, 302, Benfica

Fortaleza - CE - CEP: 60015-185

**MUSEU DE ARQUEOLOGIA E PALEONTOLOGIA**

Universidade Federal do Piauí

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Ininga

Teresina - PI - CEP: 64049-550



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	2
1. LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO .....	3
2. OBJETIVOS .....	5
3. ÁREA ABRANGIDA PELO PROJETO .....	5
3.1. SE Ibiapina II.....	7
3.2. SE Piripiri .....	8
3.3. SE Teresina III .....	9
3.4. SE Tianguá II .....	10
4. CONTEXTUALIZAÇÃO ARQUEOLÓGICA E ETNO-HISTÓRICA DA ÁREA.....	11
4.1. Contexto arqueológico .....	18
4.2. Contexto etno-histórico .....	25
5. APORTE METODOLÓGICO E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA .....	27
5.1. Caminhamento ( <i>foot survey</i> ) .....	28
5.2. Prospecção intensiva em subsuperfície ( <i>full coverage survey</i> ) .....	28
5.3. Abordagens oportunísticas .....	33
5.4. Delimitação de perímetro de ocorrência ou sítio arqueológico .....	34
6. ATIVIDADES DE ANÁLISE E CONSERVAÇÃO DOS BENS ARQUEOLÓGICOS.....	35
6.1. Atividades de curadoria .....	35
6.2. Referenciais teóricos e metodológicos de laboratório.....	35
6.3. Previsão orçamentária para as atividades de análise e conservação .....	39
7. ESCLARECIMENTO E DIVULGAÇÃO DOS BENS CULTURAIS ACAUTELADOS .....	41
7.1. Folheto impresso: “Por que o Patrimônio Cultural é tão importante?” .....	41
7.2. Conteúdo digital: blog e mídias sociais .....	44
7.3. Apresentação dos resultados .....	46
7.4. Produção de conhecimento, divulgação científica e extroversão .....	46
8. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO .....	47
9. EQUIPE.....	47
10. INSTITUIÇÃO DE GUARDA E PESQUISA.....	47
11. ENDOSSO FINANCEIRO .....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49
ANEXOS	
I. Instituição de guarda e pesquisa	
II. Endosso financeiro	
III. Currículos da equipe técnica	
IV. Declarações de participação da equipe técnica	
V. Documentos de identificação da equipe técnica	

## INTRODUÇÃO

O projeto ***Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área de implantação das subestações: SE 500/230 kV Tianguá II, SE 230 kV Ibiapina II, SE 230 kV Piripiri e SE 230 kV Teresina III*** (Processo n.º 01450.002515/2018-46) tem por objetivo o atendimento ao Termo de Referência Específico (TRE) n.º 59/CNL/GAB PRESI, de 10/7/2018, emitido pela Coordenação Técnica Nacional de Licenciamento após a análise da Ficha de Caracterização de Atividade.

O empreendimento, de responsabilidade da **Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A.** (CNPJ n.º 29.554.549/0001-00), consiste na implantação de duas subestações e ampliação de outras duas nos **municípios de Ubajara e Tianguá, no estado do Ceará, e Piripiri e Teresina, no estado do Piauí.**

O entendimento expresso pelo IPHAN é de que o empreendimento se enquadra no **nível III**: *“de média e alta interferência sobre as condições vigentes do solo, grandes áreas de intervenção, com limitada ou inexistente flexibilidade para alterações de localização e traçado”* (Anexo I, IN IPHAN n.º. 1/2015). Esse entendimento enseja a submissão de um projeto de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico conforme o disposto nos artigos 18, 19 e 20 da Instrução Normativa IPHAN n.º 1/2015.

O projeto, que objetiva a identificação, delimitação, caracterização e avaliação do grau de preservação do patrimônio arqueológico na área do empreendimento, será desenvolvido por período não superior a **quatro meses** e terá o apoio institucional do **Instituto Tumbetá** e do **Museu de Arqueologia e Paleontologia da Universidade Federal do Piauí**, instituições que atendem ao disposto no art. 6º da Portaria IPHAN n.º. 196, de 23/5/2016, e que garantirão o apoio necessário à pesquisa e à guarda do material eventualmente coletado em campo.

A equipe proposta, coordenada pelas arqueólogas **Ma. Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani** e **Ma. Suzana Eliza Roll Munsberg**, detém capacidade técnico-científica documentada em conformidade com o disposto nos diplomas legais que regem a matéria.

Destaca-se que o objeto do presente projeto é o componente arqueológico dos estudos necessários à manifestação conclusiva pelo IPHAN no que se refere às subestações. Os demais aspectos levantados no Termo de Referência Específico, seja o patrimônio cultural de natureza imaterial, sejam os estudos arqueológicos necessários à manifestação conclusiva do IPHAN sobre a implantação das linhas de transmissão, serão tratados em projeto e relatórios específicos.

## 1. LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

O Patrimônio Cultural Brasileiro é definido pela Constituição Federal Brasileira de 1988, da seguinte forma:

*Art. 216 – Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à maioria dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:*

*(...);*

*Parágrafo V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.*

Desse modo, a Constituição Brasileira assegura ao patrimônio arqueológico, entre outros, a categoria de patrimônio cultural a ser institucionalmente protegido. Tal condição é reiterada pelo fato de o Brasil ser signatário de uma série de resoluções elaboradas em convenções internacionais direcionadas à atualização de conceitos, normas e práticas aplicáveis ao gerenciamento do patrimônio cultural: a Carta de Atenas, de 1931; a Conferência UNESCO – Nova Déli, de 1956; a Carta de Veneza, de 1964; as Normas de Quito, de 1968; a 15ª Sessão da UNESCO em Paris, de 1968; a Carta de Nairóbi, de 1976 e a Carta de Burra, de 1980, entre outras.

Além das Cartas Patrimoniais, que demonstram o compromisso do Estado brasileiro em se alinhar ao entendimento de diversas nações naquilo que se refere aos conceitos e práticas consolidadas à proteção do patrimônio cultural, diversos diplomas legais consolidam a proteção do patrimônio arqueológico brasileiro, entre eles:

- Lei n.º 3.924, de 26/07/1961 (Lei da Arqueologia), que dispõe sobre o patrimônio arqueológico;
- Resolução CONAMA n.º 1, de 23/01/1986, que estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente;
- Portaria SPHAN n.º 7, de 1º/12/1988, que estabelece os procedimentos necessários às autorizações para pesquisas arqueológicas;
- Resolução CONAMA n.º 237, de 19/12/1997, que revisa os procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental, de forma a incorporar ao sistema de licenciamento os instrumentos de gestão ambiental e a integrar a atuação dos órgãos do SISNAMA na execução da Política Nacional do Meio Ambiente;
- Lei n.º 9.605, de 12/02/1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente;
- Portaria IPHAN n.º 241, de 19/11/1998, que institui a Ficha de Registro de Sítios Arqueológicos;



- Decreto n.º 6.514, de 22/07/2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações;
- Portaria Interministerial n.º 60, de 24/03/2015, que estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
- Instrução Normativa IPHAN n.º 1, de 25/03/2015, que estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe;
- Portaria IPHAN n.º 137, de 28/04/2016, que estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do IPHAN e das Casas do Patrimônio;
- Portaria IPHAN n.º 195, de 18/05/2016, que dispõe sobre procedimentos para solicitação de movimentação de bens arqueológicos em território nacional;
- Portaria IPHAN n.º 196, de 18/05/2016, que dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel;
- Portaria IPHAN n.º 197, de 18/05/2016, que dispõe sobre Procedimentos para Solicitação de Remessa de Material Arqueológico para Análise no Exterior;
- Portaria IPHAN n.º 199, de 18/05/2016, que cria a Coordenação Técnica Nacional de Licenciamento, no âmbito do Gabinete da Presidência do IPHAN;
- Lei n.º 13.653, de 18/4/2018, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo e dá outras providências.

Destaca-se, entretanto, que os instrumentos que motivaram e orientaram a elaboração do presente projeto e que servirão de suporte à consolidação dos resultados são:

Portaria SPHAN n.º 7/88:

*Art. 5º Os pedidos de permissão e autorização, assim como a comunicação prévia, devem ser dirigidos ao Secretário da SPHAN acompanhados das seguintes informações [...];*

*Art. 11 Os relatórios técnicos devem ser redigidos em língua portuguesa e entregues à SPHAN acompanhados das seguintes informações [...];*

*Art. 12 Terminada a pesquisa, o coordenador encaminhará à SPHAN, em língua portuguesa, o relatório final dos trabalhos, onde deverá constar [...].*

Instrução Normativa IPHAN n.º 1/2015:

*Art. 18. Para os empreendimentos classificados como Nível III na tabela constante do Anexo I, será exigido o Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico, cuja*

*aprovação pelo IPHAN é condição prévia para a posterior elaboração do Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico [...];*

*Art. 19. O IPHAN analisará o projeto de que trata o art. 18 no prazo máximo de trinta dias [...];*

*Art. 20. A execução do Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico deverá ser descrita em Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico, a ser submetido à aprovação do IPHAN, contendo [...].*

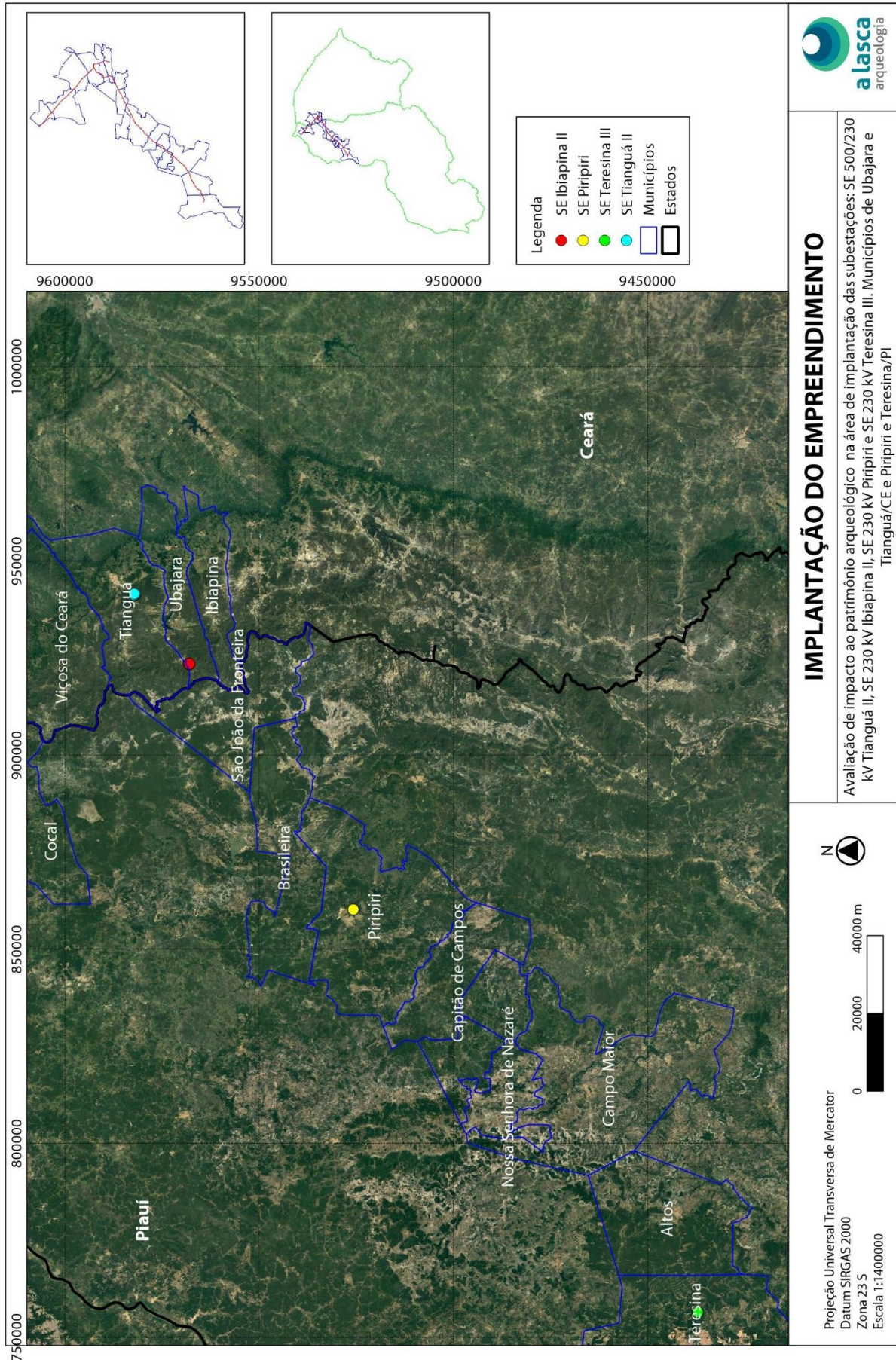
## **2. OBJETIVOS**

Os objetivos do projeto, de acordo com a Instrução Normativa IPHAN n.º 1/2015 e com a Portaria SPHAN n.º. 7/88, são:

- Caracterizar o patrimônio arqueológico da Área de Influência Direta – AID;
- Identificar, delimitar, quantificar e caracterizar os sítios existentes na Área Diretamente Afetada – ADA;
- Avaliar os impactos diretos e indiretos do empreendimento ao patrimônio arqueológico à proteção e/ou à mitigação dos impactos ao patrimônio arqueológico que deverão ser observadas na ADA;
- Recomendar ações necessárias nas próximas etapas do licenciamento ambiental.

## **3. ÁREA ABRANGIDA PELO PROJETO**

O empreendimento de que trata este projeto consiste na implantação das subestações Ibiapina e Tianguá II e na ampliação das subestações Piripiri e Teresina III.



### IMPLEMENTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

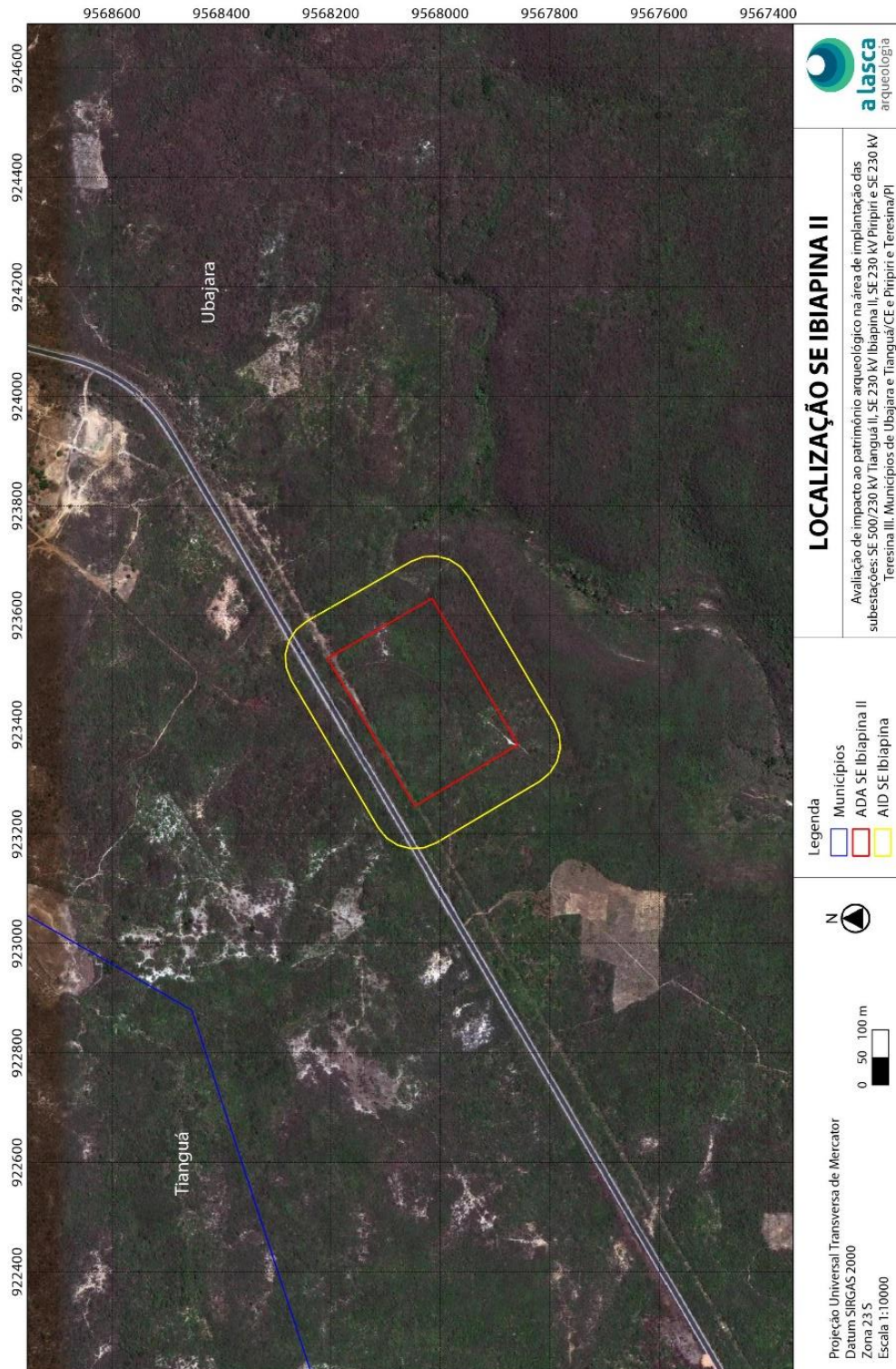
Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área de implantação das subestações: SE 500/230 kV Tianguá II, SE 230 kV Ibiapina II, SE 230 kV Piripiri e SE 230 kV Teresina III. Municípios de Ubajara e Tianguá/CE e Piripiri e Teresina/PI



Projecção Universal Transversa de Mercator  
Datum SIRGAS 2000  
Zona 23 S  
Escala 1:1400000

### 3.1. SE Ibiapina II

A subestação Ibiapina II será implantada no município de Ubajara, e fará a conexão da LT 230 kV Ibiapina II - Piripiri - C2 e da LT 230 kV Ibiapina II - Tianguá II CD - C1C2, englobando uma área de 68.604 m<sup>2</sup>.



### 3.2. SE Piripiri

A ampliação da subestação Piripiri, no município de Piripiri, possibilitará a conexão da LT 230 kV Ibiapina II - Piripiri - C2 e da LT 230 kV Piripiri - Teresina III – C1, englobando uma área de 40.372 m<sup>2</sup>.



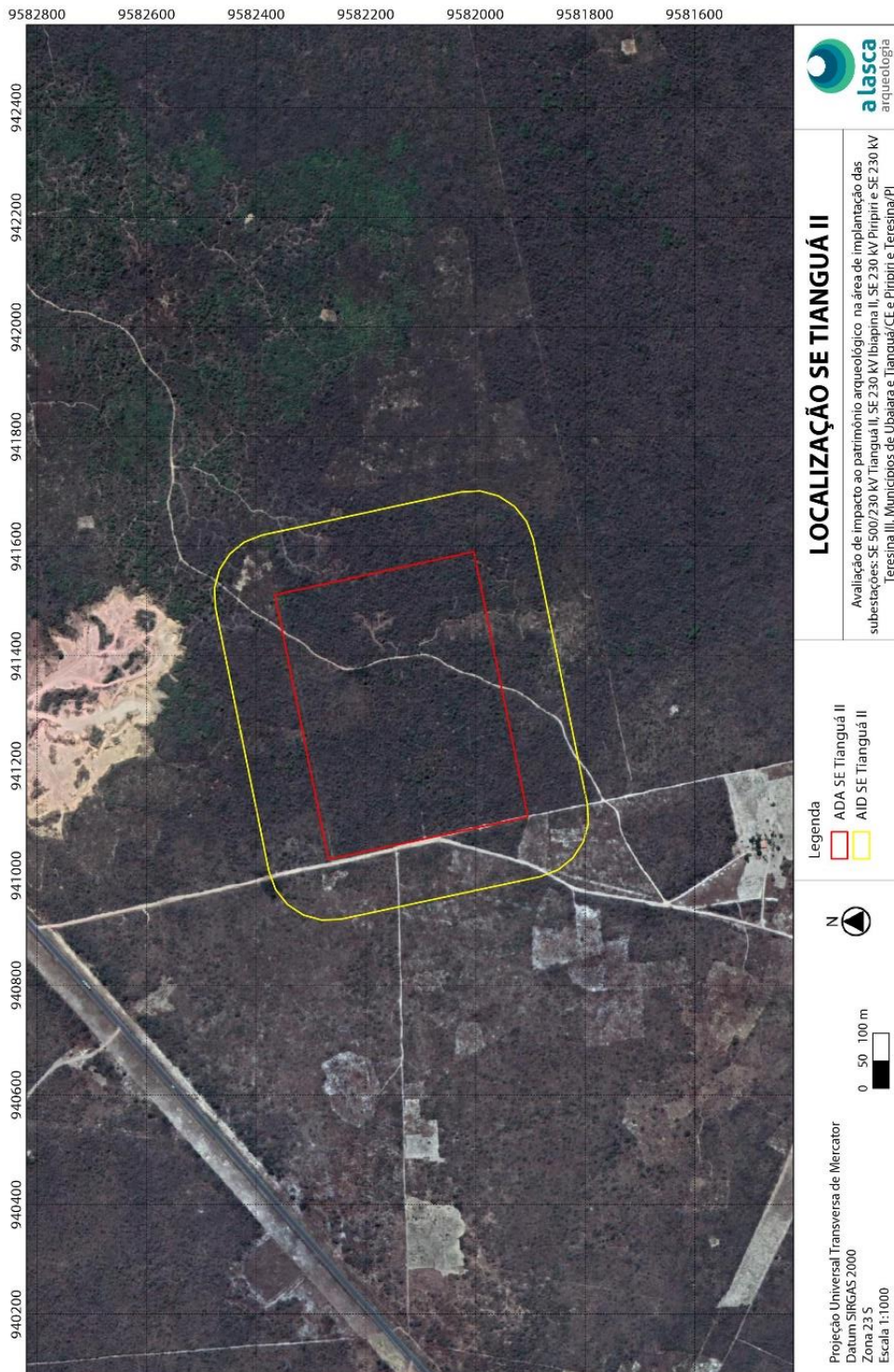
### 3.3. SE Teresina III

A ampliação da subestação Teresina III, no município de Teresina, possibilitará a conexão com a LT 230 kV Piripiri - Teresina III – C1, englobando uma área de 34.000 m².



### 3.4. SE Tianguá II

A subestação Tianguá II será implantada no município de Tianguá e fará a conexão das LT 230 kV Ibiapina II - Tianguá II CD - C1C2, LT 500 kV Parnaíba III - Tianguá II C1 e das seccionais A e B da LT 500kV Teresina II - Sobral III C2 - SE Tianguá II, englobando uma área de 183.440 m<sup>2</sup>.



#### 4. CONTEXTUALIZAÇÃO ARQUEOLÓGICA E ETNO-HISTÓRICA DA ÁREA

Apesar de seu riquíssimo patrimônio, contendo inúmeros sítios arqueológicos que estabelecem uma ocupação humana com milhares de anos de duração, a região nordeste, segundo Gabriela Martin (2005), foi uma das últimas áreas brasileiras a ser explorada cientificamente. Ficando fora dos grandes levantamentos sistemáticos do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas - PRONAPA - durante as décadas de 1950 e 1960, a região só foi explorada com maior vigor nos anos 1970, com o surgimento de centros de estudo nas universidades federais da região e a realização de uma série de pesquisa que desembocariam na formação da Fundação do Museu do Homem Americano – FUNDHAM, no estado do Piauí. Recentemente, a região tem passado por uma série de novos estudos, estimulados pela abertura de novos centros de pesquisa, pós-graduação e graduações especializadas, e de estudos realizados para o licenciamento ambiental de empreendimentos.

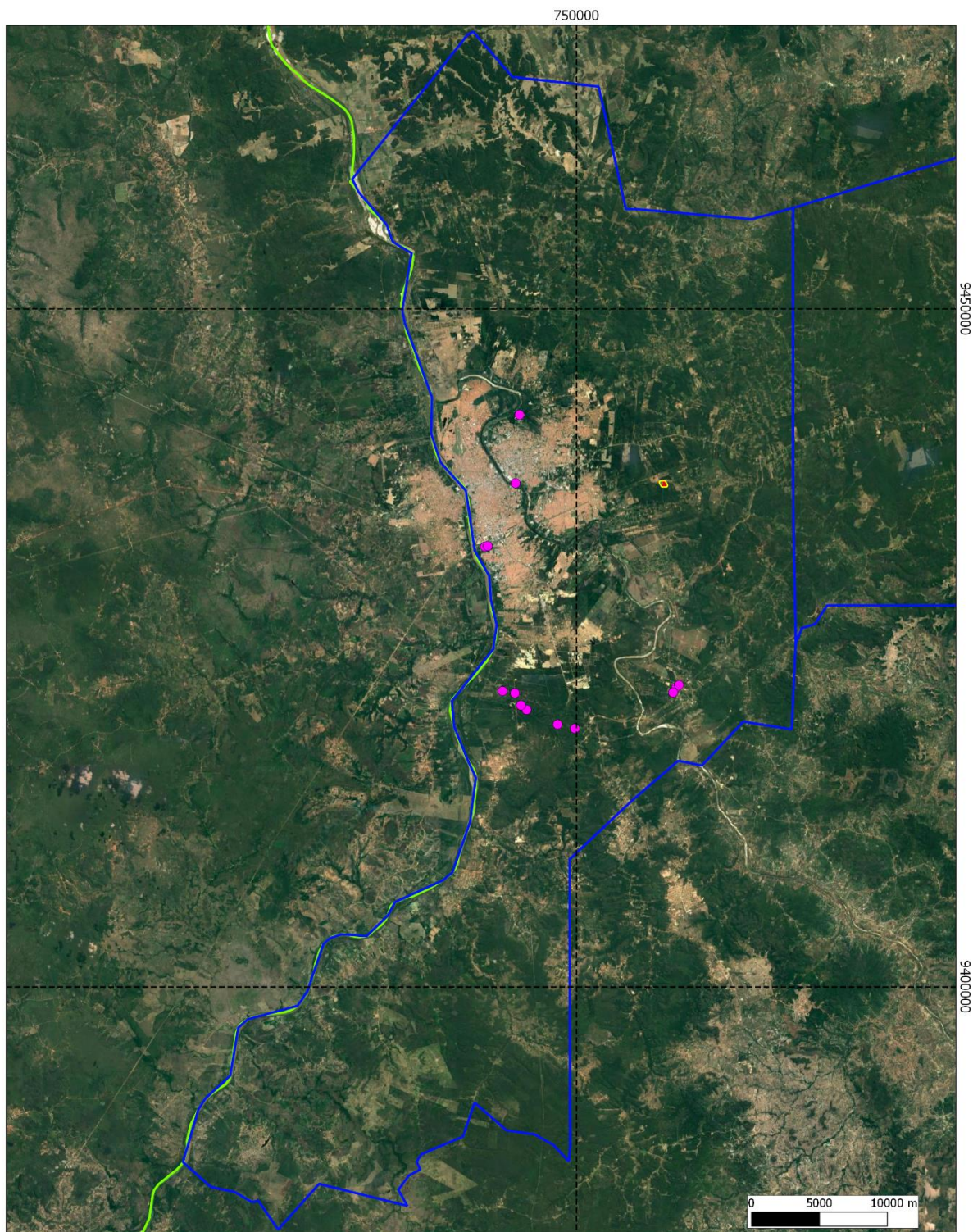
No que tange à área específica do empreendimento, segundo a consulta realizada no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) disponível na página eletrônica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), existem 40 sítios arqueológicos registrados em dois dos quatro municípios que compõem a área abrangida pelo empreendimento.

Quadro 1: Sítios arqueológicos registrados nos municípios abrangidos pelo empreendimento (CNSA/IPHAN)

MUNICÍPIO	CNSA	SÍTIO	TIPOLOGIA
Teresina	PI00907	Floresta Fóssil do Rio Poti	Sítio lítico pré-colonial
	PI00908	Sítio Barragem	Sítio lítico pré-colonial
	PI00909	Sítio do Masssará	Sítio lítico pré-colonial
	PI00910	Sítio Zacarias	Sítio lítico pré-colonial
	PI00911	Sítio do Boi	Sítio lítico pré-colonial
	PI00912	Sítio do Rafael	Sítio lítico pré-colonial
	PI00913	Sítio Leonílio	Sítio lítico pré-colonial
	PI00914	Sítio Dona Sônia	Sítio lítico pré-colonial
	PI00915	Sítio José Aurélio	Sítio lítico pré-colonial
	PI00916	Sítio da Sapucaia	Sítio lítico pré-colonial
	PI00917	Sítio da Torre 205/3	Sítio lítico pré-colonial
	PI00918	Sítio da Torre II	Não identificado
	PI01884	___	Não identificado
	PI01885	___	Não identificado
	PI01886	___	Não identificado
	PI01889	Sítio Lítico I	Sítio lítico pré-colonial
	PI01890	Sítio Lítico II	Sítio lítico pré-colonial
	PI01891	Sítio Pedra e Barro	Sítio histórico composto por vestígios de estruturas e material associado ao séc. XIX.
	PI01913	Ininga	Sítio líto-cerâmico pré-colonial / Sítio histórico com materiais associados ao final do séc. XIX e começo do séc. XX.



MUNICÍPIO	CNSA	SÍTIO	TIPOLOGIA
Piripiri	PI00040	Pedra do Atlas	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00045	Pedra da Biblioteca	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00046	Pedra do Dicionário	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00648	Pé do Cosme	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00649	Pedra Ferrada	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00650	Pedra do Cantagalo I	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00651	Pedra do Cantagalo II	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00652	Cadoz Velho I	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00653	Cadoz Velho II	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00654	Cadoz Velho III	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00655	Cadoz Velho IV	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00656	Caminho da Caiçara I	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00657	Caminho da Caiçara II	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00658	Furna do Morcego	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00659	Buriti dos Cavalos IV	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00660	Buriti dos Cavalos V	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00661	Tuncas de Pedras	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00662	Furna das Tuncas	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00663	Pedra do Lagarto	Sítio de arte rupestre pré-colonial
	PI00664	Recanto	Sítio de arte rupestre pré-colonial
PI00665	Sítio dos Carimbo Gigantes	Sítio de arte rupestre pré-colonial	



**Legenda**

- Sítios Arqueológicos
- Limites municipais
- ADA SE 230 kV Teresina III
- Limite estadual
- AID SE 230 kV Teresina III

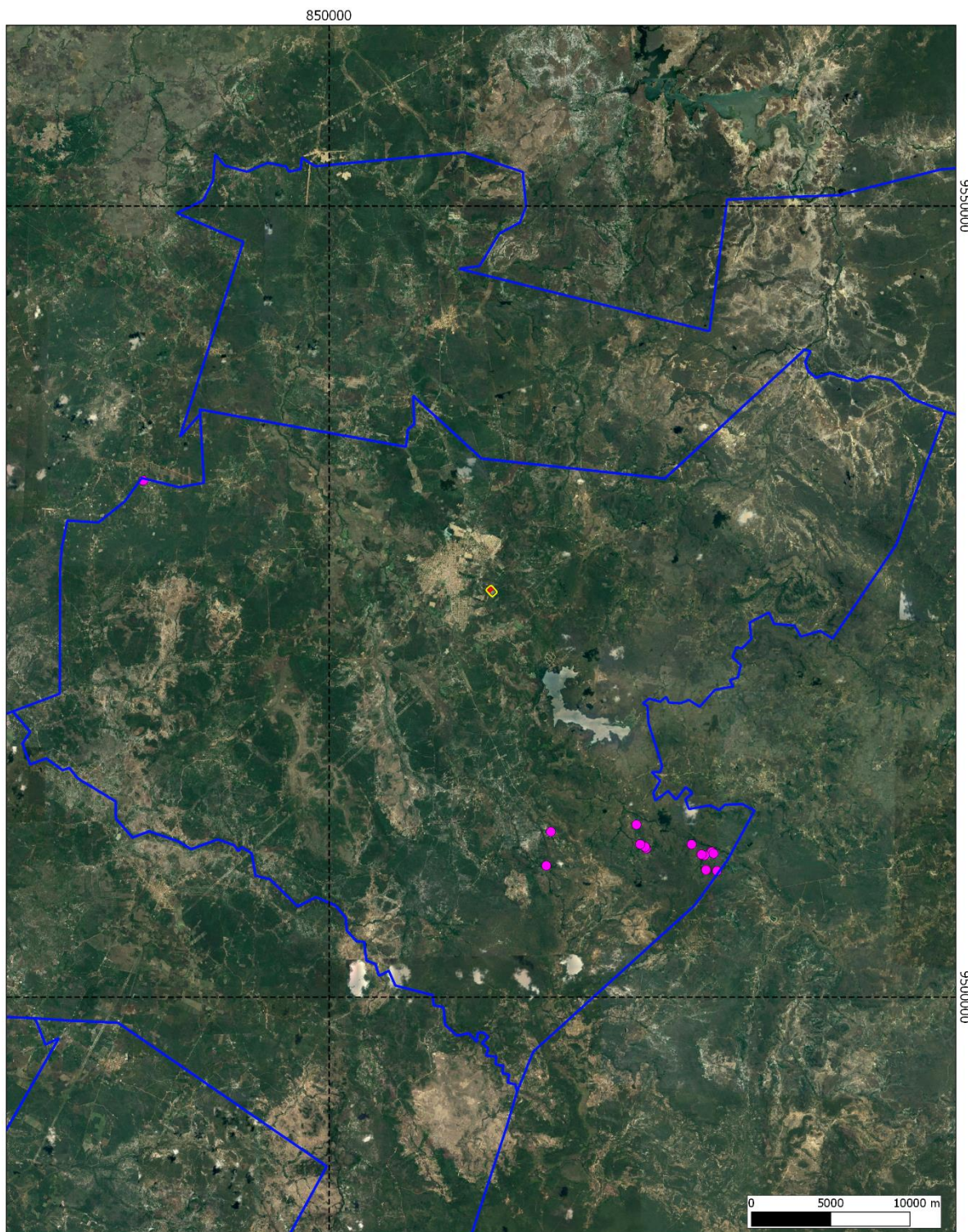
Projeção Universal Transversa de Mercator  
 Datum SIRGAS 2000  
 Zona 23 S  
 Escala 1:350.000



## SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS EM TERESINA

Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico das subestações: SE 500/230 kV Tianguá II, SE 230 kV Ibiapina II, SE 230 kV Piripiri e SE 230 kV Teresina III  
 Municípios de Ubajara e Tianguá / CE e Teresina e Piripiri / PI





**Legenda**

- Sítios Arqueológicos
- ADA SE 230 kV Piripiri
- AID SE 230 kV Piripiri
- Limites municipais

Projeção Universal Transversa de Mercator  
 Datum SIRGAS 2000  
 Zona 23 S  
 Escala 1:300.000



## SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS EM PIRIPIRI

Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico das subestações: SE 500/230 kV Tianguá II, SE 230 kV Ibiapina II, SE 230 kV Piripiri e SE 230 kV Teresina III  
 Municípios de Ubajara e Tianguá / CE e Teresina e Piripiri / PI



É importante notar, além das ocorrências registradas, a presença do Parque Nacional das Sete Cidades. O parque é conhecido pelos painéis com formas geométricas que despertaram, junto com as diversas pinturas rupestres na área, o interesse de viajantes no século XIX. Segundo Magalhães (2011), o parque abriga no mínimo 25 sítios de pintura rupestre, estabelecendo um contexto de ocupação de alto interesse na região.

Complementarmente, um levantamento nos registros oficiais determinou a existência de 58 projetos de arqueologia abrangendo os diferentes municípios afetados pelo empreendimento entre 2001 até o presente, muitos abarcando múltiplas municipalidades.

Quadro 2: Estudos arqueológicos desenvolvidos nos municípios de Ubajara, Tianguá, Piriipiri e Teresina. Fonte: Banco de portarias do CNA (1991/2018).

PROCESSO	PROJETO	MUNICÍPIO
01494.000015/01-15	Prospecção Arqueológica ao longo da linha de alta tensão - Teresina I e Teresina II	Teresina
01494.000139/01-09	Prospecção Arqueológica ao longo da linha de alta tensão - Presidente Dutra e Teresina	Teresina
01494.000029/01-39	Projeto de Prospecção Arqueológica na Avenida Marginal Leste do Rio Poti	Teresina
01496.000048/2004-98	Levantamento Arqueológico na LT 500 kV Teresina II - Sobral III - Fortaleza II - Circuito 2	Teresina
01402.000007/2006-65	Prospecção Arqueológica na Área de Influência do Gasoduto Meio Norte (TMN)	Altos, Brasileira, Campo Maior, Capitão de Campos, Piriipiri, São João da Fronteira, Teresina e Tinguá
01402.000251/2009-13	Levantamento do Potencial Arqueológico na Área de Abrangência do Projeto Florestal da Suzano no Estado do Piauí	Altos, Campo Maior e Teresina
01496.000425/2011-18	Diagnóstico Arqueológico na área da Usina Eólica Santa Tereza I.	Ibiapina
01496.000426/2011-62	Diagnóstico Arqueológico na área da Usina Eólica Santa Tereza II.	Ibiapina
01496.000427/2011-15	Diagnóstico Arqueológico na área da Usina Eólica Santa Tereza III.	Ibiapina
01496.000428/2011-51	Diagnóstico Arqueológico na área da Usina Eólica Santa Tereza IV.	Ibiapina
01496.000474/2011-51	Diagnóstico Arqueológico na Área da Usina Eólica VENTOS DO PARAZINHO, Ubajara/CE.	Ubajara
01496.000473/2011-14	Diagnóstico Arqueológico na Área de Intervenção da Usina VENTOS DE TIANGUÁ NORTE, Tianguá/CE.	Tianguá
01496.000467/2011-59	Diagnóstico Arqueológico na Área da Usina Eólica VENTO FORMOSO, Ubajara/CE.	Ubajara
01496.000475/2011-03	Diagnóstico Arqueológico na Área de Intervenção da Usina Eólica VENTOS DE TIANGUÁ, Tianguá/CE.	Tianguá
01496.000476/2011-40	Diagnóstico Arqueológico da Área da Usina Eólica VENTOS DO MORRO DO CHAPÉU, Tianguá/CE.	Tianguá

PROCESSO	PROJETO	MUNICÍPIO
01496.000402/2011-11	Programa de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica para a Central Geradora Eólica Agro-Serra V	Tianguá
01496.000406/2011-91	Programa de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica para a Central Geradora Eólica Veado Seco II	Tianguá
01496.000407/2011-36	Programa de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica para a Central Geradora Eólica Veado Seco III	Tianguá
01496.000404/2011-01	Programa de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica para a Central Geradora Eólica Veado Seco I	Tianguá
01496.000399/2011-28	Programa de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica para a Central Geradora Eólica Agro-Serra II	Tianguá
01496.000400/2011-14	Programa de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica para a Central Geradora Eólica Agro-Serra III	Tianguá
01496.000401/2011-69	Programa de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica para a Central Geradora Eólica Agro-Serra IV	Tianguá
01496.000403/2011-58	Programa de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica para a Central Geradora Eólica Agro-Serra VI	Tianguá
01496.000398/2011-83	Programa de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica para a Central Geradora Eólica Agro-Serra I	Tianguá
01496.001441/2012-17	Diagnóstico Arqueológico da Área de Instalação da Central Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 1	Ibiapina e Ubajara
01496.001440/2012-64	Diagnóstico Arqueológico da Área de Instalação da Linha de Transmissão 69 Kv CGE Bons Ventos da Serra 1	Ibiapina e Ubajara
01402.000189/2013-01	Diagnóstico Arqueológico Interventivo do Complexo Ferroviário de Teresina	Teresina
01496.000741/2013-51	Diagnóstico Arqueológico na Área da SE Ibiapina II 230/69 KV	Ubajara
01402.000434/2012-91	Diagnóstico Arqueológico Interventivo para a LT 230KV Teresina II – Teresina III e Subestação Teresina III 230/69KV	Teresina
01496.000740/2013-15	Diagnóstico Arqueológico na Área da LT 230 KV Piripiri – Sobral II – Ibiapina	Ibiapina e Ubajara
01496.001161/2013-81	Prospecção Arqueológica da Área de Instalação da Linha de Transmissão 69 kV BVS 1 – SE Ibiapina	Ibiapina e Ubajara
01496.001162/2013-26	Prospecção Arqueológica da Área de Instalação da Central Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 1	Ibiapina

PROCESSO	PROJETO	MUNICÍPIO
01450.013902/2013-01	Diagnóstico Arqueológico Interventivo e Prospecção Arqueológica da Linha de Transmissão 500 Kv – Presidente Dutra – Teresina II – Sobral III C3 e Subestações Associadas	Altos, Brasileira, Boqueirão do Piauí, Campo Maior, Capitão de Campos, Cocal de Telha, Ibiapina, Nossa Senhora de Nazaré, Piriipiri, São João da Fronteira, Teresina e Ubajara
01496.000492/2014-85	Prospecção Arqueológica Intensiva na Área da SE IBIAPINA II 230/69 KV	Ubajara
01496.000910/2014-34	Diagnóstico e Prospecção Arqueológica Interventiva no Complexo Eólico Harmonia	Ibiapina, Tianguá e Ubajara
01496.001549/2014-63	Diagnóstico Arqueológico Interventivo e Educação Patrimonial na área de instalação da LT 230 kV SE Coletora Cacimbas/ SE Ibiapina II	Ibiapina e Ubajara
01402.000249/2015-40	Diagnóstico Arqueológico Interventivo e Educação Patrimonial do Loteamento Urbano Alphaville Teresina 2	Teresina
01496.001422/2014-44	Diagnóstico, Prospecção Arqueológica Intensiva e Educação Patrimonial na área de instalação do Complexo Eólico Bons Ventos da Serra II	Ibiapina e Ubajara
01496.000031/2015-93	Prospecção Arqueológico (Fase II) na área de implantação da Central Eólica Ventos do Parazinho, Ceará	Ubajara
01496.000033/2015-82	Prospecção Arqueológica Complexo Eólico Tianguá – EOL Ventos de Tianguá Norte	Tianguá
01496.000029/2015-14	Prospecção Arqueológica Central Geradora Eólica – EOL Ventos do Morro do Chapéu	Tianguá
01496.000030/2015-49	Prospecção Arqueológica Central Geradora Eólica – EOL Ventos do Parazinho	Tianguá
01496.000032/2015-38	Prospecção Arqueológica Central Geradora Eólica – EOL Vento Formoso	Tianguá
01402.001024.2015-19	Diagnóstico Arqueológico interventivo, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial Para a linha de transmissão 230KV Teresina II-Teresina III	Teresina
01496.001057/2015-59	Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial da LT 230 kV SE Coletora Cacimbas / SE Ibiapina II	Brasileira, Cocal, São João da Fronteira, Viçosa do Ceara e Tianguá
01402.000249/2015-40	Programa de Resgate, Monitoramento e Educação Patrimonial do Loteamento Urbano-Alphaville Teresina 2	Teresina
01402.001024/2015-19	Projeto de Salvamento e Monitoramento Arqueológico para a Linha de Transmissão 230 Kv Teresina II - Teresina III	Teresina
01450.003110/2016-63	Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação da LT 500 kV Bacabeira - Pecém II	Bom Princípio do Piauí, Ibiapina e Tianguá.
01496.001440/2016-98	Ibouiapab Euguare - Mapeamento Arqueológico não Interventivo da Serra da Ibiapaba-História de Longa Duração das Populações Tupi	Brasileira, Cocal, Ibiapina, São João da Fronteira, Tianguá e Viçosa do Ceará

PROCESSO	PROJETO	MUNICÍPIO
01450.003110/2016-63	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação da LT 500 kV Bacabeira - Pecém II	Bom Princípio do Piauí, Ibiapina e Tiangua.
01402.900018/2017-08	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Empreendimento Cidade 2000 II	Teresina
01402.000019/2018-23	Acompanhamento Arqueológico das Obras de implantação do Novo Complexo Judiciário do Palácio da Justiça do Estado do Piauí	Teresina
01402.900187/2017-30	Proposta de Acompanhamento Arqueológico Referente ao Empreendimento Mateus Supermercados	Teresina
01402.900032/2017-01	Acompanhamento Arqueológico para o Condomínio Village do Bosque I	Teresina
01450.008967/2016-70	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Linha de Transmissão 500 kV Bacabeira - Pecém II	Bom Princípio do Piauí, Ibiapina, Tiangua, Ubajara e Viçosa do Ceará
01450.008967/2016-70	Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Linha De Transmissão 500 kV Bacabeira - Pecém II e Instalações Associadas	Bom Princípio do Piauí, Ibiapina, Tiangua, Ubajara e Viçosa do Ceará
01450.008967/2016-70	Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Linha De Transmissão 500 kV Bacabeira - Pecém II e Instalações Associadas	Bom Princípio do Piauí, Ibiapina, Tiangua, Ubajara e Viçosa do Ceará
01402.000318/2017-87	Plano de trabalho do Programa de Recadastramento e Atualização do CNSA de 319 sítios arqueológicos no Estado do Piauí	Bom Princípio do Piauí, Ibiapina, Tiangua, Ubajara e Viçosa do Ceará

#### 4.1. Contexto arqueológico

Os dados obtidos por meio das fichas de cadastro de sítios arqueológicos na região são pouco extensos, com pouco detalhamento sobre o conteúdo e dimensão dos sítios existentes. A maior parte dos sítios registrados na região constam apenas como contendo registros de arte rupestre, fazendo parte dos resultados de um grande esforço de levantamento preliminar realizado pelo Núcleo de Antropologia Pré-Histórica da Universidade Federal do Piauí em 1997.

As quatro subestações inserem-se na Região Hidrográfica Parnaíba, uma das mais importantes da região Nordeste, com um papel vital no abastecimento de diversos pontos do semiárido com baixos níveis de precipitação anual e frequentes estiagens (ANA, 2015).

Segundo as delimitações do Serviço Geológico do Brasil, a região é caracterizada como parte da província estrutural do Parnaíba, atravessando especificamente os grupos Balsas, Canindé e Serra Grande. A composição deste é predominantemente de arenitos, siltitos, folhelhos e calcários de formação paleozoica (SGB, 2006).

Já as conformações geomorfológicas na região são predominantemente de superfícies aplainadas, dissecadas em interflúvios tabulares, com trechos isolados de colinas em parte

do trecho central do estado do Piauí e a uma área montanhosa com serras na fronteira com o Ceará na forma da Serra da Ibiapaba. Essas conformações estabelecem diversos afloramentos ao longo de toda a região, com uma grande densidade de paredões e rochedos (MAGALHÃES, 2011).

Essas condições, de fácil acesso a recursos essenciais e a uma paisagem propícia, estimularam não só a ocupação pretérita da região, como também uma vivência específica na paisagem através de demarcações simbólicas dos espaços com arte rupestre.

Em relação aos estudos arqueológicos já realizados na região do centro-norte do Piauí e oeste do Ceará, Magalhães aponta uma divisão estabelecida em cima de culturas arqueológicas caracterizadas pela arte rupestre: a Tradição Nordeste, Tradição Geométrica e Tradição Caxingó.

Mais plenamente estabelecida e conhecida, a Tradição Nordeste

*(...) é a tradição de pinturas dominante. É também a que possui maior grau de particularização conceitual. Caracteriza-se pela predominância de grafismos reconhecidos (figuras humanas, animais, plantas e objetos) e de grafismos puros, sendo estes nitidamente minoritários (Guidon, 1985). Nota-se nesta tradição um equilíbrio entre a quantidade de representações antropomórficas e zoomorfas. A boa qualidade da técnica de realização das figuras é outro fator caracterizador das mesmas. Há uma grande quantidade de figuras de tamanho reduzido, entre 5 e 15 centímetros, em situação de movimento e tecnicamente bem elaboradas, consideradas miniaturas. Numerosos grafismos evocam atividades cotidianas facilmente reconhecidas como caça, atos sexuais, danças, lutas ou cerimônias, e conferem à tradição um caráter narrativo, sua principal característica (MAGALHÃES, 2011: 88).*

A cronologia delimitada para a Tradição Nordeste remonta a, no mínimo, 12.000 AP, evoluindo durante dez mil anos seguintes e se dispersando por outras regiões do Nordeste. Sua dispersão espacial é igualmente ampla, abarcando o território de diversos estados brasileiros e se subdividindo em variações regionais com o tempo, como a sub-tradição Várzea Grande no Piauí e Seridó no Rio Grande do Norte (MARTIN, 2005: 250-254).





Figura 1: Grafismos da Tradição Nordeste (MARTIN, 2005: 247).

A Tradição Geométrica é associada a grafismos puros e algumas raras representações antropomórficas, lagartos e mãos/pés extremamente geometrizados. Sua área de dispersão parece corresponder a testemunhos de rápidas e breves passagens (MAGALHÃES, 2011: 94).

Segundo Guidon (1998: 48 apud MAGALHÃES, 2011: 94):

*Esta tradição de pinturas, segundo informações ainda pouco abundantes, parece ser originária do nordeste do estado do Piauí. É na Serra da Ibiapina, limite com o Ceará, onde existe a maior concentração até agora conhecida. O Parque Nacional das Sete Cidades é portador de sítios com pinturas pertencentes a esta tradição de pinturas.” (GUIDON,).*

Gabriela Martin afirma que a definição da Tradição é incerta, já que o próprio conceito de “geométrico” é particularmente discutível dentro de arte rupestre, podendo esta cultura arqueológica ser apenas uma expressão particular de outras Tradições, como a Nordeste (MARTIN, 2005: 286).

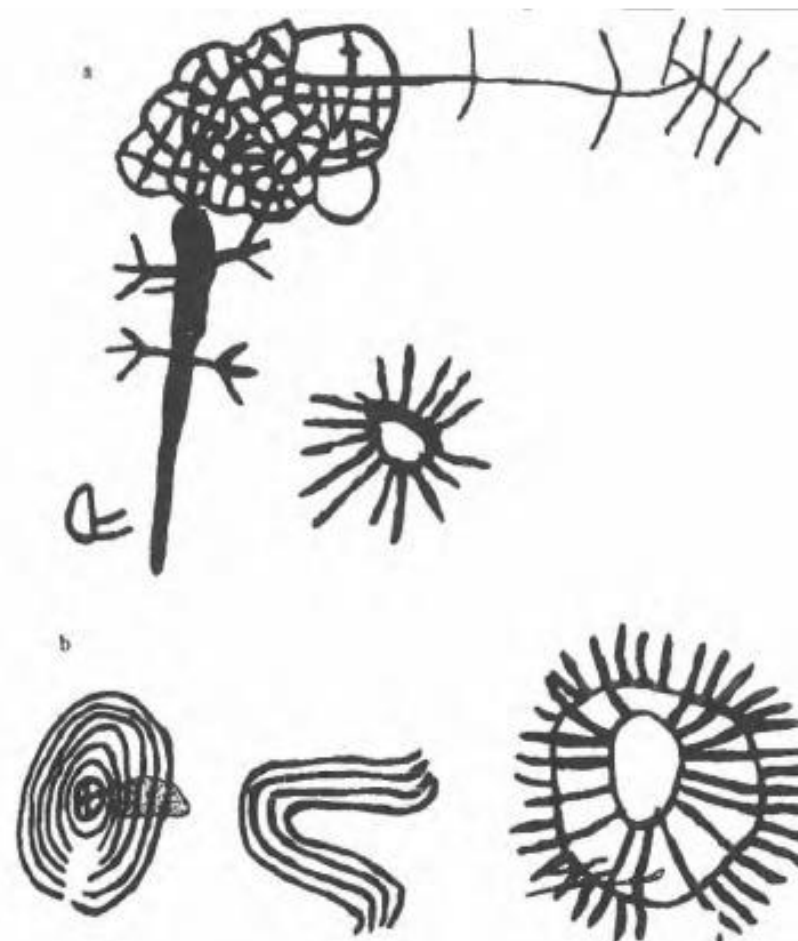


Figura 2: Grafismos da Tradição Geométrica (MARTIN, 2005: 287).

Formulada por Magalhães, a Tradição Caxingó se assemelha à Tradição Nordeste quanto à execução e esmero nos traços, mas apresenta motivos e manifestações gráficas muito distintas (MAGALHÃES, 2011).

*A temática desta tradição, a que denominamos Caxingó em razão de sua presença ser dominante na área arqueológica de mesmo nome, inclui elementos novos ou diferentes, ligados ao reino vegetal, como flores e folhas; objetos; membros separados do corpo – mãos, pés -, assim como formas em cruz ou X, ou os grafismos em forma de ampulheta, que, a partir da análise, verificou-se serem o equivalente de figuras humanas, às vezes representados em série. Muitas outras formas, simples e complexas, exemplificadas nas ilustrações desse texto, fazem parte do seu amplo universo temático. Além dos grafismos isolados, alguns considerados emblemáticos, há composições, a que denominamos arranjos gráficos, sugerindo uma narração, fato que permite afirmar tratar-se de uma tradição narrativa, embora em moldes diferentes dos da tradição Nordeste, porque mais hermética, em virtude da temática centrar-se em grafismos de reconhecimento diferido” (MAGALHÃES, 2011: 330).*

Os traços executados nas pinturas apresentam contornos mais largos, com predominância da coloração vermelha, outra distinção da Tradição Nordeste. Outra

diversidade gráfica é a valorização dos negativos através do uso dos espaços vazios nos painéis e a contraposição de formas simétricas. Já a apresentação dos grafismos se dá geralmente em conjuntos, distribuídos em faixas horizontais ao longo dos planos do suporte (MAGALHÃES,2011).

Segundo a mesma autora, os sítios rupestres da região não possuem características que permitam defini-los como de habitação permanente, já que elas provavelmente ocorreriam em algum ponto da planície circundante.

O quadro cronológico proposto para região e da Tradição Caxingó através da análise dos grafismos sugere uma datação por volta de 20.000 a 12.000 AP, com uma dispersão a partir do Norte do Piauí em direção ao Oeste, Leste e Sul. Essa alocação temporal sugere, então, uma possível convivência com portadores da Tradição Nordeste, reforçando os laços já percebidos nas similaridades técnicas apresentadas pelos grafismos de ambas Tradições (MAGALHÃES, 2011: 332-334).



Figura 3: Painel de grafismos no Sítio Arco do Covão, Caxingó/ PI.<sup>1</sup>

Para a área do empreendimento, especificamente, Cavalcante e Rodrigues (2009) estabeleceram uma análise do sítio Pedra do Atlas, no município de Piri-piri. Os grafismos detectados pelos autores foram antropomórficos, geométricos, carimbos de mãos e onnitomorfo, com tonalidades de vermelho, vinho, amarelo e laranja. Segundo os autores, os grafismos encontrados, até então, não podem ser encaixados dentro de uma das tradições rupestres já estabelecidas.

<sup>1</sup> FONTE: <http://goo.gl/6pT49o>



Figura 4: Painéis de grafismos no sítio Pedra do Atlas, Piripiri/PI (CAVALCANTE; RODRIGUES, 2009: 168).

Além dos registros rupestres já mencionados, Cavalcante *et al* (2014) apontam a existência de artefatos líticos lascados e polidos, fragmentos cerâmicos, vestígios de ocre vermelho e um moedor com traços de pigmento amarelo e vermelho no sítio Cantagalo I, no município de Piripiri/PI. É importante observar que a ocorrência não é citada na ficha de sítio existente no arquivo digital do CNSA/IPHAN, aonde consta apenas o registro de arte rupestre para o referido sítio, o que sugere que situações similares possam existir em outros locais.

Os autores não estabelecem uma análise mais aprofundada dos vestígios encontrados, não sendo determinado uma possível filiação com quaisquer culturas arqueológicas.



Figuras 5 e 6: Lítico no sítio Pedra do Cantagalo I (CAVALCANTE et al, 2016).



Figura 7: Ocre vermelho registrado no sítio Pedra do Cantagalo I (CAVALCANTE et al, 2016).



Figura 8: Fragmento cerâmico registrado no sítio Pedra do Cantagalo I (CAVALCANTE et al, 2016).



Figura 9: Lítico no sítio Pedra do Cantagalo I (CAVALCANTE et al, 2016).



Figura 10: Moedor de pigmentos no sítio Pedra do Cantagalo I (CAVALCANTE et al, 2016).

## 4.2. Contexto etno-histórico

Muito do esforço de reconstituição do povoamento indígena durante o momento do contato e os primeiros séculos do período colonial em geral reside na análise da documentação produzida por cronistas e documentos oficiais tratando das relações e conflitos dos colonizadores com os indígenas.

Esse procedimento é prejudicado no caso do Piauí devido a situação do território piauiense ter se mantido sobre jurisdição de outras áreas do então império colonial lusitano, os registros e relatos são imprecisos quanto aos povos indígenas que viviam no atual Piauí. Em geral, as fontes concordam que a área era habitada por grupos do tronco linguístico Gê no Piauí e Tupi no oeste cearense (MAGALHÃES, 2011: 105-106), com Nimuendaju apontando mais de 20 grupos distintos residindo na região entre o momento do contato e o século XIX (NIMUENDAJU, 1987).



Figura 11: Detalhe do “Mapa Etno-histórico do Brasil e Regiões Adjacentes” de Curt Nimuendaju (1987)

Esses grupos transitavam entre o litoral atlântico e o sertão, mantendo uma rede de relações entre áreas e grupos distantes. Com o início da colonização de fato do Piauí a partir do século XVIII, com a entrada da criação de gado extensiva na região, quando produtores passaram a se aproveitar do rio Parnaíba para escoarem sua produção em direção aos mercados consumidores, intensificou-se um processo de expulsão dos grupos indígenas das terras agora rentáveis e cobiçadas (BANDEIRA, 2013: 106). Sua presença foi gradualmente diminuída com a entrada de colonos e a ocupação das terras, incitando um processo paulatino e progressivo de interiorização dos grupos indígenas ao longo do tempo (MAGALHÃES, 2011: 106).

O processo de ocupação colonial foi estruturado em função da proibição da criação de gado a até dez léguas do litoral pela Carta Régia de 1701, que criou um movimento do interior em direção à beira-mar. A florescente economia rural assim estruturada estimulou a formação das primeiras povoações litorâneas na região, articuladas para aproveitar o fluxo de mercadorias e pessoas. Esse ciclo econômico e estrutura de assentamento sobreviveu até o final do século XIX, quando o declínio da pecuária levou a busca de novos bens de exportação (BANDEIRA, 2013, 107).

Em contrapartida, a região do oeste cearense, abarcada pelo projeto, tem seu momento de contato muito mais documentado, principalmente em função dos recursos e localização da Serra da Ibiapaba. O acidente geográfico captura a umidade oceânica, garantindo um clima mais ameno e mata mais expressiva e densa, fornecendo uma concentração de recursos diferenciada dos disponíveis nos territórios próximos, um atrativo que garantiu um grande contingente indígena, principalmente de grupos Tupi conhecidos como Tabajara. A área também oferecia o atrativo de permitir uma passagem segura entre as áreas mais a nordeste e o Maranhão e o Tocantins, evitando-se a custosa viagem por mar, constantemente fustigada por ventos contrários (CORRÊA, 2016: 13-14).

Para conquistar as terras, foi montada uma expedição chefiada por Pero Coelho de Souza, que obteve sucesso em derrotar e desalojar os grupos assentados na serra. Os mesmos grupos foram rapidamente cooptados pelo empreendimento missionário da Companhia de Jesus no extremo norte do território português. Os aldeamentos resultantes foram de grandes proporções, ofuscados em tamanho apenas pelo empreendimento jesuíta às margens do Rio da Prata. As missões perduraram até a expulsão dos jesuítas dos territórios lusos na metade do século XVIII, quando as terras foram revertidas para a Coroa Portuguesa, que as redistribuiu entre os produtores de gado locais, empurrando os grupos indígenas aldeados para fora das terras e em direção ao interior (OLIVEIRA & ASSIS, 2009).

## 5. APORTE METODOLÓGICO E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

O levantamento arqueológico consiste em etapas encadeadas para investigar como se comporta o registro arqueológico em determinada área, ou seja, para se verificar a presença ou ausência de vestígios arqueológicos. Em caso positivo, a pesquisa prossegue com a delimitação, quantificação, caracterização e avaliação do impacto a que os testemunhos estão sujeitos.

São considerados vestígios arqueológicos quaisquer artefatos, ecofatos ou geofatos que atestem atividades humanas, sejam elas de natureza econômica, social, política, ideológica, simbólica, religiosa, e assim por diante, que sejam passíveis de investigação dentro do escopo da ciência arqueológica. Entre os vestígios, os artefatos são geralmente os mais fáceis de se identificar por suas dimensões e sua natureza portátil. Averiguar uma pequena concentração de artefatos é o caminho mais simples para se detectar um sítio arqueológico (McMANAMON, 1984 citado por ARAÚJO, 2001).

A escolha de estratégias para a localização de sítios arqueológicos, conforme aponta Schiffer et al. (1978), reflete a melhor relação custo benefício entre as características arqueológicas e ambientais do recorte espacial da pesquisa.

Esse balanço começa a ser feito na etapa de elaboração do projeto. A partir da documentação georreferenciada, a equipe cria, virtualmente, uma malha de pontos de prospecção posicionados em distâncias regulares. Posteriormente, cada um desses pontos é transformado em um poço-teste para revelar o que existe abaixo da superfície do terreno – inclusive artefatos, se for o caso. A técnica de *shovel-testing* (levantamento subsuperficial) já foi amplamente discutida pela literatura especializada (PLOG, 1976; LIGHTFOOT, 1986; NANCE & BALL, 1986; LIGHTFOOT, 1989; FISH & KOWALEWSKI, 1990), tanto como artifício para predizer a quantidade de sítios em determinada região, como, principalmente, revelar sítios arqueológicos impossíveis de serem localizados a partir da observação da superfície.<sup>2</sup>

Também dentro do projeto de pesquisa é realizada a fase de levantamento documental, na busca de informações sobre sítios e achados arqueológicos registrados para a região, visando indicar o que pode ser descoberto na área do projeto. Essa técnica permite identificar as características mais recorrentes no território, tanto em relação às possibilidades de assentamento humano e subsistência (que indicarão o que procurar), quanto aos processos pós-deposicionais, que interferem na preservação e detecção de sítios (que indicarão onde procurar com mais afinco). Os resultados desse levantamento encontram-se no capítulo 4 do presente projeto.

A etapa de campo é um complemento prático das estratégias supracitadas, em que se executa uma abordagem arqueostatística (MUELLER, 1974:3 citado por SANTOS, 2001), ou seja, uma combinação entre as investigações preditivas tradicionais (oportunistas) e as técnicas sistemático-probabilísticas de *full-coverage survey* e *foot survey* (caminhamento).

---

<sup>2</sup> Para aprofundamento podem ser consultados ALEXANDER, 1983; AMMERMAN, 1981; KRAKKER et al. 1983; e PLOG, PLOG & WAIT, 1978. Para uma retrospectiva resumida em português: SANTOS, 2001.



A seguir são apresentados os procedimentos e técnicas de campo previstos para a execução deste projeto.

### **5.1. Caminhamento (*foot survey*)**

Conforme o nome sugere, consiste no caminhamento na área de pesquisa, a pé. Essa atividade pode se dar tanto de forma intensiva quanto extensiva, a depender do potencial específico do local e das decisões de pesquisa.

O caminhamento extensivo inclui o reconhecimento inicial da área, todos os deslocamentos entre as coordenadas pré-definidas de poços-testes, bem como quaisquer trânsitos executados pelos membros da equipe de arqueologia – oportunidades nas quais estarão todos orientados a observar fatores de relevância à avaliação de impacto ao patrimônio.

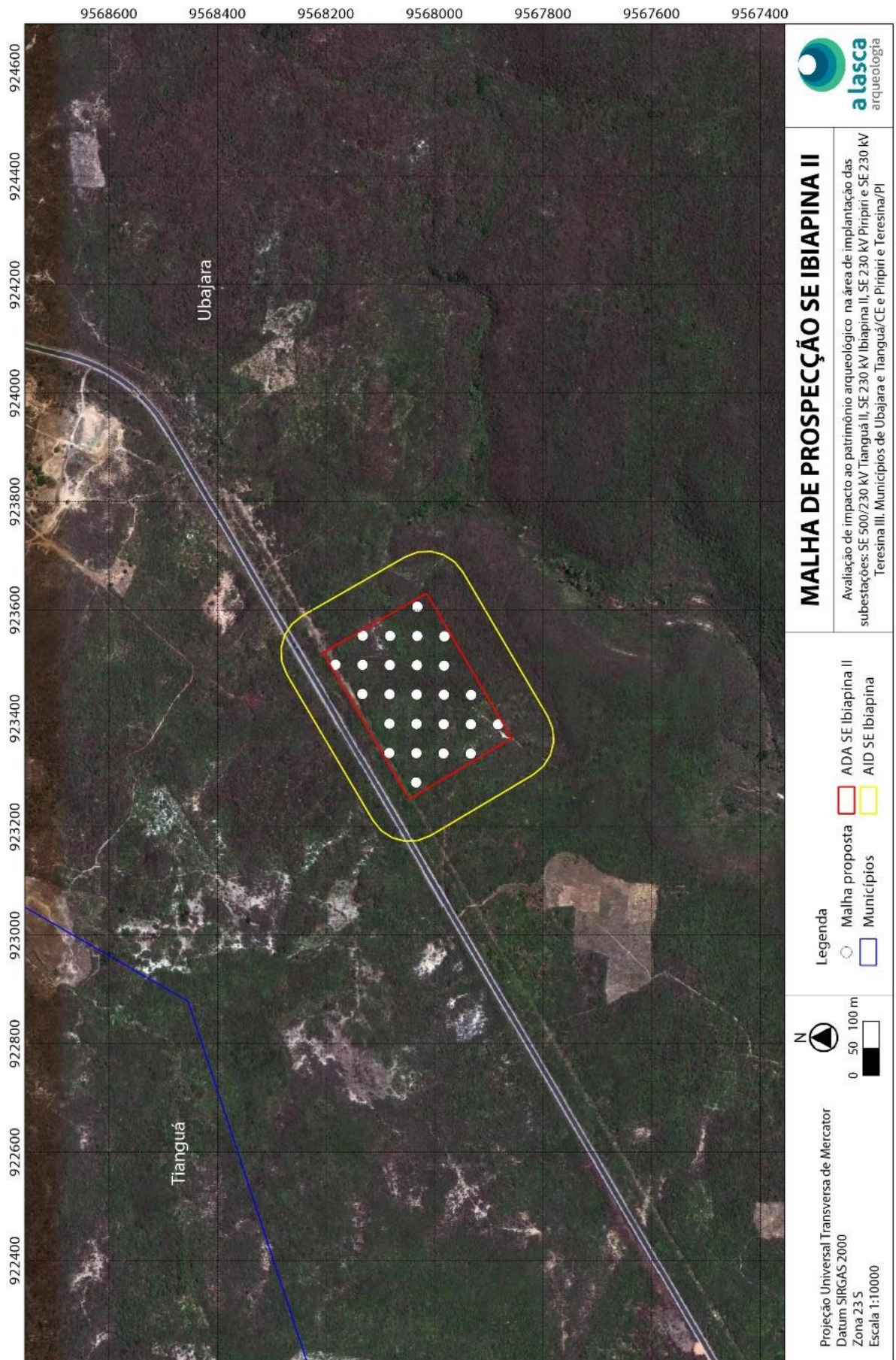
Já o caminhamento intensivo é de natureza sistemática e consiste na disposição dos membros da equipe em linhas paralelas a distâncias regulares, em torno de 5 a 10 metros, visando a observação da superfície do solo e identificação de eventuais materiais arqueológicos expostos. Essa técnica de campo se aplica, por exemplo, a áreas que já apresentaram alguma ocorrência arqueológica; a pontos de alto potencial arqueológico, como afloramentos rochosos, cascalheiras, áreas de talude, estruturas ruiformes, entre outros; a oscilações pontuais do relevo, tais como monticulares ou anelares; a locais de franca visibilidade do solo e assim por diante.

As atividades de esquadramento da superfície via andar são registradas na sua totalidade por meio de aparelhos de GPS que acompanham os membros da equipe e estão constantemente compilando seus dados de locomoção.

### **5.2. Prospecção intensiva em subsuperfície (*full coverage survey*)**

Consistirá na geração virtual e posterior execução de uma malha de poços-teste equidistantes, no caso deste projeto, apresentando cerca de 50 m entre cada unidade de intervenção.

Os poços-teste são furos de cavadeira, também denominados tradagens, que se efetuam no solo buscando verificar e analisar a estratigrafia. Estes são aprofundados até que atinjam camada intransponível (água, embasamento rochoso, alterita) ou o alcance da ferramenta utilizada, geralmente de 1 metro. O registro de cada ponto de escavação se dá com o preenchimento de uma *Ficha de poço-teste* na qual são apontados dados técnicos (número do ponto de prospecção, coordenadas UTM, data, nome do responsável), dados sobre o solo (local, ocupação corrente, classificação visual do sedimento quanto a cor, tipo, granulometria, compactidade, umidade, homogeneidade e inclusões), dados sobre o registro fotográfico (numeração e orientação das imagens de início dos trabalhos, limpeza da área, entorno, registro final do poço teste e fechamento da intervenção) e, evidentemente, os resultados (profundidade atingida, presença ou ausência de vestígios materiais).





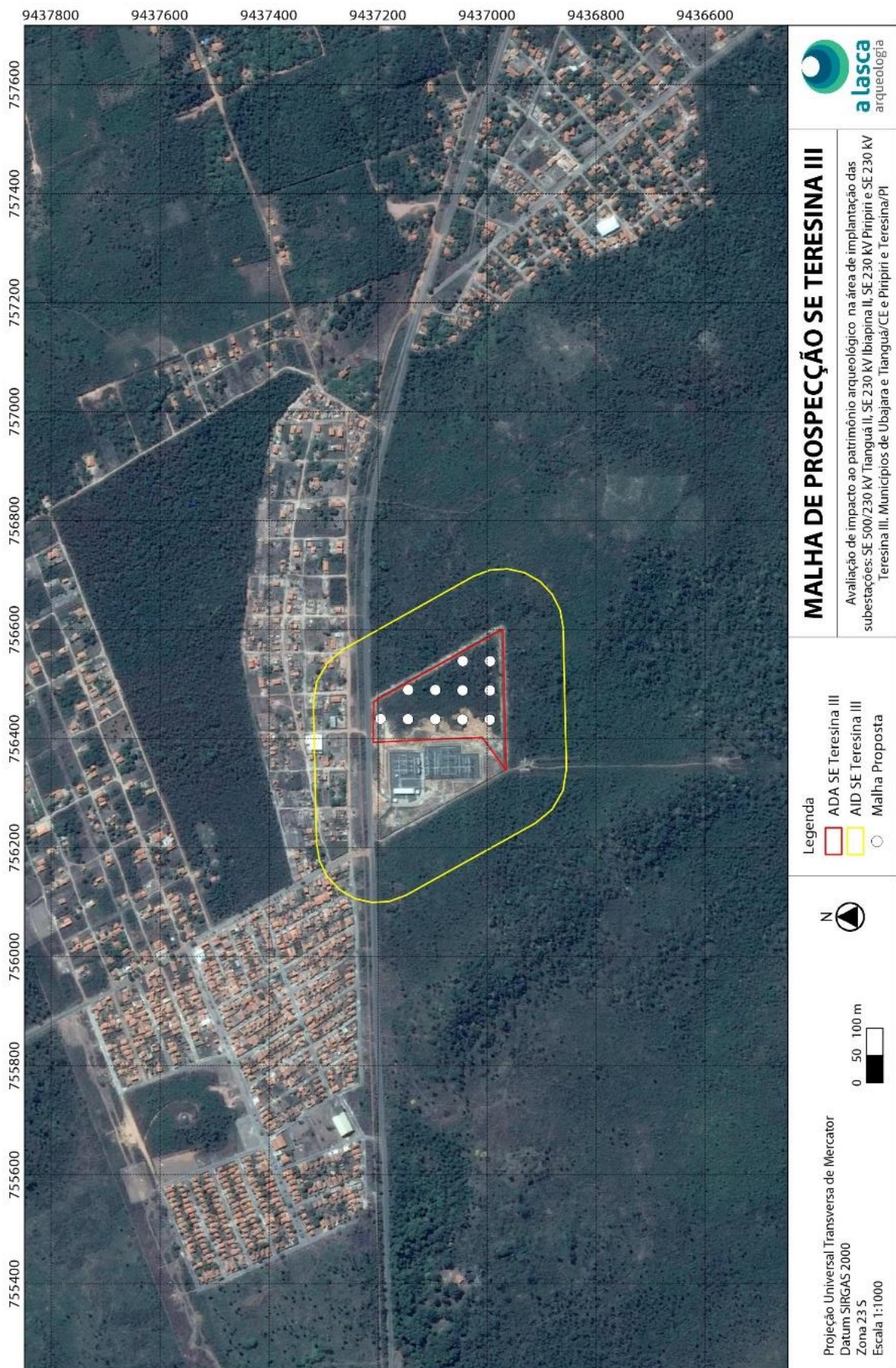
### MALHA DE PROSPECÇÃO SE PIRIPIRI

Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área de implantação das subestações: SE 500/230 kV Triangula II, SE 230 kV Ibiapina II, SE 230 kV Piripiri e SE 230 kV Teresina III. Municípios de Ubajara e Triangula/CE e Piripiri e Teresina/PI

- Legenda
- ADA SE Piripiri
  - AID SE Piripiri
  - Malha proposta



Projeção Universal Transversa de Mercator  
 Datum SIRGAS 2000  
 Zona 23 S  
 Escala 1:10000

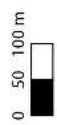


### MALHA DE PROSPECÇÃO SE TERESINA III

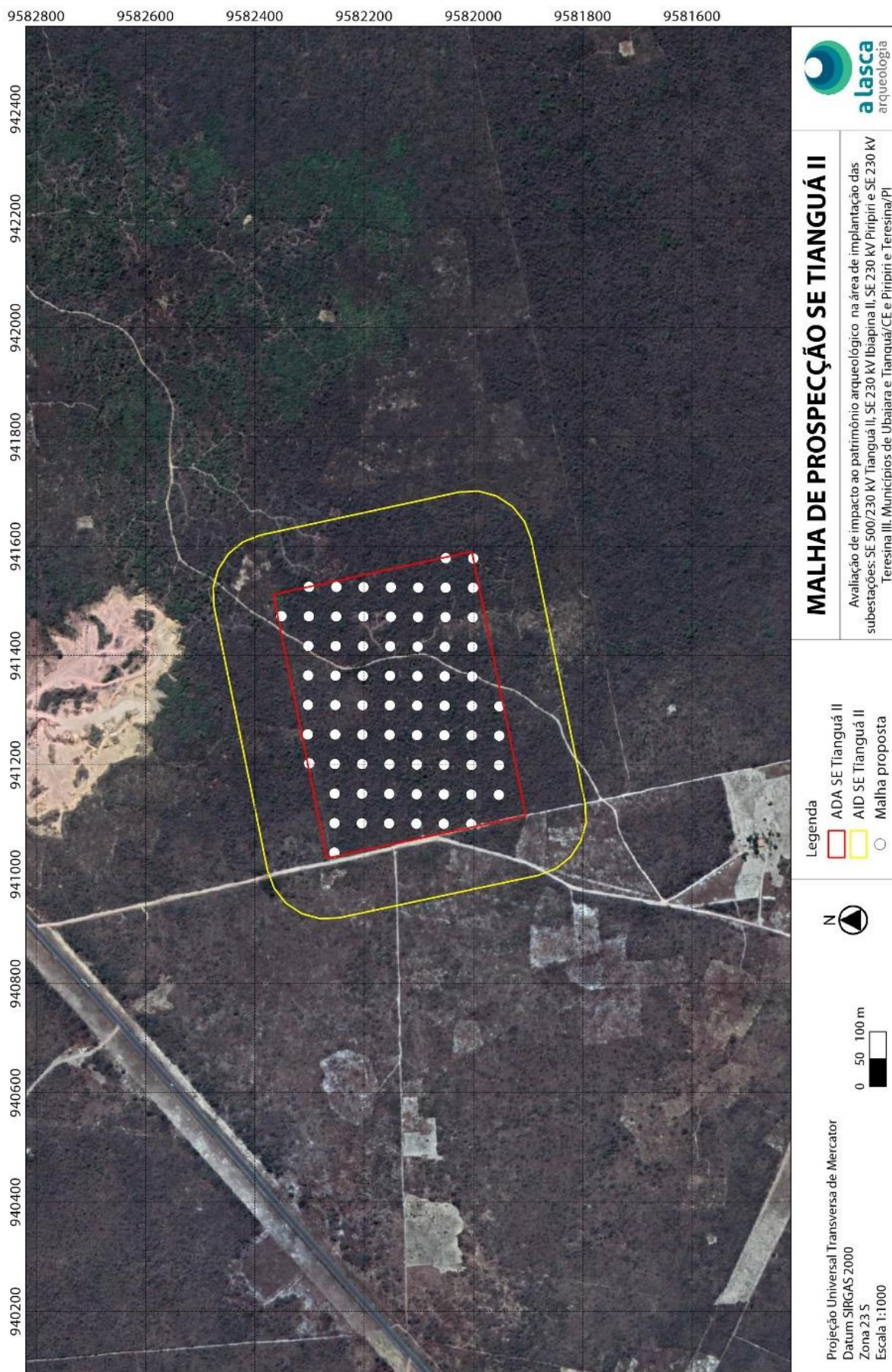
Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área de implantação das subestações: SE 500/230 kV Tanguá II, SE 230 kV Ibiapina II, SE 230 kV Pripiri e SE 230 kV Teresina III, Municípios de Ubajara e Tanguá/CE e Pripiri e Teresina/PI

**Legenda**

- ADA SE Teresina III
- AID SE Teresina III
- Malha Proposta



Projeção Universal Transversa de Mercator  
 Datum SIRGAS 2000  
 Zona 23 S  
 Escala 1:1000



Ainda na fase de projeto, sem que tenha sido efetuado o reconhecimento do local, não é possível estabelecer uma distinção de potencial para ocorrências arqueológicas nos terrenos a serem diretamente afetados. Destarte, assume-se que a unanimidade do perímetro de estudo é passível de apresentar remanescentes arqueológicos e que, entre as tarefas da equipe de campo, estará a de comprovar tais ocorrências ou levantar evidências devidamente registradas que atestem e fundamentem sua ausência.

Assim, essa malha poderá ser executada de forma literal em campo ou variar em função das condições observadas no local, da topografia, da estratigrafia, da acessibilidade e da identificação de fatores que permitam atribuir maior ou menor potencialidade para ocorrência de vestígios arqueológicos em determinadas frações do recorte designado pela pesquisa. Alterações na malha de poços-teste, se ocorrerem, serão registradas, apresentadas no relatório de pesquisa e substanciadas em estudos amplamente discutidos e aplicados em prospecções regionais (BINFORD, 1982; DUNNEL & DANCEY, 1983; WOBST, 1983; SCHIFFER & GUMMERMAN, 1977; KINTIGH, 1988; KRAKKER, SHOTT & WELCH, 1983; DEBLASIS & MORALES, 1995; BANNING, 2002, entre outros).

### 5.3. Abordagens oportunísticas

A equipe de campo poderá executar procedimentos excepcionais sempre que identificadas oportunidades específicas para o registro de evidências arqueológicas na ADA. Classificam-se como táticas oportunísticas a averiguação intensiva de perturbações pós-deposicionais de vetor natural (sedimentos oriundos de tocas de animais fossadores, sedimentos adstritos em raízes de árvores tombadas – *up rooting* –, valas ou leitos de aberturas erosivas, superfícies decapadas por processo pontual de arenização, taludes de rios, ravinas, entre outros) e de perturbações de agência humana (campos arados, roças, cortes de estradas ou carreadores, superfícies decapadas por pisoteio de gado, áreas de queimadas, sedimento resultante de colocação de estacas, sedimento resultante de escavações diversas, cavas, raspagens e assim por diante). Tais circunstâncias permitem a visualização do comportamento estratigráfico do local em pesquisa sem que haja necessidade de se empreender uma intervenção artificial e, inclusive, revelam vestígios arqueológicos que, não fosse o conjunto atípico de episódios pós-deposicionais, estariam ocultos dos pesquisadores (HOLE, 1980; KASHIMOTO, 1997; CALDARELLI & SANTOS, 1999/2000; BROCHIER, 2004; SILVEIRA et alii, 2009).

Também entende-se por oportunista a técnica de entrevistar os moradores locais das glebas a serem afetadas ou das áreas de entorno imediato. Normalmente, em suas atividades cotidianas, principalmente as de cunho agrário, é comum que se depare com a existência de vestígios líticos (“pedras de raio” ou “coriscos”) e cerâmicos (“cacos de panela de barro”), ou mesmo indicações de antigas habitações e áreas de sedes de fazendas de interesse histórico (“fazendas do tempo dos escravos”). As entrevistas, nesses casos, consistem em conversas espontâneas e o principal é que os pesquisadores procurem não depreciar o conhecimento empírico de seus interlocutores, bem como atentem para a linguagem utilizada, explicando e

exemplificando termos e conceitos menos coloquiais, assim evitando a perda de evidências por falhas de comunicação.

#### 5.4. Delimitação de perímetro de ocorrência ou sítio arqueológico

Sempre que um vestígio arqueológico for localizado durante a pesquisa de avaliação de impacto ao patrimônio, a tarefa inicial será estabelecer se trata-se de uma ou algumas ocorrências isoladas – fortuitas –, ou se o entorno apresenta condições mínimas de investigação de um dado contexto, fazendo desse lugar um sítio arqueológico.

Para estabelecer as dimensões do sítio ou ocorrência será verificada inicialmente a dispersão horizontal da cultura material, por meio do mapeamento da superfície via caminhamentos intensivos. Durante essa atividade pode ser possível, ainda, apontar áreas de concentração de vestígios, espaços funcionais, setores específicos, etc. (CHARTKOFF, 1978).

Na sequência poderá ser definida uma grade de poços-teste a partir do ponto de localização das evidências materiais, com a pretensão de determinar (ainda que de forma probabilística) as medidas e particularidades verticais da área (GUAPINDAIA & FONSECA, 2013).

Supletivamente, se necessário, os trabalhos prospectivos poderão ser complementados com a abertura de intervenções arqueológicas que permitem uma leitura mais ampla da estratigrafia ou da dispersão dos vestígios no terreno, como **Unidades de Escavação** de 1m x 1m, as quais, isocronicamente, podem resultar na localização de maior quantidade de vestígios, permitindo definição mais apurada das particularidades do contexto a ser registrado; ou **Quadras de Raspagem**, voltadas sobretudo para sítios superficiais, que auxiliam a subsidiar da forma mais completa possível o preenchimento da ficha de cadastro de sítio arqueológico fornecida pelo CNSA-IPHAN (Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Em sentido oposto, quando em conflito com a tarefa de definir a dispersão dos vestígios estiver a preservação dos mesmos, serão escolhidas medidas mais cautelosas e que, por definição da coordenadoria de campo, melhor se encaixem no fim último do projeto: o de mitigar a perda de informações irrecuperáveis e insubstituíveis.

Em sítios de volume reduzido ou nos quais se apresente muito alta probabilidade de as tradagens incidirem sobre restos delicados – como abrigos sob rocha, sambaquis ou cemitérios –, em sítios sem estratigrafia pedológica – como oficinas líticas ou lajedos gravurados –, em sítios não sujeitos a deposição sedimentar – como estruturas ruiformes e registros rupestres, entre outros – não serão realizadas escavações para delimitação de subsuperfície na etapa de avaliação de impacto, desde que reunidos dados para justificá-las potencialmente destrutivas, inócuas ou impraticáveis.

## **6. ATIVIDADES DE ANÁLISE E CONSERVAÇÃO DOS BENS ARQUEOLÓGICOS**

As atividades relacionadas a curadoria, análise e conservação dos bens arqueológicos serão aplicadas no caso de identificação e coleta de vestígios arqueológicos durante a avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico.

### **6.1. Atividades de curadoria**

Os trabalhos de curadoria serão iniciados em campo, a partir do registro de proveniência e tipologia do material arqueológico coletado. A metodologia desenvolvida para essa etapa orientará a lavagem e numeração de peças em laboratório.

Para a limpeza, ou seja, retirada do sedimento da superfície das peças, serão utilizadas água e escovas de cerdas macias de forma meticulosa, evitando-se atritos que comprometam a integridade ou o poder informativo das peças, com exceção dos materiais arqueofaunísticos e metálicos, que serão limpos a seco.

As peças serão numeradas com tinta nanquim preta ou branca (dependendo da coloração da peça) aplicada com ponteira tipo bico de pena. Também serão utilizados base incolor, algodão e acetona. O controle do traço deverá ser realizado, de forma que a numeração seja legível, ocupando a menor porção possível da peça.

O local de inscrição da numeração deve ser definido para cada peça com base nas suas especificidades tecnológicas, visando preservar estigmas técnicos. Na impossibilidade de marcação diretamente sobre a peça, deverá ser utilizada uma etiqueta individual, acondicionada com o fragmento correspondente em saco plástico zipado.

Após numerados, os fragmentos provenientes da mesma intervenção serão reunidos e acondicionados em um saco plástico zipado de tamanho adequado, acompanhados de etiqueta com indicação de proveniência e numeração.

Todos os dados da curadoria serão registrados digitalmente em fichas, arquivados em pastas específicas do projeto e impressos.

Por fim, a coleção deverá ser acomodada em caixas plásticas tipo *marfinite* e encaminhadas à instituição de guarda, acompanhadas de inventário do material arqueológico nelas contido.

### **6.2. Referenciais teóricos e metodológicos de laboratório**

As atividades relacionadas à triagem, coleta, análise e conservação dos bens provenientes da pesquisa arqueológica proposta observarão o disposto na Portaria IPHAN n.º 196/2016, de 23/05/2016, que determina os procedimentos a serem adotados desde a identificação até a guarda das peças por instituição cadastrada no IPHAN.

Em campo, serão observados os atributos tipológicos das peças coletadas visando a identificação e início dos procedimentos de curadoria e análise.



A análise consistirá na observação, descrição e registro dos atributos considerados diagnósticos para caracterização e interpretação contextual do registro arqueológico. Estes atributos variam de acordo com a categoria da peça que pode ser proveniente de contextos pré-coloniais, de contato ou históricos e produzida a partir de matérias primas diversas.

Os dados gerados na análise dos atributos específicos de cada tipo de material serão lançados em planilhas geradas no aplicativo *Google Forms* do *Google Docs*, armazenado no *Google Drive* (sistema de nuvem do Google).

O Documento Google foi desenvolvido tendo como base o conceito Web 2.0 (utilização democrática de recursos da internet, desde a livre edição até a publicação de conteúdos), sendo constituído por um pacote de aplicativos de produtividade (HEIDEMANN *et al.*, 2010).

Este pacote é composto por cinco aplicativos distintos:

- Documentos Google: edição colaborativa de textos;
- Planilhas Google: edição colaborativa de planilhas eletrônicas;
- Formulários Google: confecção de formulários online;
- Apresentações Google: edição colaborativa de apresentações de slides;
- Google Sites: desenvolvimentos de páginas Web.

O aplicativo Formulários Google, a ser utilizado nesta pesquisa, permitirá a confecção de questionários colaborativos com várias opções de resposta (Figura 1). Para tal, os formulários serão divididos por tipologia de material, sendo que as “perguntas” representarão os atributos e as “opções de resposta” aquelas que melhor qualificarem o artefato.

As respostas aparecerão organizadas em uma planilha, na qual cada coluna corresponderá a um atributo. A planilha poderá ser exportada para diferentes formatos, inclusive para o programa *Microsoft Excel* (Figura 2).

Esta metodologia será adotada por se considerar a possibilidade de diagnóstico estatístico prévio e em tempo real do acervo através de gráficos e quantificações geradas automaticamente, à medida que avança a análise, até o seu final (Figura 3).

As principais vantagens da utilização deste aplicativo é que não requer conhecimentos de programação, é gratuito e os dados gerados só podem ser acessados por outro usuário de internet através de convite do administrador, o que garante a sua segurança e integridade (HEIDEMANN *et al.*, 2010).

Considera-se o *Google Drive* como excelente ferramenta para a análise laboratorial de material arqueológico, por permitir o acesso de vários pesquisadores de forma simultânea, inclusive para inserção de dados (desde que utilize um computador conectado à internet), eliminando-se as fichas de análise em suporte de papel.

**Sítio Eusébio Matoso 1**  
SEM1/15

\* Required

**Pesquisador \***

- Camília Pedron
- Renata Furió
- Sónia Cunha

**Estado \***

- Integro
- Fragmento Isolado
- Conjunto Montado
- Conjunto Não Montado

**Fase \***

- Prospecção
- Diagnóstico
- Resgate
- Salvamento
- Monitoramento

**UTM (Datum WGS84) \***  
Preencher de forma exata a coordenada. Ex: 23K 455,240E/7,888,544S

**Intervenção \***  
Preencher sem espaços. Ex: "UE22" (não "UE 22") ou "QR10" (não QR 10)

**Nº de Peça \***

Análise Sítio Eusébio Matoso 1 (respostas)

1	Pesquisador	Estado	Fase	Intervenção	Nº de Peça	NMP
20	Sónia Cunha	Integro	Diagnóstico	PT012	21	19
60	Camília Pedron	Fragmento Isolado	Diagnóstico	DUE1	117	59
81	Sónia Cunha	Fragmento Isolado	Diagnóstico	DUE1	119	60
81	Camília Pedron	Integro	Salvamento	UE1	177	80
82	Camília Pedron	Integro	Salvamento	UE1	178	81
87	Sónia Cunha	Fragmento Isolado	Salvamento	UE1	197A	86
88	Sónia Cunha	Fragmento Isolado	Salvamento	UE1	198	87
89	Sónia Cunha	Conjunto Não Montado	Salvamento	UE1	199/200/201/202/203	88
90	Sónia Cunha	Fragmento Isolado	Salvamento	UE1	204	89
107	Camília Pedron	Fragmento Isolado	Salvamento	UE1	237	106
108	Camília Pedron	Fragmento Isolado	Salvamento	UE1	239	107
153	Camília Pedron	Integro	Salvamento	UE3	338	152
154	Sónia Cunha	Fragmento Isolado	Salvamento	UE3	339	153
155	Camília Pedron	Fragmento Isolado	Salvamento	UE3	341	154
156	Sónia Cunha	Fragmento Isolado	Salvamento	UE3	342	155
157	Sónia Cunha	Fragmento Isolado	Salvamento	UE3	343	156
196	Sónia Cunha	Fragmento Isolado	Salvamento	UE3	470	199
204	Sónia Cunha	Fragmento Isolado	Salvamento	UE4	501	207
205	Sónia Cunha	Conjunto Não Montado	Salvamento	UE4	502,503	208
206	Camília Pedron	Integro	Salvamento	UE4	505	209
225	Sónia Cunha	Fragmento Isolado	Salvamento	UE4	592	228
231	Sónia Cunha	Integro	Salvamento	UE6	643	234
237	Sónia Cunha	Fragmento Isolado	Salvamento	UE6	645	240
265	Sónia Cunha	Integro	Salvamento	UE6	709	268
266	Sónia Cunha	Conjunto Não Montado	Salvamento	UE6	710/711/712/715	269
267	Sónia Cunha	Integro	Salvamento	UE6	713	270
268	Sónia Cunha	Fragmento Isolado	Salvamento	UE6	719	271
269	Sónia Cunha	Integro	Salvamento	UE6	720	272
270	Sónia Cunha	Fragmento Isolado	Salvamento	UE6	472	273
271	Sónia Cunha	Conjunto Não Montado	Salvamento	UE6	475/476/477/478	274
278	Sónia Cunha	Integro	Salvamento	UE7	798	281
302	Sónia Cunha	Fragmento Isolado	Salvamento	UE8	920	305
303	Sónia Cunha	Integro	Salvamento	UE8	925	306

Figura 1: Exemplo de atributos e respostas qualificativas.

Figura 2: Exemplo de tabela preenchida.

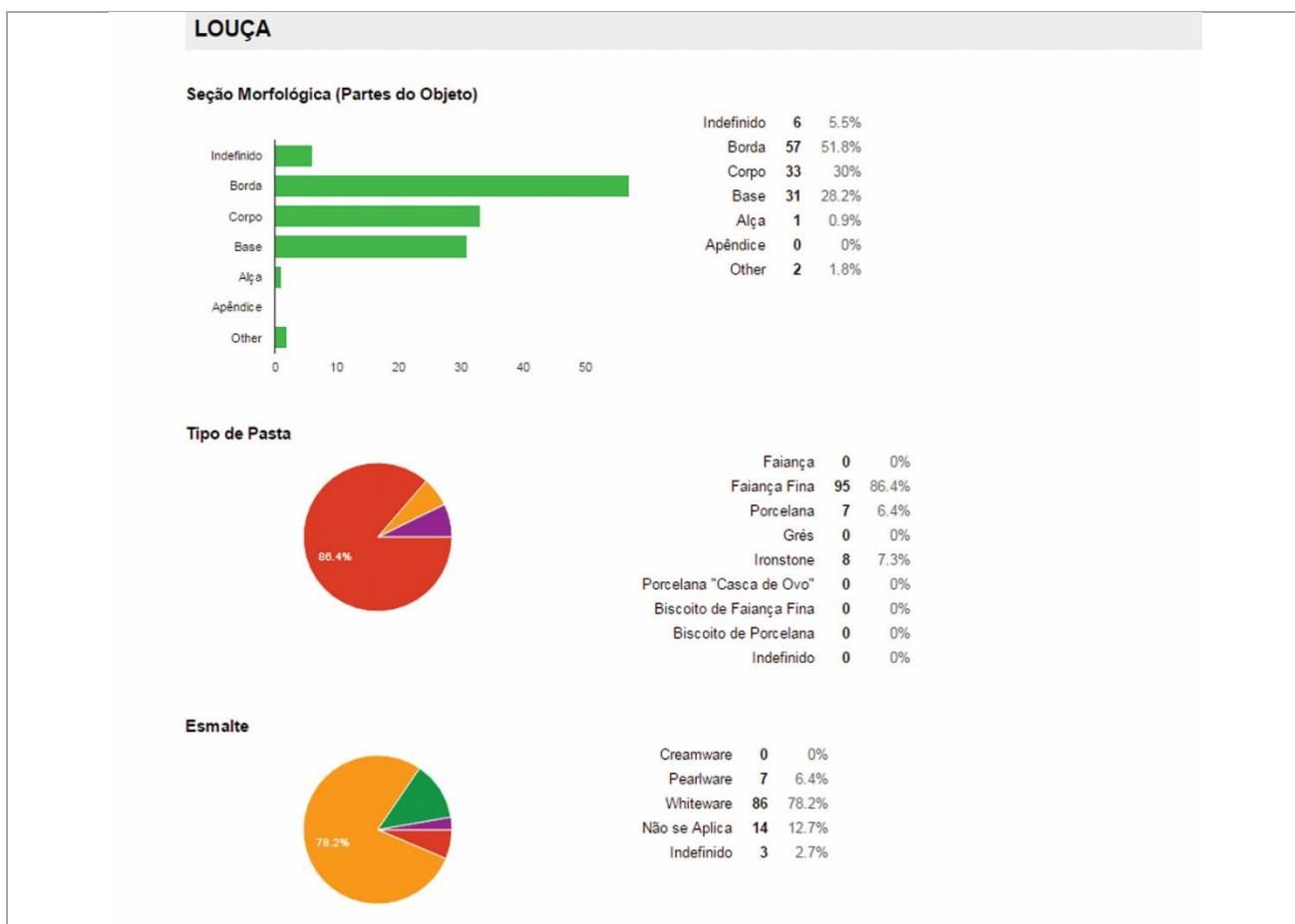


Figura 3: Exemplo de gráficos gerados de forma automática.

Para análise das diferentes tipologias de materiais arqueológicos serão utilizadas listas de atributos qualitativos e quantitativos, construídas com base na metodologia e pressupostos teóricos adotados em pesquisas desenvolvidas pelos seguintes autores:

- Lítico: Andrefsky (2002), Dias (1994), Prous (1992, 2004) e Souza (2013).
- Cerâmica: Chmyz (1976), Rye (1981), Arnold (1985), Lima (1985), Rice (1987), La Salvia e Brochado (1989), Orton et. al. (1993), Shepard (1995 [1956]), Tamanaha (2012) e Amaral (2012).
- Louça: Pileggi (1958), Brancante (1981), Zanettini (1986), Lima et al. (1989), Lima (1993, 1997), Deetz (1996), Symanski (1998), Sousa (1998), Schavelzon (1991), Stelle (2001), Hume (2001), Tocchetto et al. (2001), Juliani (2003), Souza (2010) e Soares (2011).
- Vidro: Zanettini & Camargo (1999), Jones & Sullivan (1989), Symansky (1998), Lima (1995/1996, 2002), e Juliani (2003), além de informações disponibilizadas pela Society for Historical Archaeology, na página de internet Historic Glass Bottle Identification & Information Website.<sup>3</sup>
- Material Arqueofaunístico: Lyman (1994), Reitz & Wing (1999), Figuti (1999), Rosa (2008), Milheira e Deblasis (2011), Miziara (2006), Bissaro-Júnior (2008) e Kökler (2012).
- Metal: Lima (1993), Albuquerque e Lima (1994), Symansky (1998), Maximino (2003), Zequini (2006) e Troncoso (2013).
- Material Construtivo: Pileggi (1958), Chmyz (1976), Brancante (1981), Rice (1987), Rye (1981), Zanettini (1986), La Salvia e Brochado (1989), Lima et al. (1989), Orton et. al. (1997), D'Alambert (1993), Shepard (1995 [1956]), Lima (1985, 1993, 1997), Deetz (1996), Symanski (1998), Sousa (1998), Schavelzon (1991), Stelle (2001), Hume (2001), Tocchetto et all (2001), Juliani (2003), Souza (2010) e Soares (2011).
- Polímeros e Outros: Gardin (1967).

Resumidamente, deverão ser observados os seguintes atributos, por material:

- Procedência (item comum a todos os materiais arqueológicos analisados, apresentando, de forma resumida, localização, sítio, pesquisador, estado de conservação, etc.);
- Lítico (matéria prima, categoria, suporte, pátina, formas, etc.);
- Cerâmica (morfologia, marcas de manufatura, antiplástico, tratamento de superfície, marcas de uso, apêndices, etc.);
- Louça (morfologia, tecnologia, decoração, etc.);

---

<sup>3</sup> A produção de vidro no Brasil teve início no século XIX com a chegada da coroa portuguesa, mas se firmou apenas na passagem do século XIX para o XX (ZANETTINI & CAMARGO, 1999).

- Vidro (tipologia, vedação, secção morfológica, etc.);
- Material Arqueofaunístico (idade, sexo, dentes, classificação dos ossos, sistema esquelético, etc.);
- Metal (tipo, matéria prima, conservação, data, descrição, dimensões, categoria, etc.);
- Material Construtivo (tipo, matéria prima, queima, antiplástico, conservação, etc.);
- Polímeros<sup>4</sup> e Outros (matéria prima, cor, categoria funcional, conteúdo original, etc.).

### 6.3. Previsão orçamentária para as atividades de análise e conservação

Conforme o disposto na Portaria IPHAN n.º 196/2016, de 18/05/2016, (Inciso I do Anexo I), apresenta-se especificada a previsão de gastos com os materiais necessários às atividades de análise e conservação, em campo e em laboratório, dos bens coletados no âmbito da pesquisa:

Quadro 1: Previsão orçamentária de material para análise e conservação

COD.	Item (unidades comerciais)	Etapa	Preço (R\$)
1	Acetona (100 ml)	numeração	2,10
2	Papel kraft	numeração	33,30
3	Algodão	numeração	2,19
4	Base incolor (caixa c/ 6 unidades de 10 ml)	numeração	13,25
5	Caneta hidrográfica (ultra fine)	numeração	12,90
6	Cotonetes (caixa c/ 75 unidades 12 caixas)	numeração	14,78
7	Caneta nanquim	numeração	16,60
8	Escova Bettanin (ref. 215)	higienização	2,90
9	Escova dental	higienização	2,10
10	Escova de mamadeira grande	higienização	2,99
11	Escova de mamadeira pequena	higienização	2,16
12	Espátula forjada (2050 06 cm)	higienização	12,00
13	Etiquetas ink jet laser	encaminhamento do material	54,70
14	Fita crepe branca 2314-C	numeração	6,10
15	Lupa mini	análise	21,00
16	Luvas de látex forradas (tamanho G – par)	higienização	34,20
17	Luvas pretas de látex sem talco	higienização	41,20
18	Manta de polietileno expandido 60 x 15 m (Ø 2mm)	encaminhamento do material	34,70
19	Máscara descartável dupla c/ elástico (pacote)	higienização	12,00

<sup>4</sup> Adotaram-se os seguintes atributos para análise desta categoria, observando-se tipo, categoria, morfologia, matéria-prima, cor e dimensões, de acordo com o que é tecnicamente possível para a caracterização básica de qualquer material

<b>COD.</b>	<b>Item (unidades comerciais)</b>	<b>Etapa</b>	<b>Preço (R\$)</b>
20	Nanquim branco (200ml)	numeração	10,63
21	Óculos de proteção para laboratório	higienização	7,00
22	Palito de churrasco	higienização	4,80
23	Pano multiuso	higienização	3,99
24	Paquímetro	análise	53,00
25	Pinça	higienização	19,90
26	Pinceis variados	higienização	40,00
27	Plástico bolha	encaminhamento do material	39,90
28	Ponteira para nanquim	numeração	9,00
29	Saco Zip 6 x 10,5 (pacote c/ 100)	encaminhamento do material	4,72
30	Saco Zip 8,5 x 12,5 (pacote c/ 100)	encaminhamento do material	6,00
31	Saco Zip 10 x 14 (pacote c/ 100)	encaminhamento do material	9,40
32	Saco Zip 14 x 20 (pacote c/ 100)	encaminhamento do material	18,90
33	Pena KOH - I - NOOR-3322 (suporte)	numeração	7,90
34	Espátulas de metal	higienização	12,00
35	Pazinhas	higienização	6,80
36	Máscara com filtro	higienização	23,60
37	Suporte bisturi	higienização	8,90
38	Lâmina de bisturi	higienização	24,00
39	Amarellho	encaminhamento do material	19,90
40	Kit de dentista	higienização	39,00
41	Caixa tipo marfinita (cód. 1014)	encaminhamento do material	33,00
42	Caixa tipo marfinita (cód. 1012)	encaminhamento do material	18,00
43	Caixa tipo marfinita (40 Litros)	encaminhamento do material	35,00
44	Caixa tipo marfinita (cód. 1004)	encaminhamento do material	14,00
45	Caixa tipo engradado	armazenamento	18,00
<b>PREÇO ESTIMADO DO MATERIAL DE LABORATÓRIO NA QUANTIDADE MÍNIMA (1 unidade comercial de cada item)</b>			<b>808,51</b>

## 7. ESCLARECIMENTO E DIVULGAÇÃO DOS BENS CULTURAIS ACAUTELADOS

Durante esta etapa do projeto, quando serão desenvolvidas as atividades relativas à avaliação do impacto ao patrimônio arqueológico, conforme o disposto nos artigos 18, 19 e 20 da Instrução Normativa n.º 1/2015, serão distribuídos materiais informativos por meio dos quais estarão expostos os objetivos do projeto, a legislação de proteção ao patrimônio arqueológico, os principais conceitos da arqueologia, entre outras informações relevantes.

Além da distribuição de material produzido especificamente para esse fim, será produzido texto específico para publicação em blogs e sites especializados, com o objetivo de alcançar um público maior.

As atividades de esclarecimento podem ser entendidas como uma forma inicial de contato entre os pesquisadores em arqueologia e a comunidade alvo do programa. É uma ação que visa iniciar o conhecimento da população sobre a importância da preservação dos bens culturais do lugar em que vivem, sobretudo no que tange aos bens arqueológicos.

De modo prático, antes mesmo da execução das ações na área do empreendimento, se faz necessário o cumprimento de uma série de atividades prévias, como: prospectar a existência de equipamentos sociais, culturais e educativos na área de entorno do empreendimento; verificar a existência de museus, casas de cultura e quaisquer outros espaços culturais no município na busca por parcerias na divulgação do material impresso (folder/panfleto) que poderá ser deixado para distribuição entre os visitantes do local; e, preparar o conteúdo específico do projeto a ser apresentado nas mídias digitais.

### 7.1. Folheto impresso: “Por que o Patrimônio Cultural é tão importante?”

O modelo de folheto impresso deve ser padrão para todas as atividades de esclarecimento nos projetos de arqueologia da A Lasca e trazer as informações fundamentais para o entendimento sobre o que são, e o porquê de existirem estudos arqueológicos em empreendimentos de construção civil, apontando, ainda, a existência de uma legislação pertinente constituída e ordenada pelo IPHAN.

Estruturado em forma de infográfico com perguntas e respostas e com linguagem dinâmica e adequada ao público leigo a que se destina, o conteúdo do folheto também tentará sensibilizar o leitor chamando atenção para a importância do reconhecimento, da valorização e da preservação do Patrimônio Cultural e Arqueológico local.

Encartado ao folheto, será distribuído um impresso contendo informações específicas, que deverá tratar do programa de arqueologia e do patrimônio cultural dos municípios envolvidos e, eventualmente, de outros do entorno.

Por fim, o folheto deverá sugerir links de acesso aos subtextos digitais também específicos do projeto em questão, que estarão abrigados no blog da A Lasca Arqueologia e divulgados em mídias sociais, como o *Facebook* e *Google+*, além de direcionar para o *site* do IPHAN.

### O que é patrimônio cultural?

O **patrimônio cultural** é formado pelo conjunto de saberes, fazeres, expressões, práticas culturais, lugares e objetos presentes na história de um grupo e que foram transmitidos entre várias gerações.

São exemplos a paisagem do bairro, o jeito de preparar uma comida, uma dança, uma brincadeira, uma técnica.

### E a arqueologia?

**Arqueologia** é a ciência que estuda a cultura por meio dos vestígios materiais – tudo aquilo que foi produzido, utilizado e descartado pelo ser humano –, para entender as ocupações humanas em diferentes períodos em uma localidade.

Em campo, os arqueólogos buscam esses **fragmentos de objetos**, que podem estar em superfície, enterrados, ou até submersos. Para um olhar desatento, eles podem não parecer importantes, mas, quando analisados em conjunto pelos especialistas, trazem muitas informações sobre nossos antepassados e a história daquele local.

Os **bens arqueológicos** também fazem parte do patrimônio cultural e são protegidos por lei.

#### pedras lascadas

para se tornarem facas, raspadores e pontas de flechas, feitos pelos povos pré-históricos



#### desenhos pintados ou gravados em abrigos e lajedos, sambaquis e foguetras



#### pedaços de panelas e potes de cerâmica indígena, pilões, machadimhas e mãos de pilão de pedra polida



#### restos de construções, embarcações e ferrovias antigas, louças, ferraduras e fornos



### Que tipos de vestígios podem ser encontrados?

### Por que precisamos preservar os bens culturais?

O conhecimento dos nossos bens culturais e o cuidado que nos dispomos a ter com eles – **conhecer, integrar, participar e preservar** – são importantes para a construção da nossa cidadania.

Essas ações tomam maior a nossa autoestima como comunidade e nos levam a dar ainda mais valor aos variados traços culturais do nosso país, pois percebemos que toda essa diversidade é a **nossa identidade brasileira**.

O **patrimônio cultural** é um **direito** dos cidadãos e, por isso, é protegido por lei.

### Qual é o papel do construtor na preservação do patrimônio?

Antes de implantar um empreendimento ou atividade potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente, o empreendedor é responsável por desenvolver um processo de licenciamento ambiental. Os **estudos arqueológicos preventivos** são parte desse processo e precisam de autorização do Iphan para serem realizados.

Os arqueólogos da A. LASCA ARQUEOLOGIA estão na sua região porque foram contratados para executar um projeto de **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico** ou de **Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico**.

Se forem encontrados sítios arqueológicos durante a pesquisa, eles serão cadastrados no **Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos/ Iphan** e serão apontadas ações que visem sua preservação.

A participação da população local no cuidado com os sítios arqueológicos é fundamental.

Para saber mais sobre os estudos que estão sendo feitos em sua cidade, disponibilizamos informações específicas em nossos canais:

[alascaconsultoria](https://www.alascaconsultoria.com.br)  
BLOG:  
[alascaconsultoria.com.br](https://alascaconsultoria.com.br)

Caso encontre vestígios arqueológicos na sua cidade, comunique a superintendência do Iphan da região.

Para saber mais, visite o portal do Iphan:  
[www.iphant.gov.br](http://www.iphant.gov.br)

Esclarecimento à comunidade local em atendimento a Portaria n. 12/2015 e Portaria n. 137/2016 do Iphan.



### Por que o patrimônio cultural é tão importante?

O patrimônio cultural interliga as pessoas, constrói seu sentido de identidade e mantém viva sua memória.

O conhecimento dos **bens culturais**, entre eles os arqueológicos, arquitetônicos, históricos, artísticos e religiosos, é determinante para a construção da nossa cidadania.



IPHAN 80 ANOS MINISTÉRIO DA CULTURA





Figura 1: Folheto distribuído juntamente com as atividades de esclarecimento.

Olá!

Somos uma equipe de arqueólogos da A LASCA ARQUEOLOGIA em visita à sua cidade. Fomos contratados para um trabalho de busca arqueológica e de esclarecimento aos moradores sobre o que é esta pesquisa e sua importância para o patrimônio cultural local. Nossa equipe irá estudar a região, verificando se há presença de novos sítios arqueológicos e apontando ações de preservação.

Estamos aqui devido ao projeto de **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (AIPA)** na Área de Implantação do Centro de Tratamento e Destinação de Resíduos de Casa Branca – CTDR Casa Branca, Fazenda Bela Vista – Gleba 2, próximo à margem da Rodovia Prefeito José André de Lima, município de Casa Branca (SP).

No município de Casa Branca já foram encontrados sítios arqueológicos, são eles:

**Sítio Arqueológico Lambari I**  
É um sítio arqueológico com vestígios de artefatos líticos (feitos em rocha) produzidos por grupos caçadores coletores que viveram na região entre 10 a 2 mil anos antes do presente.

**Sítio Arqueológico Lambari II**  
Neste sítio arqueológico foram encontrados fragmentos de cerâmica (cacos de potes e panelas de barro) produzidos por grupos indígenas que ocuparam a região em período anterior à chegada dos portugueses.

**Sítio Arqueológico Água Branca**  
Já no Sítio Água Branca foram encontrados fragmentos de cerâmica de produção indígena datados do século XVIII.



Figura 2: Exemplo de encarte distribuído juntamente com o folheto padrão, contendo informações específicas sobre o projeto e a região.



## 7.2. Conteúdo digital: blog e mídias sociais

Além do folheto e encarte impressos, será produzido conteúdo digital específico para cada projeto, a ser publicado na página do blog da A Lasca e divulgado em mídias sociais, como *Facebook* e *Google+*. Nesse espaço, inicialmente será indicado a qual empreendimento os estudos arqueológicos estão vinculados, informando a localização e o responsável por sua execução.

Uma vez apresentado isso, serão apontados alguns bens culturais locais entre os quais os bens arqueológicos, quando houver. Não havendo nenhum, citará como exemplo algum existente na região onde a cidade está localizada. Quanto aos bens arqueológicos da cidade, será importante, sempre que possível, informar o nome dos sítios e descrever se são sítios históricos, cerâmicos, líticos, pinturas rupestres, etc. Geralmente, essa informação pode ser extraída do projeto de pesquisa arqueológica elaborado pela A Lasca.

The screenshot shows the Facebook profile of 'A Lasca Arqueologia'. The cover image features silhouettes of people working in an archaeological site, with a central graphic that reads 'a lasca 10 anos 2006 2016' and 'arqueologia transformadora'. The profile picture is the company logo. The main post is a text announcement published on August 3, 2016, stating that archaeologists from A Lasca will be conducting field studies in Iracemópolis, SP, from August 4-14. The post mentions the distribution of explanatory leaflets and the need for environmental studies. Below the text is a photograph of a large, modern building with a green lawn and palm trees. To the right of the post is a map of the region around São Paulo, Brazil, highlighting the location of Iracemópolis. The post has received 340 reaches and 524 likes. The page also includes a 'Call Now' button and a 'Message' button.

Figura 3: Exemplo de divulgação do conteúdo em mídia social.

The screenshot shows a web browser displaying a blog post. At the top, the website logo 'a lasca arqueologia' is visible, along with a navigation menu: 'Início', 'Quem somos', 'Notícias', 'Publicações', and 'Educação Patrimonial'. The article title is 'Estudos arqueológicos em São José do Rio Preto' with a sub-header '[ATIVIDADE DE ESCLARECIMENTO]\*'. The main text discusses the role of heritage educators in São José do Rio Preto (SP) for public enlightenment and environmental licensing. A historical photograph of the 'Estação ferroviária de São José do Rio Preto' is included, with a caption identifying it as likely from the 1950s. The article also mentions the 'Centro Nacional de Arqueologia - Licenciamento Ambiental - Educação Patrimonial' and provides contact information for the Superintendência do Iphan. At the bottom, there are social media sharing options and a tag for 'SAO JOSÉ DO RIO PRETO (SP)'. The right sidebar contains sections for 'Conheça nossa empresa', 'Tópicos recentes', 'Categorias', and 'Tags'.

Figura 4: Exemplo de texto de esclarecimento disponibilizado online.

### **7.3. Apresentação dos resultados**

O resultado final das atividades de esclarecimento e divulgação dos bens culturais acautelados deverá incluir as seguintes informações:

- A parceria estabelecida na cidade (instituição, responsável, endereço, contatos – telefone e e-mail);
- Os critérios e argumentos pelos quais foram selecionadas essas instituições e estabelecidas as parcerias;
- O registro das atividades feitas na cidade: descrição e fotos;
- Impressões e resultados;
- Cópia do folheto e encarte impressos;
- Captura de tela dos conteúdos digitais publicados no blog e *Facebook* (conforme exemplos nas páginas anteriores).

### **7.4. Produção de conhecimento, divulgação científica e extroversão**

A produção de conhecimento no âmbito do presente projeto se limitará ao plano de trabalho proposto, objetivando, além da caracterização arqueológica da área e a avaliação do impacto do empreendimento no patrimônio, também a anuência do IPHAN à licença ambiental pleiteada pelo empreendedor.

A divulgação científica e a extroversão se darão, por conseguinte, a partir dos resultados obtidos e, considerando a relevância dos bens identificados, por meio da publicação de artigos, datação de material arqueológico, divulgação em blogs e sites especializados, dentre outros.

Os resultados também poderão ser incorporados ao material de divulgação usado em projetos de educação patrimonial, entre outros.

## 8. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Os trabalhos referentes ao projeto de arqueologia deverão ser executados em até quatro meses, contados a partir da publicação da autorização no Diário Oficial da União, conforme cronograma abaixo:

ATIVIDADE	MÊS			
	1	2	3	4
<b>Mobilização operacional (até 45 dias)</b>				
<b>Campo (5 a 15 dias)*</b>				
<i>Levantamento prospectivo no terreno</i>				
<i>Esclarecimentos, divulgação científica e extroversão</i>				
<b>Laboratório</b>				
<i>Curadoria e análise do acervo do coletado (até 45 dias - se houver)</i>				
<b>Gabinete</b>				
<i>Elaboração do relatório técnico (até 30 dias)</i>				

**\*Obs.:** O intervalo assinalado em vermelho (15 dias) representa o tempo máximo que o arqueólogo coordenador de campo deverá se dedicar, efetivamente, às atividades do levantamento arqueológico. Após esse período, poderá se desvincular do projeto, dedicando-se a outro, pois as demais atividades de laboratório e de gabinete poderão ser desempenhadas pelos demais membros que compõem a equipe técnica.

## 9. EQUIPE

- Ma. Lúcia de J. C. Oliveira Juliani – Arqueóloga (coordenação geral);
- Ma. Suzana Eliza Roll Munsberg – Arqueóloga (coordenação de campo).
- Ma. Caroline Rutz – Arqueóloga assistente;
- Renata Lima Furió – Historiadora / técnica em arqueologia;
- Lígya Esteves Sant'anna de Souza – Historiadora / técnica em arqueologia;
- Angélica Aparecida Moreira da Silva – Historiadora / educadora patrimonial;

## 10. INSTITUIÇÃO DE GUARDA E PESQUISA

O apoio institucional ao projeto, elemento também indispensável à execução de estudos arqueológicos no Brasil, conforme o disposto no § 1º do artigo 5º da Portaria SPHAN n.º 7/88, e que constitui-se na garantia de guarda do acervo coletado durante a execução da pesquisa, foi fornecido pelo **Instituto Tembetá** e pelo **Museu de Arqueologia e Paleontologia da Universidade Federal do Piauí**.

Destaca-se que essas instituições encontram-se devidamente registrados no Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa – CNIGP, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 6º da Portaria IPHAN n.º 196/2016, de 23/05/2016.

## 11. ENDOSSO FINANCEIRO

O suporte financeiro à pesquisa, elemento indispensável à aprovação de estudos arqueológicos, conforme o disposto no artigo 9º da Lei n.º 3.924/61, bem como no § 1º do artigo 5º da Portaria SPHAN n.º 7/88, foi fornecido pela empresa **Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A. (CNPJ: 29.554.549/0001-00)**, conforme documentação anexa a este projeto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Referências bibliográficas para contextualização arqueológica.

- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil: regiões hidrográficas brasileiras. Brasília. 2015.
- BANDEIRA, Arkley Marques. Relatório de Diagnóstico Arqueológico Interventivo da Linha de Transmissão de 550Kv Presidente Dutra – Teresina II – Sobral II C3 e subestações associadas. 2013.
- CAVALCANTE, Luis Carlos Duarte de; RODRIGUES, Pablo Roggers Amaral. Análise dos registros rupestres e levantamento dos problemas de conservação do sítio Pedra do Atlas, Piripiri, Piauí. *Clio Arqueológica* 24/2: 154-173. 2009.
- CAVALCANTE, L. C. D.; RODRIGUES, A. A.; COSTA, E. N. L.; SILVA, H. K. S. B.; RODRIGUES, P. R. A.; OLIVEIRA, P. F.; ALVES, Y. R. V.; FABRIS, J. D. Pedra do Cantagalo I: uma síntese das pesquisas arqueológicas. *Arqueología Iberoamericana*, n.23, p. 45-60, 2014.
- CAVALCANTE, Luis Carlos Duarte de; SILVA, Heralda Souza Bezerra da; RODRIGUES, Andrews Araújo. Pedra do Cantagalo I: o desafio de preservar um patrimônio arqueológico. *Vox Musei arte e patrimônio*. n.2, p. 14-22, 2016.
- CÔRREA, Ângelo Alves. Ibouiapab Euguare – Mapeamento Arqueológico da Serra da Ibiapaba: história de longa duração das populações Tupi. Fortaleza. 2009
- MAGALHÃES, Sônia Maria Campelo. A arte rupestre do centro-norte do Piauí: indícios de narrativas icônicas. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011
- MARTIN, Gabriela. Pré-história do Nordeste. Editora Universitária da UFPE. Recife, 2005.
- NIMUENDAJU, Curt. Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju. Rio de Janeiro: IBGE, 1987
- SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. Mapa Geológico do Estado do Piauí. Brasília. 2006.
- OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros; ASSIS, Nívia Paula Dias de; Padres e Fazendeiros no Piauí Colonial – Século XVIII; Associação Nacional dos Professores Universitários de História - ANPUH; XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009; PDF

### Referências bibliográficas para aporte metodológico e procedimentos de pesquisa

- ALEXANDER, D. The Limitations of Traditional Surveying Techniques in Forested Environment. *Journal of Field Archaeology*, 10(2):177-186. 1983.
- AMMERMAN, A. J. Surveys and Archaeological Research. *Annual Review of Anthropology*, 10:63-88. 1981
- ARAÚJO, A. G. M. *Teoria e método em arqueologia regional: um estudo de caso no Alto Paranapanema, Estado de São Paulo*. São Paulo: MAE/USP (Tese de Doutorado em Arqueologia), 2001.
- BANNING, E. B. *Archaeological Survey*. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers, 2002. 273p.
- BINFORD L.R. The Archaeology of Place. *Journal of Anthropological Archaeology*, 1(1): 5-31. 1982.

- BROCHIER, L.L. *Diagnóstico e manejo de recursos arqueológicos em Unidades de Conservação: uma proposta para o litoral paranaense*. 2004. 165f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- CALDARELLI S.B; SANTOS, M. C. M. dos. Arqueologia de contrato no Brasil. Antes de Cabral: Arqueologia Brasileira I. *Revista USP*, São Paulo, n. 44, p. 52-73, dez./fev.1999-2000.
- CHARTKOFF, J.L. Transect Interval Sampling in Forests. *American Antiquity*, 43 (1) p. 46-53. 1978.
- DE BLASIS, P.A.D.; MORALES, W.F. Analisando sistemas de assentamento em âmbito local: uma experiência com full-coverage survey no Bairro da Serra. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 5: 125-143, 1995.
- DUNNELL, R. C. & DANCEY, W. S. The Siteless Survey: A Regional Scale Data Collection Strategy. In: SCHIFFER, M. (ed.) *Advances in Archaeological Method and Theory*. Vol. 6:267-287. New York, Academic Press. 1983
- FISH, S. K. & KOWALEWSKI, S. A. Introduction. In: FISH, S. K. & KOWALEWSKI, S. A. (ed.) *The Archaeology of Regions: A case for full-coverage survey*. Washington D.C., Smithsonian Institution Press. Pp.1-5. 1990.
- GUAPINDAIA, V. & FONSECA, J. A. A. Metodologia de delimitação no sítio arqueológico Cipoal do Araticum na região do rio Trombetas, Pará, Brasil. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v.8 n.3, p.657-673, set-dez de 2013.
- HOLE, B. L. Sampling in Archaeology: A Critique. *Annual Review of Anthropology*, n. 9, p. 217-234.
- KASHIMOTO E. M. O uso de variáveis ambientais na detecção e resgate de bens pré-históricos em áreas arqueologicamente pouco conhecidas. In: CALDARELLI, S. B. (org.) *Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural*, 1996. Goiânia: Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, 1997. p. 91-94.
- KINTIGH, K.W. The effectiveness of subsurface testing: a simulation approach. *American Antiquity*, v.53, n.4.1988. p.686-707.
- KRAKKER, J.J. SHOTT, M.J. e WELCH, P.D. Design and evaluation of shovel-test sampling in regional archaeological survey. *Journal of field archaeology*, 1983
- LIGHTFOOT, Kent G. Regional Surveys in the Eastern United States: The Strengths and Weaknesses of Implementing Subsurface Testing Programs. *American Antiquity*, 51(3):484-504. 1986.
- LIGHTFOOT, Kent G. A Defense of Shovel-Test Sampling: a reply to Shott. *American Antiquity*, 54(2):413-415. 1989.
- McMANAMON, F. P. Discovering Sites Unseen. In: SCHIFFER, M. (ed.) *Advances in Archaeological Method and Theory*. Vol. 7, Cap. 4:223-92. 1984.
- MUELLER, J. W. The Use of Sampling in Archaeological Survey. *American Antiquity*, 39(2) Part 2. *Memoirs of the Society for American Archaeology*, no. 28. 1974.
- NANCE, J.D.; BALL, B.F. No surprises? The Reliability and Validity of Test Pit Sampling. *American Antiquity*, 51(3): 457-483. 1986.
- PLOG, Stephen Relative efficiencies of sampling techniques for archaeological surveys. In: FLANNERY, K. (ed.) *The Early Mesoamerican Village*, pp.136-58. New York, Academic Press. 1976.
- PLOG, S., PLOG, F. & WAIT, W. Decision Making in Modern Surveys. In: SCHIFFER, M. (ed.) *Advances in Archaeological Method and Theory*, 1:383-421. 1978.

SANTOS, M.C.M.M. *A problemática do levantamento arqueológico na avaliação de impacto ambiental*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) São Paulo: USP, 2001. 173p.

SCHIFFER, M. B e GUMMERMAN, G.J. *Conservation archaeology: a guide for cultural resource management studies*. Michigan: Academic Press, 1977.

SCHIFFER, M. B., SULLIVAN, A. P. & KLINGER, T. C. The Design of Archaeological Surveys. *World Archaeology*, 10(1):1-28. 1978.

SILVEIRA, M.I.; RODRIGUES, M.C.L.; MACHADO, C.L.; OLIVEIRA, E.R.; LOSIER, L.-M. Prospecção arqueológica em áreas de floresta – contribuição metodológica da pesquisa na área do Projeto Salobo (Pará). *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 19: 155-178, 2009.

WOBST, H. M. We Can't See the Forest for the Trees: Sampling and the Shapes of Archaeological Distributions. In: *Archaeological Hammers and Theories*, edited by J. Moore and A. Keene, pp. 32-80. Academic Press, New York. 1983.

### Referências bibliográficas para análise e conservação dos bens arqueológicos

ALBUQUERQUE, M. e LIMA, A. Preservação de objetos metálicos resgatados em sítios arqueológicos históricos. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, 8(2): 287-301 1994-95.

ALVES, C. C. *Análise zooarqueológica de um sambaqui fluvial: O caso do sítio Capelinha I*. 2008. Dissertação (Mestrado em arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

ANDREFSKY, W. *Lithics: macroscopic approaches to analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 257, 2002.

AMARAL, D. M. *Loiça de Barro do Agreste: um estudo etnoarqueológico de cerâmica histórica pernambucana*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

ARNOLD, D. E. *Ceramic theory and cultural process*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

BISSARO-JÚNIOR, M. C. *Tafonomia como ferramenta zooarqueológica de interpretação: viés de representatividade óssea em sítios arqueológicos, paleontológico e etnográfico*. 2008. Dissertação (Mestrado em ecologia de ecossistemas terrestres e marinhos). Universidade de São Paulo, São Paulo.

BRANCANTE, Eldino F. *O Brasil e a Cerâmica Antiga*. São Paulo: Cia Litográfica Ypiranga. 1981.

CHMYZ, I. (ed.) Terminologia Arqueológica Brasileira para Cerâmica. *Cadernos de Arqueologia (nº 1)*; Universidade Federal do Paraná; Paranaguá – PR; p. 121-147; 1976.

D'ALAMBERT, Clara. *Tijolo nas construções paulistanas do século XIX*. 1993. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo.

DIAS, A. S. *Repensando a Tradição Umbu através de um estudo de caso*. 1994. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

DEETZ, J. *In small thing forgotten: the archaeology of early American life*. Garden City, N.Y: Anchor Press/Doubleday, 1996.

FIGUTI, L. Economia/Alimentação na Pré-História do Litoral de São Paulo. In: TENÓRIO, M. C. (org.) *Pré-História na Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999, p.197-203.

GARDIN, J. C. (1967). Methods for the descriptive analysis of archaeological material. *American Antiquity*, 32(1), 13-30.



HEIDEMANN, Julia; KLIER, Mathias; and PROBST, Florian, "Identifying Key Users in Online Social Networks: A PageRank Based Approach" (2010). *ICIS 2010 Proceedings*. Paper 79. Disponível em: <[http://aisel.aisnet.org/icis2010\\_submissions/79](http://aisel.aisnet.org/icis2010_submissions/79)>.

HUME, I. N. Material culture with the dirt on it: a Virginia perspective. In: QUIMBY, I. M. G. (org.) *Material culture and the study of American Life*. Winterthur. Nova York, 2001. p. 26-37.

JONES, Olive R. & SULLIVAN, Catherine *et al.* *The Parks Canada Glass Glossary*. Revised edition. Canadian Parks Service, Ottawa, Canada, 1989.

JULIANI, L. de J. C. O. *Gestão arqueológica em metrópoles: uma proposta para São Paulo*. 1996. Dissertação (Mestrado em arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

\_\_\_\_\_. Material de Louça. In: CALDARELLI, S. B. (Coord.) *Arqueologia do Vale do Paraíba Paulista. SP-170 – Rodovia Carvalho Pinto*. São Paulo: Dersa Desenvolvimento Rodoviário SA., p.115-171, 2003.

KLÖKLER, D. Consumo ritual, consumo no ritual: festins funerários e sambaquis. *Habitus*, 2012. v.10, n.1, p.83-104.

LA SALVIA, F; BROCHADO, José P. *Cerâmica Guarani*. Posenato Arte & Cultura. Porto Alegre, 175 p., 1989.

LIMA, Tania A. Arqueologia Histórica: algumas considerações teóricas (resumo). In: *1º Seminário de Arqueologia Histórica*. Rio de Janeiro: SPHAN-FNPM, Comunicação, 1985.

\_\_\_\_\_. Chá e simpatia: uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro oitocentista. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material (Nova Série)*, v. 5, pp. 93-129. São Paulo, 1993.

\_\_\_\_\_. Humores e odores : ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, Séc. XIX. *Manguinhos*, Vol. II(3): 44-96, Nov. 1995-Fev 1996.

\_\_\_\_\_. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material (Nova Série)*, v. 3, p. 129-191. São Paulo, 1997.

\_\_\_\_\_. Os Marcos Teóricos da Arqueologia Histórica, suas possibilidades e limites. In: *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: Poços. 2002.

LIMA, Tânia A. [et al.]. A Tralha Doméstica em meados do Século XIX: Reflexos da Emergência da Pequena Burguesia no Rio de Janeiro, *Dédalo*, Publicações Avulsas, São Paulo, v. 1, pp. 205-230, 1989.

LYMAN, R. L. *Vertebrate Taphonomy*. Londres: Cambridge University Press, 1994.

MAXIMINO, Eliete P. B. Material de Metal. In: CALDARELLI, S.B. (Coord.) *Arqueologia do Vale do Paraíba Paulista. SP-170 – Rodovia Carvalho Pinto*. São Paulo: Dersa Desenvolvimento Rodoviário SA., p.191-196, 2003.

MILHEIRA, R.G; DEBLASIS, P. O território Guarani no litoral sulcatarinense: ocupação e abandono no limiar do período colonial. In: *Revista de Arqueologia Americana*, n. 29, 2011.

MIZIARA, R. Por uma História do Lixo. *Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, INTERFACEHS, v3, nº1, jan./abril 2008.

MORAIS, José L. *Tecnotipologia Lítica*. 1ª. ed. v. 1. Erechin: Habilis. 2007. 228 p.

- ORTON, C. et al. A. *Pottery in Archaeology*. Cambridge Manuals in Archaeology. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- PILEGGI, A. *A cerâmica no Brasil e no Mundo*. São Paulo: Martins Fontes, 1958.
- PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Distrito Federal: Ed. UnB, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Apuntes para análisis de industrias líticas*. Ortigueira: Fundación Federico Maciñeira, 2004
- REITZ, E. J. & WING, E. S. *Zooarchaeology*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1999.
- RICE, P. M. *Pottery Analysis: a Sourcebook*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- ROSA, A. O. Panorama e perspectivas da zooarqueologia brasileira. In: ACOSTA, A. et al. *Temas de Arqueología: Estudios Tafonómicos y Zooarqueológicos (I)*. Buenos Aires: Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano, 2008.
- RYE, O. S. *Pottery Technology: principles and reconstruction*. Washington, D.C.: Taraxacum, 1981.
- SHEPARD, A. O. *Ceramics for the Archaeologist*. Carvigie Institution of Washington Publication; 1995.
- SCHAVELZON, D. *Catálogo de cerâmicas históricas del Río de la Plata*. CD edited by Centro de Arqueología Urbana, Buenos Aires, 1999.
- SCHIFFER, M. B. *Behavioral Archaeology: Principles and Practice*. London/Oakville: Equinox Handbooks in Anthropological Archaeology, 2010
- SKIBO, J. M. Ethnoarchaeology, experimental archaeology and inference building in ceramic research. *Archaeologia Polona*, Vol.30, 1992:27-38.
- SOUSA, A. C. *Fábrica de pólvora e Vila Inhomirim: aspectos de dominação e resistência na paisagem e em espaços domésticos (século XIX)*. 1998. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SOUZA, G. N. *Estudo das Lâminas de Pedra Polidas do Brasil: diversidades regionais e culturais*. 2013. Tese (Doutorado) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SOUZA, R. A. Louça branca para a Paulicéia: Arqueologia Histórica da Fábrica de Louças Santa Catarina / IRFM – São Paulo e a produção da faiança fina nacional (1913 - 1937). 2010. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- \_\_\_\_\_. Arqueologia na Metrópole Paulistana. *Habitus*, V.12, Nº 1, págs. 23-24, jan./jun. 2014, Goiânia.
- SOARES, Fernanda C. *Vida Material de Desterro no Século XIX: as louças do Palácio do Governo de Santa Catarina, Brasil*. 2011. Tese (Doutorado em Quaternário, materiais e cultura) – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.
- STELLE, L. *An Archaeological Guide to Historical Artifacts of the Upper Sangamon Basin, Central Illinois, USA*, by the Center For Social Research, Parkland College, 2001.
- SYMANSKI, L. C. P. *Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.
- TAMANAH, E. K. *Ocupação polícroma no baixo e médio Rio Solimões, Estado do Amazonas*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- TOCCHETTO, F. & et al. *A Faiança Fina em Porto Alegre: Vestígios Arqueológicos de uma cidade*. Porto Alegre: UE/ Secretaria Municipal de Cultura, 2001.

TRONCOSO, Lucas de Paula Souza. *Um estudo arqueometalúrgico dos artefatos resgatados do arraial de São Francisco Xavier da Chapada*. 2013. 311 p. Dissertação (Mestrado em arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo.

ZANETTINI, Paulo Eduardo. Pequeno roteiro para a classificação de louças obtidas em pesquisas arqueológicas de sítios históricos. *Arqueologia*, Curitiba, v.5, p. 117-130, 1986

ZANETTINI, P. E.;CAMARGO, P. B. *Cacos e mais cacos de vidro: o que fazer com eles?* São Paulo: Zanettini Arqueologia,1999.

ZEQUINI, Anicleide. *Arqueologia de uma fábrica de ferro: morro de Araçoiaba séc. XVI-XVIII*. 2006 – Tese (Doutorado em arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

### **Referências bibliográficas para esclarecimento e divulgação**

FLORÊNCIO, S. R. R. *et al.* Educação Patrimonial: inventários participativos, manual de aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, 2016.

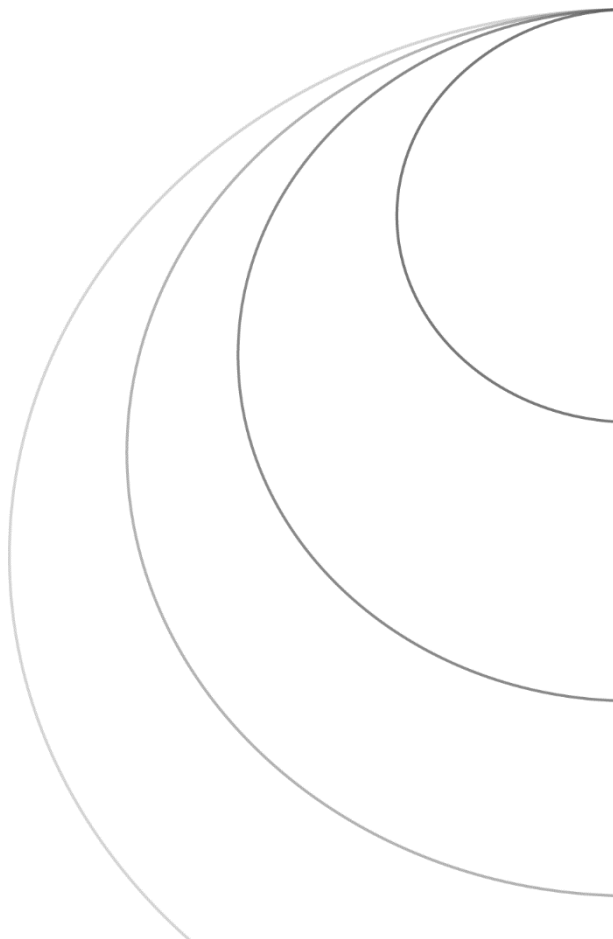
\_\_\_\_\_. *Programa Mais Educação – Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, 2012.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

IPHAN. *Educação Patrimonial. Histórico, conceitos e processos*. Textos de Sônia Rampim Florêncio, Pedro Clerot, Juliana Bezerra e Rodrigo Ramassote. Brasília, DF: IPHAN/DARF/COGEDIP/CEDUC, 2014.

---

**ANEXOS**



**I. INSTITUIÇÃO DE GUARDA E PESQUISA**

**II. ENDOSSO FINANCEIRO**

**III. CURRÍCULOS DA EQUIPE TÉCNICA**

**LÚCIA DE JESUS CARDOSO OLIVEIRA JULIANI**

Sócia-Diretora – <b>A LASCA ARQUEOLOGIA</b>		
Rua Alvarenga, 396 - Butantã - 05520-000 - São Paulo, SP - Tel/Fax: (11) 3205-0864 - Cel: (11) 99538-5094		
lucia@alascaconsultoria.com.br	CREA: 129.069/D	Cadastro Ibama: 266.374

**Formação acadêmica**

- Desde 2010** Doutoranda em “Quaternário, Materiais e Cultura” pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal.
- 2001 a 2006** Doutoranda em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – MAE-USP (qualificada).
- 1996** Mestre em Arqueologia, pela Área Interdepartamental de Arqueologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH-USP.
- 1980** Bacharel em Geologia pelo Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP - Campus de Rio Claro - SP.

**Experiência profissional**

- Desde 2006** Arqueóloga responsável pela empresa A Lasca Arqueologia, atuando no desenvolvimento de pesquisas arqueológicas voltadas ao licenciamento ambiental.
- 1985 a 2003** Geóloga da Prefeitura do Município de São Paulo, atuando na área de gestão do patrimônio histórico e arqueologia urbana e histórica. Exerceu atividades junto ao Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura – DPH-SMC e à Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente – SMVMA, entre elas, a criação do Centro de Arqueologia de São Paulo.
- 2004** Instituto Florestan Fernandes – Museu da Cidade de São Paulo e Expedição São Paulo 450 Anos.
- 1991 a 2002** Arqueóloga colaboradora da Scientia Consultoria Científica, atuando no desenvolvimento de pesquisas arqueológicas voltadas ao licenciamento ambiental.

**Associações científicas e conselhos de classe**

- Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA
- Sociedade Brasileira de Arqueologia – SAB
- Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS
- Society for Historical Archaeology – SHA

**Responsabilidade técnica em Portarias IPHAN publicadas no D.O.U.**

Ano	Portaria	Publicação	Processo	Ano	Portaria	Publicação	Processo
1998	19	23/07/1998	01506.000057/98-21		77	24/03/2005	01516.000037/2005-11
2000	14	22/03/2000	01510.000004/00-00		208	31/08/2005	01450.010302/2005-73
2002	24	31/01/2002	01506.000281/2001-61		289	25/10/2005	01506.001029/2005-01
2003	6	10/01/2003	01506.000151/2002-18		322	17/11/2005	01506.000462/2005-11
	126	10/07/2003	01506.000094/2003-40		349	22/12/2005	01506.001393/2005-63
	127	10/07/2003	01506.000085/2003-59		354	22/12/2005	01506.001394/2005-16
	182	18/09/2003	01506.000133/2003-17		389	23/12/2005	01506.001511/2005-33
2004	9	23/01/2004	01506.000157/2003-68		391	23/12/2005	01506.001588/2005-11
	238	29/09/2004	01506.000708/2004-74		419	30/12/2005	01514.000346/2005-01
	247	08/10/2004	01506.000018/2004-15	2006	6	18/01/2006	01514.000006/2006-53
2005	76	24/03/2005	01516.000036/2005-69		89	17/04/2006	01506.000356/2006-19



Ano	Portaria	Publicação	Processo	Ano	Portaria	Publicação	Processo
	128	29/05/2006	01514.000346/2005-01		3	17/02/2010	01506.000054/2010-27
	215	07/08/2006	01506.000463/2006-47		4	01/03/2010	01506.001599/2009-17
	327	13/10/2006	01514.000348/2006-73		9	27/04/2010	01506.000454/2010-32
2007	122	12/04/2007	01506.000482/2007-54		9	27/04/2010	01506.000453/2010-98
	163	01/08/2007	01506.000590/2007-27		10	10/05/2010	01506.000636/2010-11
	198	10/08/2007	01506.000740/2007-01		11	17/05/2010	01506.000706/2010-23
	275	24/08/2007	01506.001083/2007-19		14	14/06/2010	01401.000168/2010-45
	290	06/09/2007	01510.000300/2007-86		14	14/06/2010	01425.000050/2010-49
	292	25/09/2007	01506.001212/2007-61		20	09/08/2010	01506.001310/2010-01
	292	25/09/2007	01500.000485/2007-48		20	09/08/2010	01506.001418/2010-96
	299	08/11/2007	01506.001507/2007-37		23	01/09/2010	01506.001604/2010-25
	300	21/11/2007	01510.000447/2007-76		27	04/10/2010	01506.001651/2010-79
	303	14/12/2007	01506.002022/2007-61		28	18/10/2010	01506.001788/2010-92
	303	14/12/2007	01506.002021/2007-16		28	18/10/2010	01506.001816/2010-11
	303	14/12/2007	01409.000263/2007-73		30	01/11/2010	01450.015778/2010-68
2008	5	08/02/2008	01490.000003/2008-05		32	23/11/2010	01508.000783/2010-63
	6	26/02/2008	01510.000059/2008-76		33	02/12/2010	01506.002252/2010-25
	14	29/04/2008	01506.000696/2008-10		34	09/12/2010	01506.002195/2010-84
	16	16/05/2008	01506.000712/2008-66		34	09/12/2010	01506.002794/2010-30
	16	16/05/2008	01506.000065/2008-92		35	24/12/2010	01508.000782/2010-19
	19	17/06/2008	01510.000361/2008-24	2011	1	17/01/2011	01506.002606/2010-31
	26	08/08/2008	01510.000446/2008-11		8	04/03/2011	01506.000068/2011-21
	28	22/08/2008	01506.001148/2008-07		8	04/03/2011	01510.000049/2011-36
	28	22/08/2008	01506.001275/2008-06		9	18/03/2011	01408.000227/2011-04
	33	10/10/2008	01506.001870/2008-33		10	28/03/2011	01514.000691/2011-85
	33	10/10/2008	01506.002037/2008-18		10	28/03/2011	01514.000694/2011-19
	41	17/12/2008	01492.000346/2008-41		10	28/03/2011	01514.000700/2011-38
	41	17/12/2008	01506.002614/2008-63		10	28/03/2011	01514.000688/2011-61
2009	5	19/02/2009	01500.003353/2008-59		10	28/03/2011	01514.000703/2011-71
	8	15/04/2009	01506.000116/2009-67		10	28/03/2011	01514.000697/2011-52
	8	15/04/2009	01506.000364/2009-16		10	28/03/2011	01551.000137/2011-51
	11	18/05/2009	01494.000106/2009-16		10	28/03/2011	01408.000240/2011-55
	12	29/05/2009	01506.000757/2009-11		10	28/03/2011	01408.000241/2011-08
	12	29/05/2009	01506.000758/2009-66		11	11/04/2011	01514.000698/2011-05
	14	03/07/2009	01506.000957/2009-74		11	11/04/2011	01514.000695/2011-63
	14	03/07/2009	01506.000562/2009-71		11	11/04/2011	01514.000686/2011-72
	6	15/09/2009	01490.000003/2008-05		11	11/04/2011	01514.000701/2011-82
	6	15/09/2009	01506.001063/2009-00		11	11/04/2011	01514.000692/2011-20
	11	25/11/2009	01506.001869/2009-90		11	11/04/2011	01514.000689/2011-14
	11	25/11/2009	01506.001574/2009-13		12	15/04/2011	01506.000262/2011-15
	11	25/11/2009	01506.001213/2009-77		12	15/04/2011	01506.000382/2011-12
	12	10/12/2009	01450.016508/2009-31		16	16/05/2011	01506.000565/2011-20
2010	1	27/01/2010	01401.000025/2009-81		16	16/05/2011	01506.000566/2011-74
	1	27/01/2010	01401.000247/2009-12		17	24/05/2011	01506.000588/2011-34
	2	29/01/2010	01410.000110/2009-59		17	24/05/2011	01514.000690/2011-31
	2	29/01/2010	01506.002208/2009-81		17	24/05/2011	01514.005071/2010-51

Ano	Portaria	Publicação	Processo	Ano	Portaria	Publicação	Processo
	17	24/05/2011	01514.000696/2011-16		22	30/07/2012	01500.000760/2012-91
	17	24/05/2011	01514.000699/2011-41		23	13/08/2012	01514.002000/2012-69
	17	24/05/2011	01514.000687/2011-17		23	13/08/2012	01514.001999/2012-29
	17	24/05/2011	01514.000702/2011-27		23	13/08/2012	01506.004742/2012-28
	17	24/05/2011	01514.000693/2011-74		29	15/10/2012	01514.000697/2011-52
	17	24/05/2011	01506.000585/2011-09		30	29/10/2012	01514.000702/2011-27
	19	13/06/2011	01506.000587/2011-90		30	29/10/2012	01514.000694/2011-19
	22	05/07/2011	01506.000923/2011-02		30	29/10/2012	01514.000687/2011-17
	25	05/08/2011	01506.001144/2011-16		30	29/10/2012	01514.006912/2012-18
	25	05/08/2011	01506.001145/2011-61		32	12/11/2012	01450.014417/2012-66
	26	12/08/2011	01506.001220/2011-93		38	10/12/2012	01409.000438/2012-18
	26	12/08/2011	01506.001161/2011-53	2013	2	21/01/2013	01506.005930/2012-73
	27	19/08/2011	01506.001222/2011-82		4	31/01/2013	01506.005982/2012-40
	27	19/08/2011	01506.001288/2011-72		4	31/01/2013	01506.005397/2012-40
	27	19/08/2011	01506.001308/2011-13		4	31/01/2013	01506.005398/2012-94
	27	19/08/2011	01450.011883/2011-17		4	31/01/2013	01506.006057/2012-36
	28	29/08/2011	01506.001309/2011-50		5	01/02/2013	01506.001789/2010-78
	29	08/09/2011	01506.001375/2011-20		7	13/02/2013	01514.000690/2011-31
	30	19/09/2011	01506.001456/2011-20		8	20/02/2013	01514.000701/2011-82
	34	03/11/2011	01506.001752/2011-21		8	20/02/2013	01506.002548/2013-99
	35	17/11/2011	01506.001741/2011-41		15	28/03/2013	01514.000699/2011-41
	35	17/11/2011	01506.001750/2011-31		15	28/03/2013	01514.000700/2011-38
	35	17/11/2011	01506.001751/2011-86		15	28/03/2013	01514.000691/2011-85
	38	20/12/2011	01506.001814/2011-02		15	28/03/2013	01514.000696/2011-16
	39	29/12/2011	01450.015116/2011-79		15	28/03/2013	01514.000688/2011-61
2012	2	27/01/2012	01506.002141/2011-08		15	28/03/2013	01514.000698/2011-05
	3	08/02/2012	01514.003971/2011-45		15	28/03/2013	01514.000686/2011-72
	6	13/03/2012	01421.000278/2012-31		15	28/03/2013	01514.000703/2011-71
	6	13/03/2012	01421.000279/2012-85		15	28/03/2013	01514.000689/2011-14
	7	20/03/2012	01506.003665/2012-99		18	22/04/2013	01506.002785/2013-50
	7	20/03/2012	01506.003556/2012-71		18	22/04/2013	01506.002830/2013-76
	7	20/03/2012	01512.003290/2010-16		18	22/04/2013	01506.002766/2013-23
	8	30/03/2012	01409.000111/2012-38		19	30/04/2013	01506.002917/2013-43
	8	30/03/2012	01514.001170/2012-26		19	30/04/2013	01506.002916/2013-07
	9	05/04/2012	01421.000200/2012-16		20	07/05/2013	01506.002949/2013-49
	9	05/04/2012	01421.000202/2012-13		21	09/05/2013	01506.003012/2013-91
	13	27/04/2012	01506.004072/2012-40		22	21/05/2013	01506.002938/2013-69
	13	27/04/2012	01506.004070/2012-51		23	28/05/2013	01506.003070/2013-14
	13	27/04/2012	01500.000791/2012-41		28	02/07/2013	01506.005523/2012-66
	14	11/05/2012	01516.001090/2012-51		29	08/07/2013	01506.003227/2013-10
	15	21/05/2012	01506.004223/2012-60		30	17/07/2013	01514.001999/2012-29
	17	01/06/2012	01506.003881/2012-34		32	26/07/2013	01490.000284/2013-55
	19	29/06/2012	01506.004343/2012-67		38	23/08/2013	01506.003708/2013-17
	19	29/06/2012	01506.004386/2012-42		38	23/08/2013	01506.003705/2013-83
	20	16/07/2012	01506.004361/2012-49		39	27/08/2013	01502.002082/2013-61
	20	16/07/2012	01506.004312/2012-14		41	04/09/2013	01450.007801/2013-93

Ano	Portaria	Publicação	Processo	Ano	Portaria	Publicação	Processo
	41	04/09/2013	01506.003735/2013-90		66	19/12/2014	01450.009512/2014-18
	41	04/09/2013	01506.003707/2013-72		66	19/12/2014	01450.003897/2014-00
	43	17/09/2013	01506.003706/2013-28		66	19/12/2014	01506.004622/2014-92
	48	15/10/2013	01506.003908/2013-70		68	31/12/2014	01408.014810/2014-37
	51	28/10/2013	01421.000202/2012-13		68	31/12/2014	01506.004711/2014-39
	59	25/11/2013	01514.000695/2011-63		68	31/12/2014	01506.004712/2014-83
	62	17/12/2013	01506.004521/2013-31	2015	2	13/01/2015	01506.004621/2014-48
	63	23/12/2013	01506.004259/2013-54		3	19/01/2015	01506.004886/2014-46
	63	23/12/2013	01506.004420/2013-60		3	19/01/2015	01421.002315/2014-15
2014	2	17/01/2014	01506.004747/2013-31		5	26/01/2015	01506.005549/2014-76
	2	17/01/2014	01506.004745/2013-42		5	26/01/2015	01506.005586/2014-84
	3	23/01/2014	01490.000866/2013-31		5	26/01/2015	01506.005423/2014-00
	4	03/02/2014	01506.004733/2013-18		5	26/01/2015	01506.005528/2014-51
	4	03/02/2014	01506.004289/2013-31		8	09/02/2015	01506.004620/2014-01
	4	03/02/2014	01506.003066/2014-37		9	18/02/2015	01506.004966/2014-00
	4	03/02/2014	01506.004180/2013-01		17	24/03/2015	01506.004836/2014-69
	4	03/02/2014	01506.003068/2014-26		21	10/04/2015	01506.003825/2015-42
	4	03/02/2014	01506.003065/2014-92		22	20/04/2015	01506.003887/2015-54
	6	14/02/2014	01506.003171/2014-76		27	25/05/2015	01506.003886/2015-18
	7	17/02/2014	01506.003104/2014-51		49	31/08/2015	01506.003684/2015-68
	7	17/02/2014	01421.000389/2013-28		51	14/09/2015	01500.0003413/2014-81
	8	24/02/2014	01419.000239/2013-63		51	14/09/2015	01512.010293/2014-30
	9	05/03/2014	01506.003271/2014-01		51	14/09/2015	01512.000843/2015-93
	9	05/03/2014	01506.003262/2014-10		53	28/09/2015	01512.002499/2014-96
	15	31/03/2014	01506.003387/2014-31		53	28/09/2015	01512.000845/2015-82
	16	01/04/2014	01500.003606/2013-51		55	13/10/2015	01506.004289/2014-11
	19	14/04/2014	01506.003519/2014-25		55	13/10/2015	01502.002153/2015-98
	19	14/04/2014	01506.003466/2014-42		60	29/10/2015	01506.004735/2015-79
	19	14/04/2014	01506.003313/2014-03		61	09/11/2015	01450.008023/2013-50
	19	14/04/2014	01506.003465/2014-06		62	16/11/2015	01500.003396/2014-82
	20	24/04/2014	01506.003580/2014-72	2016	5	10/02/2016	01506.005052/2015-39
	23	05/05/2014	01450.003885/2014-77		5	10/02/2016	01500.001656/2015-66
	24	12/05/2014	01506.003648/2014-13		7	22/02/2016	01506.004949/2015-45
	24	12/05/2014	01506.003626/2014-53		12	14/03/2016	01506.004040/2016-78
	24	12/05/2014	01500.000288/2014-58		16	04/04/2016	01506.004139/2016-70
	33	20/06/2014	01421.000588/2014-17		16	04/04/2016	01506.004859/2015-54
	37	21/07/2014	01506.003989/2014-99		19	18/04/2016	01506.005469/2015-00
	37	21/07/2014	01450.014417/2012-66		22	02/05/2016	01506.004079/2016-95
	53	06/10/2014	01506.004267/2014-51		24	16/05/2016	01514.000693/2011-74
	53	06/10/2014	01506.004555/2014-14		24	16/05/2016	01506.005041/2015-59
	53	06/10/2014	01506.004181/2014-29		28	06/06/2016	01506.004563/2016-14
	53	06/10/2014	01506.004416/2014-82		30	13/06/2016	01502.001211/2016-47
	54	10/10/2014	01506.004266/2014-15		32	20/06/2016	01506.004471/2016-34
	56	20/10/2014	01506.004339/2014-61		35	04/07/2016	01506.004138/2016-25
	56	20/10/2014	01506.003104/2014-51		52	26/09/2016	01506.004126/2016-09
	64	09/12/2014	01506.004728/2014-96		57	31/10/2016	01502.001211/2016-47

Ano	Portaria	Publicação	Processo
	61	14/11/2016	01422.000414/2016-14
	61	14/11/2016	01506.004984/2015-64
	67	26/12/2016	01506.004289/2014-11
	67	26/12/2016	01506.003735/2013-90
2017	1	09/01/2017	01506.004836/2014-69
	7	13/02/2017	01506.004563/2016-14
	7	13/02/2017	01506.005503/2016-19
	7	13/02/2017	01506.005979/2016-50
	9	01/03/2017	01514.002301/2016-61
	11	13/03/2017	01506.005235/2016-35
	11	13/03/2017	01506.004859/2015-54
	11	13/03/2017	01506.006090/2016-90
	14	03/04/2017	01506.006616/2016-31
	16	17/04/2017	01506.006326/2016-98
	16	17/04/2017	01506.005367/2016-67
	23	22/05/2017	01506.006054/2016-26
	23	22/05/2017	01506.005873/2016-56
	24	29/05/2017	01506.005754/2016-01
	24	29/05/2017	01506.007089/2016-82
	24	29/05/2017	01506.005711/2016-18
	27	05/06/2017	01506.006767/2016-90
	27	05/06/2017	01506.006766/2016-45
	27	05/06/2017	01506.005980/2016-84
	27	05/06/2017	01506.006624/2016-88
	27	05/06/2017	01506.005766/2016-28
	27	05/06/2017	01506.006195/2016-49
	27	05/06/2017	01506.005288/2016-56
	27	05/06/2017	01506.005043/2017-18
	27	05/06/2017	01506.005046/2017-43
	27	05/06/2017	01506.006760/2016-78
	27	05/06/2017	01506.005287/2016-10
	27	05/06/2017	01506.005983/2016-18
	27	05/06/2017	01506.006769/2016-89
	27	05/06/2017	01506.005878/2016-89
	27	05/06/2017	01506.006170/2016-45

Ano	Portaria	Publicação	Processo
	27	05/06/2017	01506.005044/2017-54
	27	05/06/2017	01506.005781/2016-76
	27	05/06/2017	01506.005877/2016-34
	28	12/06/2017	01506.005368/2015-21
	28	12/06/2017	01506.006774/2016-91
	28	12/06/2017	01506.006055/2016-71
	28	12/06/2017	01506.005338/2016-03
	28	12/06/2017	01506.006768/2016-34
	28	12/06/2017	01506.005028/2017-61
	29	19/06/2017	01506.004952/2016-40
	31	26/06/2017	01506.006999/2016-48
	31	26/06/2017	01506.006286/2016-84
	31	26/06/2017	01506.005334/2016-17
	35	17/07/2017	01514.003037/2010-42
	35	17/07/2017	01506.006834/2016-76
	35	17/07/2017	01506.005188/2016-20
	35	17/07/2017	01506.006182/2016-70
	35	17/07/2017	01506.00587/2016-90
	35	17/07/2017	01506.005254/2016-61
	35	17/07/2017	01506.006201/2016-68
	35	17/07/2017	01506.006847/2016-45
	35	17/07/2017	01506.006339/2016-25
	36	24/07/2017	01506.005762/2016-40
	36	24/07/2017	01506.004729/2016-01
	38	31/07/2017	01506.005982/2016-73
	38	31/07/2017	01506.006915/2016-76
	40	02/08/2017	01506.004723/2016-25
	44	14/08/2017	01494.000436/2016-22
	44	14/08/2017	01494.000435/2016-88
	46	21/08/2017	01506.005963/2016-47
	46	21/08/2017	01506.007495/2016-45
	48	25/08/2017	01506.006741/2016-41
	49	28/08/2017	01506.005314/2017-27
	51	04/09/2017	01506.005718/2017-11
	51	04/09/2017	01506.005651/2016-33
	51	04/09/2017	01506.005045/2017-07

**SUZANA ELIZA ROLL MUNSBURG**

Arqueóloga – **A LASCA ARQUEOLOGIA**

Rua Alvarenga, 396 - Butantã - 05520-000 - São Paulo, SP - Tel/Fax: (11) 3205-0864 -

**Formação acadêmica**

- 2018** Mestre em Antropologia com concentração em Arqueologia pela Faculdade de Filosofia e ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
- 2015** Bacharel em Antropologia com linha de formação em Arqueologia pelo Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas – UFPel.

**Experiência profissional**

- 2018** Arqueóloga na empresa A Lasca Arqueologia, atuando coordenadora de campo em pesquisas arqueológicas voltadas ao licenciamento ambiental.
- 2017** Arqueóloga na empresa Stratus Arqueologia, atuando na equipe técnica na Exumação de material bioarqueológico na Catedral da Sé de Mariana/MG.
- 2015 a 2017** Arqueóloga na empresa Instituto de Memória e Patrimônio, atuando no desenvolvimento de pesquisas arqueológicas voltadas ao licenciamento ambiental.
- 2012 a 2015** Técnica em arqueologia na empresa Instituto de Memória e Patrimônio, atuando no desenvolvimento de pesquisas arqueológicas voltadas ao licenciamento ambiental.
- 2011 a 2015** Estagiária de Iniciação Científica (FAPERGS) na Universidade Federal de Pelotas – UFPel realizando atividades no Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia – LEPAARQ/UFPel.

**Associações científicas e conselhos de classe**

Sociedade Brasileira de Arqueologia – SAB

**Participação como equipe técnica em Portarias IPHAN publicadas no D.O.U.**

Ano	Portaria	Publicação	Processo	Ano	Portaria	Publicação	Processo
2013	42	10/09/2013	01512.001207/2013-17		66	19/12/2014	01512.002327/2014-12
2014	53	06/10/2014	01512.003584/2012-18	2015	53	03/10/2014	01512.001513/2013-53
	54	09/10/2014	01512.002581/2014-11		39	13/07/2015	01512.001136/2015-14
66	19/12/2014	01512.002328/2014-67	2		13/01/2015	01512.002326/2014-78	
60	10/11/2014	01512.002577/2014-52	14		09/03/2015	01512.002574/2014-19	
66	19/12/2014	01512.002330/2014-36	16		16/03/2015	01512.002576/2014-16	
66	19/12/2014	01512.002324/2014-89	22		20/04/2015	01512.003435/2014-11	
41	04/08/2014	01512.002510/2014-18	156		17/08/2015	01502.002569/2014-25	
66	19/12/2014	01512.002345/2014-02	18		30/03/2015	01512.001715/2011-33	
24	12/05/2014	01512.002137/2012-33	Ofício 2036		10/12/2015	01512.000192/2005-60	
61	17/11/2014	01512.004020/2014-56	54		05/10/2015	01512.002578/2014-05	
57	28/10/2014	01512.001605/2013-33	55	13/10/2015	01514.001437/2008-07		
11	10/11/2014	01512.001841/2013-50	2017	14	03/04/2017	01512.003992/2014-23	
54	17/11/2014	01512.002579/2014-41					

## Publicações

MUNSBURG, Suzana. E. R. **Dos seiscentos aos oitocentos**: Estudo da variabilidade estilística da cerâmica durante os processos de construção e reconfiguração das identidades paulistanas. 2018. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH/UFMG.

PEIXOTO, Luciana da Silva; VIANA, Jorge L. de Oliveira; MUNSBURG, Suzana E. R.; MARTH, J. D.. Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG. **Sítio Histórico Casa de Pedra do Gambá**: Levantamento Arqueológico Prospectivo e Programa de Educação Patrimonial. Detzel Consultores Associados S/S EPP. Entre Rios de Minas/ Minas Gerais 2017 (Relatório).

PIRES, C. A. ; MUNSBURG, Suzana E. R.. ; RUBERT, R. A. . Memórias Espacializadas: uma proposta de mapeamento participativo em comunidades quilombolas. In: **XII JEAB - Jornada Estadual de Estudos Afro-brasileiros**, 2015, Porto Alegre. JEABs - Jornada de Estudos Afro-Brasileiros da FAPA - Artigos Completos. Porto Alegre: GT Negros/ ANPUH-RS; FAPA, 2015. v. 1. p. 1-11.

MILHEIRA, Rafael Guedes; ATTORRE, T. ; MUNSBURG, Suzana E. R.. ; MÜHLEN, Cristiano Von ; MOTA, P. ; MARIN, D. . Arqueologia dos cerritos no sul do Brasil: uma abordagem multi-escalar. In: II Congresso Internacional de Arqueología de la Cuenca del Plata, 2014, San jose de Mayo. **Cd de Resumos do II Congresso Internacional de Arqueología de la Cuenca del Plata**. Montevideo: Editora de la Universidad de la republica, 2014. p. 230.

MUNSBURG, Suzana. E. R.; MILHEIRA, Rafael Guedes. POVOS CERRITEIROS DA LAGUNA DOS PATOS: PESQUISAS SOBRE A FORMA DE ASSENTAMENTO UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO NO PONTAL DA BARRA PELOTAS/RS. In: **IX Reunião da Sab Sul - Arqueologia, Patrimônio e Interdisciplinaridade: desafios contemporâneos.**, 2014, Joinville. Caderno de resumos, 2014. p. 18.

PEIXOTO, L. S. MUNSBURG, Suzana. E. R.. Arqueologia Urbana x Acompanhamento Arqueológico: o caso do Museu Histórico Farroupilha - Piratini/RS. 2013 In: XII CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 2013, Aracaju. **Cadernos de resumos do XII CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA**. Aracaju, 2013. v. 1. p. 14-15.

**CAROLINE RUTZ**

Arqueóloga – <b>A LASCA ARQUEOLOGIA</b>		
Rua Alvarenga, 396 - Butantã - 05520-000 - São Paulo, SP - Tel/Fax: (11) 3205-0864		
caroline.rutz@alascaconsultoria.com.br		

**Formação acadêmica**

- Desde 2016** Doutoranda em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – USP (cursando). Orientadora: Márcia Angelina Alves.
- 2016** Mestrado profissional em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Orientador: Rafael Guedes Milheira.
- 2008** Graduada em História pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

**Formação complementar**

- 2013** Extensão universitária em Arqueologia Amazônica. Centro Brasileiro de Arqueologia, CBA.

**Experiência profissional**

- Desde 2017** Arqueóloga na empresa A Lasca Arqueologia, atuando no desenvolvimento de pesquisas arqueológicas voltadas ao licenciamento ambiental.
- 2009 a 2016** Arqueóloga colaboradora na Antrópica Consultoria Científica, atuando no desenvolvimento de pesquisas arqueológicas voltadas ao licenciamento ambiental.
- 2009 a 2016** Pesquisadora associada – Arqueóloga Sênior na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, atuando na pesquisa e produção técnica ligada a projetos de consultoria arqueológica e projetos acadêmicos de pesquisa arqueológica.
- 2005 a 2008** Estagiária na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, realizando atividades no Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (UFSM).

**Associações científicas e conselhos de classe**

Sociedade Brasileira de Arqueologia – SAB

**Participação em equipe técnica – Portarias IPHAN publicadas no D.O.U.**

Ano	Portaria	Publicação	Processo	Ano	Portaria	Publicação	Processo
2004	75	17/03/2004	01512.000008/2004-09		26	08/08/2008	01516.001491/2008-24
2005	85	24/03/2005	01512.000049/2005-78	2009	3	03/02/2009	01450.001394/2009-24
	237	03/10/2005	01516.000171/2005-12		5	19/02/2009	01450.001411/2009-23
	380	22/12/2005	01512.000129/1996-35		5	19/02/2009	01450.001412/2009-78
2006	9	18/01/2006	01516.000291/2005-10		7	30/03/2009	01450.002125/2009-85
	341	25/10/2006	01516.000215/2006-87		11	18/05/2009	01492.000075/2009-13
2007	136	07/05/2007	01408.000029/2007-56		14	03/07/2009	01450.007287/2009-18
	171	01/08/2007	01512.000049/2005-78		7	29/09/2009	01512.000049/2005-78
	183	01/08/2007	01408.000029/2007-56	2010	6	23/03/2010	01450.003250/2010-46
	207	10/08/2007	01516.000985/2007-19		9	27/04/2010	01450.005360/2010-42
	303	14/12/2007	01512.000359/2007-54		14	14/06/2010	01450.007499/2010-21
2008	13	22/04/2008	01512.000129/1996-35		21	17/08/2010	01492.000307/2010-69
	22	17/07/2008	01450.009722/2008-50		24	13/09/2010	01450.011927/2010-10
	22	17/07/2008	01450.009728/2008-27	2011	4	01/02/2011	01512.000129/1996-35

Ano	Portaria	Publicação	Processo
	35	17/11/2011	01450.015021/2011-55
2012	20	16/07/2012	01494.000270/2012-11
	35	26/11/2012	01450.013085/2012-01
2013	54	07/11/2013	01494.000270/2012-11
	61	12/12/2013	01512.000129/1996-35
2014	59	03/11/2014	01450.013085/2012-01
2015	1	05/01/2015	01512.000129/1996-35
	22	20/04/2015	01450.009475/2014-30
2017	11	13/03/2017	01506.004859/2015-54
	16	17/04/2017	01506.005367/2016-67
	23	22/05/2017	01506.006054/2016-26
	27	05/06/2017	01506.006767/2016-90
	27	05/06/2017	01506.006766/2016-45
	27	05/06/2017	01506.006624/2016-88
	27	05/06/2017	01506.005766/2016-28
	27	05/06/2017	01506.006195/2016-49
	27	05/06/2017	01506.005288/2016-56
	27	05/06/2017	01506.005983/2016-18
	27	05/06/2017	01506.005878/2016-89
	27	05/06/2017	01506.006170/2016-45
	28	12/06/2017	01506.005368/2015-21
	28	12/06/2017	01506.006055/2016-71
	28	12/06/2017	01506.005338/2016-03

Ano	Portaria	Publicação	Processo
	35	17/07/2017	01506.005188/2016-20
	35	17/07/2017	01506.005876/2016-90
	36	24/07/2017	01506.005762/2016-40
	38	31/07/2017	01506.005982/2016-73
	46	21/08/2017	01506.005963/2016-47
	56	02/10/2017	01506.006255/2016-23
	56	02/10/2017	01506.006695/2016-81
	56	02/10/2017	01506.007370/2016-15
	56	02/10/2017	01506.006322/2016-18
	56	02/10/2017	01506.006695/2016-81
	56	02/10/2017	01506.007370/2016-15
	59	16/10/2017	01506.005417/2017-97
	59	16/10/2017	01506.005115/2017-19
	60	23/10/2017	01425.000319/2017-63
	62	06/11/2017	01506.006511/2016-82
	62	06/11/2017	01508.001076/2017-61
	64	20/11/2017	01422.000375/2017-28
	64	20/11/2017	01408.000240/2017-41
	64	20/11/2017	01508.001077/2017-13
	64	20/11/2017	01408.000239/2017-16
	64	20/11/2017	01506.006384/2017-01
	64	20/11/2017	01408.000238/2017-71






#### Publicações

RUTZ, Caroline. Traduzindo o Litiqûês. In: **V Semana Internacional de Arqueologia dos Discentes do MAE**, 2017, São Paulo. Resumos da V SIA, 2017.

RUTZ, Caroline; DAMASO, A. **Traduzindo o Litiqûês**. 2016. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Cartilha/Guia Básico).

RUTZ, Caroline. Traduzindo o Litiqûês: por uma ponte entre o material lítico lascado e as instituições de guarda. In: **IX Reunião da SAB Sul**, 2014, Joinville-SC. Resumos da IX Reunião regional sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2014.



	REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (Criada pela Lei n. 3.834-C, de 14 de dezembro de 1960)	
O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (RS), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Estatuto da Universidade confere a		
<b>CAROLINE RUTZ</b>		
nacionalidade brasileira, natural de Panambi (RS), nascida a 05 de abril de 1986, portadora da Cédula de Identidade n. 6083577781, expedida pelo(a) Secretária da Justiça e da Segurança (RS), o Título de		
<b>MESTRA EM PATRIMÔNIO CULTURAL</b> Área de Concentração: Arquitetura e Patrimônio Material		
por haver satisfeito as exigências do Regulamento do Programa de PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURAL (Reconhecido pelo Ministério da Educação - Portaria n. 1.077/2012) e, para que possa gozar de todos os direitos concedidos pelas leis da República a este Título, manda expedir o presente diploma que é assinado pelo Reitor da UFSM, pelo Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa e pela Titulada.		
Santa Maria (RS), 10 de novembro de 2016		
 Paulo Renato Schneider, Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa.	 Caroline Rutz, Titulada.	 Paulo Afonso Burmann, Reitor.

	REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (Criada pela Lei n. 3.834-C, de 14 de dezembro de 1960)	
O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (RS), no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de HISTÓRIA - Licenciatura Plena (Reconhecido nos termos do Parecer n. 2.056/75/CFE, por ter sido criado pela Lei n. 3.958/61 e Portaria n. 1.206/2011/MEC, de 20/05/2011, publicada no DOU, de 25/05/2011), em 15 de dezembro de 2008 e colação de grau em 20 de abril de 2012, confere o grau de LICENCIADA/BACHARELA EM HISTÓRIA a		
<b>CAROLINE RUTZ</b>		
nacionalidade brasileira, natural de Panambi (RS), nascida a 05 de abril de 1986, portadora da Cédula de Identidade n. 6083577781, expedida pelo(a) Secretária da Justiça e da Segurança (RS), e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.		
Santa Maria (RS), 02 de maio de 2012		
 Maria Estela Bortoluzzi Pereira, Diretora /DERCA.	 Caroline Rutz, Diplomado	 Felipe Martins Müller, Reitor/UFSM.

**RENATA LIMA FURIÓ**

Historiadora / Técnica em arqueologia – <b>A LASCA ARQUEOLOGIA</b>		
Rua Alvarenga, 396 - Butantã - 05520-000 - São Paulo, SP - Tel/Fax: (11) 3205-0864		
renata@alascaconsultoria.com.br		

**Formação acadêmica**

**2015** Bacharel em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP.

**Experiência profissional**

**Desde 2013** Técnica em arqueologia na empresa A Lasca Arqueologia, atuando no desenvolvimento de pesquisas arqueológicas voltadas ao licenciamento ambiental

**Participação em equipe técnica de projetos – Portarias IPHAN publicadas no D.O.U.**

Ano	Portaria	Publicação	Processo	Ano	Portaria	Publicação	Processo
2007	163	01/08/2007	01506.000590/2007-27		4	03/02/2014	01506.003066/2014-37
2009	11	25/11/2009	01506.001213/2009-77		4	03/02/2014	01506.004180/2013-01
2010	3	17/02/2010	01506.000040/2010-11		4	03/02/2014	01506.003068/2014-26
	28	18/10/2010	01506.001789/2010-78		4	03/02/2014	01506.003065/2014-92
	28	18/10/2010	01506.001791/2010-47		6	14/02/2014	01506.003171/2014-76
2011	10	28/03/2011	01514.000703/2011-71		7	17/02/2014	01506.003104/2014-51
	11	11/04/2011	01514.000695/2011-63		7	17/02/2014	01421.000389/2013-28
	12	15/04/2011	01506.000382/2011-12		8	24/02/2014	01419.000239/2013-63
	17	24/05/2011	01514.000696/2011-16		9	05/03/2014	01506.003271/2014-01
	22	05/07/2011	01506.000923/2011-02		15	31/03/2014	01506.003387/2014-31
	27	19/08/2011	01506.001308/2011-13		16	01/04/2014	01500.003606/2013-51
	35	17/11/2011	01506.001751/2011-86		19	14/04/2014	01506.003519/2014-25
	39	29/12/2011	01450.015116/2011-79		19	14/04/2014	01506.003313/2014-03
2012	9	05/04/2012	01421.000202/2012-13		19	14/04/2014	01506.003465/2014-06
	22	30/07/2012	01500.000760/2012-91		20	24/04/2014	01506.003580/2014-72
	23	13/08/2012	01506.004742/2012-28		23	05/05/2014	01450.003885/2014-77
	32	12/11/2012	01450.014417/2012-66		24	12/05/2014	01506.003648/2014-13
2013	4	31/01/2013	01506.005982/2012-40		24	12/05/2014	01506.003626/2014-53
	5	01/02/2013	01506.001789/2010-78		33	20/06/2014	01421.000588/2014-17
	19	30/04/2013	01506.002916/2013-07		37	21/07/2014	01506.003989/2014-99
	21	09/05/2013	01506.003012/2013-91		37	21/07/2014	01450.014417/2012-66
	23	28/05/2013	01506.003070/2013-14		42	12/08/2014	01506.004054/2014-20
	28	02/07/2013	01506.005523/2012-66		53	06/10/2014	01506.004014/2014-88
	38	23/08/2013	01506.003705/2013-83		53	06/10/2014	01506.004181/2014-29
	41	04/09/2013	01450.007801/2013-93		53	06/10/2014	01506.004267/2014-51
	41	04/09/2013	01506.003735/2013-90		53	06/10/2014	01506.004416/2014-82
	51	28/10/2013	01421.000202/2012-13		54	10/10/2014	01506.004266/2014-15
	63	23/12/2013	01506.004259/2013-54		56	20/10/2014	01506.004339/2014-61
2014	3	23/01/2014	01490.000866/2013-31		56	20/10/2014	01506.003104/2014-51
	4	03/02/2014	01506.004733/2013-18		64	09/12/2014	01506.004728/2014-96

Ano	Portaria	Publicação	Processo	Ano	Portaria	Publicação	Processo
	66	19/12/2014	01450.009512/2014-18	2017	4	23/01/2017	01506.004787/2015-45
	66	19/12/2014	01450.003897/2014-00		7	13/02/2017	01506.005979/2016-50
	66	19/12/2014	01506.004622/2014-92		9	01/03/2017	01514.002302/2016-61
	68	31/12/2014	01408.014810/2014-37		9	01/03/2017	01506.004785/2015-56
	68	31/12/2014	01506.004711/2014-39		11	13/03/2017	01506.004859/2015-54
	68	31/12/2014	01506.004712/2014-83		14	03/04/2017	01506.006616/2016-31
2015	2	13/01/2015	01506.004621/2014-48		16	17/04/2017	01506.006326/2016-98
	3	19/01/2015	01506.004886/2014-46		19	02/05/2017	01506.005276/2016-21
	3	19/01/2015	01421.002315/2014-15		21	15/05/2017	01506.004789/2015-34
	5	26/01/2015	01506.005549/2014-76		23	22/05/2017	01506.006054/2016-26
	5	26/01/2015	01506.005586/2014-84		24	29/05/2017	01506.005754/2016-01
	5	26/01/2015	01506.005423/2014-00		24	29/05/2017	01506.007089/2016-82
	5	26/01/2015	01506.005528/2014-51		27	05/06/2017	01506.006767/2016-90
	8	09/02/2015	01506.004620/2014-01		27	05/06/2017	01506.006766/2016-45
	08	13/01/2015	01506.004621/2014-48		27	05/06/2017	01506.006624/2016-88
	9	18/02/2015	01506.004966/2014-00		27	05/06/2017	01506.006195/2016-49
	17	24/03/2015	01506.004836/2014-69		27	05/06/2017	01506.005288/2016-56
	19	06/04/2015	01506.003798/2015-16		27	05/06/2017	01506.005043/2017-18
	22	20/04/2015	01506.003887/2015-54		27	05/06/2017	01506.005046/2017-43
	26	18/05/2015	01506.003975/2015-56		27	05/06/2017	01506.006760/2016-78
	27	25/05/2015	01506.003886/2015-18		27	05/06/2017	01506.005287/2016-10
	33	19/06/2015	01500.003878/2014-32		27	05/06/2017	01506.005983/2016-18
	49	31/08/2015	01506.003684/2015-68		27	05/06/2017	01506.006769/2016-89
	51	14/09/2015	01500.003413/2014-81		27	05/06/2017	01506.005878/2016-89
	51	14/09/2015	01512.000843/2015-93		27	05/06/2017	01506.006170/2016-45
	53	28/09/2015	01512.002499/2014-96		27	05/06/2017	01506.005044/2017-54
	53	28/09/2015	01512.000845/2015-82		27	05/06/2017	01506.005877/2016-34
	55	13/10/2015	01506.004289/2014-11		28	12/06/2017	01506.006055/2016-71
	55	13/10/2015	01502.002153/2015-98		28	12/06/2017	01506.005338/2016-03
	60	29/10/2015	01506.004735/2015-79		28	12/06/2017	01506.006768/2016-34
	61	09/11/2015	01450.008023/2013-50		28	12/06/2017	01506.005028/2017-61
	62	16/11/2015	01500.003396/2014-82		31	26/06/2017	01506.006999/2016-48
2016	5	10/02/2016	01500.001656/2015-66		31	26/06/2017	01506.006286/2016-84
	12	14/03/2016	01506.004040/2016-78		31	26/06/2017	01506.005334/2016-17
	16	01/04/2016	01506.004859/2015-54		35	17/07/2017	01506.006834/2016-76
	19	18/04/2016	01506.005469/2015-00		35	17/07/2017	01506.005188/2016-20
	22	02/05/2016	01506.004079/2016-95		35	17/07/2017	01506.006182/2016-70
	24	13/05/2016	01506.005041/2015-59		35	17/07/2017	01506.005876/2016-90
	30	10/06/2016	01502.001211/2016-47		35	17/07/2017	01506.005254/2016-61
	43	05/08/2016	01506.005041/2015-59		35	17/07/2017	01506.006939/2016-25
	44	19/02/2016	01450.006137/2016-16		36	24/07/2017	01506.004729/2016-01
	44	19/02/2016	01506.004949/2015-45		38	31/07/2017	01506.005982/2016-73
	52	23/09/2016	01506.004126/2016-09		38	31/07/2017	01506.006915/2016-76
	54	07/10/2016	01506.004859/2015-54		40	02/08/2017	01506.004723/2016-25
	57	31/10/2016	01502.001211/2016-47		44	14/08/2017	01494.000436/2016-22
	61	14/11/2016	01506.005447/2016-12		44	14/08/2017	01494.000435/2016-88
	67	26/12/2016	01506.004107/2016-74		49	28/08/2017	01506.005314/2017-27


Ano	Portaria	Publicação	Processo
51	04/09/2017	01506.005718/2017-11	
56	02/10/2017	01506.006695/2016-81	
56	02/10/2017	01506.007370/2016-15	
56	02/10/2017	01506.005755/2016-48	
58	09/10/2017	01506.006890/2016-19	
59	16/10/2017	01506.005417/2017-97	
59	16/10/2017	01506.005115/2017-19	
60	23/10/2017	01425.000319/2017-63	
61	31/10/2017	01506.005843/2016-40	
51	04/09/2017	01506.005718/2017-11	

Ano	Portaria	Publicação	Processo
61	31/10/2017	01506.007427/2016-86	
61	31/10/2017	01506.006176/2016-12	
61	31/10/2017	01408.000241/2017-95	
62	06/11/2017	01508.001076/2017-61	
62	06/11/2017	01506.006511/2016-82	
64	20/11/2017	01408.000240/2017-41	
64	20/11/2017	01508.001077/2017-13	
64	20/11/2017	01408.000239/2017-16	
64	20/11/2017	01506.006384/2017-01	
64	20/11/2017	01408.000238/2017-71	

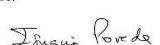
  
 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
 FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E  
 CIÊNCIAS HUMANAS  
 O REITOR DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO,  
 NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES,  
 CONFERE A  
**RENATA LIMA FURIO**  
 DE NACIONALIDADE BRASILEIRA,  
 PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE  
 RG Nº 35.108.846-5 SP,  
 NASCIDA EM 03 DE OUTUBRO DE 1992  
 E NATURAL DO ESTADO DE SÃO PAULO,  
 O GRAU DE  
**BACHARELA EM HISTÓRIA**  
 OBTIDO EM 01 DE MARÇO DE 2016,  
 NO CURSO DE HISTÓRIA,  
 E, PARA QUE POSSA GOZAR DE TODOS OS DIREITOS E  
 PRERROGATIVAS LEGAIS, OUTORGA-LHE O PRESENTE DIPLOMA.  
 SÃO PAULO, 04 DE MARÇO DE 2016.  
  
 REITOR  
 PROF. DR. MARCO ANTONIO ZAGO  
  
 DIRETOR DA FFLCH  
 PROF. DR. SERGIO FRANCA  
 ADORNO DE AZEVEDO  
  
 DIPLOMADA  
 RENATA LIMA FURIO

RECONHECIDO PELA PORTARIA CEE/GP Nº  
 185 DE 15/04/2015, D.O.E. DE 16/04/2015.


UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
 SECRETARIA GERAL  
 DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS  
 DIPLOMA REGISTRADO SOB Nº UGR027873  
 PROCESSO Nº 2016.1.04.6.1  
 NOS TERMOS DO ARTIGO 48 DA LEI 9394/96.  
 SÃO PAULO, 15 DE MARÇO DE 2016.

  
 RICARDO DE OLIVEIRA KLEFFENS  
 ANALISTA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

DE ACORDO.

  
 PROF. DR. INACIO MARIA POVEDA VELANGO  
 SECRETARIO GERAL

SECRETARIA GERAL  
 DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS  
 O PRESENTE DOCUMENTO, EXPEDIDO PELA  
 UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO É AUTÊNTICO.  
 SÃO PAULO, 15 DE MARÇO DE 2016.

  
 ARIOSVALDO BEZERRA DE SOUSA

**LÍGYA ESTEVES SANT'ANNA DE SOUZA**

Historiadora / Técnica em arqueologia – **A LASCA ARQUEOLOGIA**

Rua Alvarenga, 396 - Butantã - 05520-000 - São Paulo, SP - Tel/Fax: (11) 3205-0864

ligya.esteves@alascaconsultoria.com.br

**Formação acadêmica**

**2015** Licenciada em História Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras da Universidade de São Paulo – FFLCH/USP.

**Experiência profissional**

**Desde 2016** Técnica em arqueologia na empresa A Lasca Arqueologia, atuando no desenvolvimento de pesquisas arqueológicas voltadas ao licenciamento ambiental.

**2015** Estagiária na Associação de Arquivistas de São Paulo – Projeto Maternidade São Paulo.

**2012 a 2014** Estagiária de Comissão de Pesquisa na Escola de Comunicação e Artes da USP.

**Formação Adicional**

**2016** Curso de atualização: Antropologia da cidade: ativismos, táticas, insurgências – Carga Horária: 30h – FFLCH-USP.

**2016** Curso Livre: História Social da Arte: Pintura, fotografia e cinema – Carga Horária: 30h – SESC Pompéia.

**2015** Curso Livre: Outras escalas, outros patrimônios – Carga Horária: 5h - Centro de Pesquisa e Formação do SESC São Paulo.

**2015** Curso Livre: Programa Diversidade Cultural: Refugiados – Carga Horária: 5h – Centro de Pesquisa e Formação do SESC São Paulo.

**2015** Curso livre: Arte na formação de jovens e adultos em processo de alfabetização: entre os museus e as salas de aula – Carga Horária: 30h – Museu de Arte Contemporânea MAC-USP.

**2014** Curso livre: Introdução à educação em museus: teorias e práticas – Carga Horária: 12h – Instituto Butantã.

**Participação em equipe técnica de projetos – Portarias IPHAN publicadas no D.O.U.**

Ano	Portaria	Publicação	Processo	Ano	Portaria	Publicação	Processo
2013	63	23/12/2013	01506.004259/2013-54		30	13/06/2016	01502.001211/2016-47
2015	61	09/11/2015	01450.008023/2013-50		35	04/07/2016	01506.004875/2015-47
2016	5	10/02/2016	01506.005052/2015-39		54	10/10/2016	01506.004859/2015-54
	14	21/03/2016	01506.005982/2012-40				



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E  
CIÊNCIAS HUMANAS

O REITOR DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO,  
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES,  
CONFERE A

**LÍGYA ESTEVES SANT'ANNA DE SOUZA**



DE NACIONALIDADE BRASILEIRA,  
PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE  
RG Nº 38.353.980-8 SP,  
NASCIDA EM 16 DE JANEIRO DE 1992  
E NATURAL DO ESTADO DE SÃO PAULO,  
O GRAU DE



**BACHARELA EM HISTÓRIA**

OBTIDO EM 12 DE AGOSTO DE 2015,  
NO CURSO DE HISTÓRIA.  
E, PARA QUE POSSA GOZAR DE TODOS OS DIREITOS E  
PRERROGATIVAS LEGAIS, OUTORGA-LHE O PRESENTE DIPLOMA.

SÃO PAULO, 20 DE AGOSTO DE 2015.

REITOR  
PROF. DR. MARCO ANTONIO ZAGÓ

DIRETOR DA FFLCH  
PROF. DR. SÉRGIO FRANCA  
ADORNO DE ABREU



*Lígya Esteves  
S. de Souza*  
DIPLOMADA  
LÍGYA ESTEVES SANT'ANNA DE  
SOUZA

**ANGÉLICA APARECIDA MOREIRA DA SILVA**

Historiadora / Educadora patrimonial – <b>A LASCA ARQUEOLOGIA</b>		
Rua Alvarenga, 396 - Butantã - 05509-000 - São Paulo, SP - Tel/Fax: (11) 3205-0864 – Cel:(11) 99887-0938		
angelica@alascaconsultoria.com.br		

**Formação acadêmica**

- Desde 2016** Pós-graduação Lato Sensu em Arqueologia, História e Sociedade na Universidade de Santo Amaro (em curso).
- 2006 a 2008** Mestranda em História da Saúde Pública em São Paulo pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (qualificada).
- 1998** Bacharel e Licenciada em História pela Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.

**Experiência profissional**

- Desde 2013** Historiadora e Educadora patrimonial, historiadora, prestadora de serviços para a A Lasca Arqueologia, desenvolvedora de ações em educação patrimonial e de pesquisa histórica voltadas aos programas de arqueologia no âmbito do licenciamento ambiental.
- 2014** Coordenação do Projeto Acervo Histórico do Instituto C&A (módulo de finalização de implantação do Centro de Memória e ajustes para a disponibilização do acervo no Portal da instituição) para a empresa Grifo Projetos Históricos e Editoriais.
- 2010 a 2013** Historiadora, documentalista, prestadora de serviços para a Grifo Projetos Históricos e Editoriais.
- 2008 a 2009** Pesquisadora na Fundap – Fundação do Desenvolvimento Administrativo no Projeto Memória Paulista/Centro de Memória e Documentação de São Paulo.
- 2007 a 2008** Pesquisadora bolsista na FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz no Projeto Inventário Nacional do Patrimônio Cultural da Saúde: Bens Edificados e Acervos.
- 2007** Documentalista, consultoria em acervos no Projeto Memória e História da Atenção Básica em Saúde desenvolvido pelo Instituto de Saúde/Centro de Memória da Saúde do Estado de São Paulo.
- 2005 a 2007** Educadora patrimonial, historiadora, prestadora de serviços para a A Lasca Arqueologia, desenvolvedora de ações em educação patrimonial e de pesquisa histórica voltadas aos programas de arqueologia no âmbito do licenciamento ambiental.
- 2000 a 2004** Assistente Técnica de Pesquisa, bolsista CNPQ no Projeto A Conquista da Água em São Paulo.
- 1996 a 1998** Estagiária em História no Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo – DPH, Setor de Levantamento e Pesquisa.
- 1994 a 1996** Professora de História, ensino fundamental e médio, E.E. Oswaldo Gagliardi, São Paulo.

**Participação em equipe técnica de projetos – Portarias IPHAN publicadas no D.O.U.**

Ano	Portaria	Publicação	Processo	Ano	Portaria	Publicação	Processo
2005	289	25/10/2005	01506.001029/2005-01		41	04/09/2013	01506.003707/2013-72
2006	6	18/01/2006	01514.000006/2006-53		63	23/12/2013	01506.004420/2013-60
2008	16	16/05/2008	01506.000712/2008-66	2014	9	05/03/2014	01506.003271/2014-01
2010	28	18/10/2010	01506.001789/2010-78		9	05/03/2014	01506.003262/2014-10
	35	24/12/2010	01506.001029/2005-01		15	31/03/2014	01506.003387/2014-31
2012	23	13/08/2012	01506.004742/2012-28		19	14/04/2014	01506.003519/2014-25
2013	5	01/02/2013	01506.001789/2010-78		24	12/05/2014	01506.003626/2014-53
	8	20/02/2013	01506.002548/2013-99		42	13/08/2014	01506.004054/2014-20
	19	30/04/2013	01506.002916/2013-07		53	06/10/2014	01506.004267/2014-51
	23	28/05/2013	01506.003070/2013-14		53	06/10/2014	01506.004416/2014-82

Ano	Portaria	Publicação	Processo	Ano	Portaria	Publicação	Processo
	54	10/10/2014	01506.004266/2014-15		27	05/06/2017	01506.005046/2017-43
	68	31/12/2014	01408.014810/2014-37		27	05/06/2017	01506.006760/2016-78
	68	31/12/2014	01506.004711/2014-39		27	05/06/2017	01506.005287/2016-10
	68	31/12/2014	01506.004712/2014-83		27	05/06/2017	01506.005983/2016-18
2015	5	26/01/2015	01506.005549/2014-76		27	05/06/2017	01506.006769/2016-89
	5	26/01/2015	01506.005423/2014-00		27	05/06/2017	01506.005878/2016-89
	5	26/01/2015	01506.005528/2014-51		27	05/06/2017	01506.006170/2016-45
	21	10/04/2015	01506.003825/2015-42		27	05/06/2017	01506.005044/2017-54
	22	20/04/2015	01506.003887/2015-54		27	05/06/2017	01506.005781/2016-76
	49	31/08/2015	01506.003684/2015-68		27	05/06/2017	01506.005877/2016-34
	51	14/09/2015	01500.0003413/2014-81		28	12/06/2017	01506.005368/2015-21
	55	13/10/2015	01506.004289/2014-11		28	12/06/2017	01506.006774/2016-91
	62	16/11/2015	01500.003396/2014-82		28	12/06/2017	01506.006055/2016-71
2016	52	26/09/2016	01506.004126/2016-09		28	12/06/2017	01506.006768/2016-34
	61	14/11/2016	01506.004943/2016-59		28	12/06/2017	01506.005028/2017-61
	61	14/11/2016	01506.004865/2016-92		29	19/06/2017	01506.004952/2016-40
	63	28/11/2016	01506.004866/2016-37		31	26/06/2017	01506.006999/2016-48
	67	26/12/2016	01506.004107/2016-74		31	26/06/2017	01506.006286/2016-84
2017	9	23/01/2017	01506.004787/2015-45		31	26/06/2017	01506.005334/2016-17
	11	01/03/2017	01506.004785/2015-56		35	17/07/2017	01506.006834/2016-76
	14	13/03/2017	01506.006090/2016-90		35	17/07/2017	01506.005188/2016-2
	16	03/04/2017	01506.006616/2016-31		35	17/07/2017	01506.006182/2016-70
	16	17/04/2017	01506.006326/2016-98		35	17/07/2017	01506.00587/2016-90
	19	17/04/2017	01506.005367/2016-67		35	17/07/2017	01506.005254/2016-61
	21	02/05/2017	01506.005276/2016-21		35	17/07/2017	01506.006201/2016-68
	23	15/05/2017	01506.004789/2015-34		35	17/07/2017	01506.006847/2016-45
	23	22/05/2017	01506.006054/2016-26		35	17/07/2017	01506.006339/2016-25
	24	22/05/2017	01506.005873/2016-56		36	24/07/2017	01506.005762/2016-40
	24	29/05/2017	01506.007089/2016-82		36	24/07/2017	01506.004729/2016-01
	27	29/05/2017	01506.005711/2016-18		38	31/07/2017	01506.005982/2016-73
	27	05/06/2017	01506.006767/2016-90		38	31/07/2017	01506.006915/2016-76
	27	05/06/2017	01506.006766/2016-45		40	02/08/2017	01506.004723/2016-25
	27	05/06/2017	01506.006624/2016-88		44	14/08/2017	01494.000436/2016-22
	27	05/06/2017	01506.006345/2016-14		44	14/08/2017	01494.000435/2016-88
	27	05/06/2017	01506.005766/2016-28		46	21/08/2017	01506.005963/2016-47
	27	05/06/2017	01506.005288/2016-56		46	21/08/2017	01506.007495/2016-45
	27	05/06/2017	01506.005043/2017-18		48	25/08/2017	01506.006741/2016-41

#### Publicações

**A conquista do sertão paulista** – texto para o Portal FUNDAP/Projeto Memória Paulista, 2009 (aguardando publicação on line).

Verbetes de instituições hospitalares da cidade de São Paulo – textos em DVD anexo ao livro **História da Saúde em São Paulo: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)** publicado pela Editora Manole.

**Os livros de matrícula de enfermos da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e o papel desta instituição na assistência à saúde da população (1895-1913)**. Trabalho apresentado e publicado nos Anais do XXIV Simpósio Nacional de História: História e Multidisciplinaridade, São Leopoldo/RS, 2007.



**As cartas náuticas dos séculos XV e XVI e as transformações da ciência.** Caderno de resumos do 7º Encontro de iniciação científica PUC/SP, 1998.



**IV. DECLARAÇÕES DE PARTICIPAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA**

## DECLARAÇÃO DO ARQUEÓLOGO COORDENADOR

Eu, Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani, brasileira, portadora da Carteira de Identidade nº 8.646.260 SSP/SP e do CPF nº 020.818.558-52, DECLARO, para os devidos fins, que me comprometo a participar do projeto de *Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação das subestações: SE 500/230 kV Tianguá II, SE 230 kV Ibiapina II, SE 230 kV Piripiri e SE 230 kV Teresina III (Processo nº 01450.002515/2018-46)*, estudo arqueológico preventivo a ser desenvolvido nos municípios de Ubajara e Tianguá, no estado do Ceará e nos municípios de Piripiri e Teresina, no estado do Piauí, assumindo a função de arqueóloga coordenadora geral.

São Paulo, 25 de julho de 2018.

---

**Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani**

Arqueóloga coordenadora geral

## DECLARAÇÃO DO ARQUEÓLOGO COORDENADOR DE CAMPO

Eu, Suzana Eliza Roll Munsberg, brasileira, portadora da Carteira de Identidade nº 2074022704/RS e do CPF nº 971.550.200/87, DECLARO, para os devidos fins, que me comprometo a participar do projeto de *Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação das subestações: SE 500/230 kV Tianguá II, SE 230 kV Ibiapina II, SE 230 kV Piripiri e SE 230 kV Teresina III (Processo nº 01450.002515/2018-46)*, estudo arqueológico preventivo a ser desenvolvido nos municípios de Ubajara e Tianguá, no estado do Ceará e nos municípios de Piripiri e Teresina, no estado do Piauí, assumindo a função de arqueóloga coordenadora de campo.

Em atenção ao disposto no Ofício n.º 58/CNA/DEPAM-IPHAN, de 5/3/2018, declaro, ainda, que estou ciente e inteiramente de acordo com o teor do projeto em referência. Segue, para fins de comprovação da capacidade técnico científica, (i) currículo, (ii) cópia de documento de identificação; (iii) cópia autenticada do diploma de curso de pós-graduação que tem por objeto de estudo a arqueologia; (iv) cópia de publicações científicas; e (v) cronograma de atividades que comprova a possibilidade de execução do projeto.

São Paulo, 25 de julho de 2018.

---

**Suzana Eliza Roll Munsberg**  
Arqueólogo coordenador de campo

## DECLARAÇÃO

Eu, Caroline Rutz, brasileira, portadora da Carteira de Identidade nº 6083577781 SJS/RS e do CPF nº 013.037.420-20, DECLARO, para os devidos fins, que me comprometo a participar do projeto de *Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação das subestações: SE 500/230 kV Tianguá II, SE 230 kV Ibiapina II, SE 230 kV Piripiri e SE 230 kV Teresina III (Processo nº 01450.002515/2018-46)*, estudo arqueológico preventivo a ser desenvolvido nos municípios de Ubajara e Tianguá, no estado do Ceará e nos municípios de Piripiri e Teresina, no estado do Piauí, assumindo a função de arqueóloga assistente.

São Paulo, 25 de julho de 2018.

---

**Caroline Rutz**  
Arqueóloga assistente

## DECLARAÇÃO

Eu, Renata Lima Furió, brasileira, portadora da Carteira de Identidade nº 35.108.846-5 SSP/SP e do CPF nº 418.070.448-07, DECLARO, para os devidos fins, que me comprometo a participar do projeto de *Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação das subestações: SE 500/230 kV Tianguá II, SE 230 kV Ibiapina II, SE 230 kV Piripiri e SE 230 kV Teresina III (Processo nº01450.002515/2018-46)*, estudo arqueológico preventivo a ser desenvolvido nos municípios de Ubajara e Tianguá, no estado do Ceará e nos municípios de Piripiri e Teresina, no estado do Piauí, assumindo a função de técnica em arqueologia.

São Paulo, 25 de julho de 2018.

---

**Renata Lima Furió**

Historiadora e técnica em arqueologia

## DECLARAÇÃO

Eu, Lígya Esteves Sant'Anna de Souza, brasileira, portadora da Carteira de Identidade nº 38.353.980-8 SSP/SP e do CPF nº 418.383.338-86, DECLARO, para os devidos fins, que me comprometo a participar do projeto de *Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação das subestações: SE 500/230 kV Tianguá II, SE 230 kV Ibiapina II, SE 230 kV Piripiri e SE 230 kV Teresina III (Processo nº 01450.002515/2018-46)*, estudo arqueológico preventivo a ser desenvolvido nos municípios de Ubajara e Tianguá, no estado do Ceará e nos municípios de Piripiri e Teresina, no estado do Piauí, assumindo a função de técnica em arqueologia.

São Paulo, 25 de julho de 2018.

---

**Lígya Esteves Sant'Anna de Souza**

Historiadora e técnica em arqueologia

## DECLARAÇÃO

Eu, Angélica Aparecida Moreira da Silva, brasileira, portadora da Carteira de Identidade nº 18.030.095-7 SSP/SP e do CPF nº 090.171.958-78, DECLARO, para os devidos fins, que me comprometo a participar do projeto de *Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação das subestações: SE 500/230 kV Tianguá II, SE 230 kV Ibiapina II, SE 230 kV Piripiri e SE 230 kV Teresina III (Processo nº01450.002515/2018-46)*, estudo arqueológico preventivo a ser desenvolvido nos municípios de Ubajara e Tianguá, no estado do Ceará e nos municípios de Piripiri e Teresina, no estado do Piauí, assumindo a função de historiadora e educadora patrimonial.

São Paulo, 25 de julho de 2018.

---

**Angélica Aparecida Moreira da Silva**

Historiadora e educadora patrimonial



**V. DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA**

<p>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</p> <p>ESTADO DE SÃO PAULO 0101-6</p> <p>SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA</p> <p>INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT</p> <p>PROIBIDO PLASTIFICAR</p>  <p>3496-09030</p> <p>Assinatura do titular: <i>Lucia de Jesus Cardoso</i></p> <p>CARTEIRA DE IDENTIDADE</p>	<p>VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL</p> <p>REGISTRO GERAL 8.646.260-X DATA DE EXPEDIÇÃO 14/NOV/2008</p> <p>NOME LUCIA DE JESUS CARDOSO OLIVEIRA JULIANI</p> <p>FILIAÇÃO JOÃO OLYMPIO DE OLIVEIRA JUNIOR</p> <p>E TERESA DE JESUS CARDOSO OLIVEIRA</p> <p>NATURALIDADE ITAPETININGA -SP DATA DE NASCIMENTO 08/FEV/1957</p> <p>DOC. ORIGEM RIO CLARO-SP</p> <p>RIO CLARO</p> <p>CC:LV.B100/FLS.097V/N.019205</p> <p>CPF 020818558-52</p> <p>72 Delegado Divisório</p> <p>CARLOS ANTONIO DE OLIVEIRA</p> <p>DELEGADO DE POLÍCIA DIVISÓRIA IIRGD.SSP.SP</p> <p>LEI Nº 7.116 DE 29/08/83</p>
<p>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</p> <p>ESTADO DE SÃO PAULO 8000-2</p> <p>SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA</p> <p>INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT</p> <p>PROIBIDO PLASTIFICAR</p>  <p>48597335</p> <p>Assinatura do titular: <i>Renata Lima Furió</i></p> <p>CARTEIRA DE IDENTIDADE</p>	<p>VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL</p> <p>REGISTRO GERAL 35.108.846-5 2 via DATA DE EXPEDIÇÃO 04/05/2016</p> <p>NOME RENATA LIMA FURIÓ</p> <p>FILIAÇÃO MIGUEL FURIÓ JIMENEZ</p> <p>RITA BUTTERBY TOLEDO LIMA FURIÓ</p> <p>NATURALIDADE S.PAULO - SP DATA DE NASCIMENTO 03/10/1992</p> <p>DOC ORIGEM SÃO PAULO-SP PERDIZES CC:LV.B079/FLS.203 /Nº08081</p> <p>CPF 418070448/07</p> <p>Assinatura do titular: <i>Castano Paulo Filho</i></p> <p>Castano Paulo Filho</p> <p>Delegado de Polícia Divisório IIRGD.SSP.SP</p> <p>ASSINATURA DO DIRETOR</p> <p>LEI Nº 7.116 DE 29/08/83</p>
<p>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</p> <p>RIO GRANDE DO SUL</p> <p>SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA</p> <p>INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS</p> <p>DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO</p>  <p>Assinatura do titular: <i>Caroline Rutz</i></p> <p>CARTEIRA DE IDENTIDADE</p>	<p>VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL</p> <p>REGISTRO GERAL 6083577781 DATA DE EXPEDIÇÃO 11/06/1999</p> <p>NOME CAROLINE RUTZ</p> <p>FILIAÇÃO GUNTER RUTZ</p> <p>MARLI RUTZ</p> <p>NATURALIDADE PANAMBI RS DATA DE NASCIMENTO 05/04/1986</p> <p>DOC ORIGEM C NASC 7627 PANAMBI RS</p> <p>LV A 36 FL 180</p> <p>CPF *****/** *****/**</p> <p>PORTO ALEGRE RS</p> <p>Assinatura do titular: <i>Castano Paulo Filho</i></p> <p>Castano Paulo Filho</p> <p>Delegado de Polícia Divisório IIRGD.SSP.SP</p> <p>LEI Nº 7.116 DE 29/08/83</p>
<p>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</p> <p>ESTADO DE SÃO PAULO 8000-2</p> <p>SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA</p> <p>INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT</p> <p>PROIBIDO PLASTIFICAR</p>  <p>6595-04502</p> <p>Assinatura do titular: <i>Angelica Aparecida Moreira da Silva</i></p> <p>CARTEIRA DE IDENTIDADE</p>	<p>VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL</p> <p>REGISTRO GERAL 18.030.095-7 DATA DE EXPEDIÇÃO 18/MAR/2011</p> <p>NOME ANGELICA APARECIDA MOREIRA DA SILVA</p> <p>FILIAÇÃO XISTO MOREIRA DA SILVA</p> <p>E LEONILDE QUIRINO DA SILVA</p> <p>NATURALIDADE S. PAULO -SP DATA DE NASCIMENTO 18/JUL/1968</p> <p>DOC ORIGEM S. PAULO-SP</p> <p>SAUDE</p> <p>CC:LV.B79 /FLS.0057/N.023301</p> <p>CPF 090171958/78 PIS 12244135359</p> <p>176 Delegado Divisório</p> <p>Roberto de Souza</p> <p>DELEGADO DE POLÍCIA DIVISÓRIA IIRGD.SSP.SP</p> <p>ASSINATURA DO DIRETOR</p> <p>LEI Nº 7.116 DE 29/08/83</p>

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DAS CIDADES  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

VALIDA EM TODOS  
 O TERRITÓRIOS NACIONAIS

718726874

718726874

Nome: **LIGYA ESTEVES SANT ANNA DE SOUZA**

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF  
 38353980 SSP/SP

CPF: **418.383.338-86** DATA NASCIMENTO: **16/01/1992**

FUNÇÃO: **WALTER DE SOUZA FILHO**  
**HELENA CONCEICAO ESTEV**  
**ES**

PERMISSÃO: ACC CAT. HAB.  
 B B

1º REGISTRO: **05447391470** VALIDADE: **10/05/2016** 2º HABILITACAO: **20/03/2012**

RESCISACAO

Assinatura do Portador: *Ligya Esteves Sant Anna de Souza*

ASSINATURA DO PORTADOR DATA EMISSAO  
**SAO PAULO, SP** **11/04/2013**

86681054460 89703067355  
 86681054460 89703067355  
 Assinatura do Emissor

DETRAN-SP (RIO GRANDE DO SUL)  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO

PROIBIDO PLASTIFICAR  
 718726874

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DAS CIDADES  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

VALIDA EM TODOS  
 O TERRITÓRIOS NACIONAIS

1372860098

1372860098

Nome: **SUZANA ELIZA ROLL MUNSBERG**

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF  
 2074022704 RJ/RJ

CPF: **971.550.200-97** DATA NASCIMENTO: **26/12/1980**

FUNÇÃO: **ARI STEFFEN MUNSBERG**  
**BELOISA MARLI ROLL**  
**MUNSBERG**

PERMISSÃO: ACC CAT. HAB.  
 B B

1º REGISTRO: **04005849201** VALIDADE: **07/12/2021** 2º HABILITACAO: **22/12/2006**

RESCISACAO

Assinatura do Portador: *Suzana Eliza Roll Munsberg*

ASSINATURA DO PORTADOR DATA EMISSAO  
**PELOTAS, RS** **08/12/2016**

38805760069 88107063474  
 38805760069 88107063474  
 Assinatura do Emissor

DETRAN-RS (RIO GRANDE DO SUL)  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO

PROIBIDO PLASTIFICAR  
 1372860098